

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA
NACIONAL DE
CIÊNCIA E
TECNOLOGIA
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o
Desenvolvimento Sustentável



INSTITUTO
FEDERAL
Santa Catarina
Câmpus
Caçador



Ano 2020



REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA
NACIONAL DE
CIÊNCIA E
TECNOLOGIA
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o
Desenvolvimento Sustentável


**INSTITUTO
FEDERAL**
Santa Catarina
Câmpus
Caçador


Atena
Editora
Ano 2020


**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL


CNPq

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Karine de Lima Wisniewski
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Eduardo do Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R314 Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia [recurso eletrônico] / Organizador Eduardo do Nascimento. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-244-9
DOI 10.22533/at.ed.449200308

1. Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado.
2. Educação. 3. Ciência. 4. Tecnologia. I. Nascimento, Eduardo do.
CDD 370.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

CONTESTADO TEMPO PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Com os avanços da informatização e das redes de recursos externos, os territórios estão cada vez mais conectados. Com uma necessidade cada vez mais evidente de trabalho em rede e em conjunto, os pesquisadores e demais profissionais direcionam seus estudos e trabalhos para uma perspectiva cada vez mais unida e com fortes contribuições ao meio onde estão inseridos.

Nem sempre houve interesse em conectar as vivências do interior, a comunicação e seus processos tradicionais que se revelam essenciais à vida humana. De uns tempos para cá o interior ganhou voz e hoje se tecem diálogos, que nos parecem cada vez mais necessários, por intensificarem o acesso a práticas capazes de alterar as reduções das desigualdades em espaços antes nunca visitados sejam pelas iniciativas privadas ou públicas. No arcabouço geral da teoria da tríplice-hélice, um movimento que engrena governo, universidade e empresa, há um desenho essencial para compreensão desta formação de capital, especialmente social, no bojo de uma estrutura necessitada de acesso, considerando a sociedade como base do modelo.

Mais que o capital meramente gerado em torno de uma exploração de mão de obra, é preciso colocar no cerne da questão a sociedade. Esta, sendo uma das beneficiárias das práticas de interiorização. Há de se dizer, e parece não ser exagerada essa visão, que a interiorização da rede federal de educação, ciência e tecnologia, para educação profissional e tecnológica, corrobora com essa interpretação.

Iniciada nos idos dos anos 2007, a interiorização torna-se uma pauta desenvolvimentista pelo governo Lula, sendo dali em diante um estopim de processos expansionistas e de interiorização seja pelo ensino superior com o REUNI (programa de reestruturação universitária, ou pelos programas de expansão da rede federal). Antes o acesso às universidades e institutos federais, antes conhecidos como CEFETs, se dava apenas em grandes centros e especialmente os inseridos nas regiões litorâneas, temos que nesse instante, novos rumos são levados a instalar campus em regiões com potencial de desenvolvimento e com alto índice de desigualdades.

Diante dessa celeuma, nota-se que a região do contestado se enquadra nesse quesito, especialmente quando observados alguns números pertinentes. Estes números expressados pelos indicadores adotados pelo governo do estado em seu programa de redução de desigualdades em 2016, ajuda a entender essa preocupação com o desenvolvimento local da região contestada.

Nesta seara, ainda mais intensa e preocupante, são os indicadores de violência, baixa escolaridade e acessibilidade em Caçador e demais municípios pertencentes a região central do contestado. Nisto vê-se que o processo de exclusão e silenciamento iniciado ainda quando da guerra, não se encerrou. O capital regional se concentra em poucas mãos, os salários são baixos e a exploração da mão de obra continua a todo o vapor. Tudo

isso ainda com cara de meritocracia, quando os serviços básicos de assistência e saúde sequer são prestados em essência para a comunidade local.

Diante desta pobreza, inclusive cultural, remontam às necessidades de entender as desigualdades no contexto do Contestado. Essa lacuna mais que exacerbada diante destes documentos e estudos, revelam ainda que a falta de acesso não só na educação, reflete também na cultura e seus processos formativos de sociedade. Historicamente, os cinemas da cidade viraram lojas de departamento. Não há um teatro local adequado e público formado para consumir estes produtos. Os espaços para artistas e demais entusiastas são quase nulos. Um processo de resistência com o tempo e com a cidade se desenha quando deste acesso: inexistente, porém não nulo, pois as paredes e muros da cidade reverberam este pensar.

Essa observação corrobora com o contexto das propostas que se ensaiam e se concretizam desde 2018 o Contestado. Com a instalação de campi tanto do IFSC quanto do IFC, além de um da UFSC em Curitiba, revelam da importância do contestado para práticas de educação, e seus efeitos de extensão e pesquisa. No entanto, essas instituições até então não conversavam, nem se conheciam de forma efetiva. Assim, atividades em rede praticamente eram inexistentes.

Com os cortes que atingem a educação de forma sistemática este processo de fala e comunicação, também se encontrava defasada e até mesmo desanimada em razão das dificuldades orçamentárias em torno da questão. Em 2018, um grupo de entusiastas capitaneados pelos servidores Letissia Crestani, museóloga do museu do contestado, do professor Júlio Corrente, da área de história e então coordenador do museu e da Cristiane Dobner, assessora da secretaria de desenvolvimento econômico de Caçador, tomaram por decisão propor às agências de fomento um plano de eventos.

Esses servidores públicos, somados a este autor, submeteram ao CNPq um pedido de recursos públicos para eventos de popularização da ciência no edital da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT, em 2018. Naquela oportunidade o texto desenvolvido, trabalhou a perspectiva da redução das desigualdades com uma grande contextualização de um temário emergente regional. Diante daquela oportunidade se desenhou os eventos de 2018, 2019 e 2020, consolidando uma rede de parceiros que agora conversa e dialoga em prol do desenvolvimento científico e tecnológico regional, sendo mais uma frente de discussões e debates que as instituições de ensino puxam na região.

Já em 2019, o grupo toma corpo com pesquisadores de renome e de caminhada científica para contribuir com essa popularização da ciência no contestado. Eduardo do Nascimento, doutor em engenharia de materiais, assume o comando conectando ao saber da academia, já excelentemente construído por Letissia Crestani, e as necessidades populares com as ideias de uma rede de desenvolvimento sustentável, e com construções de espaços multifacetados que integram o saber acadêmico e as emergências sociais enxergadas no contestado.

Em 2020, a ideia de um congresso do contestado, um segundo congresso aliás, se alinha às realidades dos IFs do interior. Sem tantos eventos e reuniões de popularização

do saber, constrói-se uma segunda edição do evento. O primeiro realizado em junho de 2019, concentrou um viés histórico e geográfico onde se concentram muitos estudos do contestado, mas abriu para discutir o hoje, o que fazemos aqui o que construímos no território. Um congresso com ar de produção local, e com o ouvir e o dizer dos caboclos e entusiastas ainda remanescentes de um contestado ávido por oportunidades.

Quando construída a agenda da proposta em 2018, a ideia nasceu de um sentimento de abandono da administração municipal que até então manifestava e organizava as iniciativas em relação a semana do contestado em Caçador. Nesta oportunidade, houve um desinteresse pelas autoridades públicas para realizarem os eventos. Nisso a comunidade, manifestada por líderes de movimentos e encampando a bandeira cabocla, solicitou os recursos ao CNPq para transformar em ciência o saber e o conhecimento popular, vez que os estudos e pesquisas em torno do contestado são imensos.

Neste ambiente, a semana do contestado toma um formato popular, encabeçado pela Prefeitura de Caçador, Museu do Contestado e o Instituto Federal de Santa Catarina, campus Caçador. A municipalidade manifestada pela Câmara Municipal de Caçador, da qual tinha um papel de também auxiliar a chamar a Semana do Contestado, edita alteração legislativa da qual sai das responsáveis pela organização do evento.

Dessa forma o evento passa a ser um compromisso apenas da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, da qual disponibilizou a estrutura de servidores e espaços para a realização dos eventos em rede. Eram os primeiros sinais de uma construção coletiva popular para as atividades, mas também pela própria propositura de uma agenda de continuidade em torno de uma proposta de que os eventos em torno do contestado não deveriam por concentrar apenas na semana do contestado, um sentimento anterior também exarado em outras oportunidades, mas por todo o tempo como identidade local.

Com isso nasce a propositura da ação em que se congrega a temática: Semana do Contestado: Um Olhar Científico na História de um Povo. O município de Caçador, bem como os municípios de Irani, Lebon Régis, Calmon, Matos Costa, Curitiba, Campos Novos, Rio das Antas, Videira, Fraiburgo, Santa Cecília e Timbó Grande, são localizados no meio oeste catarinense e fazem parte da região do Contestado, região que historicamente foi palco de um conflito que quase dizimou a população e concentrou a riqueza na mão de poucos, por isso é uma das cidades mais pobres do estado. Donald Schuler, na obra Império Caboclo, destaca a importância do Contestado, em seu texto vê-se, mesmo que literário, revela a amplitude do conflito, como sendo mais importante do que a semana de arte moderna, dez anos mais tarde.

Aliado a esses fatores históricos, os investimentos públicos também privilegiavam as regiões litorâneas e demoraram muito na sua interiorização, deixando a região com décadas de atraso. A ciência, a chegada de tecnologias, arte e cultura, por exemplo, foram as mais sacrificadas nesse processo. Nesta celeuma, percebe-se que grande parte da população de Caçador é de famílias carentes que tem como principal fonte de renda o trabalho assalariado nas indústrias da cidade. Isso ainda não mudou, porém alguns aspectos culturais, especialmente pelas autoridades públicas se revelam.

Ainda em 2018, destacamos enquanto equipe proponente, que a grande maioria da população não só de Caçador, mas de todo o corredor do Contestado, não possui acesso à cultura, noções de ciência e tecnologia. A maioria nunca sequer assistiu uma peça teatral, ou visitou algum museu, ou ainda têm noção das tecnologias regionais, da ciência popular, de que é possível fomentar hortas comunitárias nas escolas, ou tantas outras possibilidades científicas simples para melhorar o dia-a-dia do cidadão, especialmente os mais carentes. Desta maneira, dar visão a estrutura social e com isso realizar a “Semana do Contestado: um olhar científico para a história de um povo”, é uma forma de democratizar o acesso à arte, a cultura, a ciência, a tecnologia levando entretenimento, informação e conhecimento para a comunidade.

Por isso, projetos permanentes que visem empoderar as pessoas da região mais pobre de Santa Catarina fazem-se necessários para que a comunidade possa se desenvolver nessas áreas. É evidente investir no protagonismo da comunidade em fomentar novos movimentos culturais, de pesquisa científica, de conhecimentos agroecológicos, de ciência para atividades populares, de noções de agronomia, de ervas medicinais, de modo democrático e aberta. Essas ações visam conceder a comunidade um poder em que se reconheçam como detentoras de saber, livrando-os de intempéries que as condições de risco, porventura, possam ocasionar, isto pela democratização do acesso à ciência e tecnologia, além é claro, da educação, cultura e arte.

Dessa forma, a proposta visou e contemplou a região do contestado com um evento de abrangência regional e até nacional pela amplitude que foi o conflito, pela memória do povo, pela propositura de uma agenda de reconhecimento e empoderamento regional de modo a oportunizar mais acesso e oportunidades aos jovens, estudantes e toda a comunidade regional, pela ciência e tecnologia.

Assim, na semana proposta, houve atividades como, fomento de banners sobre a história do contestado no museu da cidade, de modo a construir a primeira semana acadêmica do contestado em forma de seminário, que depois cresceu e virou um grandioso congresso, em que os acadêmicos compartilharam e debateram seus estudos sobre o tema, junto da comunidade. A arte possui um papel íntimo na proposta deste texto, vez que dialoga intimamente com a cultura e cientificidade do conhecimento popular como espaço na universidade, mas no caso em tela, do instituto federal e também dos espaços públicos de guarda da identidade e história local.

Desta monta, fomentar a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pôde resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes tiveram, houve um despertar e um aprimorar dos seus conhecimentos na área, a ampliar as suas atuais possibilidades. Mais que uma semana de conhecimento científico, foi um convite a revisitar a própria identidade do povo caboclo.

É importante ressaltar que a atividade buscou articular os conhecimentos e a

indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas áreas que foram demandadas pela comunidade do local e pelas possibilidades das instituições parceiras de atender a esses pedidos. As atividades tiveram forte cunho de extensão porque o evento foi realizado nas comunidades das regiões e cidades parceiras incluindo atividades em bairros chave, como o bairro Martello, o mais populoso do município de Caçador, cerca de 13 mil habitantes, segundo o Censo 2010, onde hoje se encontra em maioria o caboclo moderno.

Desta maneira, como a realização do evento, tivemos bastante êxito em estimular a divulgação científica das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, visto que a história e o direito, por exemplo, foram bastante exacerbados durante este evento, através de publicações e afins. Vale salientar que o conhecimento de um contestado atual perpassa para o conhecimento aqui gerado, vez que as instituições locais geram ciência e aprendizado e mesmo com uma globalização e mais conectividade entre as pessoas, ainda é dificultosa essa partilha com estudantes e pesquisadores no interior.

Desta monta, o evento fomentado em que de fato houve a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Nessas ações, insta mencionar o laboratório de costura do IFSC, fora do câmpus, com a ideia maior de popularizar o acesso a formação e a ciência em comunidades carentes de Caçador.

Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pode resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes terão, poderão desejar aprimorar os seus conhecimentos na área ampliar as suas atuais possibilidades. Programas como mulheres sim, e formações de extensão enquanto receptivo às demandas dos gargalos sociais existentes, são muito essenciais para a redução de desigualdades no corredor.

Desta maneira, com o benefício financeiro do projeto, foi possível estimular a geração de conteúdos e o compartilhamento de experiências de divulgação e popularização da ciência, como ferramentas de ensino formal e não formal (material impresso, brinquedos educativos, experimentos, jogos, vídeos, softwares, aplicativos), especialmente no primeiro congresso nacional do contestado, realizado em junho de 2019.

Ainda no âmbito das instituições de ensino e de outros organismos científico-culturais, tal como as hortas comunitárias em escolas modelos da região, a limpeza de uma determinada região carente da cidade pela comunidade, conhecido regionalmente como “puxirão”, celebrando a importância e celebração regional dos aspectos científicos e populares, viabilizando uma horta e jardim sensorial com base no conhecimento caboclo local visando uma popularização e interiorização da ciência, também foram realizados.

Em 2019 não é exagero dizer que houve um dos maiores eventos de popularização da ciência no corredor do Contestado: o Primeiro Congresso do Contestado. Este evento construído entre as paredes do IFSC e do IFC, transbordou e foi para as comunidades como acesso e popularização da ciência. Construído durante um ano, o congresso sai

do comum cientificamente dizendo, e vai para uma realidade de Instituto Federal, com apresentação do método e das práticas de pesquisa para alunos de ensino médio, estes como protagonistas do fazer ciência.

O papel do IFC através de seu Núcleo de Estudos do Contestado, é exemplar. A agenda proposta pelo grupo se pauta e muito nas necessidades locais. Quando falo das dificuldades de dialogar entre as instituições o IFC nos ensina que pela extensão é um caminho exemplar a seguir. O IFC ajudou a desenhar não só o congresso do contestado, mas a IV Semana do Contestado de Caçador, transformando a ação em um evento de caráter regional e estadual, como objetivava os recursos da chamada. A UNOESC também possui um papel nesta popularização evidenciado pelo trabalho e companheirismos de membros da equipe que abraçaram a causa, junto da UFSC e tantas outras instituições parceiras dos eventos.

Mais uma semana do contestado se constrói com as pessoas, vez que como dito anteriormente, esse foi um importante passo para a reunião de pessoas em torno da comunidade. Em 2019, a temática foi de meio ambiente, e sua preservação, em que muitos ensinamentos e afins se pautaram a ponto de revisitar conhecimentos populares e demais estruturas necessárias da comunidade. Para 2020, havia ações em rede e sistêmicas, como ciclo de oficinas e atividades extramuros, porém devido a cenário da pandemia, todas essas ações restaram prejudicadas em continuidade. Muito mais que uma relação meramente acadêmica, essas oficinas certamente mexeriam com o imaginário e o conhecimento popular, conectando a ciência com as ações e práticas para redução das desigualdades.

Para onde rumamos na continuidade, para este pensar de redução de desigualdades no contestado? Certamente o interesse deve ser muito além do que uma mera agenda, e sim um convite a comunidade a expressar anseios e vontades. O IF, é uma escola, como qualquer outra, com a estrutura adequada para cursos e formação profissional e tecnológica. No entanto, é no âmago de suas propostas legais que residem esse encontro: o de fomentar ações e cursos capazes de desenharem uma estrutura que esteja em acordo com os anseios locais.

Tem sido uma missão dificultosa a de construir uma agenda nesse sentido no Contestado, mas não pensamos em desistir nesse momento. Buscar agregar aqueles que se identificam com a causa, e com as temáticas que reduzem desigualdades, é um importante passo a ser consolidado nas agendas de relações e contatos seja da administração e afins.

Como disse um autor, o contestado continua lá e aqui. Portanto é preciso olhar para essas incongruências históricas e construir a partir daí uma relação íntima com o desenvolvimento. Esse desenvolvimento está longe da visão gourmet de inovação ou desse desenvolvimento pelo capital. A partir daí se discute uma inovação social que remonta a necessidade de reconhecer saberes e competências e que dessa forma trata de gerar identidade àqueles desprovidos de capital e esperança.

Essa é a função dos IFs na redução das desigualdades, uma delas aliás. Dito isso devem se somar a essa luta todos aqueles que veem alguma coisa disforme na sua

comunidade e em si mesmo. Com isso fica o convite a reflexão de construir uma região, uma cidade, um bairro, uma comunidade em que estamos inseridos, e o papel transformador individual somado os grupos, revela uma máxima: juntos podemos.

O Contestado vive e nós, que vivemos nele, dele, sigamos juntos pela redução das desigualdades.

Este livro é uma coletânea de artigos científicos e relatos de projetos produzidos recentemente pelos pesquisadores das instituições públicas que formam a Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado e colaboradores. Esta rede visa a ampla divulgação e popularização da ciência. Os textos deste livro entremeiam um debate interdisciplinar, de forma a reconfigurar narrativas sobre o espaço cultural, sócio-ambiental e histórico-geográfico do Contestado. A emergência destes estudos e ações, que trazem diversas linhas de abordagens dos processos que se configuraram neste território, são fundamentais para romper com a invisibilidade e o abandono da cultura cabocla. Os 21 capítulos proposto mostram o desenvolvimento regional das ciências aplicadas, da educação e das políticas públicas, sobretudo, enfatizam os aspectos culturais e conflitos que permeiam o Contestado. Por fim, este livro pretende atender a demanda por leituras sobre o contexto atual de pesquisa e extensão na região do Contestado. Agradeço imensamente pela sensibilidade da artista Maní e pela aquarela “Maria Rosa do Contestado” que ilustra a capa deste livro.

William Douglas Gomes Peres (IFSC/Caçador)

PREFÁCIO

Márcia Janete Espig
(UFPel/Pelotas)

Márcia Elisabete Schüler
(IFC/Videira)

O CONTESTADO VIVE! A FORMAÇÃO DE UMA NOVA IRMANDADE CABOCLA

O movimento do Contestado, guerra civil que incendiou um vasto território localizado entre os estados de Santa Catarina e Paraná, foi um acontecimento histórico sangrento, marcante, traumático. Traumático, sobretudo, para a população pobre que nele lutou, muitas vezes descrita como população cabocla. Quando falamos sobre os caboclos do Contestado, não nos referimos à cor de pele, a uma etnia ou a grupos humanos miscigenados, mas queremos significar o termo “caboclo” para a descrição de indivíduos que possuem um tronco cultural em comum. Mais do que um tipo físico, um tipo cultural. E no caso da região Contestada, pensamos o caboclo imerso em uma cultura de profunda devoção religiosa; de crença em São João Maria; de respeito pela natureza; de acolhimento; de fortes laços comunitários. Parte dos migrantes vindos de outras regiões do país, ou mesmo imigrantes, “acaboclarão-se”, ou seja, vivenciaram e tomaram para si esse modo de ser e de viver. Uma vida simples, mas bela em muitos de seus preceitos. Através desse modo de pensar, durante a Guerra uniram-se em fraternidade e comunidade, em torno da Santa Religião, onde todos eram “irmãos e irmãs” e onde “quem tem mói, e quem não tem mói também”. Naquele momento de conflito, essa forma de pensar o mundo não foi bem aceita por uma cultura elitista e urbana, tendo sido descrita de maneira preconceituosa através de jornais e outras narrativas.

Os primeiros julgamentos vieram logo após sua primeira reunião em Taquaruçu, junto ao Monge José Maria. O jornal Folha do Comércio, de Florianópolis, em setembro de 1912, considerava que a junção dos sertanejos seria produto de sua extrema “ignorância”, causada pela “falta de escolas” e “abandono”. Essa forma de pensar aparece em muitos periódicos, sendo os caboclos continuamente avaliados. Nesse primeiro momento, a principal acusação é a de ignorância ou, como diziam alguns, “falta de cultura”, ou inclusive “espíritos atrasados”.

Os epítetos preconceituosos permaneceram e se ampliaram à medida que a Guerra evoluiu. Aquele primeiro momento, de reunião e comunhão fraterna, evoluiu para uma postura de autodefesa, primeiramente na Batalha do Irani, e posteriormente nas Cidades Santas, que passaram a se organizar no final de 1913. Os ataques por parte das forças oficiais, constituídas pelas Forças Públicas do Paraná e de Santa Catarina, pelo Exército Nacional e por vaqueanos ligados aos coronéis da região, dizimaram mulheres, crianças e idosos, gerando a revolta dos caboclos, personagens historicamente espoliados pelo

sistema capitalista que se impunha.

A partir desses acontecimentos, e da reação às inúmeras violências sofridas, o sertanejo passou a ser avaliado mais duramente e os adjetivos passaram a ser mais cruéis. O mesmo jornal anteriormente citado, em dezembro de 1914 vai chamar os rebeldes de “bandidos” e “salteadores vulgares”. Aliás, “bandidos” e “jagunços” são dois dos termos mais comuns para descrevê-los, e repetem-se em inúmeras fontes históricas que falam sobre o Movimento. Além dos jornais, podemos citar livros escritos por militares que participaram da repressão e que usam termos semelhantes.

Para se ter uma ideia, o primeiro tenente Herculano Teixeira d’Assumpção, que chegou à região em 1915, afirmou que os moradores locais eram pouco trabalhadores, além de bárbaros, selvagens, bandidos, chegando a chamá-los de “monstros”. Em livro publicado em 1917, afirmou que ali vivia “[...] uma população numerosa, sem o mínimo resquício de sentimento humano...” O mesmo tom foi empregado em documentos produzidos no calor da hora, tais como Autos de Perguntas e Inquéritos realizados com rebeldes capturados ou que se apresentaram às forças legais. Nessa documentação, foram chamados de “tipos torpes, bandidos e gatunos”, bem como “vagabundos da pior espécie”. Termos semelhantes são encontrados em outros materiais, tais como relatórios ou partes de combates. Facínoras, jagunços, bandidos, alucinados, hediondos... Termos fortes e injustos, ao descrever uma população que estava a defender seu chão, sua família e sua cultura.

Por muito tempo, essa terminologia persistiu em boa parte dos livros produzidos sobre o Contestado. Até os dias de hoje, eventualmente encontramos obras que tratam os rebeldes por “jagunços” ou, o que é mais comum, por “fanáticos”. Dentro da maior parte das obras acadêmicas, contudo, esses termos não somente foram abandonados, mas também criticados. Hoje, não faz sentido tratar os caboclos ou sertanejos do Contestado por palavras elitistas ou arrogantes. Combater esse tipo de preconceito tem sido uma batalha travada por historiadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos, folcloristas, agentes culturais, dentre outros estudiosos contemporâneos. A percepção atual acerca da legitimidade da luta sertaneja e sobre a riqueza cultural daquelas populações traz contornos positivos à memória e à identidade dos homens e mulheres, moradores atuais do ex território Contestado.

Com todas as arbitrariedades sofridas, não apenas no campo de batalha, mas também no campo simbólico, não causa estranheza que por muitas décadas o Contestado tenha sido um assunto tabu no próprio local que em que ocorreu. Logo após a destruição do reduto de Santa Maria, que geralmente assinala o final do movimento, houve na região aquilo que o pesquisador Maurício Vinhas de Queiroz chamou de “fase do açougue”. A expressão é autoexplicativa, e designa um momento em que a maior parte das forças militares se retirou, deixando a cargo de alguns piquetes o trabalho de “limpeza”, quando parte dos rebeldes restantes foram caçados e assassinados impiedosamente. Era necessário, então, para própria sobrevivência física, não falar sobre a Guerra, esconder-se, negar proximidades. Soma-se a isso toda a carga representada pelo uso de termos e expressões que analisamos mais acima: fanáticos, bandidos, jagunços... Esse

processo, em conjunto, causou um retraimento das memórias, das narrativas sobre as vivências, da fala sobre o trauma causado pela Guerra. Tudo isso deveria, forçosamente, ser reprimido no campo do pensamento. E assim viu-se o silenciamento do caboclo, a violência simbólica, o represamento das experiências vividas, a impossibilidade de falar sobre o passado. Mas essas memórias estavam lá, e calavam fundo. Em grupos íntimos, familiares, esse lembrar era possível, senão necessário. Em público, porém, jamais se assumir “jagunço”, não relembrar as cidades santas, nem a experiência de vida igualitária e comunitária.

Por décadas persistiu esse silenciamento na região. Aos poucos, porém, diferentes tipos de ações foram alterando esse quadro. Pesquisadores e estudiosos, interessados em historiar o período da Guerra, começaram a percorrer tais espaços. Além dos documentos escritos, buscavam os testemunhos orais, as falas, memórias e lembranças dos remanescentes do movimento, ou de seus descendentes. A esse interesse o caboclo respondeu ressabiado, por vezes preocupado. Afinal, não poderia ser esse pesquisador um sucedâneo daqueles que o alcunhavam bandido? Não seria também um representante daquela cultura elitista, preconceituosa, responsável por uma violência física e simbólica de tamanho difícil de ser mensurado?

Certamente esse não foi um processo fácil para os caboclos. Aos poucos, contudo, o interesse vindo de fora da região foi sendo percebido como legítimo, trazendo um lembrar sobre o passado. Em certo sentido, os pesquisadores reafirmavam aos remanescentes do conflito a importância de seu protagonismo durante a Guerra. Reafirmavam seus marcos identitários, desejavam saber sobre as Cidades Santas, se interessavam pelos personagens que lá viveram, valorizavam sua fé no Monge e na natureza. Esse movimento teve início pelas décadas de 1950 e 1960, e continua ativa até os dias de hoje. Se já não temos remanescentes vivos de uma guerra mais que centenária, temos seus descendentes, suas memórias familiares, indiretas mas não menos importantes. E a fé no Santo Monge, essa persiste, e se materializa em cruzeiros, capelas, águas santas, ermidas, cavernas, grutas... Continua a fascinar pesquisadores de variadas áreas de conhecimento, além de artistas, cineastas, dramaturgos, entre muitos outros.

Nesse processo de posituação da memória, o poder público também teve sua importância. Em nível estadual, nas décadas de 1980/1990 o governo catarinense passou a celebrar a riqueza da história contestada. Destacando o protagonismo dos caboclos, símbolo da “luta dos pequenos” frente a injustiças sociais e políticas, o estado estimulou estudos, publicações, vídeos, além da implantação de marcos e placas em locais significativos, tais como espaços onde ocorreram batalhas ou existiram Cidades Santas. Essas ações refletiram uma guinada do discurso oficial. Os homens e mulheres do Contestado passavam de bandidos a heróis, defensores do solo Contestado frente a forças espoliativas. Outra iniciativa importante foi a construção do Parque Temático do Contestado, em Irani, no local em que ocorreu a famosa Batalha. Embora o projeto inicial não tenha sido realizado em sua totalidade, serviu para promover a preservação daquele sítio, criando um local de memória educativo para as novas gerações. Em 2001, a bandeira

do Contestado foi reconhecida oficialmente pelo governo estadual como símbolo regional do Estado de Santa Catarina, podendo ser hasteada em eventos oficiais. No ano seguinte, outra lei instituiu a Semana do Contestado, a ser lembrada anualmente, entre os dias 20 e 27 de outubro.

Outros grupos sociais, mais ou menos na mesma época, também dedicavam atenção ao conflito e o transformavam em referência. Em 1986 a região de Taquaruçu recebeu a Primeira Romaria da Terra em Santa Catarina, ligada a diferentes grupos sociais, tais como as Comunidades Eclesiais de Base e as pastorais operárias. Diferentes símbolos e referências relacionadas ao Contestado passaram a ser apropriadas por diversos movimentos sociais contemporâneos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Toda essa agitação, de reconstrução identitária, de positivação de memórias e de reposicionamento histórico dos personagens do Contestado não estaria completo se não houvesse um forte movimento interno, nas comunidades, entre as populações descendentes dos caboclos. Não temos aí um processo único ou combinado, mas diferentes processos ocorrendo em várias cidades que compõem hoje a região outrora contestada. E nesse ponto devemos lembrar a ação de homens e mulheres que, cada qual em sua comunidade, fizeram e ainda fazem a diferença ao promover a rememoração acerca do conflito por diferentes vias. São muitas experiências, várias delas ainda em movimento, em locais como Caçador, Lebon Régis, Fraiburgo, Calmon, Matos Costa...

Sendo impossível citar aqui todas esses experimentos e todos os agentes culturais envolvidos, pensamos homenagear a todos e todas na pessoa de um de seus precursores, o falecido folclorista Vicente Telles, um ativista que fez da sanfona sua arma e recompôs a história e a memória sobre o Contestado na região de Irani. Participou da idealização do Parque Temático do Irani, incentivou o ensino escolar e a rememoração através de dramatizações, declamações e música. Encheu os olhos e os corações em sua comunidade. Vemos hoje movimentos variados, cada qual com sua especificidade, mas que buscam, em cada local, objetivos semelhantes: o resgate da identidade cabocla, a positivação dessa identidade, e o repensar sobre as dolorosas memórias acerca da Guerra do Contestado.

Em meio a esse percurso, surge um importante evento, que dialogou não apenas com a produção acadêmica sobre o Contestado, mas também com as iniciativas de resgate cultural acima mencionadas. O Primeiro Congresso Nacional do Contestado, ocorrido em junho de 2019, teve lugar em Caçador e acolheu a comunidade local de maneira inédita.

Este evento foi possível graças ao trabalho comum e em rede, a partir do convite feito pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) para que o Instituto Federal Catarinense (IFC) participasse através de seu projeto de extensão Núcleo de Estudos do Contestado (NEC) da criação, construção e execução da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia onde teria lugar um evento acadêmico abordando a ciência para redução de desigualdades e tendo o Contestado como foco de debate.

Os Institutos Federais no Brasil surgem distribuídos em eixos congruentes às demandas regionais onde são implantados e são apoiados no tripé baseado em ensino,

extensão e pesquisa. Entre os anos de 2007 a 2012, várias unidades do IFSC e do IFC foram implantadas no Contestado Catarinense, em locais como Canoinhas, Videira, Caçador, Fraiburgo, Luzerna, dentre outros. O projeto de extensão NEC tem ações voltadas ao estudo da Guerra do Contestado, com atividades consolidadas desde 2013.

Quando o NEC aceitou arregaçar as mangas e compor a organização, começava a se formar novamente a irmandade no mundo caboclo, nele e a partir dele. Outras instituições, como a comunitária Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) foram chamadas e aceitaram o convite desafiador de trazer pela primeira vez um evento acadêmico deste porte para terras contestadas. Também o NEC ganhou fôlego com a introdução de novos membros externos que ajudaram e ajudam a solidificar aquilo que se lançou como proposta entre as instituições.

Muito se fala do Contestado fora de seu território e a conquista foi trazer pesquisadores importantes, estudantes de todos os níveis para apresentar trabalhos, debater e ouvir e ainda incorporar ao evento acadêmico as comunidades, líderes locais e pessoas envolvidas no resgate da cultura cabocla, na memória do Contestado.

Todos os que já tiveram a rica experiência de estar em meio ao povo caboclo do Contestado sabem sobre o espírito de irmandade e partilha que norteia a vida dessas pessoas. O fazer comunitário é traço fundante da cultura cabocla desde o modo de vida herdado das nações indígenas nativas, aos redutos de resistência durante a Guerra até a formulação e concretização deste Primeiro Congresso Nacional do Contestado, cujo resultado acadêmico podemos atestar nesta publicação, recheada de contribuições as mais diversas.

Foram 23 pesquisadores que produziram resultados, provocações, relatos de ações sobre o tema em mesas temáticas, 79 trabalhos acadêmicos inscritos para avaliação e público de 1200 pessoas circulando pelo congresso. Colaboraram com o mesmo vinte instituições nacionais, além de pesquisador internacional vinculado à ONU.

A presente obra é um dos muitos frutos decorrentes desse memorável encontro. Dos artigos aqui publicados, 15 foram apresentados no congresso, e os demais 6 trabalhos surgem a partir da rede de relações acadêmicas então constituídas ou reforçadas.

Sotaques e gentes de vários rincões se achegaram ao evento, interessadas em nossa história, o que demonstra que o Contestado é maior que nós mesmos... O Contestado vive.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
BANDA CABOCLOS REBELDES: A IDENTIDADE DO CONTESTADO EM CONCERTO	
Eduardo do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.4492003081	
CAPÍTULO 2	9
MEMÓRIA DO COMBATE DE RIO DAS ANTAS: DESCOBRINDO VESTÍGIOS SOBRE A TRINCHEIRA DOS COLONOS	
Márcia Janete Espig	
Gerson Witte	
DOI 10.22533/at.ed.4492003082	
CAPÍTULO 3	21
A GUERRA DO CONTESTADO E A LEI DE TERRAS IMPERIAL: UM ESTUDO DE CASO DA FAZENDA FIGUEIREDO (LAGES, 1855-1917)	
Flávia Paula Darossi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003083	
CAPÍTULO 4	34
CONTENDAS ENTRE CATOLICISMO POPULAR E CATOLICISMO ORTODOXO NO CONTESTADO	
Cleber Duarte Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.4492003084	
CAPÍTULO 5	49
A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA CIDADE DE CAÇADOR	
Andrea Alves Cavalet	
Hillevi Maribel Haymussi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003085	
CAPÍTULO 6	59
DINÂMICA TERRITORIAL NO CONTESTADO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA	
Diane Daniela Gemelli	
Silas Rafael da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.4492003086	
CAPÍTULO 7	69
DEZ ANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA EM CURITIBANOS	
Cristhiane Martins Lima Kreusch	
Renata Marafon	
DOI 10.22533/at.ed.4492003087	
CAPÍTULO 8	81
A CONTRIBUIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE RIO DO PEIXE PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO	
Marcia Garbin	
Mariana Di Domenico	
Bianca De Bortoli	
Amanda Zago	
Juliana Aparecida Biasi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003088	

CAPÍTULO 9	91
COTIDIANO E MOVIMENTO OPERÁRIO EM RIO NEGRINHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA REGIÃO DE FRONTEIRA COM O CONTESTADO - (1919-1982)	
Fernando Henrique de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.4492003089	
CAPÍTULO 10	102
MEMÓRIAS DO CONTESTADO EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO	
Gerson Luiz Buczenko	
DOI 10.22533/at.ed.44920030810	
CAPÍTULO 11	109
EXTENSÃO COMO ANIMAÇÃO DE PROCESSOS SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA COM O ARTESANATO NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-SC	
Cleber José Bosetti	
Zilma Isabel Peixer	
Juliana Golin Krammes	
DOI 10.22533/at.ed.44920030811	
CAPÍTULO 12	119
PROPRIEDADES TOMADAS, PROPRIEDADES INCENDIADAS, VIDAS APAGADAS!	
Viviani Poyer	
DOI 10.22533/at.ed.44920030812	
CAPÍTULO 13	130
A RESISTÊNCIA, O SINCRETISMO RELIGIOSO E O PAPEL DE SALVAGUARDA DA MEMÓRIA DO CONTESTADO NAS BENZEDEIRAS DA REGIÃO DO CONTESTADO NO SÉCULO XXI (2000-2018)	
Flávia Rhafaela Pereira	
Silvio dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44920030813	
CAPÍTULO 14	142
SÍNTESE VERDE DE NANOPARTÍCULAS DE PRATA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
William Gustavo Sganzerla	
Ana Letícia Andrade Ferreira	
Cleonice Gonçalves da Rosa	
Ana Paula de Lima Veeck	
Michael Ramos Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.44920030814	
CAPÍTULO 15	156
ENTRE REPETIÇÕES, CONSENSOS E CONTRASENSO: UMA POSSÍVEL TRAJETÓRIA DE JOSÉ MARIA ATRAVÉS DA HISTORIOGRAFIA SOBRE A GUERRA DO CONTESTADO (? – 1912)	
Gabriel Carvalho Kunrath	
DOI 10.22533/at.ed.44920030815	
CAPÍTULO 16	166
NAS ENTRELINHAS DO PROCESSO JUDICIAL: O ASSALTO AO TREM PAGADOR	
João Felipe Alves de Morais	
DOI 10.22533/at.ed.44920030816	

CAPÍTULO 17	176
TABULEIRO DA ORTOGRAFIA: ESTRATÉGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM POR MEIO DE JOGO EDUCATIVO PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	
David Ferreira Severo	
Bianca Gonçalves Sousa de Moraes	
Diogo Moreno Pereira Carvalho	
Marta Ferreira da Silva Severo	
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.44920030817	
CAPÍTULO 18	189
GUERRA, FOME E GENOCÍDIO: A SECA DA TAQUARA E O EXÉRCITO NO ENCALÇO DOS CABOCLOS DA REGIÃO DO CONTESTADO (1910-1923)	
Delmir José Valentini	
DOI 10.22533/at.ed.44920030818	
CAPÍTULO 19	213
A CARTOGRAFIA NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL: RIO BRANCO E OS LIMITES ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1889-1895)	
Michel Felipe Moraes Mesalira	
DOI 10.22533/at.ed.44920030819	
CAPÍTULO 20	225
O LEGADO DE UM CONFLITO: A HERANÇA DO CONTESTADO PARA A REGIÃO MEIO OESTE CATARINENSE	
Tatiana Bruna Fabian	
Tulainy Parisotto	
DOI 10.22533/at.ed.44920030820	
CAPÍTULO 21	236
O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO DE SÃO JOÃO MARIA EM SÃO MATEUS DO SUL/PR	
Alcimara Aparecida Föetsch	
Mário Sérgio Deina	
DOI 10.22533/at.ed.44920030821	
CAPÍTULO 22	252
A REVOLTA DO CONTESTADO E O PASSADO QUE NÃO PASSA: NACIONALISMO, ABJEÇÃO E CONTEMPORANEIDADE	
Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.44920030822	
SOBRE O ORGANIZADOR	262

CABOCLOS REBELDES: A IDENTIDADE DO CONTESTADO EM CONCERTO

Eduardo do Nascimento
(IFSC/Caçador)

RESUMO: Os significados simbólicos embutidos na música podem revelar os elos inextricáveis entre cultura, lugar e tempo, sendo então, uma proveitosa fonte para a construção da identidade de um lugar. Estes significados são incorporados nas relações sociais retroalimentando a formação cultural. Portanto, o objetivo central é promover a cultura e a diversidade musical, de forma a divulgar e fortalecer a identidade regional para comunidade de Caçador e região. Foram compostas 6 canções com relação às temáticas culturais do Contestado, as quais foram apresentadas durante a semana nacional de ciência e tecnologia do IFSC Caçador e da UFSC Curitibanos, além do concerto na semana do Contestado de Caçador. Este trabalho também analisa a linguagem da obra musical “O Contestado” de Romário José Borelli, fazendo um contraponto com as composições produzidas no projeto de extensão Banda Caboclos Rebeldes do IFSC Caçador. Borelli mostra um profundo conhecimento sobre o tema, os personagens e a geografia da região onde se desenrolou o conflito. Acima de tudo, retrata os costumes locais, o modo de vida dos caboclos sertanejos nativos, suas crenças, linguagem e convicções. Vários dos aspectos destacados foram pinçados da realidade histórica, como a preocupação em preservar a linguagem regional. Antes de tudo, é um

resgate da identidade local. O cooperativismo, a irmandade e a fraternidade materializada na frase histórica, “quem tem mói, quem não tem mói também”, além do resgate do respeito à mulher são temas centrais do projeto banda Caboclos Rebeldes. Outro aspecto interessante das respectivas músicas é a sua estrutura rítmica. Sobretudo, a proposta é distanciar-se do relato histórico e emergir uma nova identidade que remete aos valores culturais históricos, contribuindo para que tais valores pudessem ser ressignificados e reconstruídos, fortalecendo a identidade local.

PALAVRAS-CHAVE: Contestado; Lugar e Música; Identidade Cultural.

1 | INTRODUÇÃO

A música é uma forma cultural amplamente consumida em quase todos os ambientes, sejam eles públicos ou privados. Nesse processo de consumo, passa-se pela construção social e transformações desses lugares. Conseqüentemente, a música de um local pode trazer imagens e símbolos específicos dele. Por exemplo, o *rap* tem se disseminado rapidamente como um elemento de expressão cultural da cidade fragmentada e produtora de um novo tipo de pobreza excludente. É o domínio do pulso sobre o tom, numa sociedade que banaliza a violência. É um processo mais amplo de crise social, que

afeta o sistema tonal da música (GUIMARÃES, 2008).

A música também é um meio para as pessoas comunicarem suas experiências, sendo então, uma proveitosa fonte para a construção da identidade de um lugar. A análise dos significados simbólicos embutidos na música pode revelar os elos inextricáveis entre cultura, lugar e tempo. Desta forma, os textos musicais devem ser entendidos como diálogos sociais em andamento, os quais ocorrem em determinadas situações refletindo esses cenários. O contexto histórico, ambiental e social de um lugar, geralmente fornecem o cenário e a inspiração para determinado indivíduo ou grupo criar músicas. Os compositores codificam seu significados culturais preferidos, a música então, é consumida por uma audiência de forma concordante ou não, mas estes significados são incorporados nas relações sociais retroalimentando a formação cultural. Por isso, no estudo da música como um meio, devem ser levados em consideração o mensageiro e o mecanismo desse meio, isto é, os compositores, arranjos, músicos, instrumentos, entre outros (KONG, 1995; CARNEY, 2003; GUIMARÃES, 2008).

A participação social cidadã configura-se na forma de intervenção individual e coletiva, que supõem redes de interação entre pessoas, grupos e instituições. A cidadania define os que pertencem e os que não se integram àquela comunidade (MILANI, 2008). Assim, identidade coletiva dá centralidade aos fatores culturais, às redes de pertencimento e ao compartilhamento de valores. A ênfase em aspectos da identidade coletiva leva ao aprendizado para os grupos de indivíduos preocupados com a orientação de suas ações em um campo de oportunidades e restrições (GHON, 2019). Para participar, os indivíduos têm que desenvolver a autoestima, construir sua própria imagem e as representações sobre sua vida. Eles precisam estar articulados às redes societárias, desenvolver interações frequentes e contínuas com seus pares (STASSEN, 1999). Logo, os mecanismos informais de integração social são fundamentais para criar identidades. A dimensão sociorrelacional é fundamental para motivar a participação e combater a exclusão.

O município de Caçador localiza-se no meio-oeste catarinense fazendo parte da região do Contestado. Historicamente, esta região foi palco da maior guerra civil brasileira, sendo que, mais de 20.000 pessoas da população local foram exterminadas, gerando uma enorme opressão sociocultural nas décadas seguintes (FRAGA, 2012). Esta é uma das razões pelas quais o Contestado é atualmente a das região com maior desigualdade socioeconômica do estado de Santa Catarina (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2016). É notório que, a grande parcela da população de Caçador e região tem pouquíssimo acesso à diversidade cultural. Assim, combater as desigualdades históricas através de ações que promovam a identidade e a diversidade cultural são importantes. Oferecer acesso à estes conhecimentos para a comunidade local, são emergências no contexto do Contestado, logo, justificam a execução deste projeto. Portanto, o objetivo central é promover a cultura e a diversidade musical, de forma a divulgar e fortalecer a identidade regional para comunidade de Caçador e região.

2 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho propõe analisar a linguagem da obra musical “O Contestado” de Romário José Borelli, fazendo um contraponto com as composições produzidas no projeto de extensão Banda do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) câmpus Caçador, “Caboclos Rebeldes”. O projeto citado, foi elaborado em busca da ressignificação da identidade do Contestado fomentando valores fundamentais da cultura regional. Criou-se um repertório com 6 canções inéditas, composições que foram arranjadas com objetivo de instigar e comover sobre o tema. Cada música traz em sua letra e melodia, aspectos folclóricos da cultura cabocla em alusão aos fatos históricos da guerra do Contestado. Os músicos integrantes da banda são alunos e servidores do IFSC, além de músicos locais como mostrado na Figura 1.



Figura 1. Banda Caboclos Rebeldes: da esquerda para a direita, André Jean (músico local, compositor, cantor e violonista), Keven (discente IFSC, contra-baixo), Jonatan (servidor IFSC, violonista), Maurício (discente IFSC, baterista), Duda (servidor IFSC, compositor e violonista), Mariana (discente IFSC e cantora) e Francis Lee (músico local e pianista).

Fonte: do Autor.

Realizou-se três apresentações públicas com a banda no ano de 2018 nos seguintes eventos: Abertura da Semana do Contestado em Caçador realizada no parque municipal central José Rossi Adami, espetáculo artístico da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do IFSC em Caçador e da Universidade Federal de Santa Catarina em Curitiba respectivamente. Além de uma apresentação no circuito cultural do SESC no município de Caçador em 2019.

A obra, “O Contestado” de Romário José Borelli (1979), é um marco da produção artística sobre o Contestado. Historiador, músico e dramaturgo, o autor montou a peça musicada pela primeira vez em 1972. Em 1979 foi lançado o disco pelo Museu da Imagem e do Som do Paraná com as gravações das composições musicais da peça. Nesta obra, Borelli mostra um profundo conhecimento sobre o tema, os personagens e a geografia da região onde se desenrolou o conflito. Acima de tudo, retrata os costumes locais, o modo de vida dos caboclos sertanejos nativos, suas crenças, linguagem e convicções, como a justiça e a valentia. Destaca-se o trecho cantado: “serra que eu cruzo, neste andá com a

jagunçada, abusadô perde os abuso e exproradô fica sem nada” (BORELLI, 1979).

A canção “Lá vem João Maria, a bença” mostra o sincretismo como um importante traço da religiosidade cabocla, como no trecho: “o pai véio João Maria, não qué pôso nem esmola, afasta a agonia, batiza, benze e consola” (BORELLI, 1979). O sincretismo religioso é uma das bases da cultura no Contestado, misturando ao catolicismo, dentre vários aspectos, os benzimentos populares. Estas características são apresentadas na música “Alumia” da banda Caboclos Rebeldes como no trecho “a peçonha alheia, o juízo vareia, as visage arrodeia, três galho de espinheira, arruda pra coze...” Esta música foi escolhida como representante da música cabocla na semana do Contestado de 2019 da cidade de Lebon Régis, o coração do Contestado.

Vários dos aspectos destacados na obra de Borelli foram pinçados da realidade histórica, como a preocupação em preservar a linguagem regional. Antes de tudo, é um resgate da identidade local. Isto é essencial para manter a autenticidade do processo cultural, de tal maneira que, o documento linguístico complementa o documento histórico, como retratado no trecho: “o sor quente rebenta a pinha que se espaia na coxia, ...poncho véio, pingo magro e as história da porfia, ...todo povo sertanejo trabaiando nos carijo” (BORELLI, 1979).

O Contestado ocorreu numa conjuntura que envolve as políticas da terra no final do império e, como consequência, a deslegitimação da propriedade e da cultura dos habitantes nativos caboclos sertanejos. Assim, o estado brasileiro amparou a apropriação desse território pelos coronéis latifundiários, a corrupção e a disputa política entre Paraná e Santa Catarina acirrada com a exploração dos recursos da erva-mate, além da ação extorsiva e predatória dos interesses estrangeiro para a construção da ferrovia para a colonização e para a exploração da madeira (TOMPOROSKI & BUENO, 2018). As palavras de Borelli sobre sua obra evidenciam a eliminação histórico-cultural do caboclo:

Enquanto levantávamos os dados episódicos para transfigurá-los numa linguagem artística, surgiram inúmeros elementos de uma riqueza extraordinária sob o aspecto cultural, cujo brilho se esmaecia nos olhos e nos costumes dos antigos moradores da região. Ilha cultural que sobreviveu incógnita, fora dos registros nacionais, porque, lhe foi imposto um desprezo intencional pelas elites comprometidas com seu esbulho. A orla tênue desse agente cultural, não permite mais o registro folclórico direto, seu núcleo se perdeu no poço da história, dissipado aceleradamente pelo advento das telecomunicações, que nos últimos anos o descaracterizaram. Nossas tentativas de restauração memorial uniu peças incompletas, palavras fora da gramática e um significativo silêncio (BORELLI, 1979).

O povo caboclo que ocupava as terras Contestadas desde muito antes do conflito foi brutalmente apagado, e com isso, as características próprias do seu modo de vida, como o faxinal, faixa de terra de criação comum de animais e o pixirum, mutirão comunitário para realização de tarefas ligadas à agricultura com uma celebração festiva ao final (TOMPOROSKI & BUENO, 2018). O cooperativismo na partilha das terras, a irmandade e a fraternidade materializada na frase histórica, “quem tem mói, quem não tem mói

também e no fim todos ficam iguais”, são valores fundamentais hoje, para a construção de uma sociedade mais sustentável e solidária. Por isso, a frase foi incluída no refrão da canção “Minh’alma” da banda Caboclos Rebeldes. Esta música faz alusão à alguns fatos históricos como a luta entre irmãos na guerra, a fé, e ainda, a metralhadora que falhou na primeira batalha no Irani. Retrata também o misticismo que pairava nos redutos, quando ao alvorecer avermelhado os caboclos tinham visões do exército encantado de São Sebastião. José Maria anunciava que, após sua morte reuniria os caídos em batalha e retornaria com o exército encantado. Fato também lembrado por Borelli na música com tom de ladainha “São José Maria” que cita: “São José Maria recoie nosso irmão vivido na agonia e morto na afrição, ... São José Maria recebe teu sordado e traiz de vórta um dia no exército encantado” (BORELLI, 1979).

O folclorista e músico catarinense Vicente Telles, dedicou sua vida à missão de tirar das sombras parte ainda insepulta do legado da Guerra do Contestado, numa das suas canções destaca-se a importância da sua obra para a identidade cabocla: “Herdeiro do chão Contestado é o sem-terra e sem rumo seguro, herança de amor e justiça, da raça mestiça de coração puro. Contestado é a voz do passado, falando ao presente e alertando o futuro” (PEREIRA, 2016). É preciso reconstruir essa identidade, com a finalidade de, atender às novas expectativas e necessidades futuras enquanto sociedade. O resgate do respeito à mulher é um tema central do projeto banda Caboclos Rebeldes, como observado na poesia musicada do folclorista caçadoreense Pinduca:

Eu louvo minha esposa da cabeça ao carcanhá, louvo suas mãos, louvo os seus braço que é pra ela me abraçá, adespois louvo a cabeça e os cabelo dela pentiá, louvo as sobrançelas e os seus lindos olhos de enxergá, adespois mimosa boca e os dente de mastigá. Eu louvo o seu pescoço com que enfeita o colar, adespois louvo o joelho que é dela se ajoelhá, quando entra numa igreja fazendo o siná, cruzando o dedo na testa pra mó de o cão não atentá, adespois louvo os sapato e as meia de carçá, de uma doce criatura quando sai pra passeá, tão bonita e tão faceira pro seu home admirá. (Fonte: Pinduca, Caçador)

Outra canção enfatizada aqui é “Ver caboclo”, ela dialoga com a temática da mulher, porém, retrata de forma crítica a situação atual da violência contra a mulher no Contestado, sendo este um dos problemas sociais persistente na região, como citado: “hoje reparo, me vejo e ouço, me sinto triste, sem chão e nem um pouco de energia, da luz da vida. Mais um caboclo frustrou seus sonhos, lamentou sob a terra partida, nossas mulheres coagidas, caídas, banhadas em sangue e dor” (Fonte: do Autor). Após isto, a música intitulada “Maria ninguém”, aborda novamente o tema de gênero e traz um apelo para a importância da ruptura com as sanções à mulher, como citado: “o silêncio, cala, sufoca, castiga, sanções 100 anos depois ...identidade é ter, coragem e gratidão, sem ponto e nem dó dar uma basta nesta sanção” (Fonte: do Autor).

O papel da mulher na cultura cabocla é essencial e está baseado na figura histórica de Maria Rosa e na figura folclórica de Chica Pelega. Maria Rosa, foi uma jovem “virgem”

vidente que representava o elo de ligação entre o céu e a terra. Exerceu um importante papel de grande liderança na cidade-santa de Taquaruçu. Já Chica Pelega, foi introduzida na história popular do Contestado, não havendo indícios históricos de sua participação na guerra. No entanto, essa figura retrata a mulher-guerreira que tinha grande zelo pela comunidade. Montada em um cavalo, empunhou um facão de madeira e partiu para o combate em defesa dos seus (VALENTINI, 1998). Isto demonstra o valor cultural importante da mulher como figura fundamental no trato da sociedade e que toma posição em enfrentamento às injustiças.

As estruturas harmônicas musicais são o testemunho de uma dada cultura e dos processos de construção daquela identidade. No caso da música popular brasileira, há uma grande liberdade no uso de notas subdominantes em acordes invertidos que camuflam as funções harmônicas básicas por meio de modulações para tons relativos, vizinhos ou afastados, combinando com uma métrica sincopada com acentuações nos tempos fracos. Isto causa uma sensação de ambiguidade e fluidez, de ambientação harmônica vaga e muitas vezes inesperada. Essa vocação brasileira de intercâmbio sonoro entre as escalas, revela a complexidade e diversidade dos indivíduos sociais (BOHUMIL, 1996; GUIMARÃES, 2008).

Nos arranjos musicais tanto da obra de Borelli (1979), quanto do repertório da banda Caboclos Rebeldes, estão presentes tais aspectos de complexidade harmônica da música brasileira. Borelli (1979) em “O Contestado” dispõe arranjos bastante característicos da música sertaneja, em escala maior com variações sobre a subdominante e dominante (BOHUMIL, 1996). Num ritmo próximo ao pagode sertanejo, o principal instrumento é a viola, que improvisa frases curtas enquanto os versos são marcados e repetitivos dos trovadores. Construção esta, fidedigna ao relato histórico. Além disso, cabe destacar as canções “Colaboração norte americana”, “Tormenta” e “Já tem fuzi com bala” (BORELLI, 1979), as quais apresentam uma estrutura harmônica mais complexa com inversões tonais e dissonâncias. Outro aspecto interessante das respectivas músicas é a sua estrutura rítmica, a qual remete ao som do trem, logo que, a construção da ferrovia foi o foco central da guerra do Contestado. As composições da banda Caboclos Rebeldes tem arranjos diversificados, transpassando suavidade e fluidez até tensões dissonantes (BOHUMIL, 1996). Adicionalmente, o foco dos arranjos foi centrado na variação rítmica. Este aspecto é importante para determinar a diversidade cultural observada na região do Contestado, além de, impedir a rotulação de um estilo característico. Sobretudo, a proposta é distanciar-se do relato histórico e emergir uma nova identidade que remete aos valores culturais históricos.

3 | CONCLUSÃO

O Contestado possui uma enorme riqueza de símbolos e valores culturais, os quais foram historicamente reprimidos. Portanto, ações que resgatem estes aspectos são essenciais para o desenvolvimento sociocultural da região e conseqüentemente para redução das desigualdades fundada na identidade coletiva. A obra musical de Borelli

(1979), traz um resgate histórico importante para compreender a cultura cabocla. A partir disso, a banda Caboclos Rebeldes contribuiu para que tais valores culturais pudessem ser ressignificados e reconstruídos, fortalecendo a identidade local. Por fim, para o solidificar o cumprimento do objetivo deste trabalho é fundamental que haja uma ação de continuidade na divulgação destas composições, a fim de que, o público atingido seja o mais amplo possível.

4 | AGRADECIMENTOS

Agradeço gentilmente ao IFSC e ao CNPq pelo financiamento das atividades desenvolvidas. Gratidão ao servidor Willian Peres por acreditar neste projeto, ajudar e lutar até o último momento pela sua execução, aos discentes Maurício, Mariana, Keven e ao servidor Jonatan por apoiarem a proposta e participarem da banda, aos músicos Moacir Cardoso e Francis Lee pela disposição e colaboração com a banda, ao poeta Pinduca por inspirar e manter viva a cultura cabocla, ao músico André Jean pela parceria e vontade de reviver o espírito do Contestado, à minha amada Patrícia pelo apoio incondicional, incentivo, vibração e sugestões dadas em cada nova música e, por fim, graças à força da fé de meu povo.

REFERÊNCIAS

BOHUMIL, M. **Teoria da música**. Brasília: Musimed, 1996.

BORELLI, R. J. **O Contestado**. Curitiba: Museu da Imagem e do Som do Paraná, 1979.

CARNEY, G. O. Music and place. p. 123-150. In: CARNEY, G. O. **The sounds of people and places: a geography of American music from country to classical and blues to bop**. New York: Rowman & Littlefield, 2003.

FRAGA, N. C. **Contestado em Guerra: 100 anos do massacre insepulto do Brasil**. Florianópolis: Insular, 2012.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 551-579, 2008.

GOHN, M. G. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CRH**, v. 32, n. 85, p. 63-81, 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Perfil socioeconômico ADR Caçador**. Florianópolis, 2016.

GUIMARÃES, R. B. **Escala geográfica e partitura musical: considerações acerca do sistema modal e tonal**. p. 279-296. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. Espaço e cultura: pluralidade temática. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

KONG, L. Popular music in geographical analyses. **Progress in Human Geography**, v. 19, p. 183-198, 1995.

PEREIRA, M. **Vicente Telles**: O mensageiro do Contestado. Florianópolis: Insular, 2016.

STASSEN, J. F. **Exclusion and participation**: can the excluded become able to participate. Belgium: Université de Liège, 1999.

TOMPOROSKI, A. A.; BUENO, E. Terra contestada: as disputas fundiárias nos vales dos rios negro e iguaçu e sua influência para a deflagração do movimento sertanejo do contestado, 1889-1917. **Revista de Estudos Vale do Iguaçu**, v. 01, n. 31, p. 131-146, 2018.

VALENTINI, D. J. **Da cidade santa à corte celeste**: memórias de sertanejos e a guerra do Contestado. Caçador: Universidade do Contestado, 1998.

MEMÓRIA DO COMBATE DE RIO DAS ANTAS: DESCOBRINDO VESTÍGIOS SOBRE A TRINCHEIRA DOS COLONOS

Márcia Janete Espig

(UFPel/Pelotas)

Gerson Witte

(IFSC/Chapecó)

RESUMO: No início do mês de novembro de 1914 ocorreu um ataque dos rebeldes do Contestado à Vila de Rio das Antas, colônia estabelecida na margem esquerda do Rio do Peixe. Esse episódio foi traumático para a memória local e causou a fuga da maior parte dos colonizadores após a morte de parte dos defensores da Vila e de vários caboclos atacantes. Embora mencionado por vários historiadores, esse acontecimento não havia, até aqui, recebido pesquisas específicas. Em nosso trabalho queremos trazer a público um importante achado referente a esse evento histórico. Através da memória de uma família local, foi possível localizar vestígios materiais de uma trincheira construída pelos colonos que participaram da defesa da Vila. A partir disso, desejamos refletir sobre os mecanismos da memória e os novos dados agregados à discussão acerca deste importante episódio.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra do Contestado; Memória; Combate de Rio das Antas.

No transcorrer da Guerra do Contestado (1912/1916), várias foram as batalhas, ataques e combates que marcaram as diferentes fases do conflito. Muitas delas receberam algum destaque da historiografia, tais como o Combate

do Irani (22 de outubro de 1912), o ataque às estações Calmon e São João, da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (setembro de 1914), o cerco e ataque a Curitibanos (final de setembro de 1914), dentre outros (MACHADO, 2008). Porém as pesquisas históricas pouco trataram de um episódio ocorrido na vila de Rio das Antas, colônia estabelecida na margem esquerda do Rio do Peixe. Tratar da localização desta vila é importante devido à questão de limites entre os estados de Paraná e Santa Catarina, sendo importante também mencionar o contexto de sua criação.

Desde antes do desmembramento da Província do Paraná da Província de São Paulo, em 1853, havia uma disputa territorial sobre o espaço que abrange hoje o oeste e meio oeste catarinense. Destaque-se ainda que o extremo oeste era objeto de disputa entre Brasil e Argentina, só dirimida em 1896 através da arbitragem do presidente estadunidense Grover Cleveland. Esse amplo território passou, portanto, por muitas disputas políticas, que envolviam a vida cotidiana dos moradores de várias formas, tais como registro de terras, pagamento de impostos, carência de infraestrutura, etc.

Embora esse espaço ainda estivesse em disputa no início do século XX, o estado paranaense tratava as terras da margem esquerda como suas, o que gerava protestos por parte dos catarinenses. O direito

catarinense ao território em questão foi reconhecido em sucessivas ocasiões pelo Supremo Tribunal Federal. O estado do Paraná não reconheceu o resultado desfavorável e iniciou forte campanha jornalística e política contra a decisão (CABRAL, 1979, p. 57-58). Contudo foi apenas em 1916, após um acordo de limites mediado pelo presidente Wenceslau Braz, que ambos os estados aceitaram as fronteiras que persistem até hoje. Tal acordo colocou ambas as margens do Rio do Peixe sob domínio de Santa Catarina.

Em 1910, chegou a essa região, conhecida e dita como “Contestada”, a construção da linha Sul da Estrada de Ferro, a São Paulo – Rio Grande (EFSPRG). Projeto acalentado desde o período monárquico, a empresa tivera sua concessão ratificada logo após a proclamação da República. Sua construção prosseguiu lentamente, até ser adquirida por uma grande corporação sediada na América do Norte, a *Brazil Railway Company* (BRC). Essa empresa possuía grande volume de investimentos em nosso país, sobretudo em ferrovias, portos e serviços de bonde (SINGER, 1989).

A construção da linha Sul da EFSPRG percorreu a região Contestada, margeando o Rio do Peixe. O Rio do Peixe assinalava, naquele momento, a separação entre o território disputado pelo Paraná e por Santa Catarina, ficando à leste ou a esquerda as terras consideradas como catarinenses, e à oeste ou à direita, as terras pretendidas pelo Paraná.

Tendo completado a construção da EFSPRG em 17 de dezembro de 1910, no ano seguinte a BRC passou a se dedicar à formação de núcleos coloniais. Havia um decreto de junho de 1907 que obrigava a empresa a colonizar os terrenos marginais à ferrovia, obrigatoriedade que constava da concessão original da EFSPRG (novembro de 1889) e que fora expurgada da concessão em 1891, quando de sua revisão pelo novo regime.

Pela clausula VIII do decreto n. 6.533, de 20 de junho do anno findo, obrigou-se a companhia a promover a colonização das terras marginaes da estrada, o que, sem duvida, será um dos factores mais poderosos para o incremento desta importante via ferrea que atravessa, presentemente, vasta extensão de terras pouco povoadas e quasi incultas, comquanto disponham de riquezas naturaes de bom aproveitamento (MINISTERIO DA INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, 1908, p. 983).

Pretendia-se, com tal ação, promover o desenvolvimento das regiões servidas por estradas de ferro federais e desenvolver o tráfego das mesmas. Os diretores da BRC se dividiram quanto a esse decreto, mas ao final não o contestaram em juízo e a empresa tomou para si essa função.

Nessa conjuntura foram criados núcleos coloniais nas regiões marginais à ferrovia, em locais como Rio das Antas, Herval, Rio Capinzal, Rio do Peixe e Rio Uruguay, todos na margem esquerda do Rio do Peixe e servidos pelo caminho de ferro. As terras pertencentes à BRC em Rio das Antas foram repartidas em 280 lotes. Supõe-se que a colônia tenha sido, nesta primeira fase, majoritariamente formada por descendentes de alemães oriundos do leste catarinense. Os terrenos assim divididos não estavam totalmente desocupados. É possível localizar vários processos judiciais envolvendo usucapião na região e discutindo a posse das terras.

Ainda sem poder precisar a data em que este processo se iniciou, possivelmente tenha sido a partir de 1911 que os colonos começaram a ocupar a vila. A conflagração da zona devido à guerra do Contestado, sobretudo a partir de 1914, passou a preocupar os moradores da vila. No período entre agosto e setembro deste ano os rebeldes incendiaram a região, alcançando o máximo de expansão. É o tempo do “jaguncismo”, na expressão de Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 243 e seguintes), marcado por extrema violência. Após o ataque a São João e Calmon, tropas passaram a guarnecer algumas estações da EFSPRG, inclusive a estação Rio das Antas.

A preocupação dos moradores se concretizou no início de novembro de 1914, quando um grupo de rebeldes, chefiado por Francisco Alonso, se dirigiu para um ataque a Rio das Antas, fato que foi registrado pela historiografia, porém pouco estudado até agora.



Figura 1. Monumento sobre o combate entre os colonos e a tropa de Chico Alonso.

Autor: Gerson Witte. Fonte: Arquivo Pessoal. 2018.

Referenciado em trabalhos de síntese histórica, tais como Luz (1999, p. 227), Tota (1983, p. 62-63) ou Auras (1995, p. 122-123), nos quais aparece apenas mencionado dentro de uma cronologia, o combate de Rio das Antas se ressentiu de maior aprofundamento. Em trabalhos mais recentes e com problemas de pesquisa particulares, a menção ao combate ou à morte de Chico Alonso surge de forma incidental, pois foge dos objetivos particulares de cada estudo. Nessa situação estão os estudos de Machado (2004, p. 276), Espig (2011, p. 357), Tomporoski (2012, p. 79-80) e Poyer (2016, p. 4), dentre outros. A obra que mais aprofundou o assunto foi o clássico de Maurício Vinhas de Queiroz (1966, p. 231 e 232), que utiliza precisamente 40 linhas para tratar do episódio em questão.

Os textos descrevem que os rebeldes teriam mandado avisos sobre o ataque, na expectativa de que os colonos fugissem. Isso ocorrera em Curitiba, onde os homens válidos para a luta deixaram a Vila ao receber o aviso. Porém tal comportamento não se repetiu em Rio das Antas, e, quando do ataque, houve reação armada por parte dos colonos, levando a baixas em ambos os lados.

No episódio ocorreu a morte de Chiquinho Alonso, que teve como uma de suas consequências a ascensão de Adeodato ao posto de comandante geral (MACHADO, 2004, p. 293 e seguintes). Como consequência ainda, ocorreu a fuga da maior parte dos colonos originais, que teriam vendido seus bens e se mudado para outras cidades, da região ou mais distantes. Junto com esta dispersão, também as memórias sobre o conflito se pulverizaram. Ao final do conflito e após a realização do acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina (1916), um novo grupo de colonos, em grande parte de migrantes, descendentes de europeus e imigrantes da Europa, em especial Itália e Alemanha, se estabeleceram na Colônia Rio das Antas e na Colônia Rio Preto (margem direita do Rio do Peixe) a partir da década de 1920. Em geral, estes colonos entraram em contato com a história do confronto na localidade, mas aparentemente os novos moradores não mantiveram as memórias do acontecimento.

Contudo, através de conversas com famílias da outrora vila, hoje cidade, foi possível localizar um descendente de colonos que guarda recordações. O senhor Romeu Hugo Rau, em entrevista realizada em 2019, relatou a esses pesquisadores memórias transmitidas por seu bisavô e avô às gerações posteriores.

Segundo ele, sua família era de origem alemã e seu bisavô, Frederico Rau, se estabeleceu com um pequeno comércio de secos e molhados na estrada que ligava a estação ferroviária de Rio das Antas à Linha Santo Antônio, junto à encruzilhada da estrada que levava para a então vila de Rio Caçador, a cerca de 30 metros de onde foi erigido o monumento do Contestado. A localização desta venda, identificada como uma grande “bodega”, foi confirmada pelo relato de outros antigos moradores do município e pela presença de uma fundação de pedra no local apontado.



Figura 2. Romeu Rau, mostrando os locais da história de sua família.

Autor: Gerson Witte. Fonte: Arquivo Pessoal. 2019.



Figura 3. Romeu Rau identificando o lugar do comércio de seu bisavô.

Autor: Gerson Witte. Fonte: Arquivo Pessoal. 2019.

Auxiliando na pesquisa, também apresentou um lugar em que os moradores teriam sido saqueados por Chiquinho Alonso em sua passagem, local de moradia de uma família identificada como “Fleck”, na estrada que liga Rio das Antas a Caçador pela margem esquerda, aproximadamente a três quilômetros de onde aconteceu o tiroteio. Pelo relato, a família teve seus mantimentos apreendidos e aquilo que não era possível transportar foi jogado ao chão. Também uma rês foi abatida para alimentação. Seu Romeu ressalta que a família ficou aterrorizada com os acontecimentos, mas que não teriam sofrido violência física.

Pelo relato, os moradores souberam do ataque à estação Calmon (setembro de 1914) e receberam o aviso de que também seriam atacados. Sendo assim posicionaram vigias a cavalo ao longo da estrada, que denunciaram a chegada iminente da tropa aos colonos. Vários desses aguardavam junto à venda do senhor Frederico Rau, local por onde teriam que passar. Outra informação apresentada foi que, além dos moradores da Colônia Rio das Antas, participaram desta defesa colonos da localidade de Ipomeia, sito a aproximadamente sete quilômetros de distância, em direção ao atual município de Videira.

A memória familiar registrou o horário de chegada dos sertanejos, onze horas e dez minutos da manhã. Foram recebidos a fogo de fuzil e de outras armas de fogo pelos colonos, que teriam se abrigado em trincheiras. Aparentemente existiam apenas duas armas para grande distância, pertencentes a dois moradores que as teriam trazido da Alemanha quando imigraram. Esse armamento, em conjunto com a organização das defesas e preparativos como a presença de trincheiras no local, levanta a hipótese de que alguns imigrantes tenham participado do exército ou passado por treinamento militar na Europa. Segundo o relato, todos os sertanejos teriam sido abatidos no combate e a única baixa entre os colonos seria a morte de uma menina de aproximadamente dez anos de idade, em circunstâncias que não soube precisar. A morte desta moradora teria sido um fato muito marcante para a comunidade.

Os restos mortais dos rebeldes teriam sido abandonados ao ar livre, e como próximo

ao local existia uma invernada de porcos, o relato familiar destaca que, por muito tempo após o acontecimento, ainda era possível ver os animais arrastando pedaços dos cadáveres pelo local. Seu Romeu confirma o abandono da colônia Rio das Antas pela maior parte de seus moradores, inclusive de sua família, que teria se dirigido para Jaraguá do Sul, SC, que possui atualmente um bairro chamado Rau. Alguns membros da família teriam ainda se refugiado na localidade de Ipomeia, sendo que esses retornaram para Rio das Antas após o fim da guerra.

A história oral deste acontecimento teria sido preservada principalmente pelo filho de Frederico Rau, também chamado de Frederico, que contava na época a idade de 9 anos e que teria recebido a incumbência de avisar sobre o ataque às tropas do exército que estavam na Estação da Estrada de Ferro de Rio das Antas, a aproximadamente um quilômetro e meio da venda da família, com a orientação de não utilizar a estrada e seguir apenas por meio da mata. Recebeu um bacamarte (arma de fogo carregado pelo bocal) para uma possível defesa. Para o seu Romeu, o seu avô foi incumbido de dar o aviso apenas após o tiroteio. Chegando na estação, demorou para conseguir se fazer entender pelos soldados, por saber falar apenas em alemão. Os soldados do Exército não teriam se dirigido ao local para averiguar, permanecendo na estação.



Figura 4. Foto de Frederico Rau, que aos nove anos avisou o exército do combate.

Autor: Romeu Rau. Fonte: Arquivo da Família Rau.

O entrevistado expôs a esses pesquisadores não apenas o local em que se desenvolveu o combate entre rebeldes e colonos, mas também pontuou a existência de uma trincheira, construída na ocasião para a defesa da Vila. Em um local por ele identificado existe uma depressão no solo com aproximadamente oito metros de comprimento por um metro de largura e meio metro de profundidade, em um pequeno platô de um terreno de grande inclinação, a aproximadamente 250 metros do local do monumento do Contestado, local do combate. É ainda possível visualizar onde o solo retirado da vala teria sido utilizado para criar apoio para armas.



Figura 5. Terreno da localização da trincheira (em destaque digital).

Autor: Gerson Witte. Fonte: Arquivo Pessoal. 2018.

O local se encontra em uma propriedade privada, cujo proprietário permitiu a visita, após exposição dos motivos da pesquisa, no final de 2018. A localização exata da trincheira foi dificultada por ter se desenvolvido uma vegetação secundária de gramíneas e arbustos, após décadas servindo como pastagem, porém o seu Romeu, apesar de possuir mais de setenta anos de idade, mostrou impressionante vigor físico ao percorrer várias vezes uma extensa área em meio da vegetação fechada, buscando as marcações de sua memória. Segundo ele, fazia quase vinte anos desde sua última visita às trincheiras. As presenças de um pinheiro e de um pequeno córrego foram decisivas para a identificação do local.



Figura 6. Romeu Rau dentro da trincheira (em destaque digital).

Autor: Gerson Witte. Fonte: Arquivo Pessoal. 2018.

As fotografias não permitem demonstrar, mas existe uma visível depressão no terreno, com aproximadamente cinquenta centímetros de profundidade, oito metros de comprimento por um metro de largura, como um retângulo regular sobre um patamar de um terreno com bastante inclinação. Foi possível observar como a terra retirada foi colocada para o lado da estrada de onde veio a tropa de sertanejos. Daquele local não era possível vislumbrar o local do combate, devido aos arbustos que cobriam a linha de visão, mas a poucos metros de distância, com vegetação mais baixa, foi possível ter uma visão situacional de todo o terreno abaixo, inclusive do local identificado como o comércio da família Rau.

O entrevistado relatou ainda a utilização de arame farpado na proteção da trincheira e que o grupo de sertanejos, ao identificar de onde partiam os disparos, tentou um avanço a cavalo, montando de forma a se proteger pelo corpo do animal, mas que o terreno muito íngreme e com obstáculos naturais retardou a subida e permitiu que fossem alvejados. Mesmo assim, um dos rebeldes teria conseguido chegar aos colonos, que o atingiram com um disparo a queima-roupa. O rebelde teria caído morto, no interior da trincheira.



Figura 7. O local do combate pela perspectiva da trincheira.

Autor: Gerson Witte. Fonte: Arquivo Pessoal. 2018.

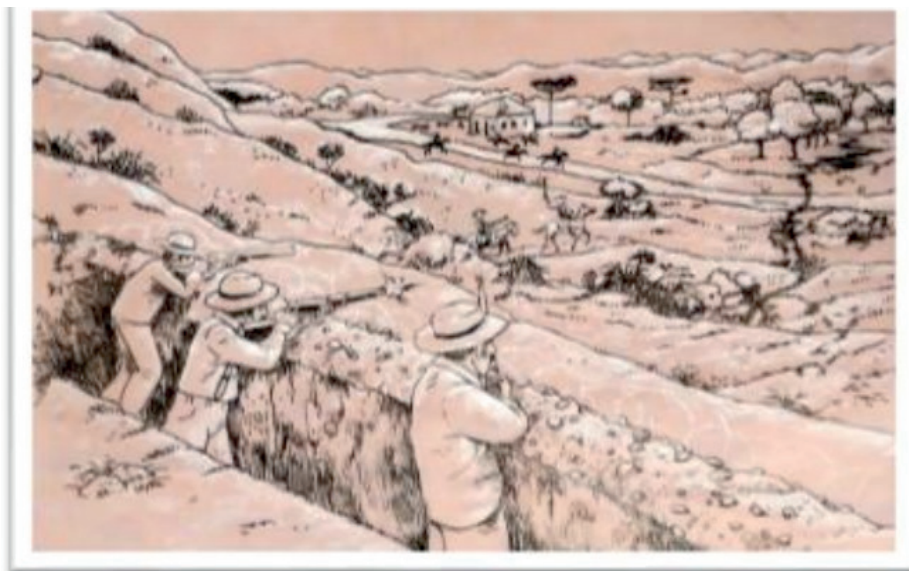


Figura 8. Reconstituição artística do combate na trincheira. Desenho em Nanquim sobre Papel Vegetal.

Autor: Gerson Witte. Fonte: Arquivo Pessoal. 2019.

Para refletirmos sobre tal descoberta, o aparato teórico utilizado abrangeu o estudo sobre memória e a metodologia da história oral. A memória, conforme Michel Pollak (1992) possui características de espontaneidade e de seletividade. As memórias traumáticas, em especial, são trabalhadas no intuito de guardar o que o inconsciente e o consciente têm condições de reter, visto serem muito dolorosas. Além disso, devemos levar em conta a característica desse entrevistado em específico, que nos apresenta recordações passadas de geração a geração e que busca, mesmo que de forma inconsciente, transmitir algumas noções positivadas da colônia alemã de outrora.

Metodologicamente, seguimos as considerações de Paul Thompson (1992) em seu clássico estudo, ao pensar a entrevista e a abordagem do entrevistado. Aspectos como o preparo de um roteiro, o contato prévio com o entrevistado, bem como o respeito e cuidado na condução da entrevista, foram valiosos ensinamentos utilizados a partir da leitura de Thompson. Lançamos mão ainda dos importantes trabalhos de Verena Alberti (2004) e Marieta Ferreira em parceria com Janaína Amado (1996) a fim de melhor embasar nossos procedimentos e práticas.

Outro vetor teórico metodológico fundamental para pensar esse estudo é a micro história. Corrente teórica de origem italiana, a micro história preocupa-se em estudar os fenômenos sociais através de um recorte que proporcione a variação da escala de análise. Ginzburg (2007), Levi (1992) e Revel (1998) nos apontam que a escolha de uma escala de observação microscópica pode modificar a trama e a forma de um fenômeno. Traria, de acordo com Ginzburg, a possibilidade de transformar em pesquisa relevante algo que, para outros estudiosos, restringe-se a uma mera nota de rodapé. Em suas palavras,

Reduzir a escala de observação queria dizer transformar num livro aquilo que, para outro estudioso, poderia ter sido uma simples nota de rodapé numa hipotética monografia sobre a Reforma protestante no Friul (GINZBURG, 2007, p. 264).

A redução da escala de observação qualifica-se como um procedimento metodológico útil, a fim de se atingir a riqueza de um tema e desvendar aspectos que de outra forma não seriam alcançados. Assim, partir de um objeto de talhe limitado e recortado ao extremo no interior de uma temática mais ampla, como é o caso do combate de Rio das Antas em relação ao movimento do Contestado, vem proporcionar o iluminamento de aspectos tais como o destaque aos sujeitos históricos, a relação destes entre si, os processos de ocupação da terra e, no caso que aqui analisamos, como esses sujeitos implementaram a defesa da Vila quando do ataque rebelde. Busca-se, com isso, uma “[...] reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia [...]” (GINZBURG, 1991, p. 177 - 178).

As descobertas proporcionadas pela entrevista realizada com o senhor Romeu Rau permitiram a indicação não apenas do local em que se desenvolveu o combate entre rebeldes e colonos, mas também pontuou a existência de uma trincheira, construída na ocasião para a defesa da Vila. Esta informação é uma tradição oral da família Rau e parece não fazer parte do imaginário cultural do município, no geral formada por descendentes da segunda leva de imigração, que aconteceu na década de 1920. Aliás, a existência de um descendente da primeira geração foi uma grata surpresa, por ser consenso em todas as demais fontes históricas o fato da colônia ter sido abandonada.

Sobre o local apontado como um dos pontos de defesa, os vestígios físicos no relevo se enquadram com a hipótese de uma estrutura compatível com uma trincheira utilizada para combate por arma de fogo de longo alcance. O terreno elevado permitiria uma excelente visão do local onde a tropa de Chico Alonso poderia saquear, por ser o comércio uma fonte de recursos inestimáveis para o prosseguimento da campanha sertaneja, contendo mantimentos e suprimentos diversos, como munição, sal, querosene, etc. Além disso, a trincheira, posicionada na estrada que segue para a Linha Santo Antônio, seria um excelente ponto defensivo caso a tropa de Chiquinho Alonso tivesse se dividido para flanquear o local, além de cortar uma das rotas de fuga. O posicionamento em local elevado também possui outras vantagens, como o aumento da distância de disparo e maior proteção a um contra-ataque, sendo que, a contar pelo relato, teria sido possível deter uma carga de cavalaria de combatentes experientes.

A entrevista levantou outra questão, o fim dado aos restos mortais dos sertanejos abatidos. Seus corpos teriam, segundo o relato, permanecido insepultos e sido entregues aos porcos. Hipóteses levantadas para explicar tal desrespeito aos vencidos seria a fuga dos moradores da colônia Rio das Antas, ou então, ser uma forma de desumanização para servir como “aviso” contra outros possíveis atacantes, mas a semelhança a outros relatos históricos, como os acontecimentos de Canoinhas, em 1915, supõe ter sido uma atitude assustadoramente comum para com a população sertaneja naquele período:

Da cadeia de Canoinhas eram retirados diariamente levas de desgraçados que se tinham apresentado voluntariamente, e entregues a Pedro Ruivo, um celerado vaqueano promovido a herói. Pedro Ruivo conduzia as vítimas para fora da vila e, na primeira curva do caminho, degolava-as. Os cadáveres ficavam insepultos. Os porcos e os corvos tinham fome (O discurso do General, 1915).

Considerando que se passou mais de um século entre o combate e a identificação do local, não podemos afirmar categoricamente ser a trincheira utilizada na defesa da Colônia Rio das Antas, mas muitos indícios apontam para a viabilidade desta hipótese. Futuros estudos poderiam fornecer mais dados para validar esta informação, como uma escavação no local, por exemplo. Porém, a mera permanência de vestígios físicos no relevo e a presença de uma tradição oral familiar demonstram que a Guerra do Contestado deixou marcas muito mais profundas em Rio das Antas do que se acreditava até então.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 2a ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A Campanha do Contestado**. 2a ed. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1979.

ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado**: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908 – 1915). Pelotas, Editora Universitária/UFPel, 2011.

FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína. (coord.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEVI, Giovanni. (1991) Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133 - 161.

LUZ, Aujor Ávila da. **Os fanáticos**: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos (contribuição para o estudo da antropossociologia criminal e da história do movimento dos fanáticos em Santa Catarina). Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A invasão de Curitiba: retratos de uma “guerra fraterna”? In: ESPIG, Márcia; MACHADO, Paulo (org.). **A Guerra Santa revisitada**: novos estudos sobre o movimento do Contestado. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008. p. 73 - 89.

MARTINS, Celso. **O mato do tigre e o campo do gato**: José Fabrício das Neves e o Combate do Irani. Florianópolis: Insular, 2007.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon Du Pin e Almeida no ano de 1908**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

O DISCURSO do General. **O Estado**, Florianópolis, SC, ano 01, n. 04, p. 01, 18 mai. 1915.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200 - 212.

POYER, Viviani. Fronteiras de uma guerra: diplomacia e relações internacionais no movimento do Contestado. In: **XVI Encontro Estadual de História da ANPUH - SC - História e Movimentos Sociais**. Chapecó: UFFS - ANPUH-SC, 2016. p. 1 - 13.

RAU, Romeu. [mar. 2019]. Entrevistadores: Márcia Espig e Gerson Witte. Rio das Antas, SC, 17 mar. 2019.

REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escala**: a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional - 1889-1930. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. 5a ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989. tomo III, v. 1.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Do antes ao depois: A influência da Lumber Company para a deflagração do Movimento Sertanejo do Contestado e seu impacto na região fronteira entre Paraná e Santa Catarina. In: **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 68 - 87, dez. 2012.

TOTA, Antônio Pedro. **Contestado**: a guerra do novo mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado** – História Oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VIANNA, Celso. **A batalha do Irani**: o diabo na rua, no meio do redemoinho. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. **Messianismo e conflito social** (a guerra sertaneja do Contestado - 1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

A GUERRA DO CONTESTADO E A LEI DE TERRAS IMPERIAL: UM ESTUDO DE CASO DA FAZENDA FIGUEIREDO (LAGES, 1855-1917)

Flávia Paula Darossi
(UFSC/Florianópolis)

RESUMO: Parte importante da guerra sertaneja do Contestado nasceu durante o Império, na luta camponesa por acesso à terra, sendo acrescida na República pela continuada resistência de posseiros, sitiantes e agregados contra o mandonismo local de grandes fazendeiros, criadores e comerciantes de gado e a usurpação de terras pelas companhias *Brazil Railway* e *Lumber and Colonization*. Este artigo tem como objetivo analisar a questão fundiária no período anterior à Guerra, durante o período Imperial, de modo a identificar a historicidade de experiências como o mandonismo local e a concentração fundiária na região. O método da pesquisa foi baseado na reconstrução de relações e discursos jurídicos de um estudo de caso localizado no município de Lages, segundo dois processos judiciais que envolveram questões de terras da fazenda “Figueiredo”, de 1876 a 1917. Concluiu-se que tanto o coronelismo quanto a concentração fundiária, combatidos pela maioria dos sertanejos do Contestado, são resultados do mesmo processo histórico da execução da Lei de Terras de 1850. O referido estudo de caso demonstrará a importância da política fundiária Imperial às pesquisas que buscam entender a historicidade do Planalto Catarinense durante a Primeira República.

PALAVRAS-CHAVE: Império do Brasil, Lei

de Terras, Posseiros, Primeira República, Coronelismo.

1 | O TERRITÓRIO DO PLANALTO CATARINENSE E A LEI DE TERRAS IMPERIAL

Na prática habitado por populações indígenas das etnias *Xokleng* e *Kaigang* (botocudos e coroados), o Planalto foi oficialmente colonizado por bandeirantes e tropeiros paulistas a partir do século XVIII, constituindo parte do caminho das tropas de mulas conduzidas do território platino a São Paulo. São desta época as primeiras concessões de datas de sesmarias, onde foram estabelecidas fazendas de pecuária extensiva e de invernadas (áreas de pasto cercadas ao confinamento e engorda de gado). A capitania de São Paulo fundou a vila de Lages em 1771. Por estar mais próxima da capital catarinense, a vila foi transferida da jurisdição de São Paulo à de Santa Catarina em 1820 (CABRAL, 1987; COSTA, 1982; EHLKE, 1973).

Em meados do século XIX, autoridades oficiais consideravam grande parte das terras que formavam o território de Santa Catarina como devolutas, com exceção do litoral. Em 1874, a “Comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Possuídas” descreveu a situação fundiária da província da seguinte maneira: a superfície territorial poderia se dividir em 700 léguas quadradas de terras devolutas,

300 ocupadas por “uma limitada população concentrada pela maior parte no município da capital, em outros povoados e pontos do litoral e margens de rios, e 100 consideradas duvidosas ou dependentes de verificação” (Fonte: Descrição topográfica do mapa da Província de Santa Catarina organizada na Comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Públicas e Possuídas sob a presidência do Conselheiro Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja. Rio de Janeiro, Imprimerie Impériale, 1874). Para a “Comissão”, a província apresentaria maior território devoluto se já estivessem definitivamente fixados os limites com a província do Paraná, “alargando-se sua área para o lado do Rio Negro e Campos de Palmas, como parece ser de toda a justiça” (*Ibidem*). Já a região do Planalto seria “quase toda devoluta e em geral composta por belos campos de criar, mui próprios para estabelecimento de colônias pastoris e trabalhos de arado” (*Ibidem*). Em razão da falta de “cuidados” e auxílios dos cofres da província sobre a estrada de Lages a São José ao litoral, a principal ocupação dos habitantes consistia na criação comercial de animais e gado para consumo (COELHO, 1856, p. 180)

A condição jurídica de grande parte das terras do Planalto era irregular, resultado de uma dezena de sesmarias não legalizadas, expandidas, meadas e vendidas, de posses por ocupação primária, duvidosas e dependentes de verificação, e de uma infinidade de conflitos entre diferentes tipos de posseiros e sesmeiros ou seus descendentes.

Os campos nativos eram mais valorizados à pecuária pelo relevo plano e a vegetação rasteira, pois favoreciam a pastagem de mais cabeças de gado por hectare. Situavam principalmente em Lages e nas freguesias de Campos Novos e São Joaquim (no Planalto Sul), em Papanduva e em parte de Curitibanos (no Planalto Médio e Norte), formando o padrão de ocupação a partir de grandes propriedades. Os vales florestais e faxinais (de pastagens com matos, “campos sujos”) localizavam-se principalmente em Curitibanos. De norte a sul do Planalto existiam terras devolutas, mesmo após 1889, durante as primeiras décadas da República.

No mapa (Fig. 1) a seguir consta a província e seus principais municípios, freguesias e rios. A vila de Lages foi representada contígua à Serra Geral, onde foi representada a existência de “terrenos cobertos de matos virgens”.

Durante a primeira metade do século XIX, a posse por simples ocupação (que já era praticada desde o início da colonização) foi o único meio de acesso às terras devolutas do Império. A provisão de 14 de março de 1822 garantiu a permanência de posseiros que efetivamente haviam ocupado o solo em terras de sesmarias anteriormente concedidas. Assim, o fundamento jurídico do cultivo, vigente durante a execução da Lei das Sesmarias, continuou funcionando do pós-independência até 1850 como a forma de aquisição de domínio de terras devolutas.

O juiz comissário de Lages, Guilherme Ricken, relatou ao presidente da província a experiência de fazendeiros instalados em Lages durante o período:

Devo notar que muitos dos possuidores de campos têm seus roçados em matos devolutos, onde trabalham unicamente o tempo necessário para este serviço, sem que sejam estas posses acompanhadas da residência habitual. Destes possuidores de campos há outros e muitos que confinam com a Serra, e chamam de seus todos os matos desde o campo de sua propriedade até uma divisa natural, de qualquer rio grande, que às vezes se acha a quatro, cinco ou mais léguas distante do campo, apesar de que suas escrituras declaram < com os logradouros necessários > e outras simplesmente < que por tal lado confinam com o sertão >. Outros há, que compraram dos primeiros posseiros por uma bagatela uma diminuta extensão de terreno de que apresentam documentos, cujas divisas sendo mal descritas, lhes dá asas para se chamarem de posse de outros terrenos contíguos, às vezes com léguas de extensão, no entanto que ainda existem pessoas que conheceram os primeiros posseiros pobríssimos, e apenas possuindo o rancho em que moravam (APESC, 1854, s.p.).



Figura 1. A Província de Santa Catarina em 1857.

Fonte: *Nova carta corográfica do Império do Brasil*. Coronel engenheiro Conrado Jacob de Niemeyer, Capitão do Estado Maior José Joaquim de Lima e Silva, 1º Tenente de engenheiros Antônio Augusto Monteiro de Barros, 1857. Detalhe da província de Santa Catarina. Girado 90° à direita. Acervo da Biblioteca Nacional da França.

Após anos de discussões legislativas, a Lei de Terras foi criada em 1850 para dar conta de três principais questões: a regularização de posses e sesmarias, a venda de terras devolutas e o investimento na colonização estrangeira. O Estado Imperial precisava discriminar as propriedades particulares (sesmarias e posses não regularizadas) e as terras que estavam de fato devolutas, considerando a importância da demarcação de limites. Só desta maneira seria possível funcionar a venda das terras devolutas e a emissão de títulos definitivos de propriedade, e usar o produto das vendas para financiar a colonização de imigrantes livres, em razão da proibição do tráfico de escravos africanos no país (MOTTA, 1998, p. 102-110).

De 1850 em diante, terras devolutas só deveriam ser adquiridas por compra. Novas posses e concessões foram proibidas: processos de embargo, despejo, multa e até prisão foram previstos a posseiros. Contudo, foi sancionado que seria garantido o domínio de titulares de sesmarias e de terras possuídas até o ano de publicação da lei, desde que atendessem a determinados requisitos legais. Todos os possuidores de terras, qualquer que fosse o título da situação, foram submetidos à obrigatoriedade do registro. O objetivo era criar um cadastro geral das terras possuídas, de modo a: 1) definir a ocupação efetiva do território da província; 2) providenciar a medição, demarcação e a regularização das posses e sesmarias sem título dominial; 3) converter posseiros e concessionários em legítimos proprietários; e 4) organizar as terras devolutas para venda. Em tese, as terras devolutas seriam definidas pelo resultado deste processo de registro e regulação das terras já possuídas com cultivo e moradia, pela ausência de reivindicação de domínio: o que não houvesse sido apropriado por particulares, tornar-se-ia devoluto, domínio do Estado (LIMA, 1954; GUIMARÃES, 1977; CARVALHO, 1981; MOTTA, 1998). O fundamento jurídico do cultivo presente no instituto colonial das sesmarias continuou funcionando para a discriminação das terras públicas e particulares.

Para que os conflitos entre sesmeiros e posseiros fossem resolvidos, foram definidos os critérios de direitos para os diferentes regimes de propriedade da terra. Em termos gerais, seriam revalidadas as sesmarias que estivessem cultivadas ou com princípio de cultura efetiva e moradia habitual do sesmeiro, mesmo que as condições de medição, demarcação e confirmação da concessão não tivessem sido cumpridas (BRASIL, 1854). Também seriam legitimadas as posses “mansas e pacíficas” com mais de um ano até a publicação da lei, desde que se achassem com cultivo e moradia do posseiro. Antigas posses e sesmarias em condições de regularização seriam medidas e tituladas em prazos “sob pena de serem tidas por devolutas”. Para a execução destes serviços foi criada a Repartição Geral das Terras Públicas, cuja administração estendeu-se à província por meio de uma Repartição Especial e juízes comissários subordinados ao presidente da província.

O procedimento para a legitimação de posses era iniciado no prazo determinado pela presidência por um requerimento do posseiro ao juiz comissário do município, que nomeava uma comissão para a verificação da cultura efetiva e moradia habitual. Na prática, em Santa Catarina esta comissão foi executada pelos fiscais das Câmaras Municipais. Depois, era criada outra comissão para medir e demarcar o terreno, constituída por ele juiz comissário, seu escrivão, um agrimensor, ajudante de corda, o requerente, seus éreos confinantes e três testemunhas. Concluídos os serviços de medição e demarcação, era lavrado parecer e fixado edital para publicidade na vila, chamando reclamantes. Os autos da audiência de medição eram encaminhados à Repartição Especial das Terras Públicas e ao presidente da província, que analisava os pareceres da Repartição Especial e finalmente decidia sobre a legitimação das terras.

De maneira semelhante, o processo para a compra de terras devolutas era iniciado por requerimento do interessado, que indicava a localização e a extensão do lote. Se não estivesse em dívida com a Fazenda Provincial e se a área fosse avaliada, de fato, como

devoluta, era estipulado o valor da braça quadrada e o prazo para o requerente solicitar a medição e a demarcação do terreno. Após estes serviços, também era exposto edital público na vila. O presidente concedia um título provisório válido até o pagamento da dívida, quando seria expedido o título definitivo da propriedade.

Para regiões agropecuárias como o Planalto de Santa Catarina, a lei normatizou que nas posses de terras em processo de legitimação, podia-se abranger além do terreno aproveitado para pastagem dos animais, “outro tanto mais de terreno devoluto que houver contíguo, contanto que em nenhum caso exceda a de uma sesmaria para cultura ou criação” (BRASIL, 1850, *Op. cit.*, art. nº 5 §1º), ou seja, era possível adquirir terras devolutas sem comprá-las, desde que confinassem com posses legítimas. Em outro trecho da lei, estes posseiros também teriam preferência na compra de terras devolutas que fossem contíguas, “contanto que mostrem pelo estado de sua lavoura ou criação que tem meios necessários para aproveitá-las” (*Ibidem*, art. nº5). Mas o decreto nº 1.318, de 30/01/1854, que criou as regras sobre a Lei de Terras, detalhando diversas situações relacionadas à ocupação e à regulação fundiária, não definiu as condições necessárias para provar juridicamente o aproveitamento de posses pelo estabelecimento de criações animais. Indiretamente, esta disposição da lei foi estratégica para a legitimação de invasões de terras devolutas. Isto porque, o gado criado solto também podia “criar propriedade” pelo avanço da pastagem.

Portanto, a Lei de Terras implementou novas normas que viabilizaram a prática de antigos costumes de expansão domínial: muitos proprietários que, por concessão, herança ou compra, possuíam sesmarias não confirmadas, além de posseiros que usurparam ou compraram de outros posseiros grandes faixas de terras oficialmente devolutas, aproveitaram as possíveis interpretações sobre os institutos jurídicos de sesmaria e posse normatizadas pela Lei de Terras para ampliarem seus domínios sobre terras de indígenas e de posseiros pobres, lavradores e criadores caboclos. Este foi o caso observado a seguir.

2 | A FAZENDA FIGUEIREDO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA

Menos de um ano após o fim da guerra do Contestado, em 1917, os fazendeiros lageanos João José Theodoro da Costa, Manoel Thiago de Castro, Carlos Vidal Ramos e mais dez coproprietários da fazenda de campos e matos “Figueiredo”, publicaram no jornal *O Estado* um protesto judicial contra o “ato de violência e tentativa de esbulho” praticado pelo agente do Comissariado Geral da “Diretoria de Viação, Terras e Obras Públicas” do Governo do Estado (O ESTADO, 1917).

A versão dos fatos apresentada pelos coproprietários foi de que, em 1914, passados mais de quarenta anos de pleno domínio sobre a dita fazenda, com posse mansa e pacífica e títulos legítimos, um dos condôminos propusera uma ação divisória da propriedade, a qual fora prejudicada por um conflito de jurisdição resolvido pelo Superior Tribunal de Justiça, que decretou a competência do foro comum. Apesar disso, a *Diretoria...*, “acobertada” pelo decreto estadual nº 129, de 29/10/1900, mandou um agrimensor “invadir” com uma turma

de trabalhadores a fazenda em processo de divisão, fazendo desmatamentos, abrindo picadas e aliciando gente “para intrusar-se no imóvel e estabelecer posses violentas” (O ESTADO, 1917). O referido decreto nº 129 regulamentou a execução da Lei nº 173, de 30/09/1895, conhecida como a “Lei de Terras do Estado”, esta Lei tratou dos serviços de terras e colonização em Santa Catarina, quando a Constituição de 1891 transferiu do Governo Central aos Estados a prerrogativa de legislar sobre a matéria. E determinou a verificação de todas as legitimações de posses, revalidações de sesmarias e concessões de terras nos casos em que houvesse a “presunção” de que as áreas excedessem àquelas dos títulos, bem como das terras de domínio particular, novamente medidas de modo a corrigir-se o serviço anterior ou a verificá-lo sempre que os possuidores requererem, incluindo a retificação das medições antigas e coloniais. Segundo eles, com estes “pretextos legais”, em 1917, o agrimensor do Comissariado Geral media a fazenda abrindo um “picadão” pelo centro, sem o reconhecimento dos limites assinalados nos títulos de domínio em poder dos coproprietários.

O principal autor do protesto judicial era João José Theodoro da Costa, político, fazendeiro e negociante, coronel da Guarda Nacional de Lages, que desde as últimas décadas do Império trabalhava como escrivão do juizado cível, juiz municipal suplente, promotor público e juiz comissário de terras, no mesmo período que seu pai, o capitão Laurentino José da Costa, era delegado de polícia, juiz municipal suplente e vereador no município. Ele presidiu e secretariou o Partido Conservador local, que havia sido fundado por seu padrinho, o também coronel João da Silva Ribeiro e, em 1889, ajudou a criar o Partido Republicano Catarinense de Lages. Deputado na Assembleia Constituinte Estadual, foi também vereador e presidente do Conselho de Intendência da Câmara Municipal, tendo nos anos 1920 presidindo o diretório do Partido. Manoel Thiago de Castro, outro coproprietário, foi tenente-coronel da Guarda Nacional, subdelegado de polícia, vereador, promotor público, advogado provisionado e deputado na Assembleia Legislativa Estadual. Correligionário e parente do coronel Costa, ambos foram redatores do jornal “O Lageano”, tendo assumido cargos públicos importantes por eleições e nomeações dos Governos provincial e estadual (PIAZZA, 1994).

No protesto, os coproprietários deram sua versão da cadeia dominial da fazenda. Sua origem remontava ao século XVIII com uma posse de terras de José Henriques de Figueiredo, que solicitou carta de sesmaria aprovada por despacho do Capitão-Mor da Capitania em 1788. Quatro anos depois, Caetano da Silveira comprou os campos do primeiro posseiro, e foram seus herdeiros que, em 1855, os venderam ao pai do coronel Costa. Com base no decreto nº 1.318, de 30/01/1854, Laurentino José da Costa e seus filhos e genros requereram ao juiz comissário de Lages a medição e a demarcação da fazenda com os mesmos limites da concessão da sesmaria de Figueiredo, cujo processo a presidência da província aprovou em 1877, gerando novo título da propriedade (Fonte: TJSC, 1884). Foi a partir dos documentos deste histórico dominial que os coproprietários denunciaram como tentativa de esbulho a medição de 1917, que contestava a área de 78.358.50 braças quadradas já legitimadas no Império, argumentando que a Lei de 1850

havia separado a fazenda Figueiredo das terras do Estado, ao considerar como domínio particular os terrenos com qualquer título, independente da extensão. Daí que a Lei de Terras Estadual não teria eficácia legal para violar direitos adquiridos pela Lei de Terras Imperial.

Nas primeiras décadas do século XX, as transformações da política, da legislação e da burocracia estadual republicana impuseram novos desafios ao poder oligárquico de coronéis como João José Theodoro da Costa, que precisou lidar com a descentralização e a reorganização das forças políticas no Estado, como no conflito pela conservação de sua fazenda, cuja área passou a ser questionada na capital Florianópolis. Para o coronel, a grande propriedade representava a possibilidade de continuação da afirmação de seu poder político e social sobre a população do Planalto, poder este construído ainda durante o Império, quando a presidência validou sua interpretação sobre o direito àquelas terras.

3 | FAZENDA FIGUEIREDO: CAMPO DE CONFLITOS

Em 1855, quando o pai do coronel, o capitão Laurentino José da Costa, comprou as terras da antiga sesmaria “do Figueiredo”, o artigo nº 62 do decreto nº 1.318/1854 já previra que o possuidor secundário por título legítimo de sesmaria não medira obtivesse novo título pela mediação judicial. Mas, a razão pela qual Laurentino requereu a medição e a demarcação daquelas terras em 1876, ou seja, 22 anos depois do início dos trabalhos sobre a Lei de Terras, era porque ele enfrentava dificuldades para garantir seu domínio sobre a área que dizia pertencer à fazenda. Em seu protesto, o coronel Costa revelou que esta medição teve a exclusiva finalidade de “expurgar os intrusos reclamantes”. Contudo, o decreto nº 1.318/1854 não previu a circunstância em que Laurentino se encontraria em 1876, isto é, como possuidor secundário de sesmaria contestada por posseiros, apenas citou que qualquer oposição entre *possuidores* não impediria a medição e que, quando terminada, os oponentes apresentariam seus embargos.

Laurentino já havia promovido uma ação judicial de reivindicação contra Antonio José de Liz em 1871. E em 1876, na audiência de medição realizada pelo juiz comissário, dois posseiros contestaram as divisas medidas, declarando terem povoado há dezesseis anos um pedaço do campo com animais e a construção de ranchos e mangueiras (currais). Uma terceira pessoa também reclamou direitos sobre terras dentro da medição, desistindo logo depois. Mesmo assim, três testemunhas apresentadas pelos autores confirmaram os limites demarcados e a medição foi deferida pela presidência da província. Os dois primeiros reclamantes junto de outros quatro posseiros recorreram da decisão para o *Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas* que, em 1880, resolveu sustentar a sentença, por considerá-la de acordo com o preceito da Lei de Terras de que devia ser garantido o direito do possuidor de terras que tivesse título legítimo que justificasse o domínio.

Embora no protesto os coproprietários tenham afirmado desfrutar de *posse mansa e pacífica* sobre a fazenda há mais de 40 anos, em 1883, três anos depois da decisão favorável do “Ministério da Agricultura”..., o coronel Costa e seu pai novamente se ocuparam

em disputar aquelas terras na justiça local. Eles acionaram o juizado de paz e intimaram cinco casais mais uma mulher e homem viúvos para uma audiência de conciliação, na tentativa de entrar em um acordo. Alguns dos intimados eram os mesmos reclamantes da medição que permaneceram no interior dos supostos limites da fazenda após a sentença. A acusação era de que eles a “invadiram tumultuosamente” e apossaram-se de uma parte construindo casas de moradia, ranchos, benfeitorias e lavouras, “sem que para isso tivessem título algum ou autorização de quem quer que fosse”. Ambas as partes não se conciliaram perante o juiz de paz e, em 1884, o coronel e seu pai moveram uma ação de libelo cível de reivindicação no juízo municipal. A ré Maria Ferreira de Andrade, viúva, foi tida como “pessoa miserável” e o juizado lhe nomeou curador (TJSC, 1884).

Como provas de sua propriedade sobre a área legitimada na medição, os autores exibiram quatro documentos: 1) a petição de 1788 de concessão de terras de José Henrique de Figueiredo ao Capitão-Mor, com informação da Câmara Municipal e deferimento; 2) a escritura de 1792 de compra e venda de campos que fez Figueiredo a Caetano da Silveira; 3) a escritura particular de 1855 de venda de campos da herdeira Pasqua Maria de Jesus a Laurentino; e 4) a certidão de 1877 da audiência da medição com as confrontações demarcadas pelo juiz comissário Manoel José de Freitas Cardoso.

Já os réus, em sua defesa, apresentaram outra história sobre a fazenda. Relataram que Laurentino não conhecia parte dos campos “do Figueiredo” quando os comprou, tendo procurado, “sem nunca encontrá-los”, assim como o fez seu outro filho, Ignacio Costa. O réu Manoel Ferreira de Andrade declarou ter sido um dos “camaradas” (MOTTA, 2005) pagos por Laurentino para tentar localizar os campos, e que depois de aproximadamente quinze anos o antigo patrão mediu como se fossem suas as posses dos réus, cultivadas e habitadas por eles há mais de vinte anos, inventando ser lá as terras da fazenda Figueiredo.

Os acusados não haviam invadido a propriedade dos autores, pelo contrário, era Laurentino e seus filhos que, querendo “a todo transe usurpar as antigas posses dos réus, por serem eles pobres” (TJSC, 1884), recorreram a uma “medição ilegal”, incorporando de “má fé” os terrenos dos réus, sem apresentar carta da sesmaria como prova de domínio e arrolando testemunhas que não assistiram à medição e à colocação dos marcos divisórios pelo agrimensor e o juiz comissário em 1877. Afirmaram mais que, depois da dita medição, não satisfeito, Ignacio Costa com alguns “camaradas” pagos a cinco réis por dia “foram arrancar os marcos judicialmente fincados e recolocá-los mais para adiante, a fim de abranger ainda mais terreno” (*Ibidem*).

O depoimento de uma testemunha dos autores na ação confirmou, em parte, o relato dos réus: Laurentino recebeu os campos só depois de terminado o processo que havia movido contra Antonio José de Liz em 1871, quando “ajustou alguns dos réus para irem descobrir os faxinais “do Figueiredo”, depois disto é que os réus se apossaram de uma parte da dita fazenda”. Todas as testemunhas reconheceram a antiguidade da ocupação dos réus em parte das terras dos autores (ou nas terras “que se diz do Figueiredo”), algumas destacando que lá tinham propriedades, pousio e internada de gados há mais de vinte anos, mesmo antes de 1871.

4 | HISTÓRIAS E DIREITOS DE PROPRIEDADE: ENTRE A POSSE E O TÍTULO

As duas histórias sobre a fazenda resultaram de diferentes formas de aquisição de terras: uma pelo título de compra e outra pelo título de posse. Como consequência, ambas as situações jurídicas geraram noções também distintas de direitos de propriedade: a do direito do titular – daquele(a) que tinha documentos que formavam e comprovavam o domínio da propriedade, como João José Theodoro da Costa –, e a do direito do posseiro – daquele(a) que tinha a simples ocupação, comportando-se como proprietário pela manifestação de um dos direitos de propriedade, como os réus reclamantes.

A Lei de Terras de 1850 reconheceu ambas as situações e direitos. Contudo, nos casos de ocupação de terras devolutas, as posses só seriam reconhecidas como manifestação de propriedade se tivessem sido realizadas até o fim de 1850 de maneira “mansa e pacífica” e com “cultura efetiva e morada habitual”. A essas posses a Lei previu o direito de legitimação, inclusive nos casos em que se achassem dentro de sesmarias em “comisso”, isto é, em sesmarias que não tivessem nem moradia habitual, nem cultivo do sesmeiro. Posses em terras de sesmarias não caídas em “comisso” apenas seriam legitimadas se fossem anteriores à medição e não perturbadas por cinco anos, ou depois, não perturbadas por dez anos. Já às posses em sesmarias confirmadas ou em vias de revalidação, somente era prevista a indenização por benfeitorias.

Mas, em 1877, o domínio da fazenda já estava com o quarto possuidor, não com o sesmeiro concessionário. A esta circunstância, a Lei normatizou que “todo o possuidor que tiver título legítimo da aquisição de domínio, quer as terras tenham sido adquiridas por posses de seus antecessores, “quer por concessões de sesmarias não medidas ou não confirmadas, nem cultivadas”, se acha garantido em seu domínio” (BRASIL, 1854, *Op. cit.*, art. nº 22). Isto é, estava garantido o direito de quem comprara sesmarias não regularizadas pelo Estado, como é o caso da fazenda de Laurentino, cujos títulos eram só a petição inicial de Figueiredo e o deferimento da concessão, de 1788, e a escritura particular de compra e venda de 1855.

O problema da garantia do domínio das propriedades por títulos legítimos era a condição de precariedade da maioria das informações contidas nestes documentos. Por exemplo, a medição requerida por Laurentino ocorreu de acordo com os rumos apresentados na referida petição colonial de 1788, sem qualquer demarcação de limites e tampouco a dimensão da área:

Diz José Henrique de Figueiredo, que para as cabeceiras do rio canoas entre o dito rio e a serra do mar estavam uns faxinais devolutos, e nesta ocasião apossados pelo suplicante com animais vacuns e cavalaes, cujos faxinais fazem suas confrontações da costa da Serra para parte de leste principiam suas cabeceiras fazendo fundos por uma parte pela costa do arroio chamado Santa Catarina até o rio das canoas e por outra parte acompanhando o arrio de Santa Barbara até o dito rio Canoas, como o suplicante não pode requerer suas Sesmaria sem despacho de uma mercê, portanto pede a vossa mercê se digne conceder poder o suplicante requerer sua carta de sesmaria compreendido nos

Esta descrição era contestável pela imprecisão da localização. Consequentemente, a medição posterior também o era, afinal, como medir e extremar uma propriedade com as divisas originais mal descritas? E depois, por mais que estes rumos da petição de 1788 fossem incertos, dificilmente permaneceram intactos por 89 anos, quando Laurentino comprou aquelas terras da herdeira do segundo possuidor em 1855, produzindo novo título de transmissão da propriedade. Na medição de 1877, a fazenda foi definida como “de campos e matos”, que extremava por todos os lados com terras (oficialmente) devolutas. Por isso os réus questionaram o domínio dos autores sobre as suas terras, declarando terem eles inventado o lugar dos campos “do Figueiredo”.

Mas, naquele ano, a resistência dos réus foi substituída pela subordinação à história do coronel e sua família sobre a história da fazenda. Eles desistiram do direito de defesa na ação, declarando abrirem mão do domínio das terras disputadas por terem chegado à evidência de que “essa referida parte de campos e matos que se acha ocupada pelos suplicantes são realmente de exclusiva propriedade dos autores” (TJSC, 1884). O desfecho inesperado e precoce do processo torna questionável as possíveis razões de sua desistência, principalmente se considerarmos a denúncia inicial dos réus contra os autores e a sua contestação da medição à Corte Ministerial do Império.

Durante o século XIX o cargo de juiz municipal suplente foi ocupado em Lages por grandes fazendeiros, criadores e negociantes de gado envolvidos na política local. A posição privilegiada pelo aparelhamento do Estado ofereceu ampla margem de manobra para que estes homens administrassem e favorecessem seus interesses particulares sobre questões de terras na jurisdição local, especialmente contra populações negras e pobres a partir de despejos forçados, conflitos judiciais, grilagem, etc.

No caso, o coronel Costa tinha a patente mais alta do comando regional da Guarda Nacional, era um dos chefes do partido Conservador local e desempenhava os cargos de escrivão do juizado cível e juiz municipal suplente, o que significa dizer que ele exercia alguma influência tanto na polícia, quanto na política e no judiciário local. O fato de ter sido nomeado a estes cargos não determina sua conduta (i)legal. Mas, a denúncia de sua “má fé”, ao se utilizar de uma medição prevista na Lei de Terras para usurpar as posses dos réus, que eram pobres, adulterando, depois, os marcos da própria medição aprovada para além dos limites demarcados para usurpar mais terras alheias, torna-se, na pior das hipóteses, um indício de grilagem das terras dos réus por parte dos autores, pelo auto beneficiamento da autoridade que seus cargos proporcionaram, especialmente como coronel da Guarda Nacional, cujo poder viabilizava a coerção e a violência, justificadas pela “manutenção da ordem”. Além disso, como chefe Conservador, o coronel podia intermediar relações clientelistas entre o Governo e as autoridades locais, dentre os quais, o juiz comissário responsável pela medição que negou aos réus os direitos de legitimação e de indenização de benfeitoria das terras que ocupavam.

Assim, algumas hipóteses podem ser sugeridas: será que a denúncia dos réus e o seu pedido para que os autores fossem condenados na ação por não serem os legítimos proprietários de “toda” a fazenda geraram alguma reação do coronel Costa, a ponto de provocar a desistência dos réus sobre o domínio de suas posses? Será que foram coagidos a se apresentarem ao escrivão do juiz municipal e a renunciarem seu direito de defesa? Tendo em vista sua declarada pobreza, foram os réus compulsoriamente transformados em agregados da fazenda Figueiredo? Ou, será que ambas as partes entraram em acordo sem a intermediação do juizado? Dada a escassez de fontes sobre o caso e os sujeitos envolvidos, este capítulo da história da fazenda permanece, por ora, no campo da conjectura histórica. Fato era que a “presunção” do Estado, em 1917, de que a área da fazenda excedia a extensão dos títulos confere com a acusação dos réus de que Ignacio Costa usurpou-lhes as terras, forçando a expansão das divisas da fazenda com a alteração dos marcos divisórios. Curiosamente, em 1888, o próprio coronel foi nomeado juiz comissário de terras do município.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Combatidos pela maioria dos sertanejos do Contestado, o coronelismo e a concentração fundiária são resultados do mesmo processo histórico da execução da Lei de Terras de 1850 no Planalto Catarinense. Foi por intermédio desta lei que o coronel Costa e família regularizaram uma propriedade latifundiária, angariando maior poder econômico e social na região.

Na disputa entre as duas explicações sobre o domínio da fazenda Figueiredo, venceu na justiça local a história que apresentou a maior produção de “títulos legítimos”. Por mais duvidosos e contestáveis, os documentos dos autores não foram confirmados pela verificação do exercício de atos possessórios nas terras disputadas, onde os réus reconhecidamente viviam há mais de vinte anos com posses de cultura efetiva e moradia habitual.

No processo de construção dos debates sobre os elementos constitutivos dos direitos de propriedade, notadamente durante a segunda metade do século XIX, o cultivo e o reconhecimento social como fundamentos jurídicos de domínio perderam força legal frente a uma infinidade de títulos e documentos lavrados em cartórios públicos e privados e instâncias burocráticas do Governo. Documentos como a petição de concessão de sesmaria, escrituras de compra e venda de terras, e a certidão da audiência de medição do juiz comissário apresentadas por Laurentino foram instrumentalizadas por advogados como títulos legítimos à comprovação do direito sobre as terras.

O estudo da história da fazenda mostra como a atuação de grandes fazendeiros lageanos sobre a questão de terras contribuiu, no século XIX, para o fechamento da fronteira agrária na região sul do Planalto. A ação de reivindicação de 1884 exemplifica como, na prática, grandes propriedades foram constituídas em Lages pela usurpação de

terras devolutas e de pequenos posseiros, que lutaram por seus direitos de aquisição de terra, resistindo ao mandonismo destes coronéis e fazendeiros até onde as condições permitiram. Não foi coincidência que, trinta anos depois, em 1914, o coproprietário Manoel Thiago de Castro chefiou uma guarda patriótica de cerca de quatrocentos voluntários para defender a cidade de Lages contra a investida rebelde. Sem ignorar as particularidades das regiões norte e sul do Planalto, os diferentes perfis sociais e propósitos das lideranças rebeldes, é possível afirmar que a política de terras do Império contribuiu para o processo de formação e consciência política do movimento social do Contestado no início da República.

REFERÊNCIAS

APESC. **Ofícios do juízo municipal para presidente de província**. Lages, livro 1854, s.p.

BRASIL, **Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Acessado em 13 de janeiro: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm.

BRASIL, **Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854**. Manda executar a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim1318.htm.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 3ª Ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. "Modernização frustrada: a política de terras no Império". **Revista Brasileira de História**, SP, v. 1, n. 1, 1981.

_____. "A política de terras: o veto dos barões". In: **A construção da ordem: a elite imperial; Teatro das sombras: a política imperial**. 2ª Ed. RJ: Editora da UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

COELHO, Manoel J. A. **Memória Histórica da Província de Santa Catarina**. Desterro: Tipografia Desterrense de J. J. Lopes, 1856.

CONGOST, Rosa. **Tierras, Leyes, Historia: "estudios sobre la gran obra de la propiedad"**. Barcelona: Crítica, 2007.

COSTA, Licurgo. **O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982

CHRISTILLINO, Cristiano L. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

DAROSSO, Flávia Paula. **A Lei de Terras em Santa Catarina e a consolidação do Estado Imperial Brasileiro**. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 2017.

_____. **Regularização fundiária no Planalto Catarinense durante o período Monárquico (1850-1889)**. Monografia de Conclusão de Graduação em História. Florianópolis: UFSC, 2015.

DIAS PAES, Mariana Armond. **Escravos e terras entre posses e títulos: a construção social do direito de propriedade no Brasil (1835-1889)**. Tese de Doutorado em Direito. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2018.

EHLKE, Cyro. **A conquista do Planalto Catarinense: bandeirantes e tropeiros do "sertão de Curitiba"**. Rio

de Janeiro: Laudes, 1973.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 4ª Ed. RJ: Paz e Terra, 1977.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena História territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. 2ª Ed. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1954.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

MOTTA, Márcia M. M. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito a terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Vício de Leitura, 1998.

_____. “Sesmeiros e posseiros nas malhas da Lei (um estudo sobre os debates parlamentares acerca do projeto de Lei de Terras – 1843-1850)”. In: **Raízes**. Ano XVII, nº 18, set. 1998, pp. 102-110.

_____. (org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

O ESTADO. **Ano II, Nº 541, p. 02**. Florianópolis, 27 de fevereiro de 1917.

PIAZZA, Walter Fernando. **Dicionário político catarinense**. 2ª Edição. Florianópolis: Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.

SANTA CATARINA, **Fala que o Exm. Sr. Dr. João José Coutinho Presidente da Província de Santa Catarina dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial no ato da abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1855**. Desterro: Tipografia do Correio Catarinense, 1855.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de Terras de 1850**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

SILVA, Claudia Christina Machado. **Escravidão e grande lavoura: o debate parlamentar sobre a Lei de Terras (1842-1854)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

TJSC, Museu do Judiciário Catarinense. **Auto de ação de reivindicação**. Autores Laurentino Jozé da Costa e outros; réus Candido Vicente Ribeiro e outros. Juízo Municipal de Lages, 1884.

VARELA, Laura Beck. **Das sesmarias à propriedade moderna: um estudo de História do Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

ZARTH, Paulo. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Unijuí, 2002.

CONTENDAS ENTRE CATOLICISMO POPULAR E CATOLICISMO ORTODOXO NO CONTESTADO

Cleber Duarte Coelho
(UFSC/Florianópolis)

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva analisar as contendas existentes entre o catolicismo popular (ou catolicismo rústico) e o catolicismo ortodoxo no contexto histórico referente ao período que envolve a Guerra do Contestado (1912-1916). Objetivamos estabelecer de modo significativo as características que diferenciam os princípios destas manifestações religiosas, bem como analisar porque as contendas entre estas duas formas de catolicismo foram de extrema relevância inclusive para a eclosão da Guerra do Contestado. Para tanto, através do método de análise bibliográfica, objetivamos investigar as formas de manifestação religiosa ligadas aos caboclos e aos monges João Maria e José Maria, estabelecendo contrapontos com as tentativas de imposição do catolicismo ortodoxo, sobretudo a partir da chegada dos missionários franciscanos vindos da Alemanha à região contestada. Deste modo, não objetivamos aqui analisar a guerra em si, mas as manifestações religiosas dos caboclos e da Igreja oficial no contexto que antecedeu a guerra e até a sua eclosão, pois, como buscaremos demonstrar, a relação dos caboclos com os monges e a relação da

Igreja com os caboclos, com o Estado e com as elites locais, foram decisivas para que a guerra eclodisse.

Adotamos aqui as expressões “catolicismo popular” e “catolicismo ortodoxo” por motivos didáticos, no intuito de facilitar ao leitor a identificação destas duas formas de manifestação de catolicismo. A primeira delas, que diz respeito aos caboclos da região contestada e que ao longo deste trabalho chamaremos de “catolicismo popular” (ou catolicismo rústico), se refere a um tipo de manifestação vivida pelos caboclos do Contestado e que estava mais ligada a um modo de vida e a determinadas práticas de rituais cotidianos (como rezas e benzeduras). Este catolicismo popular, que aqui estudaremos, estava muito mais ligado a um modo de ser no mundo que a uma instituição e hierarquias normativas impostas por dogmas que pouco ou nada significavam aos caboclos. Além disso, a história do catolicismo rústico no Contestado está ligada de forma definitiva às peripécias reais e às lendas a respeito de alguns *monges*, beatos rezadores e curadores itinerantes cuja passagem pelo Sul do Brasil deixou marcas visíveis até hoje (MONTEIRO, 1974, p. 81). Para caracterizarmos de forma mais específica a referência cultural que influenciou o imaginário dos caboclos, convém ressaltar que (SERPA, 1997, p.55) a religiosidade de homens e mulheres de Desterro/Florianópolis,

Laguna e Lages foi tributária do catolicismo popular português do século XVI, que por sua vez era proveniente da tradição medieval pré-tridentina.

A outra forma de catolicismo que aqui abordaremos, que didaticamente chamamos de catolicismo ortodoxo, diz respeito a um tipo de cultura religiosa cuja tentativa de implementação na região contestada passou a existir no fim do século XIX com a chegada, em Santa Catarina, de missionários franciscanos provenientes da região da Saxônia, na Alemanha. Este catolicismo ortodoxo, como veremos, era contrário e avesso às diversas formas de manifestações de catolicismo popular (entre elas, o culto e a reverência aos monges peregrinos), pois se alicerçava na tentativa de europeização de costumes e hábitos das pessoas que, no entendimento dos padres missionários, deveriam entender o sentido do catolicismo romano e introjetar acriticamente os princípios da “verdadeira religião”. Princípios estes que, na prática, quase nenhuma relação tinham com o modo como os caboclos vivenciavam, em seu cotidiano, a devoção religiosa. Esta forma de catolicismo, que aqui chamamos de ortodoxo (para diferenciá-lo do catolicismo popular ou rústico) é denominado por Élio Serpa como catolicismo romanizado (SERPA, 1997, p. 85). Serpa define com maestria esta forma de catolicismo que se instalou no Brasil no final do século XIX e que estava fortemente aliado ao Estado (poder político) e às elites locais:

A romanização no Brasil se esboçou a partir da segunda metade do século XIX, quando na Europa já se vivenciava o desejo de construção de uma Igreja Universal, tendo à frente o Papa Pio IX que defendia e exigia dos seus subordinados a adesão aos princípios de uma Igreja fortemente centralizadora. Para dar maior ênfase ao processo de desencadeamento do catolicismo romanizado, Pio IX publicou o *Syllabus errorum e a Quanta Cura* (1848) delimitando o relacionamento entre Igreja e o Mundo. Fundou, em 1850, o Pontifício Colégio Latino-Americano, em que se formaram futuros sacerdotes com mentalidade ultramontana, proclamou o dogma da Imaculada Conceição e realizou o Concílio Vaticano I, afirmando o dogma da infalibilidade Pontifícia. (SERPA, 1997, p. 85-86)

Quando estudamos as diversas formas de manifestação dos modos de vida cabocla no período histórico denominado como Contestado, constatamos uma série de práticas religiosas que associaremos aqui a formas de manifestação da cultura popular. Estas manifestações, tais como batizados, casamentos, benzimentos, rezas coletivas, dentre tantos outros modos de manifestação, caracterizavam-se como pilar fundamental da identidade religiosa cabocla, tão esvaziada de condições materiais básicas necessárias à existência. A respeito da importância da vivência religiosa no contexto que antecede e perpassa a Guerra do Contestado, Marli Auras nos oferece preciosa explicação:

Tendo em vista a pobreza – em todos os sentidos – reinante, a religião é o único apanágio do sertanejo: ante a insegurança e a violência do cotidiano, ela traz a proteção das forças sagradas; ante a impossibilidade de articular respostas coerentes e abrangentes às contradições vividas, ela apresenta um conjunto de certezas fundamentais. Em face de um contexto histórico que procura negar até o estatuto de homem ao sertanejo, a práxis religiosa lhe garante a possibilidade de construir sua própria identidade – pela religião

ele reproduzia conhecimentos antigos e pela religião ele criava novos conhecimentos, capazes de significar o seu dia a dia (AURAS, 2015, p. 54).

A forma como os caboclos viviam a sua religiosidade e constituíam sua identidade não estava atrelada a um caráter hierárquico estabelecido pela Igreja enquanto instituição reguladora. A fé destas pessoas se manifestava em práticas e ritos cotidianos que não dependiam necessariamente do aval de um sacerdote. Devoção aos santos, festas, novenas, promessas e benzeduras eram elementos fortes do catolicismo popular e se caracterizavam pelo seu caráter festivo, pela interpenetração entre o sagrado e o profano e pela mínima ingerência da hierarquia eclesiástica (SERPA, 1997, p.55).

Para enfatizar o contexto histórico de nossa pesquisa, lembramos aqui que estamos analisando o período histórico da segunda metade do século XVIII e início do século XIX na região contestada entre os estados do Paraná e Santa Catarina (e até mesmo pelo país Argentino, que por um período também reivindicou estas terras). Neste período, a religião dos caboclos não era caracterizada pelo cumprimento de dogmas e práticas impostas por sacerdotes. Não havia uma imposição, em termos hierárquicos eclesiais, de cumprimento cego e concordância inquestionável com ritos e práticas que se caracterizariam como práticas vazias de significados para estas pessoas que entendiam o sentimento religioso como algo extremamente atrelado ao seu cotidiano. Neste contexto, a prática do catolicismo popular fazia parte do *éthos* dos caboclos, mas não apenas deles. Esta forma de catolicismo era presente também no cotidiano, ao menos no período anterior à guerra e à chegada dos missionários franciscanos, dos mais privilegiados socialmente:

A prática do catolicismo popular dava-se em oratórios existentes nas residências, onde as pessoas pobres, em um canto da sala, colocavam a imagem ou estampa do santo predileto, buscando proteção para a família e ajuda nas dificuldades do dia-a-dia. Já nas fazendas, existiam oratórios mais arrojados, com imagem do santo de devoção da família do fazendeiro que reunia a família, os escravos e agregados para prestar o culto ao santo. Em lugares densamente povoados, existiam capelas, onde a comunidade se reunia para rezar o terço, fazer novena ao santo de devoção e, devido à ausência do padre, assumia a direção dos rituais religiosos uma pessoa de localidade: o capelão ou puxador de rezas (SERPA, 1997, p. 54).

2 | OS TRÊS MONGES

O principal expoente desta manifestação de catolicismo popular é o monge João Maria, considerado pelos caboclos como sendo um grande curandeiro e que, em seu *modus vivendi*, supria no modo de vida dos caboclos a necessidade de um sacerdotal oficial. Não porque rezava missas, mas porque batizava muitas crianças e aceitava apadrinha-las, benzia o gado e a horta, e orientava espiritualmente estas pessoas através de sua conduta e seu exemplo. Três personalidades foram fundamentais na construção desta identidade cabocla. São eles: o monge João Maria de Agostinho, que percorreu a região contestada a

partir de 1850 (portanto, bem antes da eclosão da Guerra); João Maria de Jesus, aparecido na década de 1890 (AURAS, 2015, p. 53), cujo nome verdadeiro era Atanás Marcaf, e José Maria (Miguel Lucena de Boaventura), aparecido na região contestada na década de 1910 (AURAS, 2015, p.53). Estas três personalidades, no mais das vezes, representam para os caboclos da região contestada um único indivíduo, como bem aponta Paulo Pinheiro Machado (MACHADO, 2017, p. 163-164): a figura deste monge curandeiro, conselheiro e profeta, pode ter as mais diferentes origens e épocas distintas, mas, para o habitante do planalto catarinense, só existiu um monge João Maria.

É importante ressaltar, no entanto, que cada uma destas personalidades ocupa papel distinto no contexto da guerra do Contestado. O primeiro monge, João Maria de Agostinho, como já apontamos, não teve uma relação direta com a guerra. Seu papel fundamental e extremamente simbólico, diz respeito ao modo como representou, no imaginário caboclo, o entendimento da vivência da religiosidade e dos valores deste mundo. Tânia Welter, em seu belo trabalho sobre João Maria de Agostinho, enfatiza o quanto os caboclos até os dias de hoje se identificam com a figura deste homem que consideram santo, e que aprenderam a venerar através da tradição oral que lhes foi repassada por seus antepassados. Esta veneração envolve também a construção da própria autoestima dos caboclos, pois identificavam neste homem, considerado santo, alguém que era tão simples e humilde quanto os próprios caboclos, e que, apesar de asceta e peregrino, não se furtava do convívio com estas pessoas com as quais se colocava em pé de igualdade (WELTER, 2018, p.97) :

A afirmação a respeito de sua simplicidade vem geralmente acompanhada de uma autoidentificação: “era simples, como nós”. Desta maneira, indica uma identidade, o “nós” (os simples e caridosos) que está se contrapondo a “eles” (os não simples e caridosos). A identidade é formalizada a partir de elementos positivos (valores cristãos) de pertencimento ao grupo e contrastada com os elementos negativos do outro. Os valores cristãos são os elementos demarcadores desta identidade, pois “simples” como determinante do pertencimento ao “nós” estaria relacionado a valores como humildade, caridade, pureza e piedade.

Há neste primeiro monge, João Maria de Agostinho, outra característica peculiar, como aponta Paulo Pinheiro Machado (MACHADO, 2017, p. 164): é importante observar que o primeiro monge João Maria tinha uma relação bastante próxima com a estrutura oficial da Igreja Católica. O mesmo já não podemos afirmar dos dois monges que vieram após João Maria de Agostinho, que tiveram sérias contendas com frei Rogério Neuhaus (como veremos).

Como já afirmamos anteriormente, este primeiro monge identificado como João Maria (João Maria de Agostinho) transitou pela região contestada entre o fim da década de 1840 e início da década de 1860, mais de cinquenta anos antes da eclosão da guerra, portanto. Karsburg (2018, p.127) nos informa que o monge João Maria de Agostinho chegou a Santa Catarina (Desterro) no fim de 1848, mais de sessenta anos antes da eclosão do conflito.

No entanto, se pudéssemos apontar uma relação indireta deste monge com a guerra, diríamos que a sua conduta e atitude junto àqueles que o conheceram foi fundamental para o fortalecimento da identidade cabocla. Este termo, caboclo, costumeiramente se refere a pessoas desprovidas do olhar e da assistência mínima do Estado, muitas vezes expropriados do pouco que tinham pelos que possuíam mais poder. Os caboclos (WELTER, 2018, p. 20)

eram índios amansados e desenraizados, negros libertos ou escravos, brancos foragidos e toda sorte de indivíduos em busca de autonomia. A partir dessa condição, um modo de vida foi engendrado. A colonização dessas regiões pelos europeus ou seus descendentes significou para o segmento caboclo um confronto que resultaria em um processo de expropriação da terra, violências diversas e subordinação ao novo grupo. Do confronto entre os dois segmentos surgiram algumas estratégias de sobrevivência. Estas estratégias refletem-se na construção da identidade dos diversos grupos. É assim que, no Oeste catarinense, grupos de caboclos vão se transformando em brasileiros, em oposição aos italianos e alemães.

O monge João Maria de Agostinho foi uma grande referência espiritual para estas pessoas que não eram vistas pelo Estado: seja por puro descaso, seja porque simplesmente o Estado, enquanto instituição social, não chegava até eles para lhes oferecer o mínimo necessário para estarem incluídos enquanto seres pertencentes a uma sociedade contratual constituída. Os caboclos eram pessoas entregues à própria sorte e à exploração dos coronéis, que usurparam sua força de trabalho em troca de um punhado de terra que poderia lhes ser expropriada sem que se pedisse licença. Neste sentido, estavam submetidos à constantes inseguranças e incertezas frente às necessidades básicas de subsistência cotidiana. Neste sentido, a religiosidade que fazia parte do *éthos* vivenciado pelos caboclos representava grande fortaleza frente às imensas adversidades da vida.

Este primeiro monge, João Maria de Agostinho, nascido na Itália e peregrino em tantos países, teve papel fundamental na construção do imaginário da religiosidade popular e rústica dos caboclos desta região onde se deu o conflito denominado Guerra do Contestado. Suas práticas engendraram no imaginário dos caboclos uma vivência religiosa vinculada à prática cotidiana, à vivência religiosa que deveria estar atenta aos sinais da natureza, ao respeito pela natureza, a uma ética do cotidiano que deveria perpassar as relações.

Para os caboclos da região contestada a presença do monge João Maria de Agostinho representava a própria presença de Deus entre eles, num fenômeno caracterizado pelos historiadores como messianismo, conceito este que não pretendemos abordar diretamente neste trabalho. João Maria de Agostinho foi um monge peregrino e eremita, que nunca se demorava muito tempo num mesmo lugar: como dizem os caboclos, ele dormia e não amanhecia (MACHADO, 2008, p.262). Enfatizamos que João Maria de Agostinho foi o primeiro grande expoente de um tipo de experiência religiosa, que chamamos aqui de catolicismo popular ou rústico. Este *éthos* religioso permaneceu entranhado à cultura cabocla não apenas na época em que passou pela região contestada, mas teve forte

influência (ainda que indireta) no contexto da Guerra do Contestado:

Um joanino intelectualizado de Curitiba definiu João Maria como “Deus concreto”, fundador da “Religião Santa”. Esta religião seria composta de práticas, rituais, cantos, orações oriundas do povo, com características regionais e administração laica. Na interpretação dele, é durante a Guerra do Contestado que começa o processo de divinização de João Maria, escolhido por ser o “Deus do caboclo”. Isto ocorreu especialmente como represália contra os padres franciscanos, “que não foram bem-vindos aqui pelo sertanejo da época”, falavam uma língua estranha e faziam exigências aos sertanejos, e também para se opor à Igreja Católica. Relata que eles negaram aquele Deus sobrenatural, que eles não conheciam, e escolheram João Maria porque era um ser concreto. A “Religião Santa” teria surgido assim e, apesar de se assemelhar muito com o catolicismo rústico vivenciado no período anterior à Guerra do Contestado, se diferencia deste pela substituição do “Deus sobrenatural, até abstrato” pelo Deus concreto, o Deus do oco das imbuías, o Deus dos caboclos, São João Maria (WELTER, 2018, p. 110).

Como já vimos, o monge João Maria de Agostinho não teve uma relação direta com a Guerra do Contestado, no entanto, seu legado para a constituição do imaginário religioso dos caboclos do contestado é inegável. João Maria de Agostinho, embora não gostasse de ajuntamento de pessoas ao seu redor, plantou profundas sementes de uma fé que caracteriza o catolicismo rústico e que tem como símbolo também as cruzes de cedro que ele plantava onde passava. Dentre essas cruzes que simbolizam sua passagem pela região onde passava, encontra-se a cruz em Lages de onde foi originada uma capela que gerou fortes contendas com os franciscanos que ali missionaram décadas depois. Segundo Élio Serpa (SERPA, 1997, p.203):

A capela de Santa Cruz, da cidade de Lages, representava para a maioria da população um marco significativo da presença de João Maria de Agostinho que, nas suas andanças pelo interior do Estado de Santa Catarina, deixou sua marca registrada na cidade de Lages, plantando uma cruz onde se originou uma capela, construída com o esforço dos seus devotos. Em torno da cruz surgiram “muitas lendas e verdades” e a capela constituiu-se num foco de conflitos entre franciscanos e os devotos da Santa Cruz.

Podemos perceber, como atesta Serpa, que a cruz plantada pelo monge João Maria de Agostinho representava um símbolo santo entre os caboclos, e estes construíram uma capela ao redor da cruz sem recorrer a um único centavo da Igreja oficial ou das elites locais. Posteriormente, quando os franciscanos atuaram na região (décadas após o plantio da cruz e da construção da capela), negavam-se a rezar missas nesta capela. Investiram na distorção deste símbolo do catolicismo popular, pois (SERPA, 1997, p.150) procuraram descaracterizar sua origem, dizendo que “a cruz e a capela foram plantadas por um missionário”. Numa estratégia clara de boicote às manifestações da religiosidade popular, ao culto à imagem do monge João Maria de Agostinho, o que desagradava e muito a Igreja oficial, a capela propositalmente foi desprezada pelos franciscanos. A capela estrategicamente foi boicotada, e suas ruínas denunciavam a estratégia dos franciscanos: manter a indiferença em relação às manifestações religiosas populares. Enfim, como a

Igreja oficial queria, a licença de construção de uma nova capela, dada pela autoridade diocesana, com a aprovação do poder público municipal, acabaria por colocar a capela de Santa Cruz sob a tutela da Igreja. Este caso evidencia o quanto a Igreja oficial pretendia ter os caboclos sob os domínios de seus tentáculos.

O catolicismo rústico, como estamos vendo, ganhou muita força e uma nova identidade com a presença do monge João Maria de Agostini na região contestada. Este monge atuou na região até meados de 1870, quando não foi mais visto nestas localidades (MACHADO, 2008, p. 26). A “Religião Santa”, acima citada, surge no contexto da Guerra do Contestado, já sob a influência direta do terceiro monge: José Maria. Mas antes vamos analisar a presença e a importância do segundo monge entre os caboclos, João Maria de Jesus.

3 | JOÃO MARIA DE JESUS

João Maria de Jesus, o segundo monge que teve forte influência sobre o catolicismo popular e rústico na região contestada, diferentemente de João Maria de Agostinho, não teve uma boa relação com a Igreja oficial. Este segundo monge teve contato com Frei Rogério Neuhaus, sacerdote franciscano oriundo da região da Saxônia, que teve a missão de difundir o catolicismo romano na região do planalto. Frei Rogério nasceu em 1863 e, segundo Marli Auras, foi ordenado sacerdote franciscano em 1890 e (AURAS, 1984, p. 58) chegou em Santa Catarina (Desterro) em 10 de dezembro de 1891.

Santa Catarina dispunha de poucos sacerdotes e a principal função destes sacerdotes importados, lembrando que frei Rogério veio acompanhado de outros franciscanos, era tomar conta das paróquias e difundir o catolicismo ortodoxo romano. Segundo Marli Auras (AURAS, 1984, p. 59) em fevereiro de 1892 frei Rogério chega a Lages, depois de uma longa viagem a cavalo pelas picadas já abertas em meio à mata e inúmeras travessias de rios.

Voltemos a João Maria de Jesus, no intuito de mostrar como e porque este monge teve sérias contendas com frei Rogério, representante da Igreja oficial. Contendas estas que explicitam as rusgas existentes entre catolicismo rústico e catolicismo ortodoxo no contexto do Contestado. Paulo Pinheiro Machado (MACHADO, 2004, p. 167) aponta que:

O segundo monge foi João Maria de Jesus, o qual o coronel Pinto Soares afirmou ser um imigrante sírio de nome Anastas Marcaf. Testemunhos diretos afirmam que João Maria de Jesus tinha fala acastelhanada, era proveniente de Buenos Aires e peregrinou pelo planalto entre 1890 e 1908. Afirmando que estava pagando uma penitência, este João Maria, além da relativa semelhança física com o primeiro, adotou várias práticas do monge desaparecido. Vários cruzeiros foram erigidos, várias “águas santas” foram sinalizadas pelo segundo monge, que também evitava aglomeração de fiéis, ficando muito pouco tempo em cada região que passava – “ele dormia e não amanhecia”. Porém algumas diferenças eram marcantes: João Maria de Jesus não aprovava o fim da Monarquia, ou melhor, era contrário à República, foi simpático aos federalistas no período 1893-1895, teve uma relação hostil com o clero católico, fazia batizados, propalava um discurso apocalíptico com grande receptividade no planalto.

Nossa pesquisa aponta para a constatação de que João Maria de Jesus, embora fosse também um andarilho e penitente, que não se demorava em meio às pessoas, exercia entre os caboclos do contestado um forte poder espiritual. Assemelhava-se ao monge João Maria de Agostinho no porte físico, nas vestimentas, e também nas práticas de orientações quanto ao modo de vida e às condutas necessárias para as pessoas bem se guiarem no mundo. Marli Auras atesta que (AURAS, 2015, p.55):

João Maria (de Jesus) preenchia também as funções de sacerdote: dirigia rezas coletivas, e cânticos religiosos, batizava, casava, dava “bons conselhos”, benzia as roças e o gado. Nada cobrava pelos serviços prestados. Qualquer presente que acaso lhe fosse ofertado – cavalos, porcos, vacas, etc. – era imediatamente distribuído entre seus inúmeros afilhados. O monge falava a linguagem do mais despojado dos homens dos sertões contestados. Vivia a condição de vida deles. Como caboclo, ele também não tinha propriedades. Dispunha, no entanto, de um poder mais forte – o poder dos deuses -, capaz de resolver os piores problemas terrenos.

Neste contexto, é necessário levarmos em consideração que a instalação dos franciscanos no planalto catarinense objetivava impor um tipo de catolicismo hierarquizado e recheado de práticas desconhecidas pelos caboclos, e que, além disso, o catolicismo ortodoxo e erudito, do qual os franciscanos eram representantes, sempre esteve ao lado dos que detinham o poder (as elites locais e o governantes), nunca ao lado dos desassistidos e mais necessitados.

Santa Catarina, neste período (fins do século XIX), começava a receber remessas de imigrantes alemães, italianos, e também de outras nações. Um novo projeto de civilização passou a ser buscado pelo Estado, onde os caboclos, índios e negros, os miscigenados, ficavam em segundo plano na construção deste novo projeto de brasilidade que buscava copiar um modelo branco europeu. Na esteira disso foram gerados também fortes conflitos entre o catolicismo popular ou rústico e o catolicismo ortodoxo ou erudito (romano), porque os caboclos quase não entendiam as falas dos padres alemães, e entendiam menos ainda as ritualísticas que eram feitas nas missas. Missas estas, aliás, que muitas vezes eram presenciadas por dois ou três caboclos, no máximo. Élio Serpa nos diz que:

O combate às manifestações religiosas populares está na esteira do ideal de construção de uma nação civilizada, através de padrões culturais europeus, cuja concretização passava na visão dos discursos intelectuais, incorporados pelas elites, pela necessidade de branqueamento da população, através da imigração, principalmente de europeus (SERPA, 1997, p.21).

Nesta missão de difundir e propagar um tipo de catolicismo desconhecido pelos caboclos, que viviam outra forma de religiosidade, frei Rogério teve diante de si uma missão árdua. Primeiramente, porque os caboclos não aceitaram passivamente aquela outra forma de viver a cultura religiosa. Como já dissemos acima, a religiosidade dos caboclos era algo

vivido no cotidiano, um *éthos* que se constituía na relação com a roça, com o gado, com a natureza. E também porque os monges, e João Maria de Jesus cumpriu bem esse papel, eram pastores de alma. Eram simples como os caboclos, e por isso eram também vistos como sendo um deles.

João Maria de Jesus nada cobrava pelas ruas rezas e benzimentos, doando prontamente o que recebia de presente. João Maria de Jesus representava para os caboclos o exemplo vivo a ser seguido, sendo também ele simples e sem posses. Neste sentido, os caboclos eram destituídos do interesse de, por exemplo, irem à missa. Atesta Marli Auras:

Eram poucas as capelas espalhadas pelo planalto afora. Em suas viagens a cavalo pelo interior, o sacerdote (frei Rogério) sempre tomava o cuidado de transportar sobre o selim os instrumentos indisponíveis para a celebração das missas. O “indiferentismo” religioso do morador do planalto – desprovido das “ótimas tradições” do imigrante de Teresópolis, angustiava frei Rogério (AURAS, 2015, p.59).

Diante do contexto acima apresentado, faz-se necessário dizer que o monge João Maria de Jesus e frei Rogério se encontraram pessoalmente, em 1897. Já dissemos que João Maria de Jesus cumpria entre os caboclos o papel de um sacerdote. Os franciscanos, obviamente, eram totalmente contrários a este tipo de sacerdócio extraoficial e regado a instrumentos populares enraizados à cultura cabocla, que podiam até demonstrar sincretismo com traços culturais indígenas e africanos. Paulo Pinheiro Machado nos diz que:

Por duas oportunidades, João Maria de Jesus teve atritos com sacerdotes católicos. Aparentemente, a principal razão dos conflitos era o fato de batizar crianças. O fato de ministrar este sacramento é visto pelos padres como uma brutal intromissão de um leigo em atividades reservadas apenas aos membros ordenados do clero. No entanto, a tradição católica prevê que qualquer cristão pode ministrar sacramentos na ausência de um sacerdote. Os relatos dos sacerdotes apontam também para outras questões. João Maria afirmava que sua reza “valia mais que uma missa”, que a Bíblia usada pelos padres não era a certa e, além disso, os caboclos não se cansavam de afirmar que João Maria nunca pediu dinheiro por suas rezas e batizados. Para os padres franciscanos, sem a atividade de João Maria de Jesus, jamais teria acontecido “o surto de fanatismo” do Contestado, mesmo tendo este personagem “se retirado” muito antes do conflito (MACHADO, 2015, p. 169)

Como vemos, João Maria de Jesus além de batizar e rezar, benzer o gado e a roça, tinha um modo de vida tão simples como o dos caboclos, não cobrava absolutamente nada pelas suas práticas, sendo uma referência viva através de seus própria exemplo no modo de conduzir sua prática religiosa popular, abraçada pelos caboclos que viam neste segundo monge um sucessor de João Maria de Agostinho.

Frei Rogério, paralelamente, representava uma Igreja que considerava ser oficialmente a única portadora e veiculadora do discurso e das práticas religiosas (SERPA,

1997, p. 81). Esta Igreja estava sempre mais próxima das elites locais, dos políticos e dos coronéis, que muitas vezes financiavam a construção de templos e auxiliavam na importação de belas imagens de santos oriundas da Europa para bem ornamentar os altares.

A simplicidade vivida pelos caboclos desconhecia estes valores ditos “nobres”, até porque estes caboclos não faziam parte da sociedade abastada. Neste sentido, a grande missão dos franciscanos seria levar “a verdadeira religião” para um bando de pessoas que eram vistas, por eles, como “ignorantes e incultas”. No entanto, essa religiosidade cabocla era o espaço no qual, fundamentalmente, os homens marginalizados construíam suas formas de resistência e luta em face do cotidiano opressor. Por isso, a defendiam com grande tenacidade (AURAS, 2015, p. 55).

Voltaremos a falar de frei Rogério quando formos analisar a figura do terceiro monge, José Maria. Por hora, sem estabelecermos quaisquer tipos de juízos de valor sobre a figura do sacerdote, compete-nos concordar com Marli Auras quando afirma que (AURAS, 2015, p. 61) frei Rogério tinha sua prática carregada de ambiguidade em relação ao catolicismo rústico do Contestado, oscilava de uma atitude de compreensão (motivada pela certeza da ignorância religiosa dos sertanejos) e uma atitude de enérgica condenação. Além disso, como atesta Élio Serpa (SERPA, 1997, p. 155) a postura da Igreja (à qual frei Rogério representava obviamente com fiel obediência) na fase de radicalização do conflito contra os caboclos do Contestado, foi de apoio irrestrito à repressão, desencadeada pelas forças governamentais.

João Maria de Jesus, este segundo monge que andou entre os caboclos do contestado e que se negou a confessar-se e ainda afirmou para frei Rogério que no dia seguinte iria à missa, mas não o fez (MACHADO, 2004, p. 170), foi visto pela última vez em 1906. Este segundo monge também não teve relação direta com a Guerra do Contestado, que eclodiu em 1912. No entanto, de forma mais incisiva que o primeiro João Maria (de Agostinho), contribuiu para a identidade da religiosidade cabocla, pois se antepôs veementemente contra as investidas do clero católico que objetivou lhe cercear e catequizar os caboclos, na tentativa de impor-lhes o catolicismo romanizado. Não se sabe ao certo como sua vida encerrou, mas para os caboclos do contestado João Maria de Jesus não morreu, ele “passou” e vive encantado no morro do Taió, como atesta Vinhas de Queiroz:

Este João Maria desapareceu nos primeiros anos do século XX, por volta de 1908. Uns disseram que morreu no hospital de Ponta Grossa, no Paraná; outros, que a sua sepultura fora cavada em Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul. Mas os verdadeiros crentes, que eram quase totalidade da população sertaneja da área, acreditavam que ele apenas *havia se retirado*: “O grande santo, o São João do Evangelho, não pode morrer. Ele se retirou apenas para provar os seus fiéis, vivendo por prazo indeterminado, ‘encantado’ no morro do Taió, até chegar o tempo de aparecer de novo, para pôr tudo em ordem”. (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p.52)

Passaremos agora à análise do terceiro monge do Contestado, José Maria, que

teve relação direta com a eclosão da guerra, e que possuía algumas características bem distintas dos dois primeiros monges.

4 | JOSÉ MARIA

José Maria, cujo nome de batismo era Miguel Lucena Boaventura, possui características distintas dos dois primeiros monges que estudamos neste trabalho. Como vimos, tanto João Maria de Agostinho quanto João Maria de Jesus foram monges penitentes e andarilhos, que “dormiam e não acordavam”, o que não ocorre com José Maria. Vimos também que os dois primeiros monges não possuem relação direta com a Guerra, e nisso também se diferencia a figura de José Maria.

José Maria surge, entre os caboclos, justamente no contexto que leva à eclosão da Guerra do Contestado. Paulo Pinheiro Machado nos diz que (MACHADO, 2004, p. 175) José Maria é mais uma figura de passado nebuloso, pouco se sabendo sobre suas origens. Sua aparição pública na região contestada ocorreu apenas no ano de 1912, quando se desencadearam diversos episódios que precipitaram a guerra sertaneja. Élio Serpa (SERPA, 1999, p. 37) atesta que José Maria era um ex-soldado da Força Policial do Paraná.

Desde o desaparecimento na região contestada do monge João Maria de Jesus, em 1906, que estava “encantado” no morro do Taió, os caboclos aguardavam a vinda de um novo monge que lhes servisse de norte. E foi no ano de 1912, seis anos após a “passagem” de João Maria de Jesus, que José Maria aparece no município de Campos Novos. José Maria era alfabetizado e tinha considerável conhecimento de ervas, dizia às pessoas que observava as propriedades das plantas para empregá-las nas curas (MACHADO, 2004, p. 176).

Não tardou para que José Maria passasse a ocupar o lugar deixado por João Maria no imaginário dos caboclos, sobretudo após (AURAS, 2015, p. 63) ter curado a mulher do fazendeiro Francisco de Almeida, que havia sido enganada. Ao recusar terras e ouro que lhe foram oferecidas pelo fazendeiro, José Maria vê, em curto tempo, sua fama de milagreiro e pouco afeito às riquezas terrenas estender-se planalto afora.

Como já mencionamos anteriormente, a religiosidade popular cabocla incluía um *éthos*, um modo de ser no mundo que estava intrinsecamente ligado à vivência de uma religião que tinha caráter prático. Os monges João Maria de Agostinho e João Maria de Jesus solidificaram este imaginário e esta vivência na vida dos caboclos, e a presença de José Maria com suas curas, receitas e renúncia às posses, fez com que ele viesse a ocupar este espaço no cotidiano dos sertanejos.

É importante ressaltarmos que diferentemente dos dois primeiros monges, José Maria é uma figura muito controversa quanto ao seu passado, recaem sobre ele até mesmo acusações de estupro (MACHADO, 2004, p. 175). No entanto, nosso foco neste trabalho recai sobre sua importância no fortalecimento do catolicismo rústico vivido pelos caboclos.

Diante da fama e da veneração que o monge José Maria passou a ter entre os caboclos, não tardou para que frei Rogério o procurasse, assim como fez com João Maria de Jesus, para inquirir este curandeiro sobre suas práticas e atuação entre o povo. Frei Pedro Sinzig (SINZIG, 1939, p. 218 *apud* AURAS, 2015, p. 64) atesta, em suas memórias narradas por frei Rogério, as impressões deste encontro por parte do representante da Igreja oficial:

Não quis dizer-me donde vinha, limitando-se a declarar que era um peregrino. Ao convidá-lo para se confessar, ele me respondeu: “Não quero dar motivo para falarem de mim”. Não se confessou, nem assistiu, no dia seguinte, à santa missa, mantendo-se deitado. São homens que iludem o povo simples com palavras sonoras e com alguns remédios, afastando-o da prática da santa religião. Contam que José Maria chamou a confissão de bobagem.

Se dermos crédito a estas memórias narradas, constatamos que José Maria não se confessou e também não presenciou a missa, assim como fez João Maria de Jesus quando se encontrou com frei Rogério. Recusando-se a compactuar com práticas do catolicismo ortodoxo, José Maria seguia com suas práticas de cura através da prescrição de receitas com ervas junto aos caboclos.

Tamanho era o reconhecimento de José Maria junto ao povo, que ele é (AURAS, 2015, p. 65) procurado pelos organizadores da festa do Senhor Bom Jesus, que seria realizada no princípio de agosto na localidade de Taquaruçu, município de Curitiba. Aceitando o convite, José Maria para lá se deslocou acompanhado de aproximadamente 300 pessoas – homens, mulheres e crianças – que junto dele não queriam mais sair (AURAS, 2015, p. 66).

Ocorrida a festa, o povo ao invés de se dispersar, lá permanece, no intuito de permanecer junto ao monge José Maria. Coronel Albuquerque, superintendente do município, não viu com bons olhos este ajuntamento, e sob a justificativa de doença de um membro de sua família, manda chamar José Maria. O monge se recusa a ir até sua presença. Intimado, então, a comparecer, responde “que a distância da casa do coronel à sua era igual à da sua casa à do coronel” (AURAS, 2015, p. 67).

Coronel Albuquerque, remetendo a insubordinação ao governador de Santa Catarina, pede auxílio de tropas para atacar Taquaruçu, onde José Maria se encontrava. Ciente disso, José Maria resolve ir para Irani, que pertencia à região contestada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina. O Estado do Paraná não vê isso com bons olhos, e o governo paranaense manda o comandante oficial de exército, João Gualberto, à cidade de Irani. Há o primeiro confronto entre caboclos e as forças oficiais. Neste confronto, o maior representante dos caboclos e do exército são mortos: o monge José Maria e o comandante João Gualberto. Era o estopim e a eclosão da guerra que gerou novo simbolismo na religiosidade cabocla. Como vimos anteriormente, João Maria de Jesus não morreu, estava “encantado” no morro do Taió. Do mesmo modo, o simbolismo criado em torno de José Maria foi imenso. Paulo Pinheiro Machado atesta que (MACHADO, 2004, p. 191) a

reelaboração religiosa processa-se através da transformação da figura de José Maria de simples curandeiro a indivíduo santificado, com qualidades proféticas. Muitos sertanejos passaram a afirmar que José Maria havia profetizado a própria morte. Visão semelhante encontramos em Marli Auras:

José Maria, aliás, não morreu. Um de seus fiéis, que participou da luta, disse que viu quando ele estava “fugindo pelas nuvens num cavalo”. Ele não havia morrido, apenas “desaparecera”. Para não atrapalhar o seu reaparecimento, a cova em que o corpo do monge foi “deitado” não foi coberta por uma camada de terra, como costumeiramente se faz, mas sim por umas tábuas. (AURAS, 2015, p. 75)

Com a morte de José Maria, novas formas de representação religiosa foram geradas, e a “santa religião” vivida pelos caboclos na Guerra do Contestado ficou ainda mais distante do catolicismo oficial representado por frei Rogério. Na Guerra do Contestado os caboclos tinham a figura de José Maria como uma liderança espiritual, e (MACHADO, 2004, p. 193) num povoado comandado por José Maria, não se praticava o catolicismo dos padres.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou analisar as contendas existentes entre a religiosidade popular vivida pelos caboclos da região contestada, representados de forma *sui generis* por seus monges; e sua relação com o catolicismo ortodoxo da Igreja oficial, representada pelos franciscanos importados no final do século XIX, em especial frei Rogério.

O que constatamos ao longo de nossas leituras e pesquisas sobre o tema é que a Igreja oficial sempre esteve prioritariamente ao lado das elites locais e da política oficial do Estado. Neste contexto, estava incluída tanto por parte do Estado quanto por parte da Igreja a tentativa de dissuadir os caboclos de permanecerem com suas práticas populares de vivência religiosa, pois os mesmos eram vistos como ignorantes, fanáticos, destituídos de cultura, selvagens que deveriam ser educados, catequizados.

Na segunda metade do século XIX houve forte política de imigração no Brasil, com levas de italianos, alemães, poloneses, ucranianos, etc. Sendo trazidos para a região sul do país, incluindo aí a região contestada, as elites e a Igreja, no Brasil, tinham também como objetivo regenerar a sociedade, civilizando o povo pela europeização e, acima de tudo, expandir os ideais civilizatórios a todos os “pobres de Cristo” (SERPA, 1997, p. 161). Nesse sentido, tudo aquilo que envolvesse a cultura miscigenada cabocla era visto como algo a ser superado, corrigido, esquecido, reparado. Aos nossos olhos, os caboclos não foram entendidos e respeitados dentro de suas manifestações de religiosidade popular, e acima de tudo, não foram respeitados pelo modo como constituam seu *éthos*, seu modo de se constituir no mundo. Expulsos de seus pequenos pedaços de terra e de suas casas por conta da força do capital estrangeiro, estas pessoas tiveram que conviver com uma Igreja que visava (SERPA, 1997, p. 195) a reforma do catolicismo popular, em expandir todo um

conteúdo religioso em que suas práticas afinavam-se com o ideário de europeização da sociedade.

Estes caboclos, que nunca precisaram pagar um único centavo a qualquer um dos monges que aqui estudamos em função de suas práticas (batismos, benzimentos, receitas, etc.) passaram a precisar exercer (AURAS, 2015, p. 79) o pagamento de uma gorda quantia ao vigário quando, mais tarde arrependidos, quisessem “uma missa para atenção de João Maria e falar no senhor monge”. Deste modo, ainda que frei Rogério fosse respeitado por muitos caboclos, sua ortodoxia e a facilidade com que circulava nas antessalas do poder criavam, nos sertanejos, um comportamento defensivo que se manifestava numa confiança desconfiada (AURAS, 2015, p. 62).

A postura da Igreja oficial no contexto da Guerra do Contestado foi de apoio ao poder constituído. A Igreja Católica no contexto da Guerra do Contestado, certamente, não foi a igreja dos pobres. A Igreja permaneceu ao lado das elites locais e do Estado, pois, para os representantes da Igreja, os caboclos eram pessoas atrasadas que se deixaram guiar por monges charlatães e espertalhões. Os caboclos, diante das “passagens” de seus monges, mantiveram-se fiéis em suas crenças, sendo inclusive estas crenças reformuladas no âmbito da Guerra do Contestado, pois a “passagem” de José Maria e a então eclosão da Guerra trouxe outros elementos ao imaginário popular ao contexto vivido. A dicotomia se torna ainda mais explícita e drástica, quando frei Rogério é expulso, no dia 9 de dezembro de 1913, pelos caboclos no reduto de Taquaruçu (AURAS, 2015, p. 83 e 84). Na tentativa de dissuadir os caboclos de enfrentarem as forças do exército, frei Rogério visita o reduto. No entanto, é extremamente hostilizado e escapa da morte, fugindo às pressas depois de ser escorraçado. Élio Serpa nos diz que (SERPA, 1997, p. 210):

Nos municípios em que a questão do Contestado aflorou com mais intensidade, os franciscanos, aliados aos objetivos das elites dirigentes, atuavam como mediadores no sentido de fazer negociações, visando a pacificação dos caboclos, a atuavam como informantes do exército.

Como vimos ao longo deste trabalho, as contendas entre o catolicismo popular e o catolicismo ortodoxo não foram poucas. A Igreja, ao lado das elites e dos governantes, tinha consigo um projeto civilizador que incluía a catequização daqueles que a Igreja via como simplórios ignorantes. Os caboclos, por outro lado, tiveram diante de si, em diferentes épocas, personagens chamados de monges, que representaram para os caboclos a experiência de uma fé a ser vivenciada no próprio cotidiano. Para os caboclos, um Deus distante e encoberto por dogmas traduzíveis apenas por sacerdotes oficiais, era pouco atrativo. Por conta disso confiavam no santo-monge, que tinham diante dos próprios olhos como exemplo a ser seguido: o deus do oco das imbuías.

REFERÊNCIAS

- AURAS, M. **Guerra do Contestado. A organização da irmandade cabocla**. 5 ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2015.
- KARSBURG, A. **O eremita das Américas**. A odisséia de um peregrino italiano no século XIX. Santa Maria: Ed. UFSM, 2014.
- MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.
- MONTEIRO, D. T. **Os errantes do novo século**. São Paulo: Ed. Livraria Duas Cidades, 1974.
- SERPA, E. **Igreja e poder em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1997.
- _____. **A Guerra do Contestado (1912-1916)**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999.
- QUEIROZ, M. V. **Messianismo e conflito social**. São Paulo: Ed. Ática, 1977.
- WELTER, T. **Encantado no meio do povo: A presença do profeta São João Maria em Santa Catarina**. São Bonifácio: Edições do Instituto Egon Schaden, 2018.

A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA CIDADE DECAÇADOR

Andrea Alves Cavalet
(UNIARP/Caçador)

Hillevi Maribel Haymussi
(UNIARP/Caçador)

RESUMO: A violência contra as mulheres reflete a manifestação extrema de diversas desigualdades que foram se estabelecendo no âmbito da sociedade. Embora muitas lutas e esforços de mulheres, grupos organizados da sociedade civil tenham conquistados direitos no mundo todo, o número de agressões tem aumentado assustadoramente. Assédio, exploração sexual, tortura, estupro, violência psicológica, agressão por parceiros ou familiares. Sob diversas formas, a violência contra as mulheres sempre esteve presente, em menor ou maior intensidade, em todo o processo histórico da sociedade. A questão central que orientou o presente estudo foi realizar um levantamento em instituições da cidade de Caçador sobre o cometimento de violência contra as mulheres no ano de 2018 (Haymussi, 2018) e analisar os dados coletados, estabelecendo um perfil destas mulheres e analisar as principais formas de violência. O presente estudo tem como suporte teórico/metodológico investigativo: o método crítico dialético. Para a coleta de dados foi utilizado os dados institucionais, dados secundários, revisão bibliográfica, dados oficiais e legislação específica. Este procedimento foi analisado através do tratamento estatístico dos dados

coletados através de formulário de coleta de dados, com análise qualitativa. As ocorrências obtidas na DPCAMI totalizaram 963 de boletins de ocorrência na cidade de Caçador no ano 2018. Contabilizando as demais Instituições o número de mulheres que sofreram violência totaliza aproximadamente 1.220 mulheres. A maior concentração de violência ocorreu na faixa etária entre 20 a 29 anos coincidindo com as estatísticas estaduais e nacionais. Mas também a violência ocorreu entre mulheres muito jovens, de 15 a 18 anos, e entre mais idosas, de 80 a 90 anos. Em relação aos violadores, em todos os casos, revelam-se como membro da família quer sejam maridos, ex maridos, namorados, pais, filhos e companheiros em união estável. Os tipos de violência mais praticados são a violência psicológica, física e moral (ameaça).

PALAVRAS-CHAVE: Violência; Mulheres; Caçador.

1 | INTRODUÇÃO

Este projeto situa-se no contexto da cidade de Caçador, especificamente no âmbito da temática violência contra as mulheres. A violência contra as mulheres reflete a manifestação extrema de diversas desigualdades que foram se estabelecendo no âmbito da sociedade. As mulheres, desde as sociedades mais antigas, sempre foram marginalizadas e até mesmo tratadas como aberração ou como um ser incompleto. A mulher

era um ser destinado à procriação, ao lar, para agradar o outro. Durante o desenvolvimento das sociedades, a história registra a discriminação homem-mulher, principalmente em relação à educação. Ao atribuir aos homens a condição de donos do saber e às mulheres o papel feminino de subordinação aos homens, o que expressa uma profunda desigualdade de gênero.

O termo violência deriva do latim *violentia*, ou seja, força ou vigor contra qualquer coisa ou ente (Dicionário Houaiss, 2004). Dessa forma, violência é o uso da força que resulta ferimentos, tortura ou morte, ou o uso de palavras ou ações que machucam as pessoas ou, ainda, abuso de poder. A violência é característica do animal humano, faz parte dele, provém do instinto. Porém, após o longo processo de civilização do ser humano, conseguimos atenuar o nível de violência do homem, classificando-o como civilizado.

Civilizado significa capaz de conviver em harmonia com outro ser humano. Para àqueles incapazes de conviver em harmonia criamos a segregação, ou seja, separação do ser humano impossibilitado de ser civilizado. Essa solução é o ápice ao qual chegamos para a solução do problema atualmente, pelo menos do ponto de vista da aprovação social. Segundo o Dicionário Houaiss (2004) violência “é a ação ou efeito de violentar, de empregar força física, contra alguém ou algo, ou ainda, intimidação moral contra alguém”.

A violência é compreendida como todas as violações dos direitos civis, como a vida, a propriedade, a liberdade de ir e vir, de consciência e de culto. Políticos, como o direito a votar e a ser votado, ter participação política. Sociais, como habitação, saúde, educação, segurança. Econômicos, como emprego e salário. Culturais, como o direito de manter e manifestar sua própria cultura. Já a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1996) define violência como “a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis”. Mas especialistas afirmam que o conceito é muito mais amplo e ambíguo do que essa mera constatação de que a violência é a imposição de dor, a agressão cometida por uma pessoa contra outra; mesmo porque a dor é um conceito muito difícil de ser definido. Violência é um comportamento que causa dano à outra pessoa, ser vivo ou objeto. Invade a autonomia, integridade física ou psicológica e mesmo a vida de outro. Diferencia-se de força, palavras que costumam estar próximas na língua e pensamento cotidiano. Enquanto força designa, em sua acepção filosófica, a energia ou firmeza de algo, a violência caracteriza-se pela ação corrupta, impaciente e baseada na ira, que não convence ou busca convencer o outro, simplesmente o agride. Sendo assim, a violência é um dos temas mais avassaladores, dentre tantos quantos assaltam nossa preocupação quotidiana, tanto nas ruas e nos campos quanto nas rodovias e nas cidades.

A violência contra a mulher é um problema grave que traz sequelas para o seu bem-estar físico, social e emocional. O artigo 7º da lei Maria da Penha trata das formas de violência domésticas ou familiar contra a mulher, são elas: Violência Física: qualquer conduta que ofenda a sua integridade corporal. Violência Psicológica: qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição de autoestima ou lhe prejudique ou perturbe seu pleno desenvolvimento, saúde psicológica ou autodeterminação. Ou seja, qualquer dano emocional, de humilhação ou ridicularização que venha a sofrer a mulher. Violência Sexual:

qualquer violência que constranja a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça ou uso da força, que impeça de usar meio contraceptivo, que induza a comercializar ou utilizar sua sexualidade, que a force ao aborto, matrimônio ou à prostituição. Violência patrimonial: qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. Violência Moral: conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

O movimento feminista organizado surgiu nos Estados Unidos na segunda metade dos anos sessenta. Expandiu-se pelo ocidente propagando a libertação da mulher. No século XX, o movimento feminista se espalhou pelo mundo com manifestações como: queima de sutiãs em praça pública e libertação da mulher com a criação da pílula. Multiplicaram-se as palavras de ordem: “Nosso corpo nos pertence!” “O privado também é político!” “Diferentes, mas não desiguais!” Embora muitas lutas e esforços de mulheres, grupos organizados da sociedade civil tenham conquistado direitos no mundo todo, o número de agressões tem aumentado assustadoramente.

No Brasil em decorrência dos graves atos cometidos contra as mulheres se criou a Lei Maria da Penha nº 11.340, ao qual a mesma entrou em vigor dia 07 do mês de agosto de 2006, que garante a proteção das mulheres contra qualquer tipo de violência doméstica, seja física, psicológica, patrimonial ou moral. Assédio, exploração sexual, tortura, estupro, violência psicológica, agressão por parceiros ou familiares. Sob diversas formas a violência contra as mulheres sempre esteve presente, em menor ou maior intensidade, em todo o processo histórico da sociedade. No Brasil acontece um estupro a cada 11 minutos, uma mulher é assassinada a cada duas horas, cinco espancamentos a cada dois minutos.

O interesse em elaborar o presente projeto vem da constatação do número crescente de violência praticada contra as mulheres. Na mídia, depara-se, cotidianamente, com relatos constantes de violência de uma maneira geral. No Brasil os números da violência contra a mulher são alarmantes, sendo que essa violência na maioria das vezes acontece no meio familiar, praticada pelo companheiro, ex-companheiro, pelos pais, avós e até mesmo pelos filhos dessas mulheres violentadas, sendo que essa violência segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) pode resultar em graves doenças ou até mesmo em morte. Apesar de muitos avanços conquistados na sociedade em relação aos direitos da mulher, muitos, na sociedade, ainda vêm como responsável pelas agressões à própria mulher. Na cidade de Caçador também se constata número alarmante de casos de violência praticado contra mulheres.

Portanto, como objetivo geral propõe-se a identificar as formas de violência cometidas contra mulheres na cidade de Caçador, no ano de 2018, através de dados institucionais. Como objetivos específicos estabeleceram-se: Identificar e caracterizar as instituições receptoras de denúncias de violência contra mulheres em Caçador; Estabelecer o perfil das mulheres acometidas de violência; Identificar os tipos de violência denunciadas; Identificar quem são os violadores; Publicar os dados. E em Caçador? Como esta questão

se manifesta?

2 | METODOLOGIA

A questão central que orienta o presente estudo é realizar um levantamento em instituições da cidade de Caçador sobre o cometimento de violência contra as mulheres no ano de 2018, e analisar os dados coletados, estabelecendo um perfil destas mulheres e analisar as principais formas de violência.

O presente estudo tem como suporte teórico/metodológico investigativo, método crítico dialético. De acordo com Netto (2011), quando se começa a se defrontar com um objeto de estudo, com o real aparente, o cientista visualiza as mediações, suas diversas determinações e vai reconstruindo o objeto por processos de abstração, de racionalidade. A imediaticidade, o fenômeno aparente, é assim pensado, desmontado e entendido em suas relações, para reproduzi-lo como concreto pensado (Netto, 2011). A dialética “considera todas as coisas em movimento, relacionadas umas com as outras” (GADOTTI, 2003, p. 16). O universo da pesquisa são Instituições de Caçador que recebem denúncias e amparam mulheres vítimas de violência. Para a coleta de dados foi utilizado os dados institucionais, dados secundários, revisão bibliográfica, dados oficiais e legislação específica. Este procedimento foi analisado através do tratamento estatístico dos dados coletados através de formulário de coleta de dados, com análise qualitativa.

O *locus* da pesquisa foram as seguintes instituições: Associação Maria Rosa, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Conselho Tutelar, Associação Franco Brasileira Hospital Maicé.

3 | RESULTADOS

Na instituição A: se constatou que foram 18 mulheres acolhidas no ano de 2018, sendo que dois meses (abril e junho) tiveram número maior de acolhimentos: 4. Destas, 8 são solteiras, 2 casadas, 2 amasiadas, 1 divorciada, 1 viúva e 4 em união estável, o que predomina violência nas mulheres solteiras. Entre estas, 3 tem a idade de 17 anos, 1 com 18 anos, 1 com 19, 7 na faixa etária de 20 a 29 anos, 4 na faixa etária de 30 a 39 anos, 1 com 50 anos e 1 com 90 anos. Prevalece a maior incidência entre mulheres da faixa etária de 20 a 29 anos. Também chama atenção o caso extremo de uma senhora de 90 anos. Em relação à escolaridade, 9 mulheres têm o ensino fundamental incompleto, 3 mulheres têm o ensino fundamental completo, 2 mulheres têm o ensino médio, 1 analfabeta e 1 estudante do ensino médio, o que prevalece o baixo nível de escolaridade entre as mulheres, ressaltando que 2 não informaram seu nível escolar. Em relação ao tipo de violência que as mulheres sofreram, todas são violências físicas que variam da violência considerada leve à considerada gravíssima. Dentre as 18 mulheres acolhidas pela AMAR,

14 mulheres tiveram como violador/agressor o marido, um dos casos foi juntamente com a sogra e uma desconhecida, 1 mulher o pai, 2 mulheres o agressor foi o filho e 1 mulher teve como violador a mãe.

Os dados colhidos na Instituição B atendeu em 2018, 18 casos de violação contra a mulher, sendo 3 em janeiro, 2 em fevereiro, 1 em abril, 1 em maio, 1 em junho, 1 em julho, 1 em agosto, 5 em setembro, 2 em outubro e 1 em novembro. O mês em que mais ocorreram violências foi em setembro. Foram 7 mulheres encaminhadas pelo conselho tutelar, 3 mulheres por espontânea vontade, 1 pelo CAPSad, 2 pelo CRAS Martello, 1 pelo disque 100 e 4 pela DPCAMI. O estado civil das mulheres aponta 11 mulheres em união estável sem contrato, 2 viúvas, 2 solteiras, 2 divorciadas e 1 casada, predominando mulheres vitimizadas com estado civil de união estável sem contrato. Em relação à idade os dados apontam para: 1 com idade de 15 anos e 1 com 16 anos, na faixa etária de 21 a 29 anos: 10 mulheres, 2 com 37 anos, 1 com 40 anos, 1 com 51 anos, 1 com 68 anos, 1 com 75 anos. Percebe-se o maior número de casos na faixa etária de 21 a 29 anos. Em relação à escolaridade das mulheres vitimizadas prevalece o ensino fundamental com 4 mulheres que têm o ensino médio. Em relação ao indicador, tipo de violência sofrida, a psicológica é predominante, com 12 casos, seguida da física com 9 casos e 2 casos violência sexual e 2 patrimonial. Na maioria dos casos o violador/agressor é o marido: 11, sendo 4 ex-maridos. Mas há também 1 caso de agressão por filho, 1 por neto e 1 por irmão.

Nestas duas instituições a totalização de mulheres agredidas soma a 36 casos. Há uma similaridade de predominância de faixa etária entre as duas instituições, que é a dos 20 anos, em que ocorre o maior número de agressões. A escolaridade também apresenta similaridade com predominância do ensino fundamental. O tipo de violência contra as mulheres mais evidente é a física e a psicológica. Os violadores, nas duas instituições estudadas são os maridos/companheiros. Evidencia-se que os casos de violência identificados nestas instituições são predominantemente sofridos por mulheres oriundas da classe trabalhadora e pobres.

Atendidas pela Psicóloga na Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI), os casos de violência cometidos contra mulheres, no ano de 2018, totaliza 213, entre 4 casos, cada um ocorreu violência com 2 mulheres ao mesmo tempo, que totaliza 8 vítimas, ou seja, foram 221 casos atendidos pela psicóloga. Foram computados 19 casos em janeiro, 23 em fevereiro, 28 em março, 23 em abril, 24 em maio, 19 em junho, 16 em julho, 12 em agosto, 12 em setembro, 11 em outubro, 14 em novembro e 12 apenas até a metade do mês de dezembro, sendo o mês com maior número de ocorrências em março.

Também foi apontado como violador: 82 casos os violadores são os ex-amásios, 1 deles violentou juntamente com o cunhado de sua amásia, outro violador ex-amásio, foi juntamente com seu genitor que violentaram, 2 violadores são ex-cunhados, 1 deles é o citado no caso anterior, 1 violador é ex sogro, como também, está citado acima, 49 violadores são amasiados, 20 violadores são ex namorados, 1 violadora é ex namorada, 3 deles violaram 2 mulheres ao mesmo tempo, 4 violadores são namorados, 1 violador é genro, 9

violadores são filhos(as), 1 deles violentou juntamente com sua companheira, nora da sua genitora, 2 violadoras são as noras, contando com a que estava com o companheiro, 18 violadores são maridos, 1 deles violaram 2 mulheres ao mesmo tempo, 16 violadores são ex maridos, 1 violador é o pai, 1 violador tinha foi relação prévia, 2 violadores são irmãos, 1 violador é o padrasto, 1 violador é o neto, 1 violador é o ex enteado, 2 violadoras são as mães e 1 um violador é o enteado. Constata-se que as violências ocorridas se dão no ambiente doméstico. Além disso, percebe-se que ocorreu violência contra a mulher com mais de um autor da agressão.

Os tipos de violência cometidos foram: 84 injúrias, 93 violências físicas, 55 violências patrimoniais, 129 violências psicológicas, 173 ameaças e 6 violências sexuais, ocorreu também, um caso típico. Justificando que o número de violência é maior que o de vítimas. Visto que há casos onde uma vítima pode sofrer mais de um tipo de violência. Os tipos de violências mais frequentes verificadas são a violência psicológica, física e moral (ameaça).

As ocorrências obtidas na DPCAMI, totalizou 963 de boletins de ocorrência na cidade de Caçador no ano 2018, os dados apontaram que a maioria das denúncias se referem à ameaça 60% e lesão corporal 27%, seguida por dano material 8%. Com relação à faixa etária, a maioria das denunciantes têm entre 14 a 29 anos 47%, 30 a 45 anos 35%, seguida por 46 a 61 anos 14%. Destacando-se a idade de 18, 24 e 27 anos com os maiores índices de denúncias, 34, 43 e 44 registros respectivamente. Com relação ao período do ano, existe um número maior de registros nos primeiros meses, 109, 108 e 112, janeiro, fevereiro e março respectivamente. Diminuindo no decorrer desse período anual e mantendo-se estável, tendo um decréscimo significativo no mês de dezembro. Nestas Instituições o número de mulheres que sofreram violência totaliza aproximadamente 1.220 mulheres.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2018, vários portais jornalísticos tiveram como manchete: “Estuprada e enforcada pelo próprio pai; Morta a marteladas pelo ex; Com golpes de machado, foi assassinada pelo namorado; Antes de morrer, teve o corpo marcado a ferro quente com o apelido do companheiro; Após se recusar a reatar o namoro, foi morta pelo ex-namorado com dez balas”. A violência contra a mulher sempre foi uma marca na vida das mulheres no Brasil.

Segundo o Mapa da Violência (2015), 4.762 mulheres são assassinadas por ano no Brasil, das quais, 50.3% por familiares. Os dados indicam, ainda, que 33% destes crimes são praticados por parceiros, e que, na última década, diminuiu o número de assassinatos de mulheres brancas e aumentou em 54% o de mulheres negras. Os dados oficiais apontam que a cada 11 minutos uma mulher é estuprada no Brasil.

Desde a invasão das terras brasileiras pelos portugueses em 1500, as mulheres dos povos silvícolas que aqui viviam, foram submetidas à violência, escravizadas, tomadas de seus corpos e de sua cultura, tendo de submeter à lei dos brancos e do povo invasor. Foi-se construindo a cultura brasileira fundamentada nos preceitos morais da corte portuguesa,

européia, passada de geração a geração.

Num país de contexto patriarcal, o Brasil de hoje tem a quinta maior taxa de feminicídio do mundo. A violência contra as mulheres ocorre desde as sociedades primitivas e foi se perpetuando no decorrer dos séculos. Mas é muito recente em nossa sociedade contemporânea, que a mulher toma consciência coletiva de sua opressão. É somente na década de 1960 e 1970, que na Europa, se iniciam os grandes movimentos de mulheres por direitos e na luta contra a violência. No Brasil o movimento só surge na década de 1980.

As conquistas alcançadas no enfrentamento à violência contra a mulher, pelo movimento de mulheres e feministas, nessas últimas décadas, são significativas. Podemos citar no campo legislativo, a Lei nº 10.778 /2003, que cria a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher que é atendida nos serviços de saúde; Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), a Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, que trata da violência doméstica e familiar; a Lei nº 12.015/2009, que dispõe sobre os crimes contra a dignidade sexual; a Lei nº 12.845/2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual; a Lei nº 13.104/2015, que altera o art. 121 do Código Penal, para prever o feminicídio como qualificadora do crime de homicídio, e o incluindo no rol dos crimes hediondos.

No campo das políticas públicas, a realização da 1ª Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres, em 2004, foi o grande marco no processo das políticas a serem implantados no país, como Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Centros Especializados de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, Casas Abrigos, Defensorias Públicas da Mulher, Promotorias Públicas da Mulher e Juizados Especializados da Violência Doméstica e Familiar. E, também, na elaboração de estratégias de implementação delas, como o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher 2007 e o Programa Mulher Viver sem Violência 2013.

A pesquisa realizada revelou que em Caçador existe 1 Instituição acolhedora de mulheres vítimas de violência (AMAR), 1 unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados (CREAS) onde também são atendidas mulheres vitimizadas pela violência e a Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI) que atendem mulheres e registram ocorrências. Nestas Instituições o número de mulheres que sofreram violência totaliza aproximadamente 1.220 mulheres. A maior concentração de violência ocorreu na faixa etária entre 20 a 29 anos coincidindo com as estatísticas estaduais e nacionais. Mas também a violência ocorreu entre mulheres muito jovens, de 15 a 18 anos, e entre mais idosas, de 80 a 90 anos. Em relação aos violadores, em todos os casos revelam-se como membro da família quer sejam, maridos, ex maridos, namorados, pais, filhos e companheiros em união estável. Os tipos de violência mais praticados são a violência moral (ameaça), psicológica e física, respectivamente.

Os números da violência contra a mulher elucidam que os desafios são tão grandes quanto às conquistas. É preciso compreender que a violência contra a mulher é uma das

questões estruturantes das desigualdades entre homens e mulheres, fruto do patriarcado e do machismo, que garante a submissão de uma pessoa por outra e está em todas as classes sociais. Traz elementos como a manutenção de valores comportamentais e tradição que perpassam, cotidianamente, toda sociedade. É visto, presenciado e justificado nas novelas, filmes, músicas e nas redes sociais, nos jornais e revistas e no uso do discurso, por meio da educação, cultura, religiões etc. Garante a manutenção da cultura da violência estabelecida por intermédio do ódio, da discriminação e do preconceito. A violência contra a mulher não pode ser tolerada, justificada ou aceita, seja pelo discurso de censura, seja pelo direito à liberdade de criação, ou qualquer outra justificativa.

É necessário que a violência contra a mulher seja entendida como um fenômeno social e público. Para tanto, precisa-se investir recursos políticos, financeiros e intelectuais em seu enfrentamento. É preciso reconhecer sua capacidade de manutenção de privilégios e das relações de poder, sua manutenção gera uma sociedade doente, violenta, permissiva e abusiva.

Nesses últimos anos, a conquista dos direitos das mulheres tem sofrido ameaças permanentes, com maior intensidade, com argumentos fundamentalistas, retrocesso histórico, onde as culpam, matam e estupram pelo fato de serem mulheres. As mulheres ainda só querem o direito de ir e vir, a justiça social, a liberdade, ao seu próprio corpo, aos direitos iguais.

Diante deste contexto nos perguntamos, para próximas pesquisas, em que contexto surge a violência contra as mulheres? Talvez se pudermos responder a esta questão se desmitifiquem o dito popular que mulher nasceu para cuidar do lar, que a violência contra a mulher sempre existiu e sempre vai existir, discurso tão legitimado pela sociedade.

A pesquisa efetuada responde a uma parte muito pequena de uma questão tão ampla, que é mostrar num determinado período, 2018, que a violência contra as mulheres evidencia-se na cidade de Caçador, na relação predominante de poder entre homens e mulheres, mas também na relação familiar. Ressaltando que, como toda a pesquisa científica notificamos que a pesquisa em questão tem 95% de probabilidade de aproximação com o real, com margem de erro de 2%.

REFERÊNCIAS

1ª Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres, em 2004. Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2004. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=997:1-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres&catid=120:numero-136-agosto-de-2004&Itemid=129>. Acesso em: 12 jun 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 dez 2018.

BRASIL. **Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do parágrafo 8 do artigo 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as mulheres. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei11340.htm>. Acesso em: 15 set 2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei Maria da Penha, lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. **Coíbe a violência Doméstica e familiar contra a Mulher**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.sejus.df.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. 104 p. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=secretaria especial de políticas para as mulheres](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=secretaria%20especial%20de%20pol%C3%ADticas%20para%20as%20mulheres)>. Acesso em: 03 mar 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009**. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5o da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1o de julho de 1954, que trata de corrupção de menores, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm>. Acesso em: 12 jun 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei no 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.778.htm>. Acesso em: 12 jun 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013. **Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual**, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12845.htm>. Acesso em: 12 jun 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. **Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos**, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 12 jun 2020.

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulher, 2011. (Coleção Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres). Disponível em: <<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2018/01/SPM-Pacto-Nacional-de-Enfrentamento-%C3%A0-Viol%C3%Aancia-contra-as-Mulheres-2011.pdf>>. Acesso em: 13 jun 2020.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2003.

HAYMUSSI, Hillevi Maribel. Projeto de Pesquisa: **Violência contra a mulher em Caçador**. Caçador: UNIARP, 2018.

HOUAISS, Antonio, VILLAR, Mauro & FRANCO, Francisco. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Programa Mulher Viver sem Violência 2013. Compromisso e atitude lei maria da penha a lei é mais forte, 2013. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/programa-mulher-viver-sem-violencia-2013/>>. Acesso em: 12 jun 2020.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Dados sobre feminicídio**. Disponível em: <<http://www.ssp.sc.gov.br/index.php/component/content/article/87-noticias/356-feminicidio-numero-de-mulheres-mortas-e-o-menor-em-cinco-anos>>. Acesso em: 08 dez 2018.

SENADO FEDERAL. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil** [recurso eletrônico]: indicadores nacionais e estaduais, n. 1 (2016), Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência, 2016. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/>>

relatorios/BR-2018.pdf>. Acesso em: 13 jun 2020.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil**. 1ª Ed. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global consultation on violence and health. Violence: a public health priority**. Geneva: WHO; 1996 (document WHO/EHA/ SPI.POA.2).

DINÂMICA TERRITORIAL NO CONTESTADO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA

Diane Daniela Gemelli
(UNESPAR/União da Vitória)

Silas Rafael da Fonseca
(UNESPAR/União da Vitória)

RESUMO: A dinâmica econômica e social da atualidade no Contestado é reflexo das ações estabelecidas ao longo do último século expressas na estrutura fundiária, na busca pela homogeneização espacial por meio da monocultura do *Pinus* e nos significados e desdobramentos da negação à diversidade com repercussões à tessitura territorial e social, tais como: pobreza, falta de emprego e contraditoriamente o sonho em ter um pedaço de terra. As reflexões que apresentamos neste trabalho são fruto de pesquisas desenvolvidas nos últimos cinco anos nos municípios de Calmon (Santa Catarina) e General Carneiro (Paraná), que metodologicamente se embasam na realização de trabalhos de campo que buscaram a compreensão da realidade/fenômeno entendida de forma articulada a um conjunto de realidades/fenômenos que se processam na diferenciação, portanto na universalidade-particularidade-singularidade. Nesse contexto também nos valem das fontes orais, por meio das contribuições das entrevistas semiestruturadas realizadas com trabalhadores e camponeses, e da utilização de fotografias. Conclui-se que Calmon e General Carneiro são a expressão do desenvolvimento desigual, combinado e contraditório. Ao terem

como base da organização econômica e social a madeira mercadificada identificam-se os interesses acumulativos dos industriais madeireiros, dos coronéis e latifundiários locais, em contrapartida, permanece a rebeldia, a (re)existência, a coragem e a solidariedade de homens e mulheres que acreditam na construção de outra sociedade possível, em que a terra possibilite a realização/continuidade do modo de vida, do trabalho, da cultura e da existência enquanto sujeitos sociais e políticos. **PALAVRAS-CHAVE:** Contestado; monocultivo de *Pinus*; trabalho; luta pela terra.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe fazer uma abordagem do Contestado enquanto um território contíguo ao Sudeste paranaense e Norte catarinense, deste modo partimos do entendimento que o Acordo de Limites, assinado em outubro de 1916, não separou o Território Contestado. Para tanto apresentamos alguns resultados de pesquisas que indicam que a dinâmica econômica e social de municípios como Calmon (Santa Catarina) e General Carneiro (Paraná) estão inseridas na mesma estrutura espacial. São municípios marcados pelas repercussões da Guerra do Contestado, tais como: concentração de terras, condição de pobreza da população, monocultura de *Pinus*, dinâmica territorial do trabalho e produtiva sem

diversidade, ausência de emprego sobretudo para mulheres entre outros, em contrapartida, assim como durante os quatro anos de Guerra, permanece o sonho e a luta pela conquista de um pedaço de terra que permita o trabalho, a produção de alimentos e a existência com dignidade.

Para desvelar a dinâmica econômica e social do Contestado apresentamos os entendimentos e apreensões dos sujeitos sociais entrevistados. São homens e mulheres, trabalhadores e camponeses que trouxeram elementos para entendermos a dinâmica territorial no Contestado por meio de uma aproximação entre os municípios de Calmon e General Carneiro. Deste modo, apresentamos parte dos resultados das pesquisas e incursões em campo realizadas em 2016 e 2017 em Calmon, na oportunidade entrevistamos trabalhadores e trabalhadoras que residiam no espaço urbano do município. E em General Carneiro quando no ano de 2018 foram entrevistados assentados e no ano 2019 entrevistamos camponeses que vivem no Acampamento do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra “Vitória do Contestado”.

Os entrevistados e as entrevistadas destes municípios compartilham de condições degradantes de trabalho ao longo de suas vidas ao mesmo tempo que mantêm o sonho de seus antepassados que lutaram na Guerra do Contestado: ter um pedaço de terra que permita viver sob outras bases distintas daquelas marcadas pela precarização e degradação do trabalho e das suas condições de vida.

2 | RESULTADOS

Os municípios de Calmon, no Contestado catarinense, e General Carneiro, no Contestado paranaense, carregam em suas formações territoriais as marcas de um território tecido por mecanismos de controle social e pela expansão do modo de produção capitalista em que a madeira foi colocada como única alternativa para o desenvolvimento econômico, para tanto foi preciso negar outras práticas produtivas e outras territorialidades como aquelas caracterizadas pelo modo de vida caboclo. Na atualidade estes municípios carregam os piores IDHM – Índices de Desenvolvimento Humano Municipais nas regiões em que estão inseridos (Calmon – 0,622 e General Carneiro – 0,652).

Em síntese, a região do Contestado se caracteriza como um enorme bolsão de miséria em Santa Catarina, o que não é diferente na parte que coube ao Paraná depois da “partilha” do território o acordo de 1916, que “colocou fim” numa guerra genocida de pobres não brancos – a Guerra do Contestado. A guerra foi maldita, ceifou milhares de vidas camponesas por interesses do capital e dos coronéis da época, gerando, 100 anos depois do seu início, um território maldito, marcado pela maldição das políticas públicas ineficientes, corruptas e de interesses de pequenos grupos que domina a região em todas as escalas. (FRAGA, 2013, p. 387).

Soma-se a isso a estrutura concentrada da terra. Em Calmon, apenas quatro estabelecimentos abocanham 20% da área agropecuária do município, enquanto, 204

estabelecimentos, com até 50 hectares, ocupam 22% do território. Destes estabelecimentos, é importante mencionar que pelo menos parte, deve representar área dos assentamentos de reforma agrária, Putinga (4.339 hectares) e Jangada (2.226 hectares), instalados no município em 1987, e que de acordo com o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, possuem respectivamente, 167 e 77 famílias assentadas.

Em General Carneiro, os dados de imóveis e área de terras declaradas também indicam a concentração fundiária. No município, 12,88% das terras declaradas são ocupadas por 710 imóveis com área de até 50 hectares, isso significa que se todos tivessem a mesma área cada imóvel teria 20,8 hectares, muito distante dos 2.154 hectares de área média dos 24 imóveis com área superior a 1.000 hectares, porém, destes, 1 imóvel possui área de 7.789 hectares e outro registra 9.519 hectares de área declarada. No município de General Carneiro existem três assentamentos de reforma agrária, sendo: Rio Catequese, Colina Verde e Recanto Bonito onde vivem 149 famílias, além de um acampamento de luta pela terra chamado Vitória do Contestado que se formou numa área improdutiva e com uma série de pendências trabalhistas que atualmente abriga pelo menos 40 famílias. A presença do monocultivo do *Pinus* também é outra marca do território destes municípios, aliás 30% das áreas de *Pinus* no Brasil se encontram no Contestado, em Calmon e General Carneiro de acordo com dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006), ¼ da área destes municípios é ocupada pela monocultura de florestas artificiais, com destaque para o plantio de *Pinus*.

Esses dados têm um significado geográfico para além da área ocupada e da quantidade produzida de *Pinus*. Representam o conteúdo territorial de um processo socioeconômico centrado na monocultura, enquanto forma de desenvolvimento, apropriação das terras e negação da diversidade.

A concentração da terra gera a pobreza, a fome, o agravamento das desigualdades, a matança de homens, mulheres, idosos e crianças e por consequência, da natureza. De acordo com Marés (2003), a propriedade da terra destrói a natureza com força devastadora, ao mesmo tempo que se propala ser necessário destruir para alimentar a população. Concordamos com o autor, e o Contestado mais uma vez é inegável exemplo, quando assevera, que “quanto mais destrói a natureza, menos vida possibilita, inclusive humana, quanto mais altera os seres vivos, mais se aproxima da morte. Há algo de errado nessa lógica inversa, não é possível que a garantia de um direito individual seja o flagelo do direito dos povos” (MARÉS, 2003, p. 13).

Para Fraga (2013), o Contestado está se transformando lenta, ou, rapidamente, num grande deserto verde, e, onde antes se plantava a roça e a pequena lavoura para venda e subsistência, se veem as propriedades abandonadas e dominadas por este alienígena – o *Pinus*.

Nesse ínterim percebe-se que “a produção do espaço geográfico, do espaço social, é da maior importância para a sociedade, de vez que da forma produzida vai depender a qualidade de vida da população” (ANDRADE, 1980, p. 107). Dessa maneira a relação entre a base produtiva e a condição de vida da população é destacada pelo entrevistado

que é assentado no município de General Carneiro.

Até hoje General Carneiro só sobreviveu da madeireira, por exemplo, em General Carneiro você vai vender um produto não tem uma cooperativa, [...] você não tem como vender teu produto, ou você vende queijinho de casa em casa que nem eu vendia quando eu trabalhava lá [na cidade], ela [esposa] fazia o queijo aqui [no lote] eu levava e vendia pro pessoal, você faz assim porque não tem onde vender teu produto. [...] Não tem emprego porque *Pinus* só dá dinheiro pra fazendeiro, a pobreza tá aí. [...] Que nem a gente, são quinze hectares, seis alqueires de terra, você vai plantar *Pinus*, você vai esperar vinte anos pra vender *Pinus*, como? Não tem como. [...] Enquanto eles não investirem na agricultura vai ser essa pobreza, ou indústria uma coisa assim né. (ASSENTADO, 2018)

O entrevistado destaca a viabilidade econômica do *Pinus* apenas para os grandes proprietários de terra, de modo que essa forma concentrada de produção gera a pobreza ao mesmo tempo que o longo ciclo produtivo da planta mostra sua inviabilidade para pequenos agricultores. Por fim, o assentado entende que para superar a pobreza é preciso mexer na dinâmica produtiva do município por meio do incentivo à agricultura e à indústria.

Nesse contexto concordamos com Ludka (2016, p. 152) quando diz que “ao refletir a pobreza e a fome na Região do Contestado, percebe-se que é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais atuantes naquela região”.

O entendimento do entrevistado é respaldado por outros sujeitos, deste modo, para camponeses e trabalhadores é inerente o nexos entre a produção concentrada de *Pinus* e a condição de pobreza da população, ou seja, compreendem que a não existência de alternativas à produção madeireira gera poucas possibilidades de emprego no campo e na cidade, de modo que se “fosse mais ter agricultura eu acho que seria diferente, o povo estaria com mais emprego, não sei, ou mais renda pro município” (ASSENTADO, 2018).

A suplantação da produção concentrada do *Pinus* também é destacada pelos entrevistados em Calmon como caminho para a superação da pobreza em vista da maior geração de empregos, conforme nos indica um trabalhador ao ser indagado sobre as causas da pobreza no município.

Não posso disse por quê. Não sei se é por causa que não tem emprego, não tem empresa quase, e a maioria das empresas tiram o material [madeira – florestas artificiais] do município e levam para outro lugar. Eles tinham que fazer, já digo um troço, pra montar, fazer as coisas dentro da cidade. Agora eles tiram a floresta daqui pra Caçador, tiram daqui pro Porto [Porto União], tiram daqui pra Santa Cecília, tiram daqui pra Lebon Régis. Aqui não fica nada. [...]. O município nosso é pobre, é verdade [...]. Não tem emprego, o pessoal se batendo [dificuldade para conseguir emprego]. (TRABALHADOR, 2016).

A falta de emprego para aqueles que possuem apenas a força de trabalho como forma de existência e reprodução social e biológica é um dos traços intrínsecos ao modelo civilizatório do capital. Não há emprego para todos, ao passo, que é necessário que exista um exército de trabalhadores disponíveis às condições mais degradantes e precarizadas de trabalho.

Outro entrevistado em Calmon também relata a falta de empresas que gerem emprego no município. Além disso, aponta a existência de terras improdutivas e daquelas tomadas pelo *Pinus*.

Pois falta indústria aí dentro desse Calmon, de prefeito trazer indústria e se virar, precisa trazer emprego, por isso que é pobre [...]. E precisa indústria, daí o Calmon véio se virá né. Ó, que nem os fazendeiros, tem uns pedaços de terra de varde [sem uso], porque não ajeita pra fazer uma fábrica, um troço, são tudo mão fechada. Quem nem lá perto do cemitério, olha lá [aponta em direção ao cemitério de Calmon], podiam fazer alguma coisa, plantaram o *Pinus* pra não dar o braço a torcer. Então não vai para frente o Calmon [...] é só *Pinus*, olha aí ó” (TRABALHADOR, 2016).

Quando o trabalhador remete à monocultura do *Pinus* como um dos elementos da pobreza no município evidenciamos a contradição, que é outra idiosincrasia do modo de produção capitalista. Ao passo que parte considerável dos trabalhadores tanto em Calmon quanto em General Carneiro empregam-se nas atividades decorrentes do *Pinus* e, portanto, garantem a reprodução de si e de suas famílias, identificam a uniformização da paisagem e das condições de trabalho como dispositivo para o nivelamento por baixo das condições de vida, de trabalho e de distribuição de renda.

Para outro entrevistado a concentração de terras é causadora da pobreza. Terras, segundo ele, de fazendeiros, que não produzem nada, nem *Pinus*, ou seja, se já não bastasse a degradação provocada pela monocultura, a concentração fundiária agrava as condições de existência social ao impedir o acesso dos trabalhadores à terra, como meio de produção e ao trabalho, primeiramente como valor de uso e posteriormente como valor de troca. Isto é, desterram-se e desterritorializam-se homens e mulheres para, inclusive, não lhes proporcionarem condições de venderem a força de trabalho. Sobre o porquê de tanta pobreza, o entrevistado nos diz.

Eu acho, porque tem muita fazenda aí, muito fazendeiro, daí eles não querem, já digo, arrendar os terrenos para o plantio do *Pinus*, não fazem lavoura, nem nada. Muitos, não é tudo eles. E muitos, já arrendaram os terrenos para fazer lavoura. Daí é isso aí que não vai para a frente, não cresce, não aumenta a cidade [...] Aqui perto tem bastante terreno sem plantar. (TRABALHADOR, 2016).

Nas entrevistas realizadas com trabalhadores e camponeses em Calmon e General Carneiro foi nos apontado outro elemento para a condição de pobreza da população, entendido enquanto desdobramento da concentração produtiva do *Pinus*, trata-se da falta de empregos para as mulheres trabalhadoras. Como dito, o *Pinus* é predominante nos municípios, de modo que a dinâmica do mercado de trabalho é regulada pela necessidade de plantio, roçada, desbaste e corte do *Pinus*. Funções que não empregam mulheres, conforme indicaram os entrevistados e entrevistadas, “ó, a minha filha só trabalha na [colheita de] batatinha [cinco, seis meses por ano], só tem emprego quando começa a batatinha” (ACAMPADO, 2019).

Outra entrevistada hoje com quarenta e nove anos, há trinta vive em Calmon. Mora com o pai em uma casa simples, construída com madeira, por dentro cortinas separam a sala e a cozinha dos quartos. Para entrevistá-la nos sentamos na cozinha de chão de batido, em volta do fogão a lenha para aquecer do frio que entrava pela janela sem vidros. Mesmo com a evidente precariedade a trabalhadora relata que teve sorte, pois com o salário recebido de quando trabalhou na *BRF* em Videira e na colheita da maçã em Lebon Régis conseguiu comprar dois lotes, conta que há sete anos pagou cinco mil reais em cada lote, onde hoje mora sua família, aos poucos conseguiu construir a casa em que mora, e mais duas casas, uma onde reside sua filha com três netos e outra na qual mora seu filho.

Contou-nos que quando estudava morava em Mangueirinha/PR, porém somente concluiu os estudos antes de começar a trabalhar na *BRF*, segundo ela, a empresa não contratava trabalhadores sem terem concluído a 4ª série, foi quando estudou por aproximadamente oito meses em Calmon, para adquirir a escolaridade exigida pela empresa. Ao indagar sobre as causas da pobreza no município a trabalhadora diz.

Meu Deus do céu olha, pobre, pobre. É uma pobreza né, meu Deus do céu. [Pergunto o que deveria mudar em Calmon para mudar tal situação] eu acho que tinha que trazer mais serviço, mais emprego pra nós, que se nós mulher trabalhasse, né, já não fica mais tão difícil. Olha tem casa aí que tão o marido e a mulher desempregado, os dois desempregados, se tivesse mais emprego aqui que empregasse. Que tivesse mais emprego pras mulher, tem tanta mulher desempregada né, meu Deus do céu. (TRABALHADORA, 2017).

A trabalhadora comenta que por cinco anos seguidos trabalhou no período da safra da maçã, depois começou a trabalhar em Videira no setor de embalagens de mortadela da *BRF*, onde trabalhou por três anos, há cinco anos parou de deslocar-se diariamente de Calmon para Videira, foi quando trabalhou na serraria e na colheita da batata inglesa.

A busca de trabalho em outros municípios também é uma condição corriqueira para os trabalhadores de General Carneiro. Durante as entrevistas foi possível constatar que tanto nos assentamentos, quanto com a população em geral é comum a mobilidade diária para trabalhar em frigoríficos dos municípios de Ipumirim e Xaxim (frigorífico de abate de aves da Aurora) e para o trabalho sazonal e temporário na colheita de maçã em Água Doce (SC) e na colheita da batata inglesa em Palmas (PR). A entrevista da sequência apresenta alguns elementos sobre o trabalho temporário, como, por exemplo, o pagamento por produção, o tempo de deslocamento até o trabalho e o valor recebido após o término de um dia de trabalho.

Daí nós morava na cidade e saía trabalhar fora pra sobreviver, [eram assalariados ou trabalhavam por dia?] depende era por dia, as maçãs era por dia, as batatinhas também. [Quanto recebiam para colher maçã e batatinha?] agora não me lembro porque era por catança [produção] daí era o que a gente cata. [Que horário saiam para o trabalho?] nós saía cinco horas, quatro horas da madrugada [que horário voltavam?] nove, dez horas, quando quebrava o ônibus na estrada até meia-noite era cedo pra nós chegar. Naquela

época era oito reais o bag de batata, mil quilos de batata, colhia e ganhava oito reais, [quanto vocês conseguiam tirar por dia?] quarenta, trinta [reais]. [A safra de batata e de maçã é por um período e quando terminava trabalhavam em que?] daí os homens trabalhavam fora em erva [mate], em alguma coisa pra tirar o sustento. (ACAMPADO, 2019).

Outra trabalhadora entrevistada também faz referência ao trabalho na colheita de batata na localidade de São João de Cima, em Calmon e apresenta elementos muito próximos aqueles apresentados pelos entrevistados em General Carneiro, acrescenta, porém, as dificuldades no trabalho, as dores decorrentes da necessidade de catar batatinha arcados e as estratégias para diminuir as dores, seja com medicamentos ou bebida alcoólica.

Cada bag [saco] que você faz você pega a fichinha, 20 pila. Mil quilo de batatinha tem que colocar no bag por 20 pila. [O trabalho] é pesado, tem que encher as caixas, sabe essas caixas de compra que vem, você enche de batatinha. [...] Muito pesado, a batatinha é pesada, uns com caixa, outros com bolsa, outros com balde, é mil quilo cada bag por 20 pila, a [batatinha] da semente é 23 [reais], a mais miudinha. [Vai bastante gente pra trabalhar na batata] la bastante, ia dois ônibus, nossa, Deus o livre, é gentarada. [...] Vem os caminhão de fora, tem dia que tem dez caminhão, sem encher os caminhão você não sai de lá, tem que encher os dez caminhão, cinco caminhão, oito caminhão. [...] Nós saía daqui [de casa] seis horas, sete e pouco nós já tava lá, tomava o café tudo, nós levamô [café] da casa [e o almoço?] nós levamô também. [Depois do almoço tem o horário de descanso?] Ah para, nós pegava só uma e meia por aí, tem gente que não, tem gente que nem almoça, já toma o café lá pelas onze horas e continua, porque quanto mais você cata, mais você ganha. Daí você encheu o bag já passa um lá com o caderninho lá, marca teu nome ali e já dá a fichinha, você já guarda na sacola. [...] Você chega na casa os primeiros você não caminha, dói tudo. Deus o livre do céu, dois dias você não caminha, você caminha quando chega no serviço que daí você tem que caminhar. Daí passa três dias já passa e daí o remédio, nós compramos aqueles Dorflex, tomamos Dorflex, daí não tem dor. Meu Deus do céu. A piizada, quem toma gole diz que não tem dor sabe, só que a gente não tomava, daí eles levam um litrinho de pinga, toma uns goles lá, toma o dia inteiro. [...] Daí já dão batatinha pra trazer, um balde de batatinha. É bom, a turma tá ansiosa pra ir pras batatinhas, eles tão plantando já. [Para o plantio precisa de menos trabalhadores] Ah, daí vai só os homens né, pra plantar tem plantadeira, porque é cento e poucos alqueires. [E na colheita bastante mulher vai trabalhar?] Mais é mulher, é pouco homem, mais é mulher, vai bastante". (TRABALHADORA, 2017).

As poucas possibilidades de trabalho para as mulheres em Calmon e em General Carneiro revelam-se enquanto uma marca do desemprego estrutural nos municípios, ocasionado, em grande medida, pela uniformização do monocultivo do *Pinus*. Durante a realização dos trabalhos de campo e das entrevistas era muito comum os trabalhadores e as trabalhadoras relatarem a condição de desemprego de suas filhas, noras e vizinhas, bem como a relação entre o trabalho e as condições mais elementares à vida humana, como o acesso a alimentação.

Se a pessoa quer sobreviver tem que lutar, tem que lutar, porque se não, não tem, não tem como sobreviver aqui. Que nem aqui trabalha só meu véio [marido], se ele não lutar pra trazer as coisas pra dentro de casa eu não posso ajudar [...] Sabe o que é passar com uma cesta básica e ir terminado tudo, chega o final do mês, eu tô lavando roupa porque eu emprestei um pouquinho de sabão, se não, não tinha como sobreviver. Tá lá, ali dentro do meu guarda-louça, se quiser olhar o jeito que eu tô. Não tem [comida], não posso dizer que eu tenho minha filha. Tem essa casa aqui porque nós lutamos, graças a Deus e fizemos, para morar e não pagar aluguel, que nem minha filha tá pagando. [...] Serviço aqui nesse lugar não tem, tem que trabalhar fora se a gente quer sobreviver, se quer ter alguma coisa, se não fica travado”. (TRABALHADORA, 2017).

As dificuldades em prover a alimentação escancaram a pobreza vivida pela população em Calmon e em General Carneiro e nos colocam diante da estrutura espacial dos municípios em que a degradação da natureza e do trabalho decorrente da presença do latifúndio produtos de *Pinus* é a marca central que se manifesta na terra concentrada, no trabalho escasso e precário, na inexistência de perspectivas de emprego, sobretudo, para mulheres e jovens, desdobramentos, em grande medida, provocados pela opção mercadológica pela madeira e pela monocultura de *Pinus*, ou seja, as monoculturas provocam o agravamento das condições socioeconômicas das populações e também a “erosão da biodiversidade” (SHIVA, 2003), que dialeticamente se entrelaçam, já que a “diversidade é a base da estabilidade ecológica e social” (SHIVA, 2003, p. 94).

Entretanto, mesmo diante da negação à diversidade imposta pela concentração fundiária, pelas monoculturas e por uma opção político-econômica de desenvolvimento do capitalismo, contraditoriamente, os trabalhadores e camponeses continuam com o desejo em ter um pedaço de terra, isso se revela nas territorialidades que marcam os trabalhadores mesmo quando vivem situações de desterritorialização, passando a residir no espaço urbano, caso de uma trabalhadora entrevistada em Calmon que cria pequenos animais no fundo do lote em que mora. Das galinhas vem os ovos e dos frangos e porcos a carne para alimentação da família que se somam aos alimentos produzidos na horta que cultiva num terreno em frente à casa. Ao ser indagada se gostaria de ter terra para morar e trabalhar, nos diz.

Sim, eu sempre falo pra ele [marido], sempre tô falando, porque daí a gente consegue fazer as coisas né. [...] Por causa que lá a gente pode fazer uma coisa né, pode plantar um milho, pode plantar uma mandioca, pode plantar uma batata doce, pode ir plantando o que a gente quiser, pode ter galinha, quem nem eu tenho aí [no fundo do lote], minhas galinhas tão tudo fechada aí. Pode ter uma galinha, porque daí a gente tem ovo, tem um monte de coisa. Que nem eu tenho um porquinho fechado ali, tinha quatro, tive que matar, porque aqui [na cidade] não pode ter. [...] Tenho um galinheiro de franguinho aqui, outro de galinha ali, outro lá e meu porquinho fechado [no fundo do lote]. Tem, a gente tem as coisas aí, porque eu gosto, sabe quando a gente gosta de ter as coisas. Pensa que tá faltando alguma coisa eu vô ali pego uma galinha dá pra fazer um molho. E se não tem vai fazer o que. (TRABALHADORA, 2017).

Para aqueles camponeses que se encontram nas trincheiras de luta em busca da conquista da terra, caso dos acampados em General Carneiro, o desejo em ter a terra se

transformou numa reação, diante das condições de exploração e expropriação em que viviam, ao ocuparem uma área de terra improdutiva e com uma série de dívidas junto à Receita Federal. Ao indagar um dos acampados sobre o que a terra significa para ele, nos diz.

Ai meu Deus, eu quero [terra], a gente tava falando com esse aqui hoje [filho], a gente pretende criar galinha, criar porco, gado, é o começo, mas como diz é o sonho de todo mundo você viver bem e ter os bichinhos né. Quando nós viemos pra esse acampamento aqui, aqui especificamente, eu olhei ali [aponta para o local], você vai me dizer, mas ali não é um banhado? É, eu pensei vou colocar uns porquinhos no meio. [...] Eu quero [ter] e no caso além dos animais a planta, eu quero plantar o que eu conseguir, viver daí, viver da plantação, cultivar erva [mate]. Eu acho que é tudo, você junta um pouquinho da erva [mate], um pouquinho da mandioca, do milho, do feijão eu acho que dá, e é por aí. [...] E como eu falei pra vocês em pouco tempo eu tô comendo almeirão, tô comendo pepino. (ACAMPADO, 2019).

Na sequência apresentamos na figura 1 que mostra parte dos animais e da horta destacados pelos entrevistados, os porcos e as galinhas criados pela trabalhadora de Calmon e o pepino e o almeirão na horta do camponês acampado em General Carneiro.



Figura 1. Horta e animais dos entrevistados em Calmon e General Carneiro

Fonte: Trabalho de Campo.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o plantio de *Pinus* no Contestado busca-se um campo homogêneo de formas de produção, por meio de uma natureza artificializada, produzida mercadologicamente para atender aos interesses do sistema sociometabólico do capital, ou seja, denota a implantação de uma racionalidade econômica carregada de contradições, interesses e conflitos que significa, em essência, o aprofundamento das desigualdades, num território

já marcado pela lógica espoliatória de acumulação.

Assim, por dentro da dinâmica territorial do capital e do trabalho é importante desvelar as marcas da monocultura do *Pinus*, no que concerne à constituição do campo caracterizado pela concentração fundiária, tomado por médias e grandes empresas que se denominam “reflorestadoras”, que geram poucos empregos e, em geral, apenas para homens. Em municípios do Contestado, tomados pelo *Pinus*, como Calmon e General Carneiro, as mulheres trabalhadoras não têm emprego, de modo que o que resta à elas é o trabalho precário e sazonal, principalmente na colheita da batata-inglesa e da maçã.

Nesse contexto, procuramos trazer os significados e desdobramentos de tal realidade para as populações de Calmon e General Carneiro, tais como: as apreensões dos entrevistados a respeito da monocultura de *Pinus*, os desdobramentos em torno da dinâmica territorial do trabalho e no que se refere às condições de vida da população. Condições estas que nos mostram que a divisão político administrativa entre Paraná e Santa Catarina não separou o Contestado em territórios distintos, pois as mesmas territorialidades se expressam tanto em General Carneiro quanto em Calmon, deste modo o território é atravessado por lógicas econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais que se expressam formando uma totalidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

FRAGA, Nilson Cesar. Um território de invisibilidade e miséria: cem anos da maior guerra camponesa da América do Sul. In. WEHLING, Arno (org). **100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio**. Florianópolis, MPSC, 2013.

LUDKA, Vanessa Maria. **Contestado, a Fome e a Pobreza como Permanência da Guerra**: cenários paradoxais no sul do Brasil. (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná, 2016.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gala, 2003.

DEZ ANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA EM CURITIBANOS

Cristhiane Martins Lima Kreusch

(UFSC/Curitibanos)

Renata Marafon

(UFSC/Curitibanos)

RESUMO: O meio-oeste do Estado de Santa Catarina tem em sua história grandes revoluções contra o governo, quais sejam, a Revolução Farroupilha e a Guerra do Contestado. Após o apogeu do ciclo da madeira e da erva-mate, houve um declínio econômico que perdura até hoje, não havendo demanda de trabalho e pouco investimento do governo para seu desenvolvimento. Neste contexto, visando fortalecer a economia agrícola da região, partir do ano de 2007 através do REUNE, houve a descentralização da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no município de Curitibanos onde foram instituídos os cursos de Medicina Veterinária, Engenharia Florestal e Agronomia. Em 2019, a Universidade Federal de Santa Catarina em Curitibanos, completa 10 anos de existência e neste sentido, qual a contribuição para o desenvolvimento da região e como a universidade mudou o contexto local? Posto isto, o objetivo geral deste estudo é analisar a contribuição do Campus de Curitibanos para o desenvolvimento da Região do Contestado e como objetivos específicos verificar dados de graduados, analisar como a universidade movimentou a economia local e estudar que tipos de geração de emprego a universidade cria. Para isso optou-se pela pesquisa

exploratória, bibliográfica e documental. Para análise dos resultados levantados foi utilizada a abordagem qualitativa. Dentro desses dez anos de contribuição à sociedade, a Universidade Federal de Santa Catarina até o segundo semestre de 2018 formou 529 acadêmicos. Deste total, 286 tinham endereço cadastrado no município de Curitibanos, sendo bastante evidente o quanto a instalação do Campus de Curitibanos proporcionou o desenvolvimento socioeconômico da região.

PALAVRAS-CHAVE: Curitibanos; Contestado; Universidade.

1 | INTRODUÇÃO

É de contexto nacional a instalação de Universidades Federais nas capitais de cada estado. Durante anos essa praxe dificultou em muito o acesso ao ensino superior federal de pessoas que não tinham a possibilidade de se deslocar do interior para a capital para a realização deste feito.

A partir da implantação pelo governo federal do Programa REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) instituído pelo Decreto nº. 6.096 de 24 de abril de 2007, ocorreu a implantação de um campus da Universidade Federal de Santa Catarina no município de Curitibanos com a oferta atual dos cursos de Engenharia Florestal, Agronomia e

Medicina Veterinária.

Curitibanos, município localizado na região do Contestado, meio-oeste catarinense, juntamente com diversos municípios vizinhos sempre enfrentaram diversos problemas, como a falta de investimentos federais e estaduais, atividade predominantemente agrícola com a predominância da agricultura familiar, ausência de universidades públicas, índices de pobreza e falta de oportunidades de trabalho.

Dentro desse contexto, quais as melhorias que a implantação deste Campus gerou na região? Como a universidade mudou o contexto local? Como é de conhecimento notório, o art. 6º da Constituição Federal menciona como um dos direitos sociais a educação. Traz, inteligentemente, ainda em seu texto as seguintes diretrizes no art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O banco acadêmico não se resume a um professor passando diversos conteúdos para ao final sair um trabalhador. A universidade é local de pesquisa científica, local de descobrimento, de cura de doenças, de tecnologia, de comunicação, de busca por igualdade e tudo mais que colabore com todo o progresso do país e da sociedade, visando sempre a transformar o mundo em um lugar melhor, corroborando o prescrito no art. 218:

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

§ 1º A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

Com esse propósito, é de suma importância o estudo que demonstre para a sociedade a importância da universidade como um todo, e como a universidade altera toda a comunidade ao seu redor.

Diante deste propósito, nestes dez anos a universidade já alterou diversas vidas para melhor, com a colocação no mercado de trabalho 529 graduados até o semestre 2018.2. Muitas famílias de agricultores agora têm seu próprio engenheiro agrônomo, florestal ou médico veterinário trabalhando na própria casa, e contribuindo para a produção cada vez maior e mais produtiva em pequenas propriedades numa região agrícola como esta, bem como prestando assessorias em propriedades que não tenham esse tipo de profissão no seio familiar. Há ainda os projetos de extensão que através de pesquisas ou aulas, colaboram conjuntamente com a comunidade rural e da cidade, tendo como exemplo a clínica veterinária que atende animais a preço de custo visando o ensino acadêmico. Insta ainda mencionar a geração de empregos, valores gastos por servidores e bolsistas no comércio local e valores pagos em aluguel pelos estudantes de fora da região. Esta é

a principal razão da realização deste estudo, divulgar esses números para a sociedade e principalmente, tornar toda a comunidade parte da universidade, mesmo não sendo estudante e diretamente usufruindo dos seus benefícios.

2 | DO CONTESTADO

2.1 Da colonização da região

Nas palavras de Lemos (1977, p. 17) a faixa de terra conhecida como Planalto Catarinense, compreendido entre os rios Iguazu e Uruguai, era reservada à coroa espanhola em razão do Tratado de Tordesilhas. Desta forma, ainda pela mesma autora, a maior parte do território dos estados de Santa Catarina e Paraná, e todo o Rio Grande do Sul ficavam para a Espanha. Enquanto os portugueses formavam vilas no litoral, os espanhóis que entravam pelo Rio da Prata ocupavam o território com missões jesuíticas, avançando do planalto em direção à Ilha de Santa Catarina, o qual consideravam parte de seu território.

Isto somente não ocorreu, consoante Lemos (1977, p. 17), em virtude dos assaltos dos paulistas que arrasavam as reduções dos jesuítas inconformados com os termos do Tratado. Capturavam índios para vender no mercado de escravos em São Paulo. Continua-se com as palavras da autora:

Somente por volta de 1682, quando souberam que os bandeirantes haviam abandonado a caça ao índio, atirando-se à procura de minas é que resolveram voltar, fundando então as legendárias Missões Orientais do Uruguai, ou dos Sete Povos, com as reduções de: São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João Batista, Santo Ângelo, São Francisco de Borja, e a capital: São Miguel. E aí ficaram até 1756, quando por se terem revoltado contra o Tratado de Madrid (1750), que determinava a entrega das missões aos portugueses, foram derrotados pelos exércitos aliados portugueses e espanhóis, tendo os índios incendiado as reduções antes de abandoná-las. As ruínas, no entanto, que aí ficaram, falam de um passado grandioso, de cujos efeitos se beneficiou até mesmo o planalto catarinense: o gado franqueiro, que os índios das missões haviam lançado nas campanhas da Vacaria dos Pinhais, ou seja, Vacaria, e os municípios gaúchos de Bom Jesus e Lagoa Vermelha, aí se multiplicara e atingira os pastos catarinenses de São Joaquim, e provavelmente, Lages ou Curitiba. Foi esse gado selvagem e sem dono que os tropeiros bandeirantes aqui encontravam, e depois vinham buscar, quando abriram a importante Estrada dos Conventos ou das Tropas, ao longo da qual, fundaram os primeiros currais ou fazendas primitivas. (LEMOS, 1977, p. 20-21)

Rosa e Thomé (2013, p. 157) afirmam que o povoamento do estado de Santa Catarina ocorreu como em todo o território brasileiro, com o litoral abrindo portas para os mais diversos povos, enquanto o Planalto sofria o isolamento por conta da Serra Geral.

Nas palavras de Almeida (1945 *apud* ALMEIDA; GOULARTI FILHO; MESSIAS, 2003, p. 2), a primeira estrada aberta no século XVIII, que passava pela Capitania de Santa Catarina, foi o Caminho de Conventos, a qual partia da Colônia de Sacramento, chegava ao litoral de Araranguá e subia para o planalto serrano, seguindo até Sorocaba. Contudo, ante as dificuldades na travessia da Serra Geral, em 1732, Cristovão Pereira de Abreu

saiu de Viamão, nas proximidades de Porto Alegre, seguiu até Vacaria, onde alcançou Lages, de onde continuou pelo Caminho dos Conventos, indo até Rio Negro, e por fim, Sorocaba. Este trecho ficou conhecido como caminho das tropas Viamão-Sorocaba, e servia como um grande corredor de gado dos pampas gaúchos até as feiras de Sorocaba, onde abasteciam o complexo cafeeiro.

Rosa e Thomé (2013, p. 157), ainda continuam seu estudo afirmando que em 1765, Morgado Mateus, Presidente da Capitania de São Paulo, deu ordens a Correia Pinto para o povoamento do planalto catarinense:

A fundação da Vila Serrana, hoje Lages, foi de fundamental importância para o povoamento do Planalto Catarinense e de suas adjacências. Santa Catarina foi elevada à categoria de Província em meados do século XVIII, criando celeuma na questão de limites com a Província de São Paulo. A Província do Paraná, criada na metade do século XIX, começou a litigar com a Província de Santa Catarina (ROSA e THOMÉ 2013, p. 157).

Os autores, citando Queiroz (2013, p. 159), afirmando que a estrada dos tropeiros serviu como elo entre o sul e o centro do país, percorrendo, após Lages, as terras de Curitibanos e uma extensa área de floresta virgem até Rio Negro. Queiroz, (apud ROSA e THOMÉ, 2013, p. 159), menciona que as posses precárias das terras pouco a pouco se transformaram em propriedades definitivas. Cita que Correia Pinto, fundador de Lages, quando chegou à região, encontrou estancieiros empobrecidos, ancestrais dos futuros caboclos, servos foragidos e antigos camaradas das tropas de burro que ficavam pelos caminhos, ou seja, uma população totalmente excluída do processo, mas ainda vinculada à capital. Neumann e Rodrigues (2015, p. 3), incluem que após os conflitos territoriais que assolaram a região, a região vai continuar apresentando uma miscigenação em razão da vinda de colonos rio-grandenses teutos e ítalo-brasileiros, descendentes de europeus.

Além dos mencionados, Honda (2015, p. 34-46), explica a vinda de um novo grupo étnico, em meados das décadas de 50 e 60, qual seja, famílias oriundas do Japão pós-guerra, estabelecendo-se no planalto catarinense, notadamente em Lages e Curitibanos. Houve então a criação da Colônia Celso Ramos com atividade predominantemente agrícola, com a produção de nectarinas, maçãs e outras espécies frutíferas, impactando na economia local.

2.2 Dos conflitos

A famosa Revolução Farroupilha teve entraves em terras curitibanenses. Behling (2016, p. 14-15), afirma que no mês de Janeiro de 1840, durante a Batalha de Curitibanos, Anita Garibaldi foi presa. O comandante das tropas do Exército Imperial permitiu que a mesma procurasse o corpo de seu marido supostamente morto, e em um pequeno momento de distração, Anita embrenhou-se pela mata a cavalo em fuga, atravessando o Rio Canoas e encontrando seu marido em Vacaria oito dias após. Sobre estes fatos, Lemos traz a tona

as seguintes memórias:

Na fazenda da Forquilha, uma velha cruz de madeira no interior de um capão, à margem da antiga estrada, simboliza o sacrifício dos idealistas rio-grandenses; é o que resta da vala comum em que foram depositados às pressas os restos de Farrapos e Caramurus, unidos no mesmo destino.[...] O capão onde os republicanos se abrigaram e estão hoje sepultados chama-se Capão da Mortandade (1977, p. 84-85)

O oeste catarinense, nas palavras de Neumann e Rodrigues (2015, p. 1) foi alvo de desleixo governamental e disputas territoriais. Nesta região, as principais disputas territoriais se tratam da Questão de Palmas (1892-95) e a Guerra do Contestado (1912-16). A região localizada no planalto meridional brasileiro, apresentava em seu início uma densa floresta caracterizada como Ombrófila Mista, tendo como principais espécies o pinheiro *Araucária Angustifolia* e a erva-mate *Ilex Paraguariensis*, motores econômicos do extrativismo no século XX.

Para Serpa (1999, p. 11), a Guerra do Contestado é um dos mais significativos movimentos sociais que ocorreu no Brasil, residindo sua importância principalmente por ser uma luta com diversos fatores: luta por posse, por terra, por valores culturais, religiosidade, sobrevivência e contra valores capitalistas no campo.

A Guerra do Contestado se tornou um acontecimento ao qual os historiadores, sociólogos, antropólogos e geógrafos atribuem sentidos diferenciados. Para uns, a guerra aconteceu em virtude de questões de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, aliando-se ao fanatismo dos moradores do local. Para outros, a guerra é expressão de múltiplos fatores, dentre os quais se destacam a penetração das relações capitalistas no campo, havendo com isso expulsão dos moradores da terra, introdução de novas relações sociais que rompiam com as relações de compadrio e que provocaram mudanças nas práticas religiosas imprimidas pela igreja católica, através dos franciscanos. Outras abordagens atribuem enorme valor aos aspectos culturais dos caboclos que passaram a ser vistos pela sociedade moderna como obsoletos, retrógrados, arcaicos e rústicos. Formas diferentes de viver se antagonizavam e então lutavam para fazer valer seus interesses. (SERPA 1999, p. 11-12)

Amador (p. 502) menciona que, além da agressão cometida quando ocorreu a retirada dos caboclos da região, houve a imposição de valores alheios ao modo dos mesmos, imposição que estava de acordo com a lógica capitalista. Este autor, citando Aura, afirma ainda que houve a transformação da terra em bem de produção; e a institucionalização da propriedade privada, em detrimento da simples ocupação ou posse. Essa forma de apropriação causa estranhamento ao caboclo, o qual via suas terras agora serem vendidas pelas companhias colonizadoras a colonos imigrantes. O caboclo foi tratado como intruso, e teve seus hábitos e tradições desrespeitados pelo colonizados. Essa soma de fatores, aliados ao movimento messiânico de crença na ressurreição foram os principais ingredientes para o início da Guerra do Contestado.

3 | DA ECONOMIA LOCAL

Passados o ciclo da madeira e da erva-mate, a economia do município de Curitiba conta atualmente com 61% na indústria e comércio. A agropecuária representa 24% e Serviços Públicos e transportes 14% do valor adicionado. Neste mesmo ponto Salézio João de Souza salienta que o município naquele momento necessitava de técnica, conhecimento, aprendizado e sabedoria para preparar o cidadão para o mercado de trabalho (SOUZA, 2013).

Acerca dos primórdios da economia local, analisa Goulart Filho:

Desenvolveu-se no oeste barriga-verde uma colonização baseada no sistema colônia-venda e na pequena propriedade, que era voltada para a economia de subsistência e para a comercialização do excedente (Mamigonian, 1965), estimulando, desde cedo, a formação de um mercado interno, que rapidamente se integrou à economia nacional por meio da ferrovia. Havia um universo de pequenas atividades comerciais e manufatureiras como: mercearias, atafonas, marcenarias, moinhos, fábricas de queijo e salame, fábricas de caixas e de sapatos e fundição. Esse regime de produção, baseado na pequena propriedade, permitiu uma acumulação pulverizada e, ao mesmo tempo, o surgimento de uma diferenciação social em que alguns colonos mais abastados começaram a subordinar o trabalho e a pequena propriedade, tornando-se grandes madeireiros ou proprietários de frigoríficos. As frentes pioneiras, o extrativismo vegetal e a construção da Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande (EFSPRG), no oeste do Estado (Bellani, 1991; Piazza, 1994; Thomé, 1983), resumem-se num só elemento, que explica a introdução de relações capitalistas de produção no oeste e no Contestado. (GOULARTI FILHO, 2002, p. 982-983)

Nas palavras de MATTEI (s.d) a região do planalto serrano teve seu epicentro econômico formado a partir da produção agropecuária em médias e grandes propriedades. Assim, desde os primórdios da colonização formou-se um sistema baseado na produção pecuária e na extração de madeira nativa. Já na segunda metade do século XX, o setor de madeira ganhou expansão com a instalação de empresas de grande porte nos ramos de papel e celulose.

Hodiernamente, (MATTEI, s.d) a economia demonstra uma clara distinção entre diversos setores. Na pecuária, a produtividade ainda é baixa, apesar da introdução do sistema de confinamento. O que apresentou melhora foi a bovinocultura de leite, que através do melhoramento genético e de novas técnicas de manejo elevaram a produtividade. No que tange à produção agrícola, os destaques são as produções de alho, milho, batata, maçã, feijão e soja, sendo a região a maior produtora de alho e a segunda maior de maçã. A ênfase também se apresenta na produção de batata. No Município de Curitiba, por sua vez, as culturas de milho e soja apresentam bom desenvolvimento em médias e grandes propriedades. No setor secundário, o destaque se dá através das indústrias de papel e celulose, do setor moveleiro; e no setor terciário, há concentração de atividades comerciais nas cidades de Lages, São Joaquim e Curitiba, apesar da menor participação econômica comparadas às atividades mencionadas acima (MATTEI, s.d).

4 | DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

De modo geral, a Universidade sempre se constituiu como um centro de produção de conhecimentos. As universidades públicas brasileiras criadas entre as décadas de 1920 e 1960 tinham como objetivo principal a propagação do ensino, foi somente a partir de 1960 que foram introduzidas as atividades de pós-graduação sob forte inspiração dos modelos americano e europeu (GONÇALVES, 2016).

Para Ferreira e Leopoldi (2013) o modelo de desenvolvimento econômico observado a partir da década de 1990 enfatizou a competitividade entre as empresas com destaque para a eficiência na gestão e inovação, influenciando a interação entre universidades e empresas principalmente nos serviços tecnológicos, serviços de educação, projetos de pesquisa em conjuntos com as empresas, criação de incubadoras de empresas nas universidades e projetos articulados com as empresas júnior. Argumentam ainda que a partir dos anos 2000, com a implantação pelo governo federal do Programa REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) instituído pelo Decreto nº. 6.096 de 24 de abril de 2007 que ampliou a universidade pública brasileira criando 14 novas universidades federais e mais 100 campi espalhados pelo país bem como a expressiva oferta de vagas no ensino superior no país.

Vogel (2016) afirma que a criação do REUNI, planejado e executado durante o governo Lula, colaborou significativamente para o processo de expansão da Educação Superior Pública. Um dos primeiros trabalhos para a execução do REUNI segundo Silva (2014) foi a instituição do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) no ano de 2003, cujo principal objetivo era analisar a situação do Ensino Superior no Brasil e “apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES” no prazo de sessenta dias” (BRASIL, 2003).

Das 54 universidades brasileiras em 2007, 53 aderiram ao REUNI, porém houve resistência à adesão ao Programa por parte de alguns segmentos de várias universidades, dentre elas a própria UFSC, com manifestações e ocupações na sede da reitoria (SILVA, 2014).

Vogel (2016) aponta ainda que o processo de interiorização foi positivo ao propiciar a criação de campi e de novas universidades em municípios não atendidos por instituições de educação superior públicas e gratuitas como no caso da criação do Campus de Curitiba, na Região do Contestado Catarinense, tendo possibilitado também a criação dos campi da UFSC nos municípios de Araranguá e Joinville. Somente o Campus de Blumenau não foi implantado com os incentivos do REUNI.

Neste contexto, o projeto de adesão ao Programa REUNI foi concretizado e encaminhado no final de 2007, cujo formulário de apresentação de propostas já constava a implementação de três campi avançados: Araranguá, Curitiba e Joinville (UFSC, 2015). No próximo item abordaremos de maneira sucinta a criação do Campus de Curitiba.

4.1 Da criação do Campus de Curitibanos e sua contribuição do para o desenvolvimento da Região do Contestado

Por meio da resolução nº. 026/CUn/2008 de 18 de novembro de 2008 formalizou-se a criação do Campus de Curitibanos a qual descreve:

O Presidente do Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que deliberou este Conselho, em sessão realizada nesta data, conforme Parecer nº. 031/CUn/2008, constante do processo nº. 23080.053502/2008-51 resolve: aprovar a criação do Campus da Universidade Federal de Santa Catarina na cidade de Curitibanos-SC (UFSC/CUn, 2008b).

Somente em 2010 houve o credenciamento para o funcionamento das atividades dos campi fora da sede. Relatos nos informam que a instalação de um Campus da Universidade Federal de Santa Catarina na Região do Contestado, mais precisamente na cidade de Curitibanos, já era um anseio da sociedade civil organizada do município: há registros de alguns esforços como o promovido pela Associação Cultural Dom José Gomes, onde discutiram a viabilização do projeto na região do Contestado. Houve também esforços promovidos por lideranças políticas de Curitibanos no sentido de buscar recursos e soluções necessárias para viabilizar a instalação do Campus (VOGEL, 2016).

Tortato (2014) afirma que a escolha do local onde foi instalado o Campus de Curitibanos teve como finalidade o crescimento urbano visto que a sede fica há cerca de 5,5 km do centro do município, ou seja a escolha desse espaço se deu como estratégia urbanística, corroborando assim aos anseios dos propositores da criação do Campus que visavam o desenvolvimento econômico, urbano e demográfico para a região do meio-oeste catarinense, bem como a contribuição da Universidade no desenvolvimento local. Como sabemos, o município de Curitibanos foi palco de acontecimentos históricos já bastante explorados por este artigo, todos relacionados à Guerra do Contestado.

5 | RESULTADOS

Coincidindo com o aniversário de 150 anos do município de Curitibanos em 2019, durante estes dez anos da UFSC, conta-se com 529 alunos graduados, sendo 189 de Ciências Rurais, 66 de Engenharia Florestal, 174 de Agronomia e 100 de Medicina Veterinária. Deste total, 286 têm endereços cadastrados no município de Curitibanos, sendo 124 de Ciências Rurais, 31 de Engenharia Florestal, 105 de Agronomia, e 26 de Medicina Veterinária. (Dados fornecidos pela Secretaria Acadêmica até o semestre de 2018.2)

Para alcançar estes objetivos, é de primordial importância apresentar a estrutura para

tanto. A Universidade Federal de Santa Catarina em Curitibanos conta com:

- Área sede: Terreno com área de 240.000 metros quadrados, dois edifícios verticais, três casas de vegetação, um galpão de maquinário e viveiros de mudas. Localizada na localidade de “Imbuia Direita” no km 3 da Rodovia Ulysses Gaboardi;
- Edifício CBS01: Prédio com aproximadamente 5.000 metros quadrados (concluído em maio de 2010) com: 1 Auditório com 180 lugares;
- 1 Biblioteca Setorial; 3 Salas para Entidades Estudantis: Centros Acadêmicos, PET, Empresa Júnior; 17 Salas para Professores; 1 Laboratório de apoio à Graduação (“Labgrad” com 15 netbooks); 10 Salas para Setores Administrativos; 8 Salas de aula (com 50 lugares); 1 Sala de aula da pós-graduação (com 25 lugares); 1 Sala de videoconferência; 14 Laboratórios.
- Edifício CBS02: Em construção.
- Área CEDUP: Terreno com 5.529,50 m² de área construída. Localizada na Av. Adv. Sebastião Calomeno, no Bairro São Francisco.
- Edifício CED: Conjunto de edificações com ginásio, auditório, bloco de salas de aula e áreas de convivência. Ginásio de Esportes;
- Clínica Veterinária Escola; 1 Auditório com 100 lugares; 7 Salas para Professores; 3 Salas para Setores Administrativos; 7 Salas de aula (com 50 lugares); 11 Laboratórios.
- Área Experimental Agropecuária: Terreno com 242.000 metros quadrados, na localidade do “Campo da Roça” no km 6 da Rodovia Ulysses Gaboardi.
- Edifício APV: Prédio com aproximadamente 1.000 metros quadrados (concluído em abril de 2016) com: 4 Laboratórios de apoio; 4 Salas para Setores Administrativos; 2 Salas de aula (com 50 lugares); 1 Sala de aula (com 25 lugares); 2 Laboratórios.
- Área Experimental Florestal: Terreno com 310.000 metros quadrados, localizado no Km 264 da Rodovia BR 470 em Curitibanos-SC, com uma casa de apoio e viveiros de mudas. Terreno mantido em convênio com a EMBRAPA e a EPAGRI.

No quadro 1 abaixo, resta demonstrada a evolução da comunidade acadêmica em relação ao número de servidores e docentes até o semestre 2018.2:

Número de pessoas ao fim do semestre	Professores Efetivos	Docentes Temporários	Técnicos Administrativos	Estudantes
2009.2	1	7	0	62
2010.1	6	4	8	130
2010.2	13	3	8	183
2011.1	13	9	8	260
2011.2	14	9	11	303
2012.1	25	7	20	379
2012.2	27	8	22	435
2013.1	33	10	25	537

2013.2	48	11	25	593
2014.1	51	7	27	664
2014.2	53	9	28	711
2015.1	56	8	32	811
2015.2	60	11	38	833
2016.1	63	9	40	879
2016.2	67	8	39	937
2017.1	69	9	47	1015
2017.2	69	9	46	1033
2018.1	74	7	49	1005
2018.2	76	8	49	989

Quadro 1. Evolução da comunidade acadêmica em relação ao número de servidores e docentes

Fonte: <http://curitibanos.ufsc.br/evolucao-da-comunidade-academica/>

Após uma atualização de dados para o semestre 2019.1, a atual comunidade acadêmica é composta por 1016 acadêmicos de graduação, 17 de pós graduação, 80 professores e 53 técnicos administrativos (Fonte: cagr.sistemas.ufsc.br).

A UFSC Curitibanos atende 10 famílias de agricultores da microrregião de Curitibanos através de assessoria e feiras para comercialização de produtos, consoante Registros da CONEVA Jr. 2019.1 (Fonte: conevajr.ufsc.br)

Ainda, em 2018, o campus prestou serviços que beneficiaram aproximadamente 1.330 pessoas do ensino infantil, fundamental e médio, entre alunos e docentes, em atividades de conhecimento de anatomia, bem-estar dos animais, plantando ciência nas escolas, uso consciente da água no ambiente escolar, manejo conservação da biodiversidade e horta escolar. (Fonte: Catálogo de Extensão UFSC: proex.ufsc.br)

Acerca da geração de renda, atualmente o campus emprega 68 trabalhadores terceirizados, como auxiliares rurais, motoristas, recepcionistas, vigilantes e serviço de limpeza e manutenção, consoante relatório do setor de contratos da Direção Administrativa no semestre 2019.1 (Fonte: da.curitibanos.ufsc.br).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentada toda a temática, verifica-se como a colonização da região e suas raízes caboclas influenciam no desenvolvimento e economia local até os dias atuais. O desbravamento das matas, revoluções, abertura de estradas para rota do gado, exploração de florestas, evangelização indígena, fanatismo, segregação cabocla e expulsão dos mesmos de suas terras, economia fortemente rural, baixo desenvolvimento, elevados índices de pobreza no estado de Santa Catarina e descaso governamental, são uma sucessão de acontecimentos e erros que somados geraram toda a problemática da região.

Nesse contexto, e apresentados os resultados acima, é nítida a influência que a educação pode mudar no contexto regional. Diversas famílias rurais humildes, de assentamentos e de baixa renda, agora contam com agrônomos, engenheiros florestais e

veterinários em suas famílias, ou senão, em sua região, prontos a atender as demandas que todo o meio rural exige e que é tão forte neste meio-oeste catarinense. O REUNE desenvolveu não somente a UFSC na Região do Contestado, mas também em diversos locais do país, sendo importante frisar o aspecto positivo e o impacto regional pela “fábrica educacional”.

Insta mencionar ainda a geração de empregos com a contratação de servidores concursados e até mesmo terceirizados que colaboram para manter toda essa imensa estrutura organizada e em funcionamento. Motoristas, auxiliares de serviços gerais, vigilantes, auxiliares rurais, todos empregos criados neste local que geram renda para os próprios funcionários e suas famílias, movimentam a economia e fazem crescer ainda mais este local tanto tempo esquecido na mente dos governantes.

Todos estes profissionais que saem da universidade, saem mudando um cenário nacional em que a educação sempre foi acessível aos mais ricos, mudando suas vidas, suas famílias, suas cidades, e todo um sistema. E os dados mostram como Curitibanos tem mudado a região do Contestado e como ainda mudará! A mão de obra trará empresas, investimentos e o desenvolvimento há tanto tempo sonhados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, André Scholl de; GOULARTI FILHO Alcides; MESSIAS, Talita Alves de. **Integrando o território catarinense**: a construção da estrada de Lages. Disponível em: <<http://www.aguasmornas.sc.gov.br/noticias/lages.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

AMADOR, Milton Cleber Pereira. **Guerra do Contestado**: marca o fim e o início de modelos de desenvolvimento na região Oeste Catarinense. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewfile/562/384>>. Acesso em: 28 mar. 2019

BEHLING, Lenar Cardoso. **Revolução Farroupilha**. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI Licenciatura em História (HID-0320), 2016. Disponível em: <http://www.fundasul.br/download/artigos/revolucao_farroupilha.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019

BRASIL, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 08 mai. 2019.

_____. **Decreto da Presidência da República de 20 de outubro de 2003**. Institui Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Presidência da República. Brasília, DF: Diário Oficial da União de 21.10.2003.

FERREIRA, André; LEOPOLDI, Maria Antonieta. **A contribuição da universidade pública para a inovação e o desenvolvimento regional**: a percepção de gestores e pesquisadores. **Revista Gestão Universitária na América Latina - Gual**, [s.l.], v. 6, n. 1, p.60-82, 30 jan. 2013. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, [s.l.], v. 33, n. 3, p.1229-1255, 1 abr. 2016. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

GOULARTI FILHO, Alcides. **A formação econômica de Santa Catarina**. Ensaios Fee, Porto Alegre, v. 23, n. 02. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2049/2431>>. Acesso em: 27

mar. 2019

HONDA, Fumio. **Kizuna**: os cinquenta anos da colônia Ramos, rumo ao futuro. Organizadores: Kazunori Yamanoto, Shigeo Ugaji, Francisca Ugaji, Anderson Fujio Oishi, Hiroataka Onaka, Fumio Honda, Haruhiko Kayama, Florianópolis: Associação Cultural Brasil-Japão de Núcleo Celso Ramos – Diretoria de imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina (DIOESC). 2015

LEMOS, Zélia de Andrade. **Curitibanos na história do Contestado**. Florianópolis: IOESC, 1977.

MATTEI, Lauro. **Economia catarinense**: crescimento com desigualdades.

NEUMANN, Rosane Márcia; RODRIGUES, Márcio Luiz. **Colônias e colonizadoras na região Oeste de Santa Catarina**: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil (1925 a 1950). Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434423276_ARQUIVO_coloniasecolonizadorasnaregiaooestedesantacatarina.pdf>

Regionais. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/IV_EEC/sesoes_tematicas/Desenvolvimento%20e%20meio%20ambiente/ECONOMIA%20CATARINENSE%20CRESCIMENTO%20COM%20DESIGUALDADES%20REGIONAIS.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2008.

ROSA, Geraldo Antônio da; TOMÉ, Nilson. **Panorama da educação na região do contestado após cem anos da Guerra do Contestado**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, dez. 2013, nº 54, p. 156-171. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640175> Acesso em: 18 mar. 2019

SILVA, Claudemir Osmar da. **Programa REUNI**: ampliação do acesso ao ensino superior?. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SOUZA, Salézio João. **Economia diversificada em Curitibanos**. 2013. Disponível em: <<https://www.curitibanos.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codmapaitem/15372>> Acesso em: 27/03/2018

TORTATO, Kauê. **Ambientalização universitária sob o enfoque da racionalidade ambiental**: Campus Curitibanos da Universidade Federal de Santa Catarina. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2014.

UFSC/CBS. **Ata da Sessão Extraordinária do Conselho Universitário realizada no dia 18 de novembro de 2008**. UFSC; Florianópolis, 2008.

VOGEL, Emanoela Carolina. **O REUNI e as condições da educação superior no campus de Curitibanos da UFSC**. 2016. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/174303>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

A CONTRIBUIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE RIO DO PEIXE PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO

Marcia Garbin

(UNOESC/Videira)

Mariana Di Domenico

(UNOESC/Videira)

Bianca De Bortoli

(UNOESC/Videira)

Amanda Zago

(UNOESC/Videira)

Juliana Aparecida Biasi

(UNOESC/Videira)

RESUMO: Desde os anos 2000, o trecho da Ferrovia do Contestado, que interliga Marcelino Ramos (RS) e Porto União (SC), permanece intacto, porém sem tráfego. Em 2014, ocorreu uma forte enchente, e como consequência, os trechos ficaram cada vez mais inacessíveis, o que levou ao seu abandono completo. Muitos outros trechos, assim como este, também estão impraticáveis até mesmo para se andar a pé, devido à vegetação local que foi crescendo e tomando conta dos trilhos com o passar do tempo. O projeto do Parque Rio do Peixe prevê a criação de um parque linear seguindo o traçado da ferrovia que margeia o Rio do Peixe. Esta proposta delimita uma faixa de 50 metros de largura e comprimento de 360 quilômetros iniciando no município de Calmon, próximo à divisa do estado de Santa Catarina com o Paraná ao outro extremo, em Alto Bela Vista, município situado na divisa de Santa Catarina com o estado do Rio Grande do Sul. Nos municípios por onde passará o parque encontram-se pontos

turísticos ligados à Guerra do Contestado, como estações ferroviárias em Matos Costa, Caçador, Videira, Tangará e Piratuba, o túnel e a Cruz do Vacariano em Pinheiro Preto, o Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado em Caçador e a maria-fumaça que trafega em Piratuba (SC) até Marcelino Ramos (RS). Este artigo tem por objetivo analisar como a implantação do Parque Rio do Peixe pode contribuir com a preservação da história e memória da Guerra do Contestado. O estudo apresenta abordagem qualitativa com objetivo exploratório, com a coleta de dados realizada em fontes variadas: levantamento teórico, com procedimentos que abordam a pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. No decorrer do estudo percebe-se que a construção do Parque Rio do Peixe contribuirá com a perpetuação da cultura da região através do incentivo ao uso do espaço fortalecendo o vínculo dos moradores com a sua própria história.

PALAVRAS-CHAVE: Vale do Contestado; Patrimônio Cultural; Parque linear; Ferrovia; Turismo.

1 | INTRODUÇÃO

É recente a preocupação com os efeitos causados pelo processo de urbanização crescente à estrutura de nossas cidades, o qual ocasiona problemas sérios que afetam a qualidade de vida e lazer da população, pois a

grande maioria das cidades brasileiras não conta com espaços suficientes e específicos para atender a demanda crescente da população. Muitas vezes a solução não está na construção de novos equipamentos, mas na recuperação e revitalização de áreas, se necessário com adaptações para que o local exerça novas finalidades, tais como o lazer.

A instalação da ferrovia São Paulo-Rio Grande causou profundas transformações econômicas, sociais, ambientais e culturais na região meio oeste de Santa Catarina, resultando na produção de uma nova realidade representando a chegada da modernidade a um local ainda pouco transformado pelo capitalismo industrial. Ao mesmo tempo, essa construção contribuiu para o aumento da opressão sobre o povo carente que ali vivia sem posses legalizadas de terra e ainda sofria com a excessiva escassez de alimentos.

A Guerra do Contestado foi um conflito que aconteceu em uma área territorial de disputa de terras entre os estados do Paraná e Santa Catarina, envolvendo inúmeros camponeses que tiveram que enfrentar as forças militares por viverem em uma área expropriada para a construção da ferrovia. Esse território sofreu com muitas disputas no decorrer dos anos, tanto política quanto econômicas, pois haviam ali vastas áreas para extração de madeira, em sua maioria provenientes das araucárias que ocupavam espaços por todo o planalto.

Buscando compreender estas relações de ocupação do território e a busca por um novo uso que possibilitaria a manutenção da ferrovia e da história local, este trabalho partiu da realização de estudos referentes aos conceitos de parques lineares e suas principais características e aplicações. Tais conceitos são essenciais para a realização da pesquisa tendo em vista a importância da existência destes parques nos centros urbanos, cada vez mais massificados e pouco arborizados. Essa apropriação do espaço pela população busca promover o reconhecimento da importância de se preservar estes locais abertos e naturais nas cidades a fim de melhorar a qualidade de vida urbana. Como principal objetivo deste estudo, analisou-se como a implantação do Parque Rio do Peixe, recentemente proposto, pode contribuir com a preservação da história e memória da Guerra do Contestado.

A partir do exposto justifica-se a elaboração e desenvolvimento deste trabalho, o qual procurou enfatizar a relação entre a Guerra do Contestado e as profundas transformações na paisagem regional, com ênfase especial na implantação do projeto Parque Rio do Peixe. Este estudo busca debater de modo geral as possibilidades de integração entre as pessoas e os espaços, garantindo assim o uso e a devida conservação dessa área livre.

Para o desenvolvimento e confiabilidade da pesquisa fez-se necessário seguir métodos de investigação e análise. Conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 85) “método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando nas suas decisões”. Para Oliveira (2002, p. 58), “método é um conjunto de regras ou critérios que servem de referência no processo de busca da explicação ou da elaboração de previsões em relação a questões ou problemas específicos”.

A presente pesquisa apresenta abordagem qualitativa, que conforme Bogdan e Biklen (1982) envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos com a situação estudada,

ênfatizando o processo ao produto e preocupando-se em retratar a perspectiva dos participantes. O trabalho possui objetivo explorat3rio pois envolve levantamento te3rico com procedimentos que abordam a pesquisa bibliogr3fica, documental e estudo de caso, al3m da identifica3o da exist3ncia de rela33es, buscando aprofundar o conhecimento a respeito do tema e possibilitar maior familiaridade com o problema levantado. “Dessa forma, este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hip3teses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores” (GIL, 1999, p. 43).

2 | METODOLOGIA

A etapa de levantamento te3rico configura-se como o ponto de partida da avalia3o, pois incluiu a busca por materiais e informa3o necess3rias 3s atividades a serem desenvolvidas. Numa primeira fase procedeu-se a pesquisa te3rica sobre o tema. Vale ressaltar que o presente trabalho tem como foco fundamental a rela3o do projeto do Parque Rio do Peixe, desenvolvido pelo arquiteto Artur Brandalise, com a preserva3o da cultura e hist3ria da Guerra do Contestado.

2.1 Constru3o da ferrovia S3o Paulo-Rio Grande do Sul e a guerra do Contestado

As cidades do estado de Santa Catarina, mais especificamente a regi3o de abrang3ncia do Vale do Contestado foram inicialmente povoadas por ind3genas do grupo tupi-guarani, e posteriormente por imigrantes italianos, alem3es, poloneses e seus descendentes. Este fato foi devido 3s grandes navega33es que tinham o litoral catarinense como ponto de apoio para explora3o das terras da regi3o do Rio da Prata, que eram prop3cias para cultivo e extra3o de madeiras. Por muitos anos, esse territ3rio passou despercebido pelo governo e permaneceu sem regulariza33es e legisla33es, causando diversos conflitos entre os colonizadores e os ind3genas que j3 habitavam o local. Recentemente houve a recupera3o de antigas 3reas, mas outras ainda est3o sendo pleiteadas na justi3a. O contexto que envolveu a constru3o da Ferrovia S3o Paulo – Rio Grande e a Guerra do Contestado, tornaram a regi3o de grande valor hist3rico, al3m da significativa atua3o de empresas que contribuíram para o desenvolvimento da mesma.

No entanto, para que haja um melhor entendimento do que houve na 3poca da Guerra do Contestado, faz-se necess3rio uma pesquisa mais aprofundada sobre esse movimento hist3rico e os problemas de limites territoriais do estado catarinense. Segundo Moccelin (2014) os precedentes tiveram in3cio em 1853, quando o Paran3 se desmembrou da Prov3ncia de S3o Paulo, procurando, em seguida, firmar posse sobre as terras a oeste da prov3ncia vizinha de Santa Catarina. No ano de 1895, com o arbitramento do presidente dos Estados Unidos, Dr. Gouver Cleveland, e da defesa do Bar3o do Rio Branco, favoreceram o territ3rio brasileiro quando o mesmo se encontrava com problemas com as Prov3ncias Unidas do Rio da Prata (Argentina), que tamb3m come3ou a querer tomar posse dessa

região. Esse conflito foi denominado de Questão das Missões. Contudo, essa velha questão se repetiria futuramente, mas dessa vez, com problemas internos entre as províncias do Paraná e Santa Catarina.

De acordo com Piazza e Hubener (1989), a capitania de Santa Catarina foi criada em 1738, através da Provisão Régia, quando a Coroa Portuguesa passou os territórios da Ilha de Santa Catarina da jurisdição de São Paulo para o Rio de Janeiro, ficando dessa forma subordinada diretamente aos Vice-Reis do Brasil. O primeiro governante da terra catarinense, com sede em Desterro, foi o Brigadeiro José da Silva Paes, que teve como principal objetivo organizar sua defesa construindo fortalezas na Ilha de Santa Catarina, sobretudo nas baías Norte e Sul.

Conforme Scapin (1996), posteriormente, segundo a Constituição do Império, que dividiu o Brasil em Províncias com os limites que tivessem as Capitânicas Gerais, os limites de Santa Catarina foram estabelecidos pela Carta Régia de 20 de novembro em 1749, criando assim a Ouvidoria de Santa Catarina, tendo como extremos: para o Sul, os montes que deságuam na Lagoa Imery, pela barra austral do rio São Francisco até Cubatão ao norte, pelo Negro até grande Curitiba (o Rio Iguaçu). Ainda assim, esses extremos foram incompreendidos pela província do Paraná e São Paulo, o que gerou a grande questão dos limites entre os dois estados, do Paraná e Santa Catarina. A Província do Paraná e São Paulo pretendiam se fixar nos limites meridionais, na altura do Rio Uruguai, o que no mesmo instante, não foi aceito pelos representantes catarinenses. Esta região aludida, expandia seus limites de norte a sul nos rios Iguaçu e Uruguai com aproximadamente 48 mil quilômetros quadrados, passou a ser conhecida como “Território Contestado”.

A região que viria a se tornar o território das batalhas da Guerra do Contestado, tinha por sua maioria habitantes tradicionais dos matos e das florestas, ou eram meeiros, tarefeiros da indústria extrativista de erva-mate ou da madeireira, agregados, ou simplesmente homens sem-terra que ali viviam. Poucos possuíam títulos de proprietários legais de uma parcela de terra. Desde o império o objetivo das autoridades era ligar essas grandes parcelas de terra que compõem o território nacional por linhas férreas, mas as disputas para tal implantação transcenderam o império e continuaram até os primeiros anos da República (BITTENCOURT, 2012).

Conforme Espig (2012), somente no final do século XIX o governo brasileiro autorizou a construção da linha férrea que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul pelo interior do Paraná e Santa Catarina. A empresa responsável pela construção foi a norte-americana *Brazil Railway Company*, de propriedade do empresário Percival Farquhar, que também era dono da madeireira *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, e tinha como interesse a exportação de madeira das terras que costeavam a ferrovia.

A empresa responsável pela construção ferroviária levou o governo federal a usar suas terras como moeda de pagamento pela obra. Assim o governo repassou-lhe a propriedade de 9 quilômetros de cada lado da estrada, em toda sua extensão e também o direito de exploração dos recursos naturais contidos no território. A estrada de ferro foi planejada para passar, em sua maior extensão, próximo ao Rio do Peixe, afluente da margem direita

do Rio Uruguai, de Calmon até Volta Grande, resultando em 1.403 quilômetros de extensão total.

Os grupos de trabalhadores foram formados a partir de uma imigração consentida. Contratados de diversas regiões do país e de comunidades de países pobres da Europa, porém enganados com promessas de terra e riqueza. Essas contratações foram feitas pelo engenheiro responsável pela ferrovia, Achilles Stenghel. Esses trabalhadores foram distribuídos por 372 quilômetros ao longo da via férrea. Com o término das obras de implantação da estrada de ferro e com a extração da madeira das florestas ao longo do Rio do Peixe, os trabalhadores não foram repatriados, nem mesmo receberam a política de reassentamento prometida na contratação. Muitos foram dispensados e outros foram eliminados em assassinatos ocorridos em conflitos. Os remanescentes dispersaram-se na região, ocupando alguns ofícios ou empregando-se na agricultura (BITTENCOURT, 2012).

Com o agravar dessas situações, a Guerra do Contestado foi marcada por disputas territoriais que geraram conflitos de ex-funcionários da madeireira, junto aos antigos moradores, contra os madeireiros e a elite local.

Diante dessa situação, o governo federal utilizou forças militares para obter êxito sobre a população, resultando no fim da guerra em 1916, após a assinatura do Acordo de Limites Paraná - Santa Catarina. Tanto os paranaenses quanto as autoridades de Santa Catarina buscavam uma solução, que chegou no dia 20 de outubro de 1916, assinado pelo presidente da República Wenceslau Brás, no Palácio do Catete no Rio de Janeiro. O acordo definiu que o Paraná ficaria com 20 mil quilômetros quadrados e Santa Catarina com 28 mil, compreendidos na área catarinense os municípios de: Caçador, Videira, Rio das Antas, Porto União, Mafra, Tangará, Pinheiro Preto, Ibicaré, Concórdia, Joaçaba, Itaiópolis, Itapiranga, Chapecó, Xanxerê, Itapiranga, São Miguel do Oeste, Mondaí, Palmitos, Dionísio Cerqueira, São Carlos, e demais regiões que destes tiveram sua origem (SCAPIN, 1996)

2.2 Parque Linear

“Os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinado à recreação” (KLIASS, 1993, p. 19). De acordo com Benini e Martin (2010), os parques urbanos são uma iniciativa sustentável de uso livre e ocupação das áreas urbanas com tratamento, como infraestrutura, mobiliário urbano e paisagismo, apresentando as funções de lazer, recreação, ecológica e cultural. Destacam-se nesse contexto, as contribuições ecológicas e sustentáveis, pois faz-se necessário, portanto, que as cidades adotem outras medidas para esses espaços, que são compostos por elementos naturais, visem a redução da crescente urbanização e industrialização sugerindo conexões entre fragmentos de áreas verdes.

Conforme Macedo e Sakata (2003) independente da estrutura, todos os parques são espaços destinados ao público, com os objetivos de promover a recreação e de conservar

a natureza na sua forma e estrutura original.

O parque linear diferencia-se principalmente do parque urbano tradicional em função da sua longitudinalidade e sua finalidade. Assim como em todos os parques urbanos, ele tem por função proteger a biodiversidade, oferece lazer, recreação e cultura para a população, somando a essas características a função de conservação das áreas marginais aos rios, arroios e córregos, processo este que contribui para melhorar a absorção do solo e proteger os cursos d'água.

É importante quando se avaliam soluções para os espaços urbanos, como a de implantação de caminhos verdes, destacar o papel da vegetação como um fator termorregulador do microclima, pois contribui de forma considerável no controle da radiação solar, na temperatura, na umidade do ar, na ação dos ventos e das chuvas e inclusive na melhoria da qualidade do ar, ao amenizar sua poluição (MASCARÓ; MASCARÓ, 2009). Para Giordano (2004) eles são artérias lineares com princípios de desenvolvimento sustentável, através dos objetivos de conservação e preservação dos recursos naturais e são caracterizados pela capacidade de associar fragmentos florestais a outros elementos encontrados na paisagem natural, além de agregarem as funções de uso humano, tais como, atividades de lazer e rotas de locomoção humana não motorizada.

A implantação de parques lineares causa efeitos positivos para a sociedade, os quais podem ser observados através da quantidade de pessoas que passam a circular por estes espaços, os quais ligam diferentes pontos em uma área de uma cidade. Assim como as áreas verdes, os parques, praças e jardins urbanos, tornam-se os principais elementos de defesa do meio ambiente nas cidades, constituindo elementos imprescindíveis para o bem-estar físico e mental da população (LOBODA; ANGELIS, 2005).

Conforme Friedrich (2009), pelo fato de não existir um método de planejamento de parques lineares, é indicado que inicialmente seja realizado um diagnóstico, ou seja, uma investigação da área onde o parque será implantado e o grau de envolvimento com o público durante a fase projetual. A concepção deve envolver o programa de necessidades, sítio e preexistências, além de considerar a simbologia do projeto para a população do entorno, pois um parque bem integrado pode oferecer maiores possibilidades de interação e de utilização.

A falta de manutenção do lugar é uma variável que influencia na ocorrência de atos de vandalismo em praças e parques urbanos, os acúmulos de lixo em calçadas e áreas verdes também podem se tornar um problema. Se não houver uma limpeza regular, a tendência de as pessoas acumularem lixo será maior.

O poder público, além de responder pelo planejamento e gestão ambiental, responde pela preservação de áreas para recreação, pelo recolhimento de tributos para serem aplicados na aquisição, instalação e manutenção do ambiente urbano, bem como, o pelo incentivo da articulação com a iniciativa privada no processo (MEDEIROS, 1975 *apud* ROCHA, 2015, p. 45).

Conforme Moreira (2007), o processo de requalificação urbana compreende as modificações das características de um espaço urbano que está em transição devido a um processo de declínio. Para Loboda e Angelis (2005 *apud* ROCHA, 2015, p. 48):

Os projetos de intervenção ou reabilitação das áreas verdes públicas deveriam atentar para outros aspectos além da manutenção da estrutura física dos lugares, mas, sobretudo, considerar as suas funções sociais, geoambientais e estéticas.

A estratégia de requalificação de espaços urbanos, como as praças e parques, deveria considerar em sua proposta ações que reforcem a identidade local e a participação dos usuários no processo, assim como, deveriam ser proporcionados acontecimentos nos locais, incentivando as pessoas a procurarem vida, movimento e atividades nestes espaços. Os usuários que vão a esses ambientes públicos têm objetivos diferentes, podendo estar satisfeitos ou não, o que depende do grau e flexibilidade de oportunidades que essas áreas possam oferecer.

2.3 Parque do Rio do Peixe

O Parque Rio do Peixe é um projeto de autoria do arquiteto videirense Artur Brandalise, com o qual se pretende criar um parque linear que englobe o traçado da linha férrea São Paulo – Rio Grande compreendido entre os limites do estado de Santa Catarina, abrangendo a região em que se desenrolou a Guerra do Contestado.

A proposta prevê que o parque iniciará no município de Calmon e atravessará 360km em direção ao sul até o município de Alto Bela Vista, na fronteira com o Rio Grande do Sul e “unirá as cidades que se desenvolveram nas margens do Rio do Peixe preservando a sua história e promovendo um desenvolvimento econômico sustentável” (BRANDALISE, 2018) por meio de uma ligação direta de pontos atrativos turísticos dos vários municípios.

O parque se estrutura em uma faixa de 50m centralizada pela ferrovia, com a qual se pretende preservar a fauna, flora e a história da região, marcada principalmente pela Guerra do Contestado. Prevê a implantação de uma ciclovia em aproximadamente 300 km do trajeto margeando o rio e, nas cidades em que passará, serão projetados locais para convívio com cultura, esporte e lazer. Por fim o projeto conta com a readequação dos trilhos em trechos urbanos de 5 km a 10 km para a ativação de um transporte de passageiros com intuito turístico (BRANDALISE, 2019).

Por ter seu traçado delimitado pela ferrovia, o parque passará por diversos pontos turísticos relacionados à Guerra do Contestado como o túnel e a Cruz do Vacariano – na cidade de Pinheiro Preto –, a réplica da estação Rio Caçador – que funciona como Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, próximo aos trilhos da cidade de Caçador –, as estações ferroviárias no decorrer da linha – algumas em ruínas, outras em bom estado e conservação – e a maria-fumaça que trafega entre Piratuba (SC) e Marcelino Ramos (RS).

As estações ferroviárias têm maior destaque por serem encontradas em toda a extensão do parque. Foram originalmente construídas 34 estações, restando hoje apenas doze em bom estado de conservação, duas sem vestígios de suas construções, uma réplica e as demais em situação precária ou ruínas. Parte destas edificações são utilizadas para diversos fins como museus, oficinas, restaurantes ou sede de órgãos públicos, enquanto aproximadamente metade não se encontram em situação de uso ou apenas abandonadas (BRANDALISE, 2019).

Em Pinheiro Preto encontram-se o túnel e a Cruz do Vacariano, dois pontos importantes para o turismo local. O túnel foi construído em meio à rocha e começou a ser utilizado no ano de 1910. A cruz, construída com restos de trilho, é um monumento em honra às vítimas do assalto ao trem pagador, fato ocorrido durante a construção da ferrovia, e a todos que perderam suas vidas na construção da via férrea (PINHEIRO PRETO, 2013).

A maria-fumaça na cidade de Piratuba conta com uma locomotiva que comporta até seis vagões e realiza passeios a Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul. Trata-se de um trecho da ferrovia São Paulo – Rio Grande que está em funcionamento e tem por objetivo manter viva a cultura da época através dos passeios e do acervo de “antiguidades utilizadas pelos ferroviários, ferramentas da construção da ferrovia, maquetes e outros objetos da época em que a Maria Fumaça era o principal meio de locomoção de passageiros e cargas” (PIRATUBA, 201-).

3 | RESULTADOS

A análise teórica permite compreender de como a implantação do Parque Rio do Peixe através de suas atrações de lazer, como o ciclismo e o contato com a natureza, aproxima a população dos acontecimentos registrados ao longo de sua extensão, como as estações ferroviárias, o túnel, a cruz do Vacariano e os próprios trilhos por onde passava a locomotiva e cuja construção marcou tão profundamente a região.

Atrair a população para estes espaços fortalece o vínculo com a sua própria história, aumentando a proximidade do cidadão com seu passado e consolidando o sentimento de pertencimento da história. Sentimento este que se reflete em cuidado e proteção das estruturas e ambientes que a ele remetem. Em contrapartida, um espaço limpo e bem cuidado tem potencial consideravelmente maior de atração, tanto da população local quanto de turistas.

Assim, com esta análise é possível perceber que o Parque Rio do Peixe, além de visar o retorno de inúmeros benefícios à população do meio oeste catarinense em relação à saúde e bem-estar, demonstra aumentar o potencial turístico da região. Os municípios do Vale do Contestado oferecem variedades de atrativos, culturas e paisagens aos turistas que por ali passam, tais como as cachoeiras, vales e planaltos de vegetação preservada, onde o ecoturismo é uma excelente opção, também não há como não se encantar com a arquitetura típica das construções e a riqueza multicultural, herança imaterial do Contestado.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os parques de modo geral, podem contribuir de forma satisfatória no processo de valorização e preservação de um patrimônio histórico, um bem cultural que possa portar de uma referência, contar a história ou a vida de uma sociedade, como é o caso da ferrovia São Paulo – Rio Grande, a qual representa essa identidade e memória de um povo, de uma comunidade.

Conclui-se então, que a construção do Parque Rio do Peixe apresenta potencial para a perpetuação da cultura da região através do incentivo ao uso do espaço, promovendo maior sociabilidade entre a população local, fortalecendo o vínculo com a própria história, ou seja, para satisfazer as necessidades dos usuários devem-se relacionar o parque com o contexto em que será inserido, enriquecendo assim a paisagem urbana e a vida cultural do local. Os benefícios vêm em uma via de mão dupla: o parque linear auxilia na manutenção da memória da Guerra do Contestado e nos processos subsequentes de imigração e colonização do oeste de Santa Catarina, assim como os pontos de interesse provenientes desta história fazem com que o trajeto tenha maior apelo e potencial turístico para seu atual e futuro mantimento.

Por fim, pode-se afirmar que a história da Guerra do Contestado permanecerá viva e presente na vida do povo que usufruir e se beneficiar da implantação do Parque Rio do Peixe. O Contestado vive no estado de Santa Catarina, enraizado devido a existência da Ferrovia São Paulo-Rio Grande que por ali passa.

REFERÊNCIAS

BENINI, Sandra Medina; MARTIN, Encarnita Salas. Decifrando as áreas verdes públicas. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 2., n. 17, p.63-80, 2010.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Qualitative Research for Education**: an introduction to theories and methods. 5 ed. Boston: Allyn and Bacon, 1982.

BITTENCOURT, Adgar. **Adeotado vancê é o nosso “último” chefe**: guerra do Contestado, uma visão holística. Joaçaba: 2012.

BRANDALISE, Artur. **Parque Rio do Peixe**. [2018]. Disponível em: <https://parqueriodepeixe.com.br/>. Acesso em: 21 fev. 2019.

BRANDALISE, Artur. **Parque Rio do Peixe**. [Entrevista cedida a] Marcia Garbin. Videira, fev. 2019. 01 gravação (39 minutos). Entrevista concedida para a elaboração do artigo: A Contribuição da Implantação do Parque Rio do Peixe para a Preservação da História e Memória da Guerra do Contestado.

ESPIG, Márcia Janete. A construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (1908-1910): mão de obra e migrações. **Varia história, Belo Horizonte**, v. 28, n. 48, jul-dec. 2012.

FRIEDRICH, Daniela. **O parque linear como instrumento de planejamento e gestão das áreas de fundo de vale urbanas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999. 43 p.

GIORDANO, Lucília do Carmo. **Análise de um conjunto de procedimentos metodológicos para a delimitação de corredores verdes (greenways) ao longo de cursos fluviais**. Rio Claro: 2004. Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2004.

KLIASS, Rosa Grena. **Os Parques Urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini Editora. 1993.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

LOBODA, Carlos Roberto.; ANGELIS, Bruno Luiz Domingos de. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, Guarapuava, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <<https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/157/184>>. Acesso em: 24 fev. 2019.

MACEDO, Sílvio Soares.; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Editora Publifolha, 2003, 208 p.

MASCARÓ, Lucia.; MASCARÓ, Juan José. **Ambiência urbana**. Porto Alegre: Masquatro, 2009, 199 p.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. **O lazer no planejamento urbano**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.

MOCELLIN, Renato. **Os Guerrilheiros do Contestado**. 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2014.

MOREIRA, Maria da Graça dos Santos Antunes. Requalificação Urbana – Alguns Conceitos Básicos. **Artitextos**, Lisboa: n.5., dez. 2007. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1802?mode=full>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003. 177 p.

PIAZZA, Walter F.; HÜBENER, Laura Machado. **Santa Catarina: história da gente**. Florianópolis: Lunardelli, 1983. 150 p.

PINHEIRO PRETO. **Histórico**. [2013]. Disponível em: <<https://www.pinheiropreto.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/20577>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

PIRATUBA. **Passeio de Maria Fumaça**. [201-]. Disponível em: <http://www.piratuba.com.br/arquivos_internos/index.php?abrir=pontos_turisticos&acao=mais_detalhes&id=45>. Acesso em: 23 fev. 2019.

ROCHA, Andressa Marina Mativi. **Variáveis que Devem Ser Consideradas nos Projetos de Requalificação Urbana em Parques Lineares: O Caso do Parque Itaimbé, em Santa Maria/RS**. Pelotas: 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

SCAPIN, Alzira. **Videira nos caminhos de sua história**. Videira: Prefeitura Municipal de Videira, 1996.

COTIDIANO E MOVIMENTO OPERÁRIO EM RIO NEGRINHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA REGIÃO DE FRONTEIRA COM O CONTESTADO - (1919-1982)

Fernando Henrique de Almeida
(UFPR/Curitiba)

RESUMO: Tratando o formar-se da classe trabalhadora na região do planalto norte catarinense como possuidora de fortes características das rupturas e continuidades ocasionadas pelo conflito do Contestado, este trabalho tem como finalidade discorrer sobre algumas hipóteses do meu projeto de pesquisa, aprovado para o programa de pós-graduação em História da UFPR. A presente pesquisa visa analisar o cotidiano e o as sociabilidades do mundo do trabalho decorrente da formação da Móveis “CIMO” em Rio Negrinho - Santa Catarina. A fábrica da “móveis CIMO” (Companhia Industrial de Móveis), surge no início do século XX produzindo caixotes em madeira para empacotar frutas. A partir da década de cinquenta, com produção moveleira já se destacava pelo tamanho de sua planta industrial, o número de empregados e enriquecimento estrondoso (sendo considerada por muito tempo como a maior fábrica de móveis da América Latina). Em paralelo a este crescimento industrial, podemos notar a elevação do distrito de Rio Negrinho à categoria de cidade e seu inchaço populacional no entorno da sua principal fonte empregatícia, se constituindo, assim, como uma comunidade tipicamente operária. Em suma, todos estes elementos – o estabelecimento de várias culturas e relações com o mundo; a constituição

de uma enorme planta industrial; a relação com a floresta de araucárias e suas riquezas naturais - contribuíram para a singularidade de sua formação populacional e principalmente da classe trabalhadora da cidade. Sendo a apreensão de algumas manifestações culturais o objetivo central de nosso projeto de pesquisa de mestrado.

PALAVRAS-CHAVE: Mundos do Trabalho; Classe Trabalhadora; Relações de Poder.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar propor abordagens teórico-metodológicas para os estudos sobre os mundos do trabalho na região do planalto norte de Santa Catarina. Para tal, serão considerados elementos históricos fundamentais do “formar-se” da classe trabalhadora na região uma economia política baseada em atividades extrativas em torno da florestas de araucárias; a formação de um capitalismo recente, se comparado com outras regiões do Brasil; fenômenos migratórios, tanto de brasileiros pobres de outras regiões como de europeus excluídos de suas terras pelo advento do capitalismo e a guerra do Contestado e suas características principais enquanto processo histórico.

O trabalho será dividido em três eixos. O primeiro discutirá as características relevantes da formação social, histórica e econômica

da região e da cidade de Rio Negrinho para a formação da classe trabalhadora e das relações sociais entre ela, os sujeitos subalternizados e a classe dominante. O segundo diz respeito a uma discussão do estado da arte que possuem como chave explicativa a classe trabalhadora e suas relações sociais de produção, tanto âmbito geral como em específico ao recorte. E por fim, apresentará saídas temáticas para a ampliação dos estudos históricos do proletariado na região, sob a perspectiva da história “vista por baixo”. Para tanto, não queremos enrijecer as análises sobre o tema, mas propor diálogos interdisciplinares que visam compreender as vicissitudes da formação histórica do planalto norte catarinenses e complexificar as análises acerca do objeto.

Rio Negrinho e o planalto norte catarinense (também atendido como Alto Vale do Rio Negro) atualmente são conhecidos como o maior produtor de móveis em madeira para exportação do Brasil, contando na década de 2010 com quase 1000 empresas, distribuídas principalmente em São Bento do Sul, Rio Negrinho e Mafra; concentrando em torno de 10 mil operários distribuídos por todas as cidades da região, estes dados significam 50% dos trabalhadores que exercem tal função no estado de Santa Catarina (SEBRAE, 2012). Embora exista um dinâmico complexo industrial de enorme capacidade produtiva na região, isso não se expressa e nem se traduz na qualidade de vida da população, possuindo historicamente um dos menores IDH de Santa Catarina.

Embora seja verdade que a desigualdade existente no planalto não esteja apenas vinculada a produção madeireira (ver SOUZA e BASTOS, 2011, p. 1-14). Essa sem dúvida, é a relação de produção historicamente mais importante da região. Compreender os processos históricos que originaram tal economia política nos parece um ponto de partida essencial para analisar a classe trabalhadora de Rio Negrinho e região.

De fins do século XIX à primeira metade do XX, a localidade denominada Planalto Norte catarinense, ou para outros, Alto Vale do Rio Negro, apresentava uma conjuntura bem agitada. Durante o contexto de final da escravidão aos governos nacional-desenvolvimentistas de Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek - da passagem do Império aos governos da II República - a região se viu repleta de migrantes europeus e de brasileiros pobres nascidos próximos à Curitiba incentivados pelo discurso de terras livres agricultáveis e um futuro próspero a seus descendentes.

No bojo desses acontecimentos, as classes dominantes regionais traziam um objetivo bem claro: originar cidades para colonizar uma região “vazia de gente” e rica em madeira e erva-mate, assim como cristalizar seus interesses de modernização capitalistas. Entretanto tais desejos se mostravam com enormes dificuldades. Com que investimentos, tanto de tipo financeiro como de pessoal para ocupar a região? Esses dois elementos se mostram pertinentes principalmente se observarmos que a população residente no país alcançava em média 20 milhões, assim como se notarmos que o Estado brasileiro estava completamente submerso aos conflitos de cunhos monarquistas e populares do contexto.

A saídas propostas pelo Estado para a região foi o incentivo a migração de europeus (alemães, austríacos, poloneses, ucranianos, italianos, russos) através de concessão de terras agricultáveis e devolutas (ver FAUSTO, 2012). Do lado catarinense, é em fins do

século XIX que a imigração de camponeses empobrecidos de origem europeia ocorre, primeiramente para a colônia agrícola “Dona Francisca” – conhecida atualmente como Joinville, e depois da colônia de “São Bento” (SOUSA, 2015; KAESEMODEL, 1990). Além destes, paranaenses de regiões próximas à Curitiba também se fixaram nestas terras, principalmente após a construção das estradas de ferro da que ligaria o planalto ao porto de São Francisco. É preciso reiterar, que uma grande parcela destes terrenos já haviam sido ocupados por brasileiros pobres, camponeses chamados de caboclos, que, como veremos, gerou conflitos de proporções enormes.

No contexto de produção de riquezas é possível notar uma relação com atividades primárias, em uma conjuntura que é marcada pela diversificação da economia nacional. Por se tratar de uma região de fronteira entre o estado de Santa Catarina e o Paraná, o Alto Vale do Rio Negro possui aproximações com várias das atividades desenvolvidas em territórios cobertos pelas florestas das araucárias. A imensa riqueza natural e os interesses agrários corroboraram para que o território fosse disputado palmo a palmo de forma agressiva pelos dois estados

A concentração de trabalhadores industriais nesta região tem, portanto, raízes a partir da extração ervateira; da constituição de pequenas serrarias e principalmente do estabelecimento da *Brazil Railway Company* e da *Southern Lumber and Colonization* no início do século XX, empresa que possuía as concessões para a construção de estradas de ferro que ligavam o sul do Brasil, às regiões de São Paulo e aos portos de Paranaguá e Santos e a colonização de terras ricas em madeiras circundantes aos trilhos, contrapartida cedida pelo Estado nacional (ver SINGER, 2012, p. 413).

Distante de ser um processo pacífico, a disputa entre os dois estados, juntamente com o estabelecimento da *Brazil Railway Company*, gerou uma instabilidade significativa para o Estado brasileiro. A Guerra do Contestado teve início em 1912 e só foi encerrada em 1916. Possuindo características populares e religiosas, tiveram de um lado forças militares nacionais em consonância com os interesses da companhia de Farqhar contra sujeitos camponeses vítimas dos processos de modernização, de expulsão de suas terras de da opressão da companhia (MACHADO, 2012).

Apesar de se apresentar como evento singular, devemos destacar o Conflito do Contestado como um processo de disputas de caráter sociais e econômicas que trazem consigo complexos significados quanto a rupturas nos modos de vidas anteriores a *Brazil Railway*, às modernizações industriais com novas dinâmicas no mundo do trabalho e as mentalidades que, sem dúvida, possuem durações exteriores ao tempo do conflito enquanto fato isolado (FAUSTO, 2013).

Embora excluída das explicações históricas de cunho oficial da cidade de Rio Negrinho, percebemos através das pesquisas de Nazareno José de Campos e Pablo Martin Bender (2012, pp. 191-209) que as relações sociais e o conflito extrapolam a geografia fixa da guerra e acabam por moldar práticas de solidariedades e de caráter coletivo, que em grande medida podem ser observadas na classe trabalhadora de toda a região do planalto de Santa Catarina, sendo assim, fenômeno importantíssimo para a formação da cidade de

Rio Negrinho.

Para Maria Salete Munhoz Kaesemodel (1990) em dissertação defendida na UFSC os fatores que dinamizaram a produção de riquezas na região no período que vai de sua ocupação até a segunda república, se concentram, principalmente, na extração de madeira e produção moveleira. Isto se explica, sobretudo, pela retração do setor exportador causado pela “Crise de 1929” e o crescimento das atividades econômicas ligadas à produção interna. Gustavo Rugoni de Sousa (2015) também chama atenção para o início da relação com o Estado, com os vários contratos para a produção de móveis para repartições, escolas e escritórios públicos, que garantia a realização do capitalismo nascente (DEAN, 2013).

O processo de desenvolvimento industrial destacado pela autora, a nosso ver, falha em não reconhecer o violento processo de expulsão de camponeses e caboclos de sua região do planalto (CAMPOS e BENDER, 2012, p. 191). Sendo estes sujeitos os principais fornecedores de força de trabalho para a então industrialização nascente.

É a partir deste recorte que se encerra a produção artesanal da extração de madeira, e inicia o desenvolvimento tecnológico para a produção de bens de consumo moveleiro como cadeiras, camas, poltronas e mesas. Como é o caso da Móveis “CIMO S.A.” e de outras empresas de “fundo de quintal”, sobretudo relacionada consumo local (KAESEMODEL, 1990, p. 40). A estimativa era que neste contexto existiam cerca de quarenta estabelecimentos que exerciam tal atividade, em sua totalidade de administração familiar (*ibidem*, p 42, p 47).

Em paralelo a este lento processo de média duração discorrido anteriormente, podemos notar a formação de pequenas cidades na região, que possuem características muito similares. Intenso fluxo migrante, economia baseada em atividades primárias e agrárias, forte apego a práticas religiosas populares, tanto de submissão quanto de festividades, a relação solidária da população e as relações de poder das classes dominantes cidadinas. É preciso frisar que esta pluralidade cultural advinda da combinação de várias formas de se portar e compreender no mundo têm impactos até os dias de hoje, e grande parte delas possuem relação com o mundo trabalho.

É variável a periodização desse processo, quando aplicado para a cidade de Rio Negrinho, ele só se encerra em meados do século XX, contexto que é marcado, em paralelo, pela independência de Rio Negrinho da cidade de São Bento. O crescimento comercial e populacional da cidade acompanhou o estabelecimento das estradas para o escoamento de mercadorias, assim como o crescimento da extração de madeira e da produção moveleira do CIMO. É possível notar a formação geográfica da cidade de um modo tipicamente industrial, com sua população trabalhadora crescendo no entorno do principal parque produtivo da cidade.

2 | MUNDOS DO TRABALHO E UMA HISTÓRIA VISTA POR BAIXO: POTENCIALIDADES PARA A ANÁLISE DA CLASSE TRABALHADORA

Logo após a Revolução Industrial na Europa, conceitos como classes sociais; trabalho e capitalismo ocuparam lugares ímpares nos estudos de humanidade. Até meados do século XX - em paralelo às vitórias que os trabalhadores conquistaram - as pesquisas sobre o processo envolvendo a classe trabalhadora e burguesia, cristalizaram-se em dinâmicas reduzidas ao mundo do trabalho e a sua exploração através da mais-valia, tal corrente ficou conhecida como “economicismo”. A partir de meados do XX, os contornos analíticos de tais estudos aumentam e ganham cada vez mais elementos. Aquilo que entendemos sobre as ampliações na história da classe trabalhadora (seus debates e objetos) se aportam em pesquisas da “nova esquerda inglesa” próximas à *New left Review*. Apesar de divergentes em várias noções, para estes grupos de autores o que durante um bom tempo se estudou como a “História da Classe trabalhadora” se reduzia às vanguardas desta, juntamente com os movimentos políticos que construíram (HOBBSAWM, 2005, p 17). Com isso, debates como *cultura* e suas vicissitudes, *cotidiano*, *religiosidade*, *pequenas resistências*, *experiências*, *práticas associativas* para além, estudos de formações sindicais de linha conciliatória e o partido político de tipo não revolucionário entram em cena.

Partimos dos estudos culturais de Raymond Williams (2011) para apreender os fenômenos culturais da classe trabalhadora no contexto estudado. Reconhecendo as simplicidades das propostas metodológicas anteriores, o autor apresenta um novo modelo de compreensão desta manifestação social, que se oponha a versões simplistas, assim como das visões abstratas e subjetivistas do fenômeno, concepção que articule os limites e pressões externas e internas do desenvolvimento particular.

Os processos de manifestações culturais para os marxistas, afirma Raymond Williams, devem ser analisados através de duas categorias fundamentais: “Totalidade” e “Hegemonia”. Desenvolvido por Lukács, o conceito de totalidade foi criado para se opor às noções de camadas e de consequências “superestruturais”. Se não for esvaziado de conteúdo marxista, tal conceito traz consigo a noção de pluralidade de práticas sociais que formam um todo social concreto. Embora correto em sua concepção, para Williams tal conceito se mostra insuficiente se tratado de forma unitária. Fundamental então seria a combinação de tal ferramenta teórica com o conceito gramsciano de “Hegemonia”. A noção de Gramsci de hegemonia, diz o autor, pressupõe a existência de algo verdadeiramente total, não apenas secundário ou estrutural. Se os processos culturais forem tratados como meramente ideológicos, um conjunto abstrato de imposição de ideias, hábitos sociais, culturais e políticos, resultados de manipulações de um tipo de formação dominante, a ruptura ou alteração estrutural da sociedade seria muito mais fácil (*Ibidem*, p. 51). Deve se enfatizar que hegemonia não é única e nem fixa, mas um processo complexo que exige renovações, recriações e definições contínuas. Esses novos instrumentos teóricos permitem compreender não apenas processos de modificações históricas estruturais, mas também singularidades, fases internas do desenvolvimento capitalista em níveis

particulares que exigem rigor analítico.

Primeiramente, é preciso frisar que em qualquer sociedade em qualquer período específico há um sistema geral de práticas, significados e valores que possuem centralidade e podemos apropriadamente chamar de “dominante e eficaz”. Estas elaborações estão longe de ser abstrato e em certa medida dão o horizonte de experiências e práticas dos sujeitos.

A hegemonia então aparece como o conjunto que dá sentido de realidade para a maioria das pessoas mover-se, alimentar-se, relacionar-se e apreender a realidade. Mas não se trata de um modelo estático, e sim complexo e dialético, possuindo em seus atributos fundamentais o processo de “incorporação” que significa a reprodução das instituições culturais dominantes e consolidadas: escolas, instituições familiares, organização do mundo do trabalho (*Ibidem*, p. 53). Assim sendo práticas; experiências; valores e representações que apesar de dominante e efetivo, podem carregar elementos alternativos da cultura subalterna, opositora em seu verdadeiro sentido. Os graus de existências dessas alternativas variam com as circunstâncias singulares da história.

Empiricamente falando é em E. P. Thompson que esta temática ganha um contorno mais nítido. Em “A peculiaridade dos Ingleses” Thompson (2012) se preocupa responder algumas polêmicas centrais a Anderson e Nairn. A primeira diz respeito às características frágeis da revolução do século XVII na Inglaterra, o que tornava a burguesia incapaz de tornar politicamente hegemônica; além disso, o fator religioso, que, presente na revolução, traz elementos de “impurezas” a ela, com isso as tradições intelectual da revolução teriam sido ínfimas. Por último, como decorrência de uma revolução prematura e de uma burguesia fraca, a formação do operariado inglês seria um reflexo débil também, sem consciência revolucionária e de resistências imediatas.

Para Thompson, Anderson e Nairn não conseguiam compreender a formação do capitalismo na Inglaterra, pelo fato de tentarem encaixar o fenômeno em um modelo explicativo “clássico” – o caso francês, em vez de recorrer às especificidades do desenvolvimento inglês, localizando os principais agentes, correlações de forças e embates para a industrialização. Sendo assim, possuíam uma análise “economicista”, norteadas pela concepção marxista pré-1917.

Neste texto de E. P. Thompson é possível notar uma metodologia de análise preocupada com as manifestações concretas em suas especificidades, indo de encontro a modelos explicativos rígidos e engessados. É nele que o autor questiona o modelo de base-superestrutura, que segundo o autor leva a explicação histórica a “reducionismos” e ao “esquematismo”. Com isso, podemos notar a tentativa de analisar o econômico e as relações sociais de produção por meio da dialética, entrelaçando-os.

3 | HISTÓRIA DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

Para compreender a consolidação e a reestruturação destes estudos no Brasil, as pesquisas de Cláudio Batalha (1998); Alexandre Fortes (2016); Sidney Chalhoub e Fernando

Teixeira da Silva (2009) são de imensa valia, pois desenvolvem questões contextuais que se complementam.

É pela porta dos estudos sociológicos que as reflexões sobre a classe trabalhadora, seus problemas concretos e dificuldades de desenvolvimento entram na academia brasileira, principalmente pelas pesquisas científicas produzidas pela sociologia da USP. Suas características fundamentais são as generalizações do caso brasileiro às especificidades da formação social no estado de São Paulo e as análises envolvendo as vanguardas da política operária. É com ela que noções como *origem estrangeira da classe operária e hegemonia anarquista na Primeira República* se consolidam (BATALHA, 1998, p 148). Silva e Chalhoub (2009) sintetizam a corrente da seguinte forma: “a classe operária aparecia “inteiramente subordinada à determinação estrutural das condições de industrialização”.

Os estudos envolvendo o tema dentro do campo da História surgem principalmente na década de 1970, sendo, em grande parte, um ramo da História Social. Originou-se pelos embates analíticos causados entre os pesquisadores da área e o modelo explicativo da sociologia uspiana. As críticas giravam ao entorno do fato de que o caso paulista não poderia ser generalizado para todo o resto do país, cabendo aos estudos sobre classe trabalhadora uma riqueza maior do corpus documental, estudos de caso e reflexões comparativas, ou seja, singularidades excluídas das universalizações capazes de propor um modelo plural de classe operária. É pertinente notar, ao mesmo tempo, a expansão de tal discussão para departamentos de outras universidades do país, como para a Universidade Estadual de Campinas; Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Federal Fluminense.

A partir da década seguinte é que se sentem as principais mudanças temáticas envolvendo o objeto. Para Batalha (1998, p 152) isso se deu por dois grandes fatos contextuais. O primeiro é o ressurgimento do movimento operário no Brasil, simbolicamente representado pelos acontecimentos envolvendo os metalúrgicos do grande ABC; o segundo são as traduções e lançamentos dos historiadores a epistemologia do “marxismo ocidental”, vinculados à “*New Left Review*”. Estas ideias chegam em fins da década de setenta, e coincidem com as lutas por redemocratização, emergências dos movimentos sociais e pelo “novo sindicalismo”. Toda esta conjuntura acabou por moldar a historiografia brasileira que abordava o mundo do trabalho, e suas diversas expressões.

Diante do panorama apresentado anteriormente, podemos notar que a partir da década de setenta houve ampliação das noções epistemológicas; temas e problemáticas que envolvem esses sujeitos. A observação que questões como cultura; cotidiano; lazer e sociabilidades fabris, antes entendidos como “fenômenos secundários”, “ilusões ideológicas” ou mesmo irrelevantes para a pesquisa histórica começam a ser (re)discutidas, e muitas vezes recém-observadas pelos pesquisadores (FORTES, 2016, p. 588).

Tal processo destacado é pormenorizado em “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980” (CHALHOUB E SILVA, 2009) naquilo que definiram como “crises de paradigmas”. Em paralelo ao processo de consolidação do tema dentro do saber histórico, para os autores, é possível traçar duas noções epistemológicas no mundo do trabalho hoje: A primeira denominada como

paradigma “da ausência”, e a segunda como paradigma “da agência” segundo a qual as ações dos trabalhadores livres ou escravizados foram resultados de negociações, escolhas e decisões estratégicas frente às instituições e aos poderes normativos.

Por tratar de uma classe trabalhadora com raízes e desenvolvimentos diferentes daqueles ocorridos na Europa ocidental, muitos intelectuais enxergaram o operariado no Brasil ausente de cultura e tradição política. A causa disso, argumentam, era o histórico escravocrata brasileiro, que, além de proibir qualquer atividade política e liberdade dos escravos, acabou por dificultar a formação de classes bem definidas e contribuiu para a importância do Estado para a resolução dos conflitos e rupturas estruturais (*Ibidem*, p. 14). Em resumo, para tal concepção, numa análise linear, a liberdade teria sido doada pela classe dominante aos negros, incapazes de atuar como sujeitos ativos, assim como o estado republicano “concediam” direitos à classe trabalhadora (*Ibidem*, p. 19). Esta concepção transformava, em uma longa duração, os trabalhadores em sujeitos passivos, vítimas de modernizações incompletas, possuindo poucas chances de apresentar alternativas políticas independentes (*Ibidem*, p. 27).

Embora tenha havido uma significativa ampliação no número de pesquisas sobre o tema, pode-se afirmar que os estudos abrangendo a classe trabalhadora que fuja do sudeste são ainda restritos. É possível notar, em paralelo a esse quadro inicial, uma lacuna para a região proposta. Isso a nosso ver diz respeito a três questões principais: uma, por relações referentes ao recorte espacial do projeto, pois se trata de uma localidade que é julgada de conter pouca influência política no movimento operário de fins do século XX; disso surge a segunda questão, que se trata, sobretudo do desinteresse acadêmico em pesquisar aspectos de sociabilidade operário em regiões distantes de grandes centros industriais, com pouco histórico de greve e de formação de quadros carismáticos; por fim a dificuldade de encontrar arcabouço documental compatível a tal referencial teórico/metodológico.

Como exceção, destacamos a dissertação Alexandre de Assis Tomporoski (2006). Neste trabalho, o autor traz dados pertinentes sobre a formação social do planalto norte. Ao analisar as práticas e costumes dos subalternos no alto vale do Rio Negro, Tomporoski destaca as dinâmicas de solidariedades e conflitos cotidianos constitutivos da sociabilidade interiorana. Em momentos de lazeres e do dia-a-dia - festas religiosas; bailes; mutirões; bares e no trabalho - o desafio e a manutenção da honra a todo custo sempre esteve presente e servia como elemento de resolução social.

Além disso, Tomporoski indica a existência de uma grande quantidade de perfis sociais e étnicos na formação da classe trabalhadora da região, fato que aparentemente não se traduzia em conflitos deste caráter. Nota-se, em contrapartida, a administração da cidade de Canoinhas; suas instituições coercitivas e os meios de comunicações locais agindo de encontro às práticas e aos espaços sociabilidades. O estabelecimento da *Lumber Colonization Company*, em início do século XX, acelerou ainda mais tais controles. Tomporoski afirma que tais empreendimentos tinham por objetivo impor limites às ações e desejos da comunidade trabalhadora em favor dos interesses da modernização e das

classes dominantes.

Entretanto, mesmo reconhecendo que no campo político a classe trabalhadora possuísse desigualdades, se comparada com o poder da empresa, isso não a impediu de organizar-se para exigir melhorias da condição de trabalho e de vida, processo que se apresenta de forma madura na construção de greves, sobretudo no ano de 1919.

A pesquisa de Tomporoski tem dupla contribuição para nosso trabalho. A primeira diz respeito ao conteúdo do seu trabalho, que trata da mesma região, de fábrica de igual importância. Ao analisar sob a perspectiva da história social a fábrica da Lumber no início do século XX, o autor consegue rastrear o cotidiano e sociabilidade da classe trabalhadora em Canoinhas – Santa Catarina. A segunda diz respeito a seu trato documental, relacionando documentos oficiais, com entrevistas orais e documentos produzidos pelos próprios trabalhadores como jornais e cartilhas.

Pioneiro em seu estudo, Alexandre Tomporoski traz análises refinadas sobre a fábrica da Lumber e suas relações sociais de produção. Mas não apenas isso articula um dado, a nosso ver, essencial para a região: a articulação entre todas as esferas dominantes. Isso se reflete quando notamos a relação entre a administração municipal em consonância com os interesses da fábrica e do patrão.

A *Lumber Colonization Company*, em contrapartida, a nosso ver se apresenta de forma particular na região, sendo assim, para nós, sua relação com o meio possui fragilidades ímpares que merecem ser destacadas. A primeira diz respeito a seu contingente operário. Por se tratar da maior serraria da América Latina, a concentração de trabalhadores em uma única planta industrial, alimenta a organização de uma classe trabalhadora consciente e seu possível conflito aberto de classes. A segunda se relaciona com sua administração. A Lumber, como é sabido, é uma companhia do capital internacional, sendo seus donos possuidores de faces obscuras aos trabalhadores, fato que dificulta a aproximação entre ela e o proletariado.

As administrações fabris, em sua imensa maioria, eram geridas por cidadão abastados da região, dado que pode ser essencial quando se trata de apreender as violências e as relações de poder entre as classes, sobretudo, pois se usado a seu favor a classe dominante evita a utilização da violência física, tanto miliciana, quanto os aparatos repressivos do Estado, algo recorrente na história da Lumber. (TOMPOROSKI, 2006, p. 85-146, CAMPOS e BENDER, 2012, p. 199-207).

A formação do complexo produtivo da fábrica “CIMO” em Rio Negrinho possui esta característica geral. Mesmo se consolidando ao longo da história como sendo a maior fábrica de móveis da América Latina, sua administração e relação produtiva se caracterizam pelo vínculo familiar com a cidade e seus cidadãos, construindo uma memória histórica da população rionegrinhense intrinsecamente ligada à família Zipperer, principais donos da fábrica. Uma história cidadina de relações com a produção de Móveis e sua mais importante empresa que, ao ser oficializada, obscurece construção de Rio Negrinho e da região pelos trabalhadores, em suas múltiplas sociabilidades, angústias e manifestações políticas e espaciais. Sendo esta o principal motivo deste trabalho de dissertação.

Mas como retomar estas práticas sociais advindas da classe trabalhadora na cidade de Rio Negrinho? Presentes na memória de muitos cidadãos ainda vivos, vários destes eventos podem ser recolhidos com bases em entrevistas. Com este método é possível trazer à tona cotidianos do próprio mundo fabril, mas não só, apresentar contextos de festas, bailes, corais inseridos em disputas de caráter cultural.

Alguns episódios serão retomados através do acervo documental disponibilizado no Museu “Carlos Lampe” em Rio Negrinho. Nele há arquivado imensa quantidade de documentos patronais e registros da relação entre fábrica e operário, como o Jornal “AssoCIMO”, organização de trabalhadores da fábrica que formaram uma associação destinada a trazer notícias da fábrica e dos principais acontecimentos no mundo para seus colegas. Além disso, a associação organizava campeonatos, possuía uma sede própria com bar e arrecadação independente.

O histórico do movimento operário será analisado a partir da documentação existente no SINDICOM (Sindicato dos Moveleiros e Construção Civil de Rio Negrinho) contendo fotografias, atas de reuniões e cartazes com chamados a assembleias e manifestações, entre os anos de 1950, até os dias de hoje.

Desse modo, os trabalhos que possuam estes objetivos, invariavelmente, tratarão de analisar qualitativamente a documentação recolhida, a fim de compreender algumas das sociabilidades operárias que fazem parte das relações cotidianas que só são construídas através de conflitos e negociações e entre operários e as classes dominantes.

REFERÊNCIAS

BATALHA, Claudio H. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e Tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar; (Org) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

CAMPOS, Nazareno José de; BENDER, Pablo Martin. Região do Contestado e Noroeste Santafesino no início do XX: Grandes Capitais transformando a realidade socioeconômica e ambiental. In: VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Org.). **Nem fanáticos, nem jagunços: Reflexões sobre o Contestado (1912-2012)**. Pelotas: Ufpel, 2012. Cap. 10. p. 191-210.

CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth** (UNICAMP), v. 14. p. 13-57, 2009.

DEAN, Warren. A economia brasileira , 1870-1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: Vol V. De 1870-1930**. São Paulo: Edusp, 2013. p. 659-704.

FAUSTO, Boris. Brasil: Estrutura Social e Política da Primeira República, 1889-1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: Vol V. De 1870-1930**. São Paulo: Edusp, 2013. p. 761-812.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 29, p. 587-606, 2016.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre Classe Operária**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

KAESEMODEL, Maria Salete Munhoz. **A Indústria moveleira em São Bento do Sul- SC**. 1990. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Geociências, UFSC, Florianópolis, 1990.

SEBRAE (Santa Catarina). Governo do Estado de Santa Catarina. **Estudo Setorial da Indústria Catarinense: Móveis**. Florianópolis: Nova Economia @sc, 2012. 379 p.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto de capitalismo industrial (1889-1930). In: FAUSTO, Boris (Orgs). **História Geral da Civilização Brasileira**. – 8 – III – O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia (1889 – 1930). Companhia das Letras, 2012, p.

SOUSA, Gustavo Rugoni de. **Da indústria a escola: relações da fábrica móveis cimo com o mercado escolar (1912-1954)**. 2015. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação, Udesc, Florianópolis,

SOUZA, Joel José de; BASTOS, Maycon Neykiel. A formação socioespacial do estado de Santa Catarina, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, II Semestre 2011 p. 1-14.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. As peculiaridades dos ingleses. In: THOMPSON, E. P.. **A peculiaridade dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2012. p. 75-180. Orgs. Antonio Luigi Negro, Sergio Silva.

TOMPOROSKI, Alexandre de Assis. **“O pessoal da Lumber!”: Um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910 – 1929**. Florianópolis: UFSC, 2006.

WILLIAMS, RAYMOND. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 43-68.

MEMÓRIAS DO CONTESTADO EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO

Gerson Luiz Buczenko
(UNINTER/Curitiba)

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo avaliar a aprendizagem histórica com base na memória sobre o Contestado, presente em Alunos do 1º Ano do Ensino Médio, pertencentes a um Colégio privado em município da Região Metropolitana de Curitiba, por meio de uma atividade escolar realizada no início do ano de 2019. Os objetivos específicos foram definidos da seguinte forma: analisar o conceito de memória e seu valor para História; conhecer o conceito de aprendizagem histórica; buscar aproximações entre conceito de aprendizagem histórica e a forma como os Alunos do 1º Ano do Ensino Médio detém em suas memórias o Contestado. Como indagação de pesquisa definiu-se: os alunos do 1º Ano do Ensino Médio detém uma aprendizagem histórica significativa dos estudos sobre o Contestado? A metodologia utilizada foi o uso de imagens iniciais ligadas ao Contestado, porém sem identificação e posteriormente de imagens com identificação, ao final da exposição de cada imagem aos Alunos escreveram uma frase ou palavra que para eles era significativa em relação à imagem. Ao final, com as imagens identificadas, foi explicitado a eles de forma breve o Contestado, conteúdo normalmente abordado no 9º ano - Ensino Fundamental II, durante a conhecida República Velha. Com as imagens apresentadas e as palavras e frases

dos Alunos, buscou-se avaliar a presença da aprendizagem histórica sobre Contestado e o quanto este estudo foi significativo para os Alunos.

PALAVRAS-CHAVE: História; Ensino; Contestado; Memória.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo avaliar a aprendizagem histórica com base na memória sobre o Contestado, presente em alunos do 1º Ano do Ensino Médio, pertencentes a um Colégio privado em município da Região Metropolitana de Curitiba, por meio de uma atividade escolar realizada no início do ano de 2019. Os objetivos específicos foram definidos da seguinte forma: analisar o conceito de memória e seu valor para História; conhecer o conceito de aprendizagem histórica; buscar aproximações entre conceito de aprendizagem histórica e a forma como os Alunos do 1º Ano do Ensino Médio detém em suas memórias o Contestado.

Como indagação de pesquisa definiu-se: os alunos do 1º Ano do Ensino Médio detém uma aprendizagem histórica significativa dos estudos sobre o Contestado? A metodologia utilizada foi o uso de imagens iniciais ligadas ao Contestado, porém sem identificação e posteriormente de imagens com identificação, ao final da exposição de cada imagem aos

Alunos escreveram uma frase ou palavra que para eles era significativa em relação à imagem.

Ao final, com as imagens identificadas, foi explicitado a eles de forma breve o Contestado, conteúdo normalmente abordado no 9º ano - Ensino Fundamental II, durante a conhecida República Velha. Com as imagens apresentadas e as palavras e frases dos Alunos, buscou-se avaliar a presença da aprendizagem histórica sobre Contestado e o quanto este estudo foi significativo para os Alunos. Os trabalhos de Le Goff (2003), Schmidt e Cainelli (2009), Rüsen (2010) entre outros autores, contribuíram para a elaboração e finalização da presente pesquisa.

2 | MEMÓRIA E HISTÓRIA

Segundo Le Goff (2003, p. 469), “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. Percebe-se nos ensinamentos do autor, que a memória está ligada diretamente à identidade, portanto, se não há memória do episódio do Contestado, também não ocorre o processo de identidade com o momento histórico vivido no passado.

Mais adiante o autor também traz a lume a ideia de que a memória coletiva não é somente um objeto de conquista, consolida-se também como um instrumento e objeto de poder, nesse sentido a identidade com episódios históricos que mostram de forma clara a rebeldia à ordem hegemônica, como é caso do Contestado, não são necessariamente explicitados nos estudos das futuras gerações, como é caso, por exemplo, do debate suscitado sobre o ensino da ditadura militar na atualidade, no ensino de História no Brasil.

Desta forma destaca-se a defesa das memórias históricas, que passam pelo coletivo, pelo processo geracional e que se mantêm vivas em certas sociedades e em outras não.

As chamadas “memórias históricas” também constituem capítulo importante para o grande universo da Memória Coletiva, e levam a repensar mais uma vez o seu papel na sociedade. Quando surge este vivo interesse em recuperar certas “memórias históricas”, senão no contexto de um tempo acelerado em que as identidades se vêem ameaçadas? A história e a memória entrelaçam-se nas “memórias históricas” para preencher uma função importante: quando a memória viva de determinados processos e acontecimentos começa a se dissolver através do desaparecimento natural das gerações que os vivenciaram, começa a se tornar ainda mais necessário um movimento de registro dessas memórias. Foi assim, por exemplo, que se intensificou o interesse pela produção das “memórias do holocausto”. Assegurar o registro desses acontecimentos tão trágicos é também uma forma de adquirir controle sobre eles, de impedir que um dia se repitam que caiam no esquecimento e que deixem de ser analisados criticamente (BARROS, 2009, p. 53).

Assim, em razão da defesa da memória histórica do Contestado nos conteúdos escolares, principalmente no estado do Paraná, faz-se necessário a abordagem em sala de aula deste importante momento da História do Paraná e Santa Catarina com a devida reflexão crítica para novas gerações que chegam aos bancos escolares.

3 | APRENDIZAGEM HISTÓRICA

Em relação à aprendizagem histórica segundo Schmidt e Cainelli (2009, p. 66) um dos principais significados apontados para a aprendizagem histórica “é transformar informação em conhecimentos, apropriando-se das ideias históricas de forma cada vez mais complexa, no sentido da construção de uma literacia histórica, ou seja, de seu próprio processo de alfabetização histórica significativa”.

As autoras ainda argumentam que entre os pressupostos da aprendizagem histórica, se destaca em primeiro lugar que a “História é sempre uma interpretação”, ou seja, sugere que o ensino de História deve contribuir para a constituição de uma educação histórica, capacitando os alunos a terem relações cada vez mais complexas com as ideias históricas, constituindo-os, aos poucos, como produtores de conhecimento, no sentido de recriarem relações entre a História do presente e a História do passado.

O segundo pressuposto é de que existe uma estreita relação entre História e narrativa, no sentido de defender que existe a necessidade de construção de argumentos históricos explicativos, partindo-se da análise da ação dos agentes e do contexto onde ocorre a ação.

Assim, torna-se necessário falar de situações específicas do passado e realizar, então, sua interpretação, ressignificando o presente de forma individual e coletiva com o objetivo de construir uma orientação para a ação e intervenção na realidade social vivida.

A formação da consciência histórica também é uma das principais finalidades da aprendizagem histórica, destacando-se que o ensino de História tem por objetivo a formação de uma consciência histórica que supere as formas tradicionais e exemplares da consciência histórica, que consolidam narrativas com base na organização linear do tempo.

Na esteira da Educação Histórica Rüsen (2010, p. 43) coloca que o aprendizado histórico pode ser compreendido “como um processo mental de construção de sentido sobre a experiência do tempo”, por meio da narrativa histórica. Schmidt e Cainelli (2009, p. 34) salientam que:

Nesse sentido, o professor de História ajuda o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessário para aprender a pensar historicamente, o saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançando os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar ao aluno como captar e valorizar a diversidade das fontes e dos pontos de vista históricos, levando-o a reconstruir por adução, o percurso da narrativa histórica. Ao professor cabe ensinar ao aluno como levantar problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas e problemáticas em narrativas históricas.

Neste processo mental, evidenciado pelas autoras, as competências para tal narrativa surgem e se desenvolvem. Assim, é perceptível que ao privilegiar o conteúdo do Contestado em sala de aula, tornando-o significativo para as gerações que chegam aos bancos escolares e, além disso, possibilitando um olhar crítico sobre a realidade vivida pela população da região contestada, bem como, sobre o comportamento das elites

regionais e nacional durante o período da chamada “República Velha”, e ainda, uma visão sobre o processo de concepção e construção da ferrovia, além de outros detalhes que podem ser vivenciados pelos alunos, é plenamente possível tornar o conteúdo histórico, uma realidade aproximada dos alunos, possibilitando a eles também a reflexão, por meio de narrativas críticas em relação ao Contestado.

Corroborando este pensamento Rüsen (2010, p. 45), acrescenta que o aprendizado histórico se só cognitivo é parcial, uma vez que envolve pontos de vista emocionais, estéticos, normativos e de interesses, assim, explorar com os Alunos os conteúdos sobre o Contestado, deve ser também uma experiência que além de crítica, emocione e enalteça a galhardia do povo humilde e camponês que lutou por seus direitos. Segundo ainda Rüsen (2012, p. 76)

“Aprendizagem” pode ser tematizada como um processo elementar e fundamental da prática de vida como “narrativa histórica”. Esta é uma das definições mais comuns do processo de aprendizagem. Por “aprender”, entende-se usualmente um processo ou procedimento vital (não só) para os seres humanos, pelo qual são adquiridas disposições ou capacidades para agir mediante uma elaboração da experiência não extintiva, mas intencional e produtiva. Aprender é a aquisição de competências, a partir da apropriação (interpretação) da própria experiência. Nós seres humanos, ela se caracteriza por sua capacidade única de distanciar-se, objetivando seu meio ambiente, de refletir sobre si e de se objetivar ao longo da vida.

Outro conceito que se torna vital ao pensar sobre a aprendizagem histórica é o de significância histórica que segundo Barton e Levstik (2001, p. 207), “é uma construção social e também uma construção política, fato que explica a seleção de determinados conteúdos em currículos”. Selecionar e explicar um conteúdo do passado, ou seja, atribuir-lhe um significado diferenciado, colocando-o em destaque, explicita a relação que pode existir entre o conteúdo abordado e outros fatos históricos.

Para o Historiador, a significância de determinado conteúdo histórico, ganha um sentido maior uma vez que se tem como objetivo principal o aprendizado histórico, que acrescido da significância, estimula a formação de uma consciência histórica.

Para Santos (2012, p. 761), a significância histórica pode ser relacionada, no senso comum, com a ideia de importância ou relevância, ao significado que se atribui a um evento, personagem ou processo histórico. Desse modo, a significância atribuída à História permeia toda a interpretação, compreensão, seleção e avaliação das situações. Os alunos em sala de aula estão sempre sujeitos à significância histórica nas suas diversas fases de escolaridade. No entanto, quando desconstituída de significado, a História se torna algo desconectado da realidade para o aluno.

Dessa forma, o aprendizado histórico possibilita o agir intelectual diante de uma realidade histórica vivida que impactou um passado não muito distante, que como memória histórica procura-se que permaneça viva e objetivada para as futuras gerações.

4 | O CONTESTADO EM SALA DE AULA

Em relação à pesquisa com os Alunos do 1º Ano do Ensino Médio, à medida que se exibiam as primeiras imagens do Contestado sem identificação, era perceptível a troca de olhares de desconhecimento total do conteúdo histórico, seja por não lembrar, seja por não ter sido abordado com maior intensidade, verifica-se que o Contestado não foi uma experiência significativa, com sentido histórico, que levou aos alunos um pouco das emoções tão próprias deste momento da História local, regional e nacional.

Com as imagens finais, sobre o Mapa da Região contestada entre Paraná e Santa Catarina, por exemplo, alguns Alunos começaram a lembrar o conteúdo histórico, mas não do Contestado em sua grande riqueza de resistência e luta. No sentido de demonstrar o exercício praticado em sala de aula, em relação à Figura 1, as palavras/conceitos que mais surgiram nas respostas do Alunos, na primeira fase, ou seja sem a explanação do conteúdo foram: guerra, locomotiva, trabalhadores, viagem, imigrantes, soldados, ordem, pessoas armadas, soldado viajando, homens com armas, trem, grupo de soldados, pessoas no trem lotado, soldados voltando da 1ª ou 2ª Guerra, disputa, soldados que lutaram na Lapa, pessoas escravas esperando o trem.



Figura 1. Guerra do Contestado

Fonte: Escola Educação, 2019.

Com relação à Figura 2, as palavras/conceitos que mais se destacaram foram: sertão nordestino, nordeste e lampião, população armada, gaúchos em guerra, garimpeiros, amigos, guerra de canudos, soldados maragatos, soldados, pessoas armadas, quadrilha na antiguidade, grupo armado, Maria bonita e lampião, grupo de cangaceiros, faroeste, tropeiros, cerco da Lapa, gangue, bandidos.



Figura 2. Grupo de milicianos que trabalham em defesa de ataques dirigidos às multinacionais
(Foto:Claro Jansson/Acervo Dorothy Jansson Moretti)

Fonte: Escola Educação, 2019.

Em relação à Figura 3, as palavras/conceitos que mais se evidenciaram foram: pobreza, pessoas que matam por terra, cemitério, confronto, trabalhadores sendo explorados, escravos trabalhando em lavouras, familiares ou pessoas que estão com cangaceiros, escravidão, 1ª Guerra Mundial, pessoas que tiveram que sair de suas casas, miséria, famílias que sofrem na guerra, famílias desalojadas, autoritarismo, fazendeiros e camponeses humildes, cangaço.

Assim, constata-se de imediato a pouca ou nenhuma relação realizada pelos alunos, entre as imagens apresentadas e a Guerra do Contestado, que conforme já foi evidenciado, é um conteúdo previsto no 9º ano de Ensino Fundamental, etapa anterior dos alunos que agora estão cursando o 1º ano do Ensino Médio. Por outro lado, as imagens são muito conhecidas no meio acadêmico e ainda muito presentes em livros didáticos que narram o conflito do Contestado.



Figura 3. 100 anos da Guerra do Contestado

Fonte: MST, 2019.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do presente trabalho retorna-se aos objetivos específicos inicialmente propostos, verificando-se que o conceito de memória tem seu devido valor para a História, principalmente a memória histórica, que possibilita ao aluno por meio da narrativa histórica posicionar-se diante de um fato histórico como o Contestado, por exemplo. Com relação à aprendizagem histórica defende-se que esta condição é um elemento a ser perseguido em sala de aula, de modo que o aluno possa, por meio de um processo mental, construir um sentido sobre a experiência do tempo, objetivando-o para si e para a sua História.

Em relação ao terceiro objetivo específico, pondera-se que diante da experiência realizada em sala de aula, o tema/conteúdo Contestado, se visto no ano anterior, ou seja, o 9º ano, etapa final do ensino fundamental, não se apresentou para os alunos, na primeira fase da atividade, em que os receberam as imagens sem a devida explicação, como um aprendizado histórico que fosse significativo e que produzisse uma memória histórica sobre o Contestado.

Dessa forma, considera-se que o objetivo geral inicialmente proposto foi atendido no sentido de avaliar a aprendizagem histórica com base na memória sobre o Contestado, dos alunos do 1º Ano do Ensino Médio, pertencentes a um Colégio privado em município da Região Metropolitana de Curitiba. Assim, é possível responder a pergunta de pesquisa inicialmente colocada, que como se observa, há certa dificuldade por parte dos alunos em relatar, por meio de uma memória histórica, produzida, principalmente, pelo aprendizado histórico o conflito do Contestado.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. D. **História e memória**: uma relação na confluência entre tempo e espaço. *MOUSEION*, v. 3, n.5, Jan-Jul/2009. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2019.

BARTON, K.; LEVSTIK, L. **Explicações da significância histórica em alunos do ensino básico**. *O Estudo da História*, n. 4, p. 207-236, 2001.

ESCOLA EDUCAÇÃO. **Guerra do Contestado**: Resumo, o que foi, causas e consequências. Disponível em: <<https://escolaeducacao.com.br/guerra-do-contestado/>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. São Paulo: Unicamp, 2003. MOVIMENTO SOCIAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST). Túnel do tempo traz os 100 anos da Guerra do Contestado na jornada de agroecologia. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/06/12/na-14a-jornada-tunel-do-tempo-trara-historia-dos-100-anos-da-guerra-do-contestado.html>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

RÜSEN, J. Aprendizado histórico. In: SCHMIDT, M.A; BARCA, I.; MARTINS, E.R. JÖRN Rösen. **O ensino de História**. Curitiba: UFPR, 2010.

_____. **Aprendizagem histórica**: fundamentos e paradigmas. Curitiba: W.A. Editores, 2012.

SANTOS, R. C. G. P. **O conceito de passado e sua significância histórica para professores de história e os livros didáticos recebidos no PNLEM**. *Antíteses*. v.5. n10, p. 761-782, jul./dez. 2012.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. 2.ed. São Paulo: Scipione, 2009.

EXTENSÃO COMO ANIMAÇÃO DE PROCESSOS SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA COM O ARTESANATO NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-SC

Cleber José Bosetti
(UFSC/Curitibanos)

Zilma Isabel Peixer
(UFSC/Curitibanos)

Juliana Golin Krammes
(EPAGRI/Curitibanos)

RESUMO: Esse artigo faz uma reflexão metodológica acerca do papel da extensão enquanto mecanismo de animação de processos sociais a partir da experiência realizada com a organização e fortalecimento do grupo de artesãos do município de Curitibanos, na região do Planalto Serrano de Santa Catarina. O trabalho, realizado por uma parceria entre a Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC e a Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina-EPAGRI, teve como ponto de partida a identificação dos agentes sociais no decorrer de uma atividade de um projeto de agricultura urbana. Em seguida foi feita a mobilização do grupo de artesãos urbanos e rurais do município a fim de conhecê-los e identificar suas demandas. A metodologia do trabalho foi baseada na participação dialógica, inspirada em Paulo Freire, bem como na perspectiva de animação de processos através da interação de grupo. Os resultados alcançados foram a integração de um grupo que se encontrava disperso, sua inclusão econômica na feira e sua estruturação organizativa formal, tendo em vista a consolidação de um espaço no Mercado Público Municipal.

PALAVRAS-CHAVE: artesanato, extensão, animação de processos.

1 | INTRODUÇÃO

O extensionista é um andarilho que caminha por estradas tortuosas e interligadas por pequenas encruzilhadas. Em sua caminhada, não pode dar-se o luxo de vagar distraidamente pela via principal, pois o que acontece nas encruzilhadas, por vezes, é onde se encontra o chamado para a realização do seu ofício. Mesmo possuindo um mapa ou GPS, tal como um bom viajante o faz para otimizar e objetivar o caminho a ser percorrido, o extensionista precisa carregar consigo a capacidade de lançar sobre o horizonte um olhar panorâmico. Este lhe possibilita captar os movimentos que se passam nos arredores daquilo que ele havia mapeado. Além disso, uma cartilha de improviso é sempre bem vinda, pois é previsível a presença do inesperado em alguma encruzilhada.

A experiência extensionista com o grupo de artesãos de Curitibanos-SC, que será analisada neste trabalho, nasceu em uma dessas encruzilhadas. O trabalho extensionista que estávamos realizando, portanto, nossa via principal, era a construção de estratégias de implantação da agricultura urbana com famílias em condições de vulnerabilidade social. Tratava-se de um projeto de extensão denominado “agricultura urbana em rede:

produção e cooperação” do Centro de Ciências Rurais-CCR da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Nesta caminhada, percebemos algumas expertises em termos de artesanato em algumas das mulheres com as quais trabalhávamos. Isso nos fez olhar para a encruzilhada do artesanato, na qual notamos a presença de uma grande diversidade de agentes sociais e habilidades latentes. Decidimos então entrar nessa encruzilhada e logo ela se tornou uma via ampla de possibilidades e ações a serem realizadas, especialmente através da mobilização de agentes e processos sociais, tendo em vista o horizonte do desenvolvimento socioeconômico e humano.

Assim, o objetivo desse artigo é discutir o *metier* do extensionista enquanto agente responsável pela animação de processos sociais que são fundamentais para se construir e alavancar estratégias de desenvolvimento para diferentes grupos sociais. Para refletir sobre o papel do extensionistas vamos observar a ação desenvolvida junto ao grupo de artesãos do município de Curitiba desde a identificação dos agentes sociais até a (re) organização de um grupo formal com o intuito de fortalecer os mecanismos de inserção econômica dos mesmos no mercado municipal e regional.

2 | EXTENSÃO COMO ANIMAÇÃO DE PROCESSOS

A ação extensionista, nos mais diversos espaços de atuação, por muito tempo pautou-se nos processos sociais de transferência de tecnologia de um determinado campo social para outro. Nisso, a instrumentalização metodológica pautava-se nos mecanismos de difusão e eficiência dessas transferências (ROGERS, 1983). Porém, as análises dessas experiências demonstraram que tal perspectiva era seletiva e não conseguia auxiliar parte significativa dos agentes sociais devido à diversidade sociocultural e econômica dos mesmos (FREIRE, 1983; MORAES, 2018). Com isso, as concepções teóricas e metodológicas que orientam o extensionismo ampliaram seu escopo e passaram a enfatizar a mobilização de agentes e processos como uma de suas ferramentas fundamentais.

Desde a década de 1980 vários teóricos passaram a trabalhar na reconstrução da concepção de extensão. Isso foi feito com o intuito de torná-la mais aderente aos grupos sociais mais necessitados, bem como ampliar o escopo de entendimento acerca da ação extensionista, antes restrita a materialidade tecnológica, para a pluralidade de processos nos quais a comunicação e as estratégias metodológicas participativas são um dos eixos fundamentais (FREIRE, 1983; CHAMBERS, 1994; CAPORAL, COSTABEBBER, 2007; DIESEL, 2012). Em linhas gerais, as discussões teóricas conduzidas por esses pensadores ampliaram o horizonte de mediação das ações extensionista.

Um dos papéis essenciais da extensão, na atualidade, é facilitar as interações e nutrir as sinergias dentro de um sistema vasto de informações que envolvem os agentes sociais e as instituições de um modo geral (NEUCHATEL GROUP, 1999 p.11). Uma vez que a sociedade contemporânea está pautada de forma cada vez mais intensa pelos processos informacionais (CASTELLS, 2007) a mediação dos mesmos através de formas interativas adquire uma importância fundamental, na medida em que as diferenças socioculturais e

econômicas dos agentes sociais fazem com que estes tenham sintonias diferenciadas com os processos macrossociais e, portanto, demandam de mediações para fortalecer suas capacidades de desenvolvimento (SEN, 2010).

Dessa forma, uma das questões colocadas para o extensionismo na atualidade é a animação de processos sociais, isto é, a mobilização de agentes sociais com o intuito de fortalecer o empoderamento e emancipação dos mesmos (FREIRE, 1983; KUMMER, 2007; BRASIL, 2010). Neste sentido, a animação constitui-se como um conjunto de estratégias pedagógicas pelas quais se mobilizam os agentes sociais para que estes se motivem a construir estratégias próprias, individuais e coletivas, de emancipação em relação à condição em que se encontram no mundo social, econômico, político e cultural.

O sentido filosófico da animação pode ser encontrado na concepção aristotélica para a qual a alma constitui-se como a substância do corpo, isto é, como a força que realiza as capacidades do corpo e concretiza, dessa maneira, o ato de viver (ARISTÓTELES, 2012). Nesta perspectiva, animação refere-se aos processos psíquicos que compõem a alma, nos quais podemos destacar a motivação, a vontade, a disposição, entre outros, para efetivar a vitalidade das coisas possíveis no âmbito do ser. Embora esses aspectos possam ser entendidos como imanentes a cada indivíduo, por vezes, é preciso estimulá-los através da interação social.

Assim, extensão como animação de processos sociais está ancorada na percepção de que os agentes sociais, devido às diferentes experiências de vida, demandam de aportes para realizarem-se enquanto sujeitos sociais. No caso da extensão, esses aportes podem ser técnicos, organizacionais, motivacionais, sociais e, por vezes, presenciais, no sentido de estar presente para acompanhar a caminhada do outro.

Os processos de animação social estão ancorados nas metodologias participativas, isto é, na utilização metodológica de ferramentas pautadas no diálogo e na participação dos agentes envolvidos de maneira a construir coletivamente as soluções e decisões inerentes ao processo em questão (FREIRE, 1983; KUMMER, 2007). O uso das Metodologias Participativas demanda habilidades técnicas, organizacionais, sociais (intrapessoal e interpessoal) por parte dos agentes mobilizadores, bem como atitudes como sensibilidade, criatividade e capacidade de síntese na organização das ideias e propostas elaboradas durante as discussões (KUMMER, 2007; MARINHO, 2015). Além disso, é fundamental a sinergia criada pelo grupo de trabalho em que valores como a solidariedade, a confiança e a alteridade estejam presentes.

A experiência extensionista com o grupo de artesãos da cidade de Curitiba-SC buscou ancorar-se nesses princípios teóricos metodológicos e pode ser caracterizada como uma ação de mediação para a animação social de um processo de organização socioeconômica dos artesãos do município. A seguir, descreveremos os passos percorridos até então pelo trabalho a partir de uma rede de cooperação que construímos para auxiliar o grupo de artesãos/artesãs de Curitiba.

3 | REFLEXÕES SOBRE O ARTESANATO

Antes de entrarmos nessa rede, é importante compreendermos os fios que compõem a urdidura, base dessa rede. A questão do artesanato nos remete a entender o perfil e as configurações do trabalho e formas de trabalho na sociedade contemporânea. Um dos fios amarra-se na divisão entre trabalho assalariado e trabalho não remunerado, cujas nuances se refletem no imaginário coletivo como trabalho produtivo e não produtivo. Essa polaridade está na base da formação da sociedade industrial, na qual se separa o trabalho assalariado de outras formas de trabalho não remunerado, entrelaçado com a separação entre trabalho industrial e manual (FEDERICI, 2019). É importante destacar que o trabalho assalariado coexistiu com diversas formas de trabalho escravo na formação dos Estados modernos e que no Brasil o trabalho servil/escravo foi forma predominante até o final do século XIX (SOUZA, 2018).

O artesanato enquanto processo social é engendrado nesse mesmo contexto e irá aparecer como espaço de produção econômica complementar, sobrevivendo à margem do que se considera como processos produtivos na organização social capitalista moderna. Em alguns casos, é visto como resquício de formas de produção ultrapassadas e sem valor social/econômico. A esse padrão também se alia o perfil de gênero, no qual o artesanato é em geral realizado por mulheres e, em sendo considerado um saber/fazer feminino numa sociedade patriarcal, torna-se subvalorizado.

Outro fio dessa tessitura trama-se na divisão entre trabalho criativo e trabalho manual, essa divisão é incorporada na separação entre artesanato e trabalho manual. Perguntas como o que é e o que não é artesanato são constantes. Essas perguntas denotam a compreensão do artesanato/trabalho manual pelo olhar do mercado e não pelo olhar das pessoas nos processos e estratégias de vida. Podemos observar a produção artesanal também como espaços de resiliência humana. O padrão na sociedade atual é a divisão entre trabalhador e o produto final do trabalho. Neste sentido, o artesanato subverte essa ordem, pois seu princípio edificador é a autoria e o controle de todo o processo de trabalho.

Mais recentemente o artesanato é valorizado na economia do turismo, no qual destaca-se a capacidade de geração de renda e de emprego, sendo um elemento importante na definição de programas e projetos de sustentabilidade (SILVA, 2006)

Essas diversas nuances dos fios que tecem a rede também formam a normatividade da legislação brasileira sobre Artesanato. A Lei Federal nº. 13.180 de 22 de outubro de 2015 define a profissão de artesão e é complementado pela Portaria nº. 1007 - SEI de 11 de junho de 2018, que institui o programa de artesanato brasileiro. Ambas definem a atividade e profissão de artesão vinculado a autonomia, criatividade e identidade cultural, como bem expresso no Art. 8º da Portaria nº 1007:

Art. 8º Artesão é toda pessoa física que, de forma individual ou coletiva, faz uso de uma ou mais técnicas no exercício de um ofício predominantemente manual, por meio do domínio integral de processos e técnicas, transformando matéria-prima em produto acabado que expresse identidades culturais brasileiras. (BRASIL, 2018)

É a referência a autonomia, a criatividade e identidade cultural que fará a tênue separação entre o que é artesanato e o que é única e exclusivamente trabalho manual. Esse mesmo artigo ressalta como não sendo artesanato aquele produto resultante de i) atividade industrial com uso predominante de máquinas e produção em série; ii) trabalho manual não autoral com baixa qualidade na produção e no acabamento; iii) domínio de parte do processo produtivo.

Aqui temos como exemplo perfeito dessa diferenciação os panos de louça ou outros trabalhos com modelagens padronizadas. Esse é um ponto delicado, que induz a valorização hierárquica entre artesanato e trabalho manual, ao ampliar o olhar para estratégias de sobrevivência econômicas ambos são resultados do trabalho humano. E isso é um complicador na formação e estruturação de grupos/associações de artesanato. Observa-se que cada grupo ao se instituir busca criar uma identidade específica, sendo o primeiro delineamento a definição do que será considerado artesanato e/ou trabalho manual pelo grupo. É a partir dessa urdidura que observamos a rede sendo tecida e que irá conduzir o trabalho extensionista.

4 | RELATOS DE EXPERIÊNCIA

Na caminhada das atividades do projeto de extensão universitária “agricultura urbana em rede: produção e cooperação”, realizado por professores do Centro de Ciências Rurais-CCR da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC durante o ano de 2019, encontramos algumas mulheres que realizavam trabalhos artesanais. Vimos que alguns desses trabalhos tinham um potencial para serem comercializados e quiçá gerar renda para as famílias. Isso nos aproximou de outras pessoas que também lidavam com o artesanato na cidade e possibilitou-nos tecer os primeiros pontos de uma rede que foi se ampliando a partir da entrada de novos integrantes em um grupo criado nas redes sociais.

A partir do momento que percebemos que havia um número significativo de pessoas que se identificavam como artesãos e artesãs no grupo, buscamos uma parceria com a Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina-EPAGRI. O primeiro movimento foi unir as pessoas, conhecê-las e começar a formação do grupo. Essa ação foi impulsionada pela possibilidade de um local para comercialização de artesanato no novo mercado público municipal. A articulação inicial foi feita por pessoas vinculadas a feira de agricultores familiares, com apoio da EPAGRI e UFSC.

Nesse primeiro encontro, realizado na Feira agroecológica coordenada pela COPER PLANALTO SUL, cooperativa dos agricultores familiares agroecológicos de Curitiba, podemos perceber a diversidade socioeconômica, demográfica e territorial dos artesãos/artesãs. Parte do grupo era formada por pessoas aposentadas que fazem artesanato/trabalho manual como atividade de ocupação e para complementar a renda familiar; outra parte tem o artesanato/trabalho manual como fonte de renda complementar no orçamento

familiar; há predominância de mulheres das áreas urbanas, porém, há artesãs/agricultoras. Nessa primeira conversa, o ponto importante era a identificação e o movimento de situar-se no grupo, delineado pelos relatos de experiências e dificuldades, sendo esse o fio condutor do encontro. Observando-se que havia um ponto identificador do grupo e interesse em desenvolver ações em conjunto, entre eles a perspectiva de uma sala futura no mercado municipal, o grupo assume o compromisso de participar da feira mensal dos agricultores locais.

Nas reuniões iniciais constatou-se que muitas pessoas faziam artesanato ou trabalho manual no município e, em momentos anteriores, tiveram uma associação de artesãos que, por motivos diversos, foi extinta. No contexto em que iniciamos as reuniões com os artesãos/artesãs, a condição dos mesmos em termos de grupo era de dispersão. Dessa forma, metodologicamente, decidimos conduzir a ação extensionista a partir da metodologia da animação/mobilização dos agentes sociais através de encontros conduzidos pelas metodologias participativas com os artesãos/artesãs do município de Curitiba. Dessa maneira, ouvi-los foi o primeiro passo que demos nessa estrada.

Ao tecer uma rede que envolve diversos agentes sociais aparecem os pontos de articulação, ou seja, agentes que participam de outras redes e que permitem interligar ações e objetivos. Assim, diante da presença desses agentes no grupo como a EPAGRI, a UFSC e a COPER PLANALTO SUL, organizações que participam da Feira da Agricultura Familiar de Curitiba, uma das deliberações desse encontro foi levar o artesanato para a feira mensal realizada pela cooperativa em caráter experimental. Outro objetivo discutido, em médio prazo, foi a reivindicação de um espaço para o artesanato no Mercado Público Municipal, já que as discussões sobre as regras de ocupação do mesmo estavam abertas naquele contexto.

O primeiro objetivo foi realizado de imediato, quando no mês de setembro de 2019 alguns artesãos participaram pela 1ª vez da Feira da Agricultura Familiar. A feira é promoção da COPER PLANALTO SUL, que realiza uma edição mensal, com foco criação de espaços e de proximidade entre os consumidores e a agricultura familiar. A participação dos artesãos/artesãs na feira foi concebida, nesse primeiro momento, como uma estratégia para dar visibilidade ao grupo, além de fortalecer a feira como um espaço da pluralidade de produtos produzidos e elaborados localmente.

A participação na feira propiciou a segunda reunião do grupo, com objetivo de avaliar a atividade e definir próximos passos. Na reunião de avaliação, além dos artesãos, também contou com a participação das instituições parceiras, a COPER PLANALTO SUL, entidade organizadora da feira, EPAGRI e UFSC. Na síntese da avaliação foi destacada que apesar das vendas não terem sido muito expressivas, a presença do artesanato foi vista como positiva, pois deu maior visibilidade à feira e aumentou a circulação de pessoas, o que fortalece o ambiente do circuito curto de comercialização pelas sinergias entre vendedores e consumidores. Outro aspecto que fez parte dessa auto avaliação foram as dúvidas levantadas acerca do que configura um produto como sendo artesanato.

Diante das dúvidas conceituais em torno do que é artesanato, foi realizada uma

reunião técnica para definir o conceito de artesanato para orientar as atividades seguintes do grupo. Dessa forma, conduzimos uma oficina denominada “O que é artesanato? coletivo em construção”, na qual, por meio de um processo pedagógico construtivista através das metodologias participativas, foram elencados os elementos estruturantes que definem a concepção de artesanato para o grupo, tendo como referencial a legislação brasileira.

Na oficina, partimos da problematização acerca do que é e do que não é artesanato. O grupo foi apontando ideias que foram sistematizadas em um cartaz com o intuito de se gerar um processo de reflexão. Em seguida, trabalhamos a concepção histórica e jurídica do artesanato no Brasil, a fim de ressaltar a importância do mesmo como saber e memória dos grupos sociais, do seu papel econômico, da valorização do trabalho humano e das identidades culturais. A partir dessas duas etapas, o grupo deliberou uma definição conjunta do que o grupo irá considerar como artesanato. Este aspecto foi de fundamental importância para o processo organizativo, tendo em vista as perspectivas presentes e futuras de comercialização dos produtos, bem como da identidade dos produtos e dos artesãos propriamente ditos.

Como resultado o grupo definiu de forma preliminar, artesanato como sendo o trabalho manual que envolve criatividade e autoria; cada peça é única. Podendo ser utilizado matéria prima da região in natura ou industrial. O grupo ressaltou que artesanato não é sinônimo de pouca qualidade ou de produção sem acabamento. Mas também ampliou o conceito de artesanato ao incluir como legítimo o processo de aprendizagem pela mídia (internet, revistas, televisão), não sendo, portanto, restrito aos saberes tradicionais, familiares e territorializados. Deste modo, no acordado como artesanato, incluíram-se trabalhos manuais customizados, como bordados, patchwork e outros, e não foi concebido como artesanato pelo grupo os produtos industrializados, serigrafia e outros similares, bem como produção de alimentos.

A definição do que é ou não artesanato é uma linha muito tênue, com muitas nuances. E o grupo propôs uma referência, que passou a orientar os critérios de inclusão para novos integrantes. Nessa mesma reunião também houve a sugestão de se criar uma comissão para avaliar os produtos e futuros integrantes. Portanto, nesse momento, o grupo avançou na concepção técnica do entendimento acerca do que é artesanato e fez disso um critério qualitativo para direcionar a constituição de uma organização formal em termos socioeconômicos.

Nesse mesmo encontro, ainda pensando no ano de 2019, foi construído junto com o grupo um plano de trabalho para a participação do artesanato na “Vila de Natal”, evento organizado pela prefeitura municipal de Curitiba para os eventos de Natal na cidade. Dessa maneira, auxiliamos o grupo a montar uma planilha de horários para a organização dos mesmos no que se refere à participação no referido evento. Além disso, foram escolhidas algumas pessoas para representar o grupo de modo ainda informal, enquanto avançam as reflexões sobre formação de associação, cooperativa ou núcleo de artesanato.

A terceira atividade realizada junto ao grupo de artesãos/artesãs foi a mobilização dos mesmos para a participação na reunião de apresentação das regras de distribuição

dos espaços do mercado público municipal, reunião esta realizada no dia 29/10/2019. Neste evento ficou definido um espaço sem taxa de locação para os artesãos, desde que estes se organizassem nas modalidades de pessoa jurídica como cooperativa ou associação. Essa reunião pode ser considerada um marco para o coletivo de artesãos, pois deu visibilidade e existência do grupo no diálogo com a prefeitura. Diante disso, as etapas seguintes do trabalho de mobilização, em médio prazo, constituíram-se nos estudos para a construção de uma organização formal capaz de garantir alguma coesão ao grupo, bem como fortalecer suas atividades e permitir aos mesmos acessar o mercado público municipal, já que esta última era uma demanda dos artesãos desde o início do processo de mobilização dos mesmos.

Em 2020, o 1º encontro do ano foi realizado em função de uma demanda levantada pelo grupo nos encontros anteriores: a emissão de nota fiscal por parte dos artesãos. Como o horizonte em médio prazo do grupo era o acesso ao Mercado Público Municipal, a emissão de nota fiscal ganhou relevância na perspectiva de comercialização dos produtos nesse mercado. Dessa forma, foram convidadas duas profissionais de ciências contábeis para esclarecer as dúvidas que o grupo possuía em relação a essa questão. Dada a diversidade do grupo, as conclusões tiradas do debate foram que a melhor estratégia é a utilização de diferentes formas de emissão de nota fiscal: para alguns artesãos, especialmente aqueles que não possuem outra atividade profissional formalizada, a alternativa de se abrir uma microempresa individual com a emissão da nota fiscal no formato microempreendedor individual-MEI foi vista como a mais adequada, pois permite comprovação de atividade econômica para fins de aposentadoria; para os que já são aposentados, a melhor alternativa foi entendida como a emissão de nota avulsa; para os agricultores/as a emissão da nota via Bloco do Produtor rural é o caminho mais adequado.

Na perspectiva, em médio prazo, continua em aberto o processo de organização formal do grupo. Devido à diversidade do mesmo, inclusive de objetivos, a busca pela formalização passou a ser tomada como elemento de coesão. Além de fortalecer o grupo enquanto organização social e econômica, a construção de uma organização formal é um passo indispensável para a ocupação do espaço no Mercado Público Municipal, afinal, este foi um dos eixos que tem aglutinado o grupo até momento. Demos início então a um estudo mais sistemático no sentido de construir, junto com alguns representantes do grupo, o melhor formato de organização formal tendo em vista os objetivos do grupo.

Importante destacar que ao longo da trajetória desse trabalho, conduzido pela UFSC e EPAGRI, o processo de animação social foi constantemente alimentado. O mecanismo de animação e mobilização foi o processo de comunicação via rede social, com o qual mantivemos a circulação de informações, eventos e possibilidades para o fortalecimento da coesão do grupo dentro dos objetivos identificados pelo mesmo.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa caminhada do projeto de extensão universitária “agricultura urbana em rede: produção e cooperação”, no ano de 2019, encontramos uma encruzilhada aberta às possibilidades de inovação social: o artesanato. Ao direcionarmos nossos olhares, e parte do nosso tempo, às demandas dos artesãos/artesãs que se encontravam dispersos pelo caminho, iniciamos uma etapa paralela dentro do projeto inicial que se pautou pela animação/mobilização dos artesãos do município para fortalecê-los enquanto grupo e potencializar suas capacidades de desenvolvimento social e econômico.

Inspirados nos fundamentos teóricos e metodológicos das perspectivas extensionistas que enfatizam o processo dialógico, construtivista e participativo, conduzimos os trabalhos de maneira a construir coletivamente o fortalecimento do grupo. Nessa caminhada, conseguimos reunir os artesãos/artesãs do município que estavam dispersos e sem articulação, e em ação conjunta foram levantadas as demandas, dificuldades e os objetivos em curto e médio prazo. Dessa articulação já houve a inserção dos mesmos na Feira da Agricultura Familiar e caminha-se gradativamente para a construção de uma organização formal para solidificar os avanços já alcançados, bem como para mirar os horizontes traçados pelo grupo em médio e longo prazo.

A partir de março de 2020, com a parada devido à pandemia do COVID-19, novos desafios e reflexões surgiram para o campo do artesanato. Com a quarentena, muitas demandas por produtos artesanais como as máscaras, por exemplo, ganharam visibilidade. Simultaneamente ganha força a reflexão sobre a estrutura econômica, que delinea a exaustão das atuais formas de produção, abrindo assim possibilidades para novas construções e formas organizacionais: economia circular, economia solidária, economia de Francisco e tantas outras. Estas apresentam um denominador comum de valorização do trabalho humano, de circuitos curtos de comercialização, de solidariedade. Nesse contexto a lógica artesanal tem muito a ensinar, pois tem em sua tessitura a valorização do saber, da capacidade de aprender, da sensibilidade, da criatividade, e da proximidade com o território, com o ambiente e com o fazer cultural.

Sabemos que o trabalho de organização e mobilização possui avanços e recuos, especialmente por se tratar de um grupo grande e caracterizado pela pluralidade, entretanto, os resultados já alcançados podem ser considerados um avanço significativo. Dessa forma, entendemos que o processo de animação/mobilização precisa continuar, ao menos até o grupo adquirir autonomia e emancipação, isto é, conseguir conduzir-se por conta própria.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **De anima**. (Tradução Maria Cecília Gomes dos Reis). São Paulo: Editora 34, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-PNATER**. Lei Federal n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010.

BRASIL. **Portaria n. 1007** - SEI de 11 de junho de 2018. Institui o Programa do Artesanato Brasileiro, cria a Comissão Nacional do Artesanato e dispõe sobre a base conceitual do artesanato brasileiro. 2018.

BRASIL. **Dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras providências**. Lei Federal n. 13.180 de 22 de outubro de 2015.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. 3.ed. Brasília, DF: MDA/NEAD, 2007.

CHAMBERS, R. The Origins and Practice of Participatory Rural Appraisal. **World Development**, v. 22, n. 7, p. 953-969, 1994.

DIESEL, V. **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional**. Ijuí-rs: UNIJUÍ, 2012.

FEDERICI, S. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Ed. Elefante, 2019.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KUMMER, L. **Metodologia participativa no meio rural: visão interdisciplinar, conceitos, ferramentas e vivências**. Salvador: GTZ, 2007.

MARINHO, C. M. Utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Fundamentos teórico-práticos. **Extramundo - Revista de Extensão da UNIVASF**, v. 3, n. 2, 2015.

MORAES, C. dos S. **Uma Revolução científica da extensão rural e a emergência de novo paradigma**. Curitiba: Appris, 2018.

NEUCHATEL GROUP. **Common framework on agricultural extension**. Paris: France, 1999.

ROGERS, E. **Diffusion of innovation**. A Division of Macmillan Publishing Co. New York, 1983.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, H. M. **Por uma teorização das organizações de produção artesanal: habilidades produtivas nos caminhos singulares do Rio de Janeiro**. FGV. Tese de doutorado em Administração, 2006.

SOUZA, J. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. São Paulo: Ed LeYa, 2018.

PROPRIEDADES TOMADAS, PROPRIEDADES INCENDIADAS, VIDAS APAGADAS!

Viviani Poyer
(UFF/Niterói)

RESUMO: A presente discussão é fruto de uma pesquisa de doutorado e busca mostrar como imigrantes tomavam lugar de sujeitos de ação e de articulação, e estabeleciam redes que mobilizavam meios os mais diversos, fazendo com que governos estaduais, federal e até mesmo de seus países de origem se alertassem às questões relacionadas à situação encontrada e vivida por eles aqui no Brasil. São casos de morte, prisões, explosões, saques, espoliação, roubos, incêndios criminosos e chacinas envolvendo imigrantes, que a partir de extensa investigação nos registros existentes, em diferentes instâncias, remeteram à diversas situações difíceis de serem estudadas se fossem casos que envolvessem apenas nacionais, justamente pela falta de fontes. Para o desenvolvimento da mesma, foi utilizado o método micro-histórico, por meio do qual foi possível compreender questões macro, relacionadas à política nacional e internacional brasileira, bem como, desenvolver uma percepção ampliada e mais próxima da realidade vivida por caboclos, sertanejos, nacionais ou imigrantes, pobres ou remediados. Os casos aqui apresentados envolvem o coronel da Guarda Nacional, Fabricio Vieira e o seu bando de “patriotas” ou fabricianos, como eram chamados seus vaqueanos. Tais mortes, geralmente ocasionadas por meio da

degola, objetivavam o roubo, o saque, mas principalmente a espoliação de empreiteiros e trabalhadores da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG), de colonos e ou de comerciantes locais. Dois casos emblemáticos dessa realidade, serão aqui apresentados: a chacina do Iguaçu e o Caso Antoniewicz.

PALAVRAS-CHAVE: Propriedade; Contestado; Chacina do Iguaçu; Fabricio Vieira.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de doutorado e buscou mostrar, entre outros aspectos, como imigrantes tomavam lugar de sujeitos de ação e de articulação, e estabeleciam redes que mobilizavam meios os mais diversos, fazendo com que governos estaduais, federal e até mesmo de seus países de origem se alertassem às questões relacionadas à situação encontrada e vivida por eles aqui no Brasil. São casos de mortes, prisões, explosões, saques, espoliações, roubos, incêndios criminosos e até mesmo chacinas, que a partir de extensa investigação nos registros existentes, em diferentes instâncias, remeteram à diversas situações difíceis de serem estudadas se fossem casos que envolvessem apenas brasileiros, justamente pela falta de fontes. As diversas situações conflituosas que envolvem esses imigrantes, foram tomadas como fios que

tecem a malha, ou melhor, a trama, que caracterizou a vida de muitos colonos no Sul do Brasil.

Para o desenvolvimento da mesma, foi utilizado o método micro-histórico, por meio do qual foi possível compreender questões macro, relacionadas à política nacional e internacional brasileira, bem como, desenvolver uma percepção ampliada e mais próxima da realidade vivida por caboclos, sertanejos, nacionais ou imigrantes, pobres ou remediados. A partir de uma abordagem inovadora em relação ao movimento do Contestado, buscou-se alargar seus marcos, contudo sem perder a relação imbricada que eles possuem. Um dos objetivos do trabalho foi, perceber a guerra do Contestado como mais do que somente uma guerra, um fato histórico ou uma fronteira temporal ou espacial, mas como consequência de uma política de Estado que vinha se moldando durante o século XIX e se acentuou com o fim da escravidão e fortalecimento de uma política de imigração, com o advento da República, com a questão de terras e como consequência da abertura desenfreada ao capital estrangeiro.

Os casos aqui apresentados envolvem o coronel da Guarda Nacional, Fabricio Vieira e o seu bando de “patriotas” ou fabricianos, como eram chamados seus vaqueanos. Estes casos são de mortes, que geralmente objetivavam o roubo, o saque, mas principalmente a espoliação de empreiteiros e trabalhadores da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG), de colonos e ou de comerciantes locais. Não raro eram os casos motivados pelo acerto de contas pessoais ocasionadas por dívidas ou por questões de disputa de terras.

2 | AQUI JAZEM 17 HERÓIS ASSASSINADOS!

Um dos casos emblemáticos dessa realidade e aqui apresentado, diz respeito a chacina do Iguaçu. Esse caso envolveu dezessete homens que foram degolados durante a última campanha do Exército brasileiro no Contestado. Eram trabalhadores que viviam naquela região, sendo cinco nacionais e doze imigrantes estrangeiros provenientes de diferentes países. Brasileiros, italianos, poloneses, russos, espanhóis, alemães, austríacos e portugueses que acabaram sendo vítimas das ações criminosas das forças civis que atuaram junto ao Exército na guerra do Contestado.

Esses trabalhadores viviam a 3 meses aproximadamente, na margem direita do rio Iguaçu, trabalhando no cultivo de batata, criação de pequenos animais, bem como na coleta de nó de pinho para servir de lenha para as locomotivas da Estrada de Ferro. O chefe do grupo José Lyro Santi, imigrante italiano, era empreiteiro do Ramal São Francisco, mas como as obras estavam paralisadas durante aquele período, levou seu grupo para as terras, que ficavam na altura de Canoinhas no lado paranaense, para trabalhar e tirar algum sustento, enquanto os serviços no Ramal não eram retomados. Na noite de 21 para 22 de novembro de 1914, Santi e o comerciante Evaristo Felipe foram surpreendidos por Isaias Daniel e João Ruas, ambos vaqueanos e homens de confiança do coronel Fabrício Vieira,

que os obrigaram a levá-los até o rancho onde se encontravam os demais trabalhadores, com a intenção de reunir o grupo e transportá-los à margem esquerda do rio Iguaçu, região conflagrada pelo conflito armado.

Os reféns de Isaias Daniel foram amarrados de dois em dois com uma corda pelo pescoço, tendo a escolta saqueado o rancho e revistado o bolso de todos, roubaram tudo que podiam, mantimentos, dinheiro e roupas. Levaram os mesmos até a beira do rio, no Porto Marcolino, onde foram obrigados a embarcar na lancha que já os aguardava a fim de subir até o Porto dos Bugios, onde encontrariam Salvador Pinheiro Machado - o afamado Dente de Ouro. Esse vaqueano e mais dez homens que o acompanhavam, violentaram barbaramente Geraldina esposa do comerciante Joaquim Vicente, incendiaram seus pertences e o sequestraram, levando essa vítima e as demais em direção ao local conhecido como Porto Jararaca, atual comunidade de Felipe Schmidt no município de Canoinhas, onde se deu a chacina.

As atitudes criminosas desses civis a serviço do Exército brasileiro, não pararam por aí. Segundo o Diário da Tarde, no dia 10 de dezembro, o jornal Comercio do Paraná publicou uma nota em que os “*patriotas*” do coronel Fabrício, para justificar o seu hediondo crime, arquitetaram uma mal contada história, afim de se eximirem dos seus atos, dizendo que os trabalhadores assassinados eram fornecedores de gêneros aos “fanáticos”. O Diário da Tarde afirmava ainda, que por meio de uma carta recebida de União da Vitória, e publicada no referido periódico, obtiveram informações de que “os trabalhadores eram vítimas de perseguições comerciais e tiveram a infelicidade de possuir algum dinheiro.”(Diário da Tarde, 10 dez. 1914).

A pedido da viúva de José Lyro Santi, o cunhado Jacob se dirigiu a Barra Feia em busca do irmão que sabia ter sido assassinado por pessoas que estavam vigiando à margem direita do rio Iguaçu, ironicamente com a intensão de evitar a invasão de bandidos. Esse homem levou uma carta de Luiz Fabricio, filho do coronel, contudo, o destemido Fabricio Vieira não respeitou a carta de recomendação e ordenou que Jacob fosse conduzido ao “xadrez”.

Da prisão Jacob Lyrio Santi ouviu os comentarios que faziam alguns implicados na matança de Lyrio e seus companheiros. Afirmaram, troçando, que tinha sido um pic-nic, que José Lichesky morrera de susto antes de ser decapitado. Um delles afirmou que lhe tocara 250\$000 em dinheiro do saque as victimas. (Diário da Tarde, 14 dez. 1914).

Jacob, na prisão, ouviu também a informação de que tanto Dente de Ouro quanto Isaias Daniel tinham dívidas com os comerciantes mortos, sendo que esse último devia quatrocentos mil réis a José Lyro Santi e oitocentos mil réis a Joaquim Vicente, e que, para se ver livre dos credores, colocaram-se a efetivar o crime.

Dizia-se que a população se sentia segura onde estava o Exército, porém, onde se encontravam a gente do coronel Fabrício, fugia apavorada, convencidos de que bandidos foram armados, tornando-se piores dos que os que já existiam nas redondezas.

Ninguém duvidou da veracidade da cena trágica estampada nas páginas dos diversos periódicos que cobriram o caso, assim, tão logo confirmadas as mortes, o general Setembrino de Carvalho, tomou formais providencias, enviando dois oficiais à localidade para dar início às investigações. “Foram para o local dois oficiais incumbidos de proceder a rigorosa devassa sobre o fato que tinha já chegado ao conhecimento do Comando, como a tentativa de fuga e conseqüente tiroteio entre escolta e prisioneiros reacionários.”(PEIXOTO, 1995. p. 13). Essa última afirmação, que diz ter havido tiroteio entre os homens aprisionados e os *fabricianos*, é bastante contraditória em relação ao que foi apurado pelos jornais, a partir dos depoimentos dos familiares e de testemunhas e do próprio historiador militar Demerval Peixoto. Ao que tudo indica os oficiais militares apenas tomaram conhecimento dos exames feitos nos corpos, uma vez que o laudo cadavérico fora realizado por uma equipe enviada da Delegacia de São Matheus.

O laudo fora realizado em 14 de dezembro de 1914, ou seja, somente 23 dias depois das mortes. Bem provável que essa demora em enviar uma equipe até o local tenha se dado, por entre outros motivos, pela hesitação do Delegado de Polícia de União da Vitória em registrar a queixa acerca do crime, aspecto colocado pelo cônsul de Portugal no seu memorando, a partir dos depoimentos das testemunhas indicadas do comerciante português que estava presente e que escapou da chacina, Evaristo Felipe.

O auto dá com precisão a localização do crime e o estado em que foram encontrados os cadáveres dos dezessete homens assassinados:

Em no lugar “Bugres” a margem esquerda do “Rio Iguassú”, entre “Moças” e o deposito de Salvador Leal, na embocadura de uma pequena barra a quinze metros mais ou menos do barranco do rio em um lugar que foi uma lagôa e que agora se acha secca, num perimetro de dez metros, pouco mais ou menos encontraram em primeiro lugar dois cranêos e treis esqueletos humanos e pouco mais abaixo, mais quinze craneos e ossos espalhados sendo que dos treis esqueletos que viram em o primeiro golpe de vista, duas pernas ainda conservavam um pouco de carne e os demais completamente despido d’ellas. Que apoz o exame ordenado foram os ossos enterrados em uma cova commum aberta para esse fim. Em o local referido estava em certos logares encharcados de sangue. Que encontraram tambem paletoes, camizas, calsas, chapéus e calçados, que juntamente com os ossos foram enterrados (Fonte: Autos de exames cadavéricos e officios enviados ao consulado da Itália em Curitiba pelo governo do Estado do Paraná em 07 janeiro de 1915. In: Telegrama Expedidos pelo Governo do Estado PR – 1885-1930- 309/2/14, Arquivo do Itamaraty, Rio de Janeiro).

E foi assim que se concluiu o laudo cadavérico que constaria dos processos abertos para investigar a morte dos dezessete homens à beira do rio Iguaçu. Segundo discursos proferidos na Câmara dos Deputados na Capital Federal do Brasil – RJ – pelo deputado federal Mauricio de Lacerda, entre os meses de abril e junho de 1916, os inquéritos foram abertos, os responsáveis eram do conhecimento de todos, mas os culpados nunca foram condenados.

A postura de conivência e, até certo ponto, de cumplicidade do general Setembrino de Carvalho com atos criminosos como essa chacina, prova a dependência bélica e

contingencial que o Exército tinha em relação aos diversos grupos de vaqueanos liderados por coronéis e fazendeiros da região, mas, sobretudo, o quanto esses chefetes locais se aproveitaram do Exército, a fim de manter e assegurar privilégios tradicionais.

A partir da pesquisa empreendida sobre esse caso, diversas questões vieram a tona. Questões como a confirmação dos culpados pelo crime - Dente de Ouro, Isaías Daniel e João Ruas, e evidências de que os dezessete homens foram mortos não por fuzilamento, mas por meio da degola. Os motivos que os levaram à morte, seguem como incógnitas, mas há fortes evidências de que foram mortos por portarem bens em espécie, ferramentas, alimentos e animais, e, sobretudo, por terem valores a receber de dívidas contraídas pelos subordinados imediatos do coronel Fabrício Vieira e que estiveram à frente da chacina. Nenhum dos dois inquiridos, civil ou militar, supostamente instaurados para elucidar o caso, foram encontrados! Acredito que, mesmo que os encontrasse, as informações contidas naqueles poderiam ter sido facilmente forjadas em prol da defesa do general Setembrino, acerca da figura do coronel Fabrício Vieira e, conseqüentemente, da imagem que se almejava para o Exército brasileiro.

A chacina tomou lugar de destaque em diversos periódicos nacionais, do Rio Grande do Sul a Capital Federal no Rio de Janeiro, todos falavam da barbárie cometida pelas forças civis que atuavam ao lado dos militares no conflito armado. Representantes das diferentes colônias de imigrantes se manifestaram e os consulados começaram a agir junto ao governo federal, pedindo providências, abrindo eles próprios sindicâncias e negociando indenizações aos parentes das vítimas fatais ou não.

O caso tomou proporções internacionais e provocou ruzgas diplomáticas entre Brasil e países fomentadores da política imigratória brasileira, sobretudo o estudo acerca da chacina do Iguaçu, pode ser tomado como uma prova de que o Exército brasileiro não havia se modernizado e profissionalizado como tentavam impingir. Ao contrário do que pregavam, a partir de uma maior profissionalização militar, buscando se distanciar de intrigas políticas locais, Setembrino de Carvalho parecia retroalimentar o poderio local de Fabrício Vieira, ao fazer vistas grossas aos atos de banditismo praticados por seus homens.

Ao túmulo que abriga os restos mortais dos dezessete homens mortos na chacina do Iguaçu às margens desse rio, foi fixada uma placa com seus nomes, origem e profissão, resultado dessa pesquisa, que os tirou do anonimato e os trouxe para a história do Contestado. Em memória dos dezessete homens assassinados:

Rosalino Alves, lavrador (brasileiro); Alfredo Ferreira, padeiro (brasileiro); José Sartori, lavrador (italiano); José Lyrio Santi, empreiteiro (italiano); Antonio Preti, lavrador (italiano); Angelo Tress, lavrador (italiano); Valentim Fachim (ou Fachini), pedreiro (italiano); José Merkel, lavrador (alemão); João Merkel, lavrador (alemão); José Lichesky, lavrador (polaco); Adolpho Souza, lavrador (brasileiro); Domingos Moura, marceneiro (brasileiro); Horacio Felipe, lavrador (italiano); João Antonio, pedreiro (portuguez); Celestino Januario, lavrador (brasileiro); Evaristo Miron, canteiro (hespanhol); Isolino Miron, canteiro (hespanhol); Joaquim Vicente, negociante (brasileiro). (Gazeta de Notícias, 29 jan. 1915).

3 | O CASO ANTONIEWICZ

Em 05 de fevereiro de 1915, foram assassinados na porta de sua casa, o patriarca Mariano Antoniewicz e um filho, ficando ferido gravemente mais um familiar. Documentos enviados ao consulado russo pela viúva de Mariano e encaminhados ao Ministério das Relações Exteriores dão uma noção de como tudo aconteceu:

Em 5 de Fevereiro de 1915, um destacamento de vaqueanos que segundo constou pertenciam á columna do Coronel Fabricio, cujos subordinados quasi na mesma época degolaram 18 trabalhadores italianos, chefiados por um individuo fardado de tenente do exercito, acompanhados pelos filhos do defunto Arthur de Paula e Souza: Zacharias e Oscar chegaram aos primeiros raios do dia no sitio de Antonovitch. Cercada a casa, aos gritos de “morram todos” ordenaram ao pae e filho sahir da casa. Aberta a porta appareceram pae e filho, os quaes sem discussão alguma foram fuzilados imediatamente (Fonte: Nota enviada pelo Ministro Plenipotenciário de S. M., o Imperador de todas as Rússias, ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, 15 fev. 1916. In: Arquivo Histórico do Itamaraty, Representações Estrangeiras – Rússia. Notas e Telegramas Recebidos 1900 a 1926. 289/1/22)..

Logo após os dois primeiros fuzilamentos, os homens do destacamento começaram a saquear a propriedade, pegando tudo que podiam e tinha algum valor. Levaram consigo cerca de um conto de réis em moeda corrente e, dos documentos, apenas o salvo-conduto concedido pelo general comandante do corpo expedicionário a Mariano Antoniewicz, em função de suas viagens de negócios. Levaram também vales na importância de oitocentos e oitenta mil réis emitidos pelo Exército como forma de pagamento ao comerciante, pelos gêneros alimentícios fornecidos à instituição militar. Diz ainda que os vales haviam sido emitidos pelo tenente Assis Correa e pelo Sargento Saturnino, e que o chefe do destacamento, ao ver tais papéis, falou: “parece que matamos um dos nossos” (Fonte: Nota enviada pelo Ministro Plenipotenciário de S. M., o Imperador de todas as Rússias, ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, 15 fev. 1916. In: Arquivo Histórico do Itamaraty, Representações Estrangeiras – Rússia. Notas e Telegramas Recebidos 1900 a 1926. 289/1/22).

Mesmo assim, após levantarem tal suspeita, os vaqueanos que ficaram na propriedade, ao ver um outro homem sair de um rancho, também atiraram para matar. Contudo, Estevão Koniski, irmão da nora de Antoniewicz, sobreviveu e foi recolhido para dentro da casa, juntamente com os outros dois cadáveres, pelas mulheres da família que ali se encontravam. Após recolher os cadáveres e o ferido, as mulheres seguiram a pé pela margem do rio Iguaçu até o distrito de Barra Feia, onde, ao encontrar outro destacamento de vaqueanos do coronel Fabrício, esse sob as ordens de Dente de Ouro, tiveram a permissão de ir, no dia seguinte, a viúva, com homens e carroças, enterrar os mortos e pegar o gado e objetos domésticos. Contudo, naquele mesmo dia pela noite, ela recebeu uma comunicação em que proibia qualquer pessoa de se dirigir até o sítio, sob pena de morte. Passados dois dias, pelo clarão que se fazia no céu, percebeu-se que o sítio, e o que nele podia restar, havia sido incendiado!

Pelo que consta no documento da legação russa, os crimes foram praticados por pessoas diferentes. Se os assassinatos e saques foram pelos homens do coronel Fabrício Vieira, diz ter sido o incêndio pelos filhos de Arthur de Paula e Souza. “Os vizinhos mercadores na outra margem do rio afirmaram terem visto os filhos de Arthur de Paula e Souza e o genro deste Arthur Geissler carregarem varios bens do sitio para a casa delles, tendo depois incendiado todos os edificios” (Fonte: Nota enviada pelo Ministro Plenipotenciário de S. M., o Imperador de todas as Rússias, ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, 15 fev. 1916. In: Arquivo Histórico do Itamaraty, Representações Estrangeiras – Rússia. Notas e Telegramas Recebidos 1900 a 1926. 289/1/22).

Essa família disputava questões de terra já de longa data com os Antoniewicz, sendo que, sobre esses últimos, pairava o boato de terem sido os responsáveis pela morte do próprio Arthur de Paula, em outubro de 1914, ao participarem de um piquete que incendiou a fazenda e matou esse coronel. Tokarski, em artigo que apresenta rapidamente aspectos referentes a essa família de imigrantes, aponta que “[...] é possível que os Antoniewicz tenham participado do incêndio na fazenda Santa Leocádia apenas por motivos pessoais. De fato, eles tinham uma pendenga fundiária com os Souza, com quem ainda travavam disputa judicial em julho de 1918.” (TOKARSKI, 2008, p.275).

De acordo com os documentos anexos à nota do Ministro Plenipotenciário russo, Mariano Antoniewicz havia comprado de Florentino José Marques e de Arthur de Paula e Souza, em 31 de agosto de 1905, cinquenta alqueires de terras situadas na margem esquerda do rio Iguaçu, que faziam parte da fazenda Santa Leocádia. Para Florentino, Mariano pagou a quantia de trezentos mil réis. Arthur de Paula, por sua vez, recebeu o valor de quinhentos mil réis como forma de pagamento do terreno, conforme consta em outro recibo. O coronel reconhecia, dessa forma, o primeiro comprador e se comprometia a passar em favor de Mariano Antoniewicz a escritura formal.

Afirmava a viúva, ainda, que as terras, quando adquiridas, constituíam apenas matas, o que explicava o baixo valor pago pelas mesmas, e que, dispondo de uma grande família, eles conseguiram, em alguns anos de trabalho, cultivar grande área de terras, arranjar bom erval, construir uma boa casa de moradia e outras menores, como também edificar outros espaços próprios para armazenar produtos necessários para a agricultura, bem como ferramentas. Adquiriram também gado vacum, cavalar e suíno, o que fazia dia a dia aumentar os seus bens. Contudo,

O proprietario anterior, tendo vendido parte da sua fazenda a outros colonos, vendo o valor que iam adquirindo as terras cultivadas, começava a se arrepender de tel-as vendido e por todos os meios procurava reentrar na posse dellas, e por isto recusava-se a passar escripturas formaes, tanto mais que o facto de estar sendo construida a Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande dava ainda maior valor ás terras de S. Leocadia que atravessava de lado a lado. (Fonte: Nota enviada pelo Ministro Plenipotenciário de S. M., o Imperador de todas as Rússias, ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, 15 fev. 1916. In: Arquivo Histórico do Itamaraty, Representações Estrangeiras – Rússia. Notas e Telegramas Recebidos 1900 a 1926. 289/1/22).

Relatou ela que o sítio era de causar inveja não só ao ex-proprietário como a todos que o vissem. Por vezes também hospedavam pessoas da administração da Ferrovia, por essa passar muito próximo da casa da família Antoniewicz. Chegaram, inclusive, a hospedar um chefe de um dos destacamentos militares por alguns meses, que, depois de ter passado a residir na casa de um dos empregados da linha férrea, continuava a ter boas relações com eles, que forneciam ao referido destacamento carne e outros gêneros alimentícios.

Além dos recibos enviados como documentos, a fim de comprovar que as terras eram de Mariano Antoniewicz, uma espécie de atestado emitido por um primeiro tenente do regimento de infantaria do Exército, também foi juntado à nota da legação russa, a fim de dar veracidade ao que a viúva afirmava.

Benedicto de [...] Correa, primeiro tenente do 5º Rejimento de Infantaria do Exercito.

Attesto sob palavra de honra que o fallecido Mariano Antonovitch, um filho e um irmão [...] barbaramente assassinados em sua casa por Zacaria de Paula sobrinho e diverços capangas no logar denominado Santa Leocadia, nunca foram fanaticos, e que eram trabalhadores honestos, como tive ocasião de ver quando alli estive [...] com uma Companhia do desesseis batalhão de infantaria. Attesto ainda mais que os assassinos alem das mortes, saquearam e roubaram tudo que poderam carregar e lançaram fogo nas trez casas de propriedade de Mariano deixando a sua familia em extrema miseria. Mariano possuia em Santa Leocadia Trez propriedades e cincoenta alqueires de terras, grande herval, muitos animais, vacuns e bovinos que tudo foi roubado. Durante a minha permanencia em Santa Leocadia, Mariano fornecia a minha força de carne verde, verduras, pães e alguns generos.

E por ser verdade passei o presente attestado que vai lavrado e por mim assignado.

[...] 15 de fevereiro de 1916.

(Fonte: Nota enviada pelo Ministro Plenipotenciário de S. M., o Imperador de todas as Rússias, ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, 15 fev. 1916. In: Arquivo Histórico do Itamaraty, Representações Estrangeiras – Rússia. Notas e Telegramas Recebidos 1900 a 1926. 289/1/22).

Foi com base nos relatos dos vizinhos da família e nesses documentos, enviados pela viúva à autoridade diplomática, que essa, por sua vez, exigiu atenção e justiça à família de Mariano Antoniewicz, conforme tradução a seguir do documento redigido em francês, enviado pela legação russa:

Nestas circunstâncias, bem como Vossa Excelência irá apreciar, sugerem que este é um mal-entendido, que com toda a probabilidade teria sido causado ou facilitado pelo estado de incerteza que reinava em momento do crime na área onde foi cometida, que era então o assunto de uma disputa entre os Estados de Paraná e Santa Catarina.

Pode ser este estado de incerteza quanto ele explica como nenhuma ação foi tomada

pelas autoridades locais após o assassinato e como a viúva do assassinado foi deixada sem justiça ou reparação.

Os membros sobreviventes da família disseram que notificaram a legação imperial dos eventos acima, é meu dever trazê-los ao conhecimento do Governo Federal na certeza de que Vossa Excelência estará dando a sua atenção e fazer justiça à viúva de Antonovich e aos órfãos da única maneira possível agora: tê-los retornar o valor de perdas materiais. Uma lista¹⁰ dessas perdas é anexado abaixo. [...]

Assinado A. Scherbatskoy.

(Fonte: Nota nº 174 enviada pelo Ministro Plenipotenciário da Rússia ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, 15 dez. 1916. In: Arquivo Histórico do Itamaraty, Representações Estrangeiras – Rússia. Notas e Telegramas Recebidos 1900 a1926. 289/1/22).

Afirmava a autoridade diplomática que, até a data de envio da presente nota ao Ministério das Relações Exteriores, nenhum inquérito havia sido iniciado, nem tão pouco qualquer processo criminal, mesmo com a ciência de todas as autoridades de ambas as margens do rio Iguaçu acerca dos atos criminosos ocorridos. E que a viúva, tendo ficado sem meios de vida, por repetidas vezes tentou apresentar queixas, mas as autoridades locais recusavam recebe-las, declarando não se achara fazenda em local sob sua jurisdição. Atribuía, ainda, essa negligência e omissão ao medo que as autoridades locais tinham de instaurar um processo contra a gente do coronel Fabrício, uma vez que acusava a participação desses homens, juntamente com familiares de Arthur de Paula, no assassinato de seus entes.

Entre os documentos expedidos pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro sobre esse acontecimento, foi encontrada uma primeira correspondência (Fonte: Nota nº 1 enviada pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil ao Ministro Plenipotenciário da Rússia. 05 de fev. 1917. In: Arquivo Histórico do Itamaraty, Representações Estrangeiras – Rússia. Notas e Telegramas Expedidos 1906 a1926. 289/2/4) em resposta à legação russa, com data de 05 de fevereiro de 1917, quase um ano depois da primeira nota enviada com a reclamação da viúva. Nessa, o ministro das Relações Exteriores Lauro Müller coloca que iria se dirigir ao Ministério da Guerra e ao Governo do Estado de Santa Catarina, cuja resposta faria chegar oportunamente ao conhecimento daquela legação.

A 30 de maio de 1917, o sucessor de Lauro Müller no Ministério das Relações Exteriores, Nilo Peçanha, enviou a seguinte resposta ao Ministro Plenipotenciário da Rússia:

Em additamento á nota nº 1, que o meu antecessor dirigiu a essa Legação em 5 de Fevereiro ultimo, tenho a honra de transmittir a V.Ex. as informações que, sobre a reclamação apresentada pela viuva do subdito russo Marian Antonovich, este Ministerio acaba de receber do Governo do Estado de Santa Catharina.

Segundo essas informações, Marian Antonovitch comprou, de facto, um terreno com 30 alqueires, mais ou menos, pertencente a Arthur de Paula, e que fazia parte da fazenda de S. Leocadia. O pagamento da compra foi effectuado em duas prestações: uma, de

300\$000, em dinheiro: outra, com um documento firmado por Kaezenareki reconhecendo uma dívida de 500\$000.

Quanto ao assalto a propriedade de Antonovich, os filhos de Arthur de Paula não tomaram parte no mesmo, como allega a reclamante, pois que, naquella occasião, se achavam elles no logar denominado Triumpho.

Com relação ao documento de dívida, na importancia de 500\$000, assignado por João Cordeiro, e que a reclamante disse ter sido apprehendido, a viuva do devedor ja fez o respectivo pagamento em terras no valor daquella quantia.

Accrescenta, entretanto, o Presidente do Estado de Santa Catharina que o logar denominado Anta Gorda, onde se deram os acontecimentos, se achava, naquella occasião, sob a jurisdição do Governo Federal.

Por isso, aguardo ainda os esclarecimentos que este Ministerio pediu ao dos Negocios da Guerra, os quaes, logo que aqui chegarem, serão communicados a essa Legação.

Aproveito este ensejo para reiterar a V.Ex. os protestos da minha alta consideração.

Nilo Peçanha

A S.Ex.o Sr. Alexandre Sherbatskoy,

Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Russia.

(Fonte: Nota nº 5 enviada pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil ao Ministro Plenipotenciário da Rússia. 30 de mai. 1917. In: Arquivo Histórico do Itamaraty, Representações Estrangeiras – Rússia. Notas e Telegramas Expedidos 1906 a 1926. 289/2/4).

A partir dessa nota, parecem ter cessado as correspondências entre os representantes dos dois países, pelo menos mais nada foi encontrado na pesquisa realizada no Arquivo do Itamaraty (ver DALLANORA, 2019). Aqui há que se considerar que, em consequência da Revolução Russa iniciada em outubro de 1917, o Brasil suspendeu as relações diplomáticas com aquele país, o que deve ter prejudicado o andamento das negociações. Contudo, segundo Tokarski (2008, p.275), os descendentes de Arthur de Paula e Souza continuaram a contenda com a família Antoniewicz. A viúva Francisca deu início ao inventário dos bens deixados por Mariano e avaliados em um conto e quatrocentos mil réis, em 18 de outubro de 1921. Na sua certidão de óbito, expedida somente em 04 de maio de 1922, constou que ele havia falecido em casa pela rebelião do fanatismo.

4 | ALGUNS ASPECTOS FINAIS

É interessante mencionar aqui o papel da imprensa na pesquisa desenvolvida sobre os diferentes casos estudados. Ao utilizar dos mesmos como fontes, pode-se perceber a amplitude e o raio de ação que esses importantes veículos tinham na época. Os periódicos davam voz ao imigrante e/ou às famílias das vítimas, investigando e contando em detalhes

os fatos ocorridos, publicando cartas e depoimentos. Também supriam de informações os consulados e, muitas vezes, serviam até mesmo de sede para reuniões e discussões sobre medidas a serem tomadas pela comunidade imigrante, como foi o caso dos jornais estrangeiros no Brasil, que publicaram notas sobre as reuniões da colônia espanhola e italiana a serem realizadas, quando da ocorrência da chacina do Iguazu.

A partir da presente pesquisa é possível perceber como imigrantes de diferentes nacionalidades souberam fazer uso desses veículos como uma poderosa ferramenta. Fosse publicados na língua materna ou em português, no país ou fora dele, os jornais tiveram um importante papel na formação de opiniões, posturas e ações por parte até mesmo dos poderes públicos. Levaram ao conhecimento do público leitor aspectos muitas vezes velados no *front* de batalha ou discutidos longe dos olhos da sociedade, como no quartel general, nos Ministérios ou no Congresso Nacional.

Independente das questões de ordem política partidária, que sempre influenciaram e influenciam a imprensa, utilizá-la como fonte, com os devidos discernimentos, possibilitou perceber aspectos que demonstram o persistente arcaísmo da sociedade brasileira naquele momento e evidenciam a força do poder local, estabelecido a partir das relações de coronelismo instituídas costumeiramente na região. Poder local, que em vez de se sentir acuado e domado pelas forças federais, de forma inovadora, fortaleceu-se a partir das relações de cooperação estabelecidas entre grupos de civis vaqueanos e o Exército brasileiro durante a guerra do Contestado.

A chacina do Iguazu e o caso da família Antoniewicz são estudos que dão continuidade e ajudam a comprovar essa dependência do Exército, suas relações extra oficiais e políticas com os chefetes locais e sobretudo, e seu despreparo, mostrando a fragilidade bélica, contingencial e estratégica daquela quase obsoleta instituição militar.

Mesmo que os responsáveis pela morte dos dezessete homens à beira do rio nunca tenham sido condenados, a chacina do Iguazu pode ser tomada também como um caso emblemático, pois se sabe que muitas mortes de inocentes foram praticadas pelas forças civis, e raros processos investigativos ou inquéritos, foram instaurados para se apurar os responsáveis.

REFERÊNCIAS

DALLANORA, Cristina. **Conflitos no ex-Contestado**: coronelismo e bandoleirismo numa região de fronteira. 2019. 215f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado - III**. A grande ofensiva. v.3. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. (Coleção Farol do Saber).

TOKARSKI, Fernando. Os polacos na Guerra do Contestado. In: ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. **A Guerra Santa Revisitada**: novos estudos sobre o movimento do Contestado. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008, p.249-282.

A RESISTÊNCIA, O SINCRETISMO RELIGIOSO E O PAPEL DE SALVAGUARDA DA MEMÓRIA DO CONTESTADO NAS BENZEDEIRAS DA REGIÃO DO CONTESTADO NO SÉCULO XXI (2000-2018)

Flávia Rhafaela Pereira
(UFPR/Curitiba)

Silvio dos Santos
(UFPR/Curitiba)

RESUMO: Este artigo pretende mobilizar e sensibilizar a população para a importância da conservação da prática de fé produzido pelo benzimento, ato tradicional na Região do Contestado, visto que esta é carregada de contextos históricos importantes para a formação de uma identidade e memória coletiva. A pesquisa aqui exposta tem como objetivo principal a elaboração de uma exposição, onde, sobretudo, a fé de cura criada em torno das benzedeadas seja analisada para compreendermos de que forma a memória oral e coletiva se faz presente dentro desta fé sincretizada, visto que as benzedeadas se munem de instrumentos ligados a fé surgente no contexto da Guerra do Contestado.

PALAVRAS-CHAVE: Benzedeadas; Guerra do Contestado; Benzimento; História Oral.

1 | INTRODUÇÃO

A fé, em sentido amplo, é a busca pela racionalização do inexplicável. Para Weber (1991) é comum ao homem crer que figuras misteriosas e com poderes que estão além da compreensão humana são capazes de curar os males físicos e espirituais. É o caso dos terapeutas populares, também conhecidos

como benzedores, agentes sociais que tem por característica a religião e dentro desta, a cura.

O ato de benzer remete à Idade Média. Mulheres e homens conhecedores de ervas, raízes e rezas se dedicam a esse trabalho desde muitos séculos atrás. No Brasil a tradição do benzimento, muitas vezes marginalizada, é de importância incontestável. Essas figuras carregam consigo a tarefa de sobreviver ao imponente avanço científico e tecnológico e, mais do que isso, manter viva uma memória coletiva que vem sendo deixada de lado. Perseguidas ao longo da história pelo cristianismo, que as caracterizavam como bruxas, essas figuras permaneceram firmes em seus propósitos e conquistaram seu espaço na sociedade.

A proposta deste artigo é realizar um debate acerca das práticas de benzimento contemporâneas empregadas pelas terapeutas populares na Região do Contestado, com o objetivo de produzir questionamentos sobre a importância destas figuras para a malha social e o protagonismo no papel de resistência contra a intolerância religiosa. O trabalho pretende abordar a influência da fé messiânica empregada pelos três Monges que figuraram a guerra do Contestado (João Maria D'Agostini, João Maria e José Maria), desta forma ressaltando a importância da manutenção da memória do conflito.

O artigo é processo de um projeto monográfico que ambiciona democratizar o acesso ao tema, desta maneira tem como foco a produção de uma exposição, onde a temática das benzedeadas seria levada ao público de uma forma sensível e cuidadosa. A exposição contará com fotos, objetos sacros, vídeos e conteúdo histórico, para que o visitante compreenda a importância e o saber que carregam esses agentes para a manutenção da história pública. É imprescindível para a elaboração da exposição histórica que haja consentimento de todas as benzedeadas entrevistadas ao longo da montagem e curadoria da exposição.

1.1 O messianismo da guerra salvaguardado pelas benzedeadas

A região do Contestado, no início do século XX, era um território quase inóspito. Situado no extremo sul de Santa Catarina, é composto por quarenta e cinco municípios, e tem por sede a cidade de Joaçaba. O território foi assim reconhecido a partir da lei complementar estadual nº 571, de 24 de maio de 2012. Conhecido como “sertão” por se concentrar longe da capital, abrigava em seu território, no fim do século XIX e primeiros decênios do século XX, indígenas dos grupos Kaingang e Guarani, portugueses que vieram parar na região pelo *uti-possidetis* e negros. Esse conjunto de povos deu origem ao homem “caboclo”.

A ausência de hospitais e médicos obrigava essa população cabocla a recorrer às práticas de benzimento. Práticas essas baseadas principalmente nos ensinamentos indígenas, que consistiam no uso de ervas, rezas e determinadas plantas. Com a chegada do colonizador essas práticas foram mudando e se misturando às já existentes na Europa, o idioma da reza também foi alterado para o português ou o espanhol.

Nesse contexto, as benzedeadas eram elementos fundamentais para a sociedade. Responsáveis por curar as pessoas adoecidas se tornaram populares rapidamente no sertão. As benzedeadas eram figuras de grande prestígio social no início da colonização do sertão catarinense.

A guerra do Contestado veio para afirmar ainda mais essa prática. A figura dos Monges João Maria D’Agostini, João Maria e José Maria criou na população cabocla uma fé messiânica desmedida. Os monges, ainda hoje, mantêm lugar de prestígio na prática de benzimento. É através de iconografias e rezas que suas figuras são visitadas e comemoradas pela fé cabocla que se espalhou pelo território brasileiro.

Este artigo surge da necessidade de se avaliar questões pertinentes ao movimento messiânico que atingiu seu auge na guerra do Contestado e se enraizou na cultura e identidade da região na qual o conflito foi inserido. Percebe-se, contudo, um escasso estudo quanto à relevância da contribuição cultural, econômica e histórica dos caboclos para a região do Contestado, principalmente no que concerne ao papel das benzedeadas, foco de maior preponderância deste projeto. O resgate histórico do legado desses indivíduos através da história oral é a possibilidade de dar voz a um passado que por muito tempo

permaneceu silenciado. Estudar a figura das benzedeiiras dentro deste gigantesco processo de apagamento da memória é lutar pela preservação do direito por uma história.

O artigo se propõe a analisar como as benzedeiiras ressignificam as tradições e costumes messiânicos originários da guerra do Contestado mesmo com as diversas dificuldades e entraves para a manutenção desta cultura na atualidade, levando em conta os avanços tecnológicos, a necessidade de urgência da sociedade contemporânea e a facilidade de apoio hospitalar.

Ao se analisar bibliografias já existentes quanto aos temas aqui propostos para discussão, se percebe uma variedade significativa de estudos no que se trata do tema benzedeiiras. Da mesma maneira se identifica um número considerável de estudos acerca da guerra do Contestado, entretanto, há uma ausência na discussão dos aspectos culturais e identitários que surgiram no período da guerra (1912-1916) para a formação da população que até hoje se concentra neste território. Assim, este artigo pretende analisar quais fatores culturais e ligados ao imaterial surgiram no contexto da guerra e se perpetuaram de forma oral até os dias atuais.

Também se faz necessária a problematização do trauma como uma característica desta população, visto que muitas dessas benzedeiiras estão ligadas geneticamente ao conflito, é o caso de Dona Maria Francisca Simão que é filha de uma benzedeira participante da guerra, muitas histórias, costumes, crenças e cotidiano de Dona Maria Francisca, conhecida vulgarmente como Mariazinha, estão diretamente ligados a ideais que nasceram em um contexto de conflito e que se perpetuaram seja pelo trauma vivido, seja por questões genético-familiares, é assim que muitas outras mulheres do sertão catarinense sobrevivem ao contexto regional no qual estão inseridas. Nossa pesquisa dedica-se a essa sobrevivência.

1.2 A fé nas benzedeiiras e a guerra do Contestado

A guerra do Contestado foi um conflito territorial envolvendo o estado do Paraná e Santa Catarina, ocorrido entre os anos de 1912 – 1916. Ambos estados disputavam ferrenhamente o território que compreende o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná. Outros fatores se agregaram ao conflito de interesses, como, por exemplo, a construção da estrada de ferro que cortaria o sul do país, indo desde o Rio Grande do Sul até São Paulo.

Empresas como a *Brazil Railway Company* (de capital dos EUA, responsável por obras ferroviárias no país entre 1906 e 1917), entre outras ações, foram as responsáveis pela construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande (ampliando as conexões via malha ferroviária). A ferrovia, concessão federal (Afonso Pena - 1906-1910), concluída em 1910, serpenteou com grandes voltas consideradas por inúmeros autores como “desnecessárias” (ABI-RAMIA, 2016). Além disso este território era de grande interesse para empresas de exploração de madeira que vinham do mundo todo, visto que Santa Catarina e Paraná possuem até hoje excessivas matas de araucárias, a principal entre elas era a *Southern*

Brazil Lumber & Colonization Company.

O descontentamento da população não demorou para acontecer, principalmente com a concessão de terras por parte do Governo Federal para a construção da estrada de ferro, eram quinze quilômetros de terra para cada lado, sem levar em conta que neste vasto território moravam pessoas, “dessa forma, o governo federal, ignorava a Lei das Terras de 1850, que estabelecia normas sobre a posse das terras brasileiras – somente por meio da compra alguém poderia tornar-se proprietário” (ABI-RAMIA, 2016). Expulsos de suas casas, desorientados e revoltados o povo se uniu em contrapartida ao governo republicano recém instalado. Eram em grande parte caboclos, homens e mulheres que viviam às margens da sociedade, grupo formado majoritariamente por indígenas, negros que ao fugirem da escravidão se instalaram neste território e ali permaneceram, imigrantes muito pobres, fugitivos da polícia, entre outros que haviam sido esquecidos pelo governo.

(...) os impactos que tais empreendimentos causaram no dia a dia das populações locais foram significativos: pelas desapropriações das terras, pela expulsão de moradores dos locais (que os ocupavam desde sempre) ou pela alteração profunda das relações de trabalho. Agravou-se o contingente de desempregados fixados na região, após o término das obras ferroviárias. Estudos indicam que foram recrutados, no início dos trabalhos, aproximadamente 4.000 trabalhadores, número que pode ter alcançado 8.000 nos quase 400 km de trilhos implantados. (ABI-RAMIA, 2016).

No meio de todo este cotidiano de miséria e abandono o caboclo sertanejo vê refúgio na fé. No Brasil do início do século XX movimentos messiânicos ocorriam com certa naturalidade ao longo do território, principalmente por grupos outsiders, como os caboclos do Contestado. Nasce nesta população uma crença proveniente do desencantamento e falta de perspectiva de futuro. É impossível falar de guerra do Contestado sem se levar em consideração o movimento messiânico, ele foi o alicerce para a luta dos caboclos.

No território contestado três monges se destacaram, João Maria, João Maria D’Agostini e José Maria, muitos fiéis acreditam que os dois primeiros eram a mesma pessoa, possivelmente reencarnada. O problema de professar a fé messiânica se dá quando os interesses do povo vão contra os interesses do governo. Segundo Abi-Ramia “Em 1912, José Maria e seus seguidores fundaram um arraial de caráter político-religioso nomeado de “Quadro Santo”, nos campos paranaenses de Irani; justamente na região disputada pelos estados de Santa Catarina e Paraná”. O governo paranaense logo viu o estabelecimento dos sertanejos como uma iniciativa do estado de Santa Catarina para a fixação de população e assim tomada de terras, enviaram um pedido ao líder dos caboclos para que saíssem das terras contestadas, contudo, o monge José Maria não cedeu à pressão do governo, implodindo assim a primeira batalha em 12 de outubro de 1912, nesta batalha tanto o monge quanto o capitão do exército paranaense João Gualberto são atingidos e morrem. Este episódio dividiu muitas opiniões, mas a grande massa populacional passa a ver os caboclos como fanáticos, é neste momento que o governo percebe sua vantagem sobre essa população, tinham o apoio da comunidade em um geral.

Envolto ao credo messiânico estava a cultura de benza, os monges realizavam curas a partir do benzimento de forma totalmente altruísta, ou seja, não pediam nada em troca, isso porque acreditasse que o benzimento é um dom recebido por poucos, pode acontecer por nomeação ou hereditariedade. Dentro da fé professada pelos caboclos do Contestado algumas pessoas poderiam benzer e curar, outras poderiam rogar profecias, mas tudo em nome do Monge José Maria. Após a morte do último monge os fiéis sertanejos passam a conviver ainda mais com a ação do benzimento e se ligam ainda mais ao mundo imaterial e a fé ao seu messias.

É neste contexto sócio-político que intensificam as figuras das benzedeadas. A benza não necessariamente era feita por mulheres, mas geralmente era assim que acontecia. Já o dom vinha do além ou então passado de pai para filho, essas mulheres dedicam seus dias durante a guerra ao outro, cuidando, rezando, benzendo, aqueles que lhes procuravam. Foram responsáveis por manter viva uma grande parcela da fé que surgiu no início do conflito e eram figuras importantes dentro das comunidades formadas pelos revoltosos.

1.3 Benzimento e resistência

“O benzimento é costume antigo e está no dicionário. Benzer vem do latim *bene dicere*, que significa bendizer. Dizer bem de alguém e fazer o bem.” (MARTINS, 2017). Desde que os portugueses chegaram ao Brasil a ideia de benzimento se tornou presente, mas diferente das “bruxas”, a principal ideia é que as benzedeadas sempre praticam o bem. Quando imaginamos uma benzedeadas a figura que se fixa a nossa cabeça é uma senhora, já passada dos cinquenta anos, com um ar de simpatia.

Geralmente o benzimento está atrelado ao catolicismo, contudo sua fé é sincrética, ao observarmos um altar de uma benzedeadas observamos imagens variadas, como Iemanjá, Nossa Senhora Aparecida e São Jorge, por exemplo. No caso das benzedeadas ligas a fé messiânica do Contestado é indispensável uma imagem do Monge José Maria sentado ao lado do seu cajado. É uma forma de fé diferente das demais, tanto pela diversidade de formas de acontecer como também pelo tempo que sobrevive.

As benzedeadas do Contestado são figuras únicas, suas vidas geralmente se dividem entre ser mãe e dona de casa ao mesmo tempo que atende atenciosamente os fies em busca dos mais variados benzimentos. Segundo Vitor Augusto Silva,

compreender as benzedeadas e sua prática de cura é buscar o significado de sua prática social, entendendo como é recriada essa cultura popular. Significa explicitar, a partir de relações sociais definidas, uma visão de mundo, da benzedeadas com aqueles que a procuram, com o seu ofício de benzer, com a sua vida cotidiana. (SILVA, p 145. 2012).

O ato de benzer é uma construção social, parte importante da população e ao mesmo tempo carrega consigo vestígios dos estudos científicos. As benzedeadas se apropriam de ervas, plantas e sementes para o auxílio na cura e isso as torna mais do que apenas

mulheres “praticando magia”, são especialistas no que se propõem a fazer, testam e descobrem formas diferentes de usar as mais variadas propriedades de cada planta e suas combinações, o que seria isso senão medicina?

Muitas vezes cunhadas como feiticeiras, outras como curandeiras, o que define as benzedoras é a crença em sua arte de cura pela reza, sinal da cruz e ervas. Como objeto de estudo, o universo acadêmico situa as benzedoras como médicas populares. As leituras do fenômeno da benzeção respondem a olhares que percorrem, desde o campo médico-científico, até os trabalhos das ciências sociais e humanas—sociologia, antropologia e história –, em que um leque de abordagens e estudos se abre centrando na questão da religiosidade popular. (SILVA, p 146. 2012).

Neste artigo analisaremos a matéria “Mariazinha, a filha da Guerra” da jornalista Ângela Bastos, para a versão digital do jornal Diário Catarinense, do ano de 2015. Na matéria vinculada ao site do jornal, a primeira imagem que aparece é de uma senhora já com idade avançada, seus cabelos brancos e roupa colorida se destacam. É uma entrevista cativante, que conta um pouco sobre a jornada de Dona Maria Francisca Alexandre Simão, vulgarmente chamada de “Dona Mariazinha”, seu registro de nascimento é de 1989 e nele consta que no ano de 2015 Dona “Mariazinha” teria 89 anos, contudo, a jornalista destaca que há por parte dos familiares da entrevistada a especulação de que sua idade na verdade chega próximo a um século. É importante salientar que a discrepância entre datas de nascimento e de registro oficial da população rural em todo o território Nacional ocorria/ocorre de forma muito natural e que há casos de não existência do documento, isso graças a dificuldade em se ter acesso aos cartórios e também ao não letramento dos indivíduos.

Dona Mariazinha mora atualmente na cidade de Santa Cecília, mas seu local de nascimento é o município de Lebon Régis, um dos principais palcos da guerra do Contestado. Se seus familiares estiverem certos, a senhora nasceu em meio aos conflitos e teve sua infância marcada pela guerra. Ao longo da entrevista dona Mariazinha destaca costumes rotineiros que são traços marcantes de uma vida sofrida e de memórias traumáticas criadas pelo desenrolar dos conflitos da guerra do Contestado.

Mariazinha fala claramente: só entra em casa quem for convidado. A frase enfática é confirmada pelas placas de advertência espalhadas no terreno. Intrusos são recebidos com armadilhas: cerca de arames, buracos, cincerro (sino de pendurar no pescoço do gado). Aos homens, limites materiais. Aos espíritos, barreiras espirituais. Pés de alecrim fazem a limpeza do ambiente. Os de arruda mandam coisa ruim embora (BASTOS, 2015).



Figura 1. Maria Francisca Alexandre Simão, conhecida como Mariazinha.

Fonte: Diário Catarinense

Sua dileção pelo seu espaço de terra é muito ligado aos momentos de pós guerra, muitos dos caboclos que foram expulsos de suas casas ficaram desabrigados e buscavam um lugar para estar, a garantia de um lar era inexistente, muitos se uniram e criaram vilas, redutos para a sobrevivência em grupo, na entrevista de Bastos, dona Mariazinha fala sobre a satisfação de encontrar enfim um lugar para se abrigar. Além disso a fome era um fator diário na vida dessas pessoas “E a nossa comida, aquela tristeza, nós dávamos graças quando encontrávamos uma casinha velha para se esconder e o que comer” (BASTOS, 2015) É importante compreender que o trauma vivido pela geração de Dona Mariazinha é recorrência de uma infância onde a própria sobrevivência era questionada, uma criança que nasce em meio a guerra sem dúvidas carregará consigo lembranças cruéis e isso muda sua percepção de mundo.

Dona Mariazinha é aposentada, mas trabalhou com agricultura quase toda sua vida, também já serviu de babá à fazendeiros da elite local, foi doméstica, assim como, serviu de camareira e auxiliar de cozinha em um hotel. Atualmente vive com apenas um salário mínimo, em uma casa muito simples, sem água encanada e com luz elétrica apenas por bateria, dona Mariazinha compreende a injustiça social do mundo que lhe cerca.

É uma das muitas mulheres sertanejas que destinaram sua vida aos outros, criou um filho postiço e sente pela morte de dois outros filhos biológicos. É muito católica, sempre que possível vai à missa. É benzedeira, herança deixada pela mãe, dona Mariazinha é uma entre tantas mulheres que carregam consigo a fé no monge João Maria. “São João estava pelo mundo junto com a gente, era manso, andava com sua panelinha, dava de comer à multidão e sobrava comida” (BASTOS, 2015) Nesta fala, dona Mariazinha rememora uma história contada oralmente pelos caboclos que viveram ao lado dos Monges, existem boatos diversos sobre os milagres desses peregrinos, alguns deles falam sobre multiplicação de alimento em uma pequena panela de barro, outros citam o momento em que o monge João

Maria atravessa pelas águas de um lado ao outro do rio. Muitas destas histórias nos fazem pensar nos insígnies momentos vividos por Jesus na bíblia cristã.

Na matéria podemos ver fotos de um altar de simplicidade singular, localizado ao lado de uma janela, recebe pouca luz e nele pode-se encontrar uma diversidade grande de imagens, três Nossa Senhora Aparecida, uma Iemanjá, a imagem do Monge João Maria sentado ao lado de seu cajado, alguns pássaros, velas, rosários, uma imagem de Jesus crucificado, entre outros elementos que compõe a devoção sincrética do imaginário dos benzedores.

Mas é no altar no canto da casa que demonstra maior devoção. Reveladas pela luz da rua que perpassa a janela, surgem dezenas de imagens de santos. Entre essas, a do monge João Maria. Era de se esperar que alguém com tantas memórias da guerra fosse devota aos monges que sulcaram os sertões. Uns se dedicavam mais a atividades religiosas, outros a práticas mágico-medicinais; uns eram peritos na cura do gado, outros em doenças dos homens ou em propiciar a sorte ou o azar (BASTOS, 2015).

Dona Mariazinha é usada para exemplificar a luta de muitas mulheres que carregam o fardo histórico de narrarem com muita simplicidade a Guerra do Contestado, ela é também sinônimo de resistência, não só pela vida sofrida que enfrentou com tanta garra, mas pelo seu saber histórico empírico, muitas vezes questionado e subjugado. As benzedoras sintetizam em si tudo que o homem contemporâneo nega, o saber popular, a fé sincretizada, o tempo de espera. São sinônimos de resistência ao mundo em que estamos inseridos, lutam contra o tempo e as adversidades que lhes são impostas, principalmente se tratando de intolerância religiosa.



Figura 2. Imagens de santos de Mariazinha que são usados na benzeção.

Fonte: Diário Catarinense.

As benzedeadas da Região do Contestado fazem ainda mais por nós e nosso passado, carregam consigo o ônus de salvaguardar os valores messiânicos ensinados no desespero do povo caboclo em meio a fome, guerra e desapropriação de terra. Como diria Dona Mariazinha tão sabiamente “são sofredores e vencedores”.

2 | SOBRE A EXPOSIÇÃO

Segundo Bordinhão, Valente e Simão (2017) “Uma exposição se realiza no encontro entre sujeito (visitante) e objeto (conjunto expositivo), ou, numa concepção mais abrangente e atual, entre a sociedade e seu patrimônio”. A partir deste conceito a exposição pretende analisar as Benzedeadas do Contestado não só como sujeitos históricos, como também patrimônio imaterial, imprescindíveis para a salvaguarda da cultura e identidade da Região do conflito.

Esta exposição pretende, através dos suportes de fotografia, vídeo e objetos, propor uma quebra de preceitos pré-concebidos pela fé explorada no benzimento, muitas vezes vítima de ataques. “As exposições se forem feitas com atenção e imaginação, podem inspirar, surpreender e educar.” (EDUSP, Planejamento de exposições, 2001) esse é o principal desafio da exposição “Memória, Resistência e Fé: As Benzedeadas do Contestado”. A ideia é sensibilizar o público para a percepção da importância de manutenção de costumes que retratam questões culturais perpassadas ao longo da história de uma maneira tão sutil como a narrativa oral.

A exposição tem cunho histórico, entretanto o material de suporte será artístico, isso porque a exposição será constituída de fotos e vídeos realizados ao longo das entrevistas com as benzedeadas. O fator culminante para a definição da exposição como histórica é o estudo da história oral da fé messiânica concebida durante os quatro anos da Guerra do Contestado. Além disso, o artigo pretende compreender como se dá a relação entre a fé sincretizada, cura e cultura popular, mesmo com todos os avanços tecnológicos que formam a personalidade de urgência da sociedade contemporânea, fazendo com que cada vez mais a ideia de benzimento seja deixada de lado, desta maneira as chances do papel das benzedeadas desaparecer no tumulto da rotina se tornam cada vez mais perto da nossa realidade.

A inspiração surge a partir de exposições como a “Cotidiana Fé”, composta por fotografias de benzedeadas e realizada por Leandro Vitto na Câmara de Vereadores da cidade de Caçador, entre os dias 17 e 30 de outubro de 2016, em homenagem a semana do Contestado. Leandro Vitto é um artista plástico autodidata caçadoreense e sua exposição fotográfica representa os costumes, altares, lugares de memória das benzedeadas da Região do Contestado, o projeto para a exposição conta com 36 benzedeadas e curandeiras espalhadas no vasto território do meio oeste catarinense, contudo, as fotos usadas para esta exposição são de terapeutas populares da cidade de Caçador. Trata-se de uma exposição itinerante, ocorrida anteriormente na cidade de Concórdia e Joinville, ambas

pertencentes ao estado de Santa Catarina. O resultado desta exposição, que é puramente artística se deu em um catálogo, “Cotidiana Fé” (2005). Este catálogo será usado como fonte de pesquisa, principalmente por retratar o desempenho das benzedeadas em seu cotidiano, levando em conta suas práticas. Muitas das fotografias mostram os altares das terapeutas populares possibilitando assim a análise do sincretismo religioso dentro da religião material.

Já a concepção da videoinstalação vem do conceito idealizado por Gabriel Bonfim na exposição “M: Meu Lugar na Sociedade”, exposta no museu da Fotografia, instalado no Solar do Barão na cidade de Curitiba, entre os dias 06 de março a 10 de junho de 2018. Na exposição Gabriel Bonfim retrata através de fotografias mulheres que sofreram algum tipo de opressão por parte do sistema patriarcal ao qual estamos impostos. Dentro da exposição telas de tablet exibiam mulheres contando um pouco da sua trajetória e como conquistaram seus lugares dentro da sociedade. Uma dessas mulheres é Maria da Penha, que retrata como é a luta diária em construir uma individualidade. A ideia do artista foi construir um vídeo de todas as mulheres fotografadas, sozinhas, uma em cada tela. Em certos momentos suas falas e imagens se confundem, se misturam, causando a sensação de unidade. É desta maneira que se pretende trabalhar a videoinstalação para a exposição “Memória, Resistência e Fé: As Benzedeadas do Contestado” justamente pelo conceito de salvaguarda da memória, cada uma à sua maneira, contudo construindo uma unidade identitária para a formação cultural do povo caboclo ainda residente no território do conflito.

A exposição contará com cerca de 32 fotos analógicas com a temática das benzedeadas, sendo que estarão dispostas no ambiente uma ao lado da outra. Nas fotos estarão representados majoritariamente rostos, mãos e bustos das benzedeadas, também estarão presentes nas fotos os altares e momentos de benzimento. Será realizado a cópia de um dos altares de uma das cinco benzedeadas, para que desta forma o público tenha acesso ao material físico destas mulheres, os objetos usados no altar não serão das benzedeadas, mas sim cópias. Na sala haverá um conjunto de cinco telas com a exposição de um vídeo elaborado ao longo da pesquisa, com depoimentos das benzedeadas.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Benzedeadas são figuras de poder social, estão inseridas nas mais diversas comunidades, desde as mais pequenas vilas, até grandes centros urbanos. Buscam pela fé, restaurar a saúde física e psicológica de pessoas com as quais nunca tiveram contato, e sem atribuir valor fazem seu ofício de maneira altruísta. Este artigo busca trazer reflexões quanto sua importância em um mundo cada vez mais urgente, onde personagens como as benzedeadas são vistos como representantes sociais desnecessários, obsoletos, quase que presentes apenas no imaginário social.

As benzedeadas aqui pesquisadas são responsáveis não só pela cura através da fé, pois em suas orações foram depositadas a responsabilidade de manter viva uma história

que por muito tempo foi renegada, a história dos caboclos que lutaram pelo seu direito a posse de terras. As benzedeadas da região do Contestado estão ligadas ao sagrado de formas muito variadas, mas estão também conectadas aos mais diversos mundos, são médicas, psicólogas, auxiliares de pesquisadores como nós, elas são o passado e futuro, são resistência, luta e dor. Como dona Mariazinha, que carrega consigo os traços de uma guerra sangüinária, ouviu de seus entes queridos as mais diversas atrocidades e talvez não compreenda como sua existência é e foi símbolo de resistência contra todo o processo de apagamento de memória que ocorreu na região.

Lutar contra esse apagamento da memória das benzedeadas é também lutar contra o fim de uma tradição oral de grande importância para a compreensão de um dos conflitos mais sangüinários da história do país, onde o número de mortos perpassa os 6 mil em uma região quase inóspita do centro oeste catarinense. Dona Mariazinha e tantas outras mulheres que praticam sua fé, sem se darem conta de quão importantes são, fazem da guerra algo real para a era contemporânea, resgatam a fragilidade do povo, mas também fortalece a esperança por justiça. As benzedeadas da região do Contestado dão sentido ao fazer histórico, pois o ato de existir dialoga com a importância de compreender e conhecer nosso passado, é através delas que encontramos respostas para continuar entendendo o ofício de historiador e o papel da história para com a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **História Oral: a experiência do Cpdoc**. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

ABI-RAMIA, Jeane. **A Guerra do Contestado**. Rio de Janeiro: Multirio, 2016. Disponível em: <<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/artigos/11064-a-guerra-do-contestado>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BARROS, José D' Assunção. **O projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BASTOS, Angela. Mariazinha filha da Guerra. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 2015. 28 de Outubro de 2015. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/dc_mariazinha/index.html> Acesso em: 21/05/2019.

BORDINHÃO, Katia; VALENTE, Lúcia; DOS SANTOS SIMÃO, Maristela. **Caminhos da memória: para fazer uma exposição**. 1. ed. Distrito Federal: Instituto Brasileiro de Museus, 2017.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 571**. Procedência: Governamental, Florianópolis, 24 de maio de 2012. Governador do Estado João Raimundo Colombo. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/sc/lei-complementar-n-571-2012-santa-atarina-institui-a-regioes-metropolitanas-do-extremo-oeste-e-do-contestado-e-altera-a-lei-complemetar-n-495-de-2010-que-institui-as-regioes-metropolitanas-de-florianopolis-do-vale-do-itajai-do-alto-vale-do-itajai-do-norte-nordeste-catarinense-de-lages-da-foz-do-rio-itajai-carbonifera-de-tubarao-e-de-chapeco>> Acesso em: 20 de junho de 2018.

CAÇADOR Online. **Semana do Contestado**. Disponível em: <<http://www.cacador.net/portal/Noticias.aspx?cdNoticia=34284>> Acesso em: 18 de junho de 2018.

Curitiba. **Gabriel Bonfim mostra imagens de mulheres e seus dias de luta**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/gabriel-bonfim-mostra-imagens-de-mulheres-e-seus-dias-de-luta/45228>> Acesso em: 24 de junho de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Caminhos da memória: para fazer uma exposição**. Pesquisa e elaboração do texto Katia Bordinhão, Lúcia Valente e Maristela dos Santos Simão – Brasília, DF: IBRAM, 2017.

SALVINI, Carmen Tereza et.al. **No Quintal da Casa de Madeira**. Cartilha de Apoio Didático do Projeto Registrando Saberes: fazeres e dizeres dos benzedores e benzedadeiras do oeste de Santa Catarina. Pinhalzinho/SC: Museu Histórico, 2013.

SILVA, Victor Augustus Graciotto. **Benzedeiros**. Curitiba: Máquina de Escrever, 2013.

SOBRINHO, Octacílio S. **Taipas: Origem do Homem do Contestado**. Florianópolis/SC, 2000.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Editora UnB, 1991.

SÍNTESE VERDE DE NANOPARTÍCULAS DE PRATA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

William Gustavo Sganzerla
(IFSC/Lages)

Ana Letícia Andrade Ferreira
(IFSC/Lages)

Cleonice Gonçalves da Rosa
(UNIPLAC/Lages)

Ana Paula de Lima Veeck
(IFSC/Lages)

Michael Ramos Nunes
(IFSC/Lages)

RESUMO: A utilização da nanotecnologia para o desenvolvimento de novos produtos e processos vêm crescendo exponencialmente nos últimos anos. Atualmente, pode-se observar a presença de nanoestruturas em áreas multidisciplinares, como engenharia, química, física, biologia, ciência de materiais, medicina, alimentos dentre muitas outras. Os métodos convencionais de produção de nanopartículas de prata utilizados em alguns processos apresentam algumas desvantagens por serem dispendiosos nos custos de produção, além de ecologicamente incorretos. A produção de nanopartículas metálicas utilizando extratos vegetais, denominado método de biorredução, pode ser considerado como uma perspectiva para a aplicabilidade industrial. Este método apresenta algumas vantagens sobre os métodos convencionais de síntese, como redução nos gastos energéticos, redução nos reagentes usados na síntese e redução de resíduos gerados. Diante disso, no presente

estudo foi conduzido uma revisão bibliográfica nas bases de dados da Web of Science® sobre os aspectos principais da produção de nanopartículas de prata, focando nos mecanismos químicos, condições laboratoriais de síntese e características das nanopartículas de prata.

PALAVRAS-CHAVE: Nanomateriais; Nanopartículas; Bio-redução; Bio-síntese.

1 | INTRODUÇÃO

O avanço da ciência possibilita a criação de novas tecnologias, em grande parte, vistas como impossíveis há pouco tempo atrás, sendo atualmente, amplamente utilizadas e comercializadas em diferentes tipos produtos industriais. Desse modo, um dos ramos promissores para a ciência moderna é a utilização dos princípios nanotecnológicos para o desenvolvimento de novos produtos e processos. A nanotecnologia é considerada como uma tecnologia em expansão, utilizada para o desenvolvimento de métodos inovadores, fabricação de nano-materiais, geração de equipamentos resistentes com menor consumo de energia e principalmente, para a substituição dos processos convencionais (NASROLLAHZADEH et al., 2019).

Neste sentido, muitos países estão implantando políticas de incentivo a tecnologias renováveis (LENARDÃO et al., 2003), como

o uso da “química verde” para reduzir ou eliminar a geração de substâncias nocivas à saúde humana e ao meio ambiente. De maneira geral, existem doze tópicos que devem ser seguidos para implantar os métodos da química verde (ANASTAS; WARNER, 1998). Dentre os métodos, o uso de matéria-prima oriunda de fontes renováveis e a síntese de produtos menos nocivos, são os aspectos mais relevantes para desenvolver e produzir um novo produto, pois espera-se que o processo seja economicamente viável e sustentável, sem gerar substâncias tóxicas ao homem e ao meio ambiente (MANAHAN, 2006).

De acordo com dados da Web of Science® (Figura 1), o número de publicações científicas relacionada à síntese de nanopartículas de prata (AgNPs), apresentou um crescimento exponencial, desde 1995 até 2019. No entanto, menos de 50% das sínteses realizadas, utilizaram métodos “verdes”, ou seja, métodos ecologicamente corretos, que não deixam grande quantidade de resíduos. Assim, diante deste fato é possível perceber que o método verde de síntese das AgNPs, não é predominante para a obtenção destes nanomateriais, o que torna uma área de pesquisa promissora.

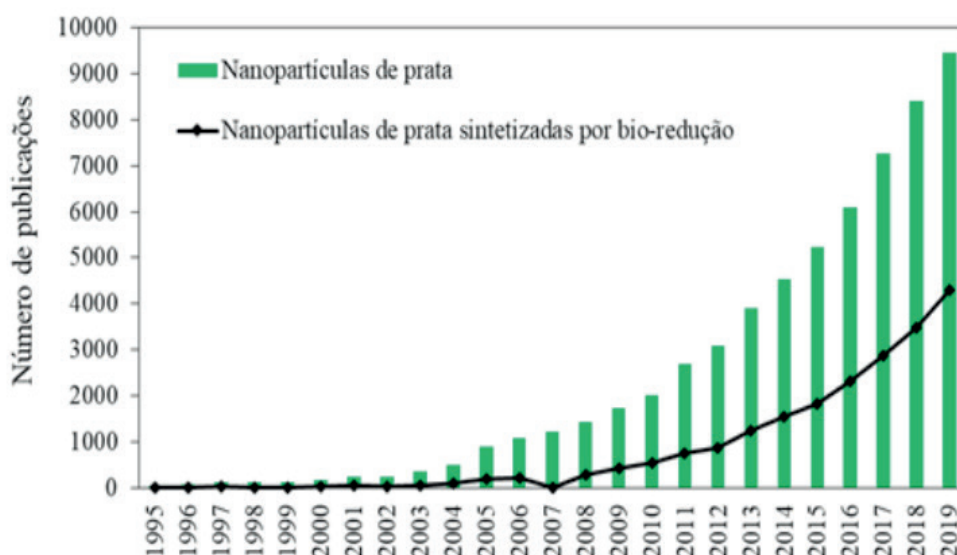


Figura 1. Publicações registradas na base de dados da Web of Science® (1995-2019) com relação aos temas abordados neste estudo.

Fonte: do autor

Diante disso, o objetivo deste trabalho foi conduzir uma revisão bibliográfica sobre os aspectos principais para a síntese verde de nanopartículas de prata (AgNPs). Para isto, utilizou-se a base de dados da Web of Science®, para fazer um levantamento geral das publicações recentes. Em seguida, os estudos específicos sobre síntese verde de AgNPs foram manualmente selecionados para compreender as aplicações, os mecanismos químicos, as condições laboratoriais de síntese, e as características das AgNPs foram descritas, a fim de compreender os principais parâmetros para a produção deste nanomateriais.

2 | NANOTECNOLOGIA E SUAS APLICAÇÕES

Por definição, um nanomaterial ou material nanométrico é definido por apresentar um diâmetro na escala nano, entre 1 e 100 nm, o que lhes conferem propriedades distintas dos demais materiais. O termo “nano” é derivado do grego (anão), sendo um prefixo amplamente utilizado nas ciências exatas para designar uma parte em um bilhão, ou seja, um nanômetro (1 nm) corresponde a um bilionésimo de um metro (1 nm = 10⁻⁹ m) (GOMES et al., 2015). Para dimensionar essa unidade, podem-se realizar algumas comparações, por exemplo: um eritrócito possui um diâmetro médio de 10.000 nm; uma bactéria cerca de 1.000 nm; um vírus mede 100 nm; uma proteína pode variar de 5-50 nm; o Ácido Desoxirribonucléico (DNA) possui um tamanho de 2 nm; e um átomo mede apenas 0,1 nm (SCOTT, 2005; SCOTT, 2007; COPPO, 2009).

Quando elucidamos em nanotecnologia, normalmente imaginamos algo do futuro, pouco compatível com a realidade. Entretanto, as técnicas de utilização de nanotecnologia são muito antigas, e um exemplo bastante nítido é a Taça de Lycurgus, criada por volta dos anos 400 a.C. Este material possui a propriedade de mudar sua coloração, dependendo do ângulo da luz incidente, fato possível devido à presença de nanocristais metálicos de ouro e prata, na proporção 14:1, que mediam cerca de 50 nm (NUNES, 2012).

Desde então, a utilização dos materiais nanométricos vêm apresentando maiores aplicabilidades, pois com o aumento do número de pesquisas científicas, aumentaram-se proporcionalmente as aplicações industriais. Atualmente, registros do uso de nanotecnologia em produtos, do ramo da automobilística, medicina, odontologia, engenharia de tecidos e engenharia de alimentos são amplamente encontrados (KONG et al., 2011; SMITH, SIMON e BAKER JUNIOR, 2013; ZHANG et al., 2014; RAKESH et al., 2015; INBARAJ e CHEN, 2016; SINGH et al., 2017; ALKAHTANI, 2018; MATHEW et al., 2018). Desse modo, a Tabela 1 apresenta algumas das aplicações da nanotecnologia em diversas áreas do conhecimento, bem como sua respectiva descrição, seguida de um exemplo.

Área do conhecimento	Descrição/Aplicação	Exemplo	Referência
Automobilística	Aplicada as partes do carro, emissões, chassis, pneus, interiores automotivos, componentes elétricos e eletrônicos.	Desenvolvimento de materiais inovadores para os veículos.	Mathew et al. (2018)
Medicina, Imunologia	Utilização de nanoestruturas para manipular ou distribuir de forma mais eficaz os componentes imunologicamente ativos nos locais-alvo das células.	Síntese de agentes imunomoduladores.	Smith, Simon e Baker Junior (2013)
Odontológica	Aplicações em diagnósticos odontológicos, prevenção de doenças, implantes e materiais.	Atividade antimicrobiana e aumento da durabilidade do material.	Alkahtani (2018)
Engenharia de tecidos	Utilização de percursoros adequados baseados em nanomateriais para ativar artificialmente o tecido.	Promoção do crescimento celular	Rakesh et al. (2015)

Alimentos	Melhorar a qualidade nutricional de alimentos durante a conservação utilizando nanopartículas.	Utilização de nanopartículas na ciência de alimentos.	Singh et al. (2017)
Encapsulação	Aumentar a estabilidade de compostos bioativos em uma matriz de polissacarídeos.	Nanoencapsulação de antocianinas.	Zhang et al. (2014)
Emulsão	Melhorar a estabilidade e a agregação de gotículas em sistema líquido-líquido.	Nanoemulsão de β -caroteno	Kong et al. (2011)
Embalagem de alimentos	Utilização de nanosensores em embalagens de alimentos para detectar a presença de patógenos após o processamento, em alimentos vegetais e animais.	Embalagem com nanosensor	Inbaraj e Chen (2016)

Tabela 1: Aplicações da nanotecnologia em diversas áreas do conhecimento.

Fonte: do autor

Diante disso, a nanotecnologia apresenta aplicações multidisciplinares nas áreas de engenharia elétrica, engenharia mecânica, química, física, biologia, ciência de materiais, medicina, dentre muitas outras. Na indústria de alimentos, o desenvolvimento de nanotecnologia tem como objetivo aumentar a estabilidade química de compostos ativos, bem como diminuir a incompatibilidade destes compostos e suas matrizes, controlar a liberação dos mesmos e também melhorar as propriedades de um produto final (UBBINK; KRÜGER, 2006).

3 | NANOPARTÍCULAS DE PRATA (AgNPs)

As AgNPs exibem propriedades que dependem do seu tamanho, forma e morfologia permitindo suas aplicações na indústria farmacêutica, biomateriais, (LU et al., 2016), biosensores (MADURAVEERAN; SASIDHARAN; GANESAN, 2018), e alimentos (NUNES et al., 2018). A maneira de produção das nanopartículas determina suas características, toxicidade e a consequente aplicabilidade (DE MELO et al., 2020; SGANZERLA et al., 2020).

Existem diversas técnicas empregadas para sintetizar nanomateriais, métodos chamados de “bottom up” do inglês “de baixo para cima” e “top down” do inglês “de cima para baixo (FERREIRA; RANGEL, 2009). A técnica “top down” utiliza processos de ruptura de uma porção maior do material em nanopartículas (FERREIRA; RANGEL, 2009). Normalmente partículas obtidas por este método apresentam defeitos em sua estrutura, pois é necessário realizar tensão entre os átomos para produzir as nanopartículas (PIRES, 2013). Já a técnica “bottom up”, consiste no processo de agregação e auto-organização dos átomos e moléculas de metal (FERREIRA; RANGEL, 2009), sendo que as partículas obtidas por este método geralmente são mais uniformes e homogêneas (PIRES, 2013).

4 | SÍNTESE VERDE DE AgNPs

4.1 Mecanismos de síntese verde de AgNPs

Para sintetizar as nanopartículas existem diversos métodos que podem ser empregados, tais como os químicos, físicos e biológicos. De maneira geral, os métodos físicos e químicos apresentam muitas limitações, pois envolvem custos muito elevados, necessita da utilização de agentes redutores altamente poluentes, o que resulta em nanopartículas instáveis e tóxicas à saúde humana, fato que restringe a aplicabilidade (IRAVANI et al., 2014; RAJA, RAMESH, THIVAHARAN, 2017; RAJ, MALI, TRIVEDI, 2018; DE MELO et al., 2020; SGANZERLA et al., 2020).

Sana e Dogiparthi (2018) afirmam que os extratos de plantas são capazes de sintetizar nanopartículas metálicas de maneira rápida, sustentável, economicamente viável e conveniente para uma produção em larga escala. Um mecanismo geral para a redução dos íons de prata e a consequente formação das AgNPs, por meio da ação biológica, consiste na doação de elétrons de um agente antioxidante (NUNES et al., 2018), conforme pode ser observado na Figura 2, onde o flavonoide reduzido doa um elétron para a prata oxidada (Ag^+), que se transforma em prata reduzida (Ag^0), e o flavonoide “oxidado” é estabilizado por ressonância. Logo, a produção de nanopartículas metálicas via redução da prata por meio de extratos de plantas, recebe o nome de biorredução.

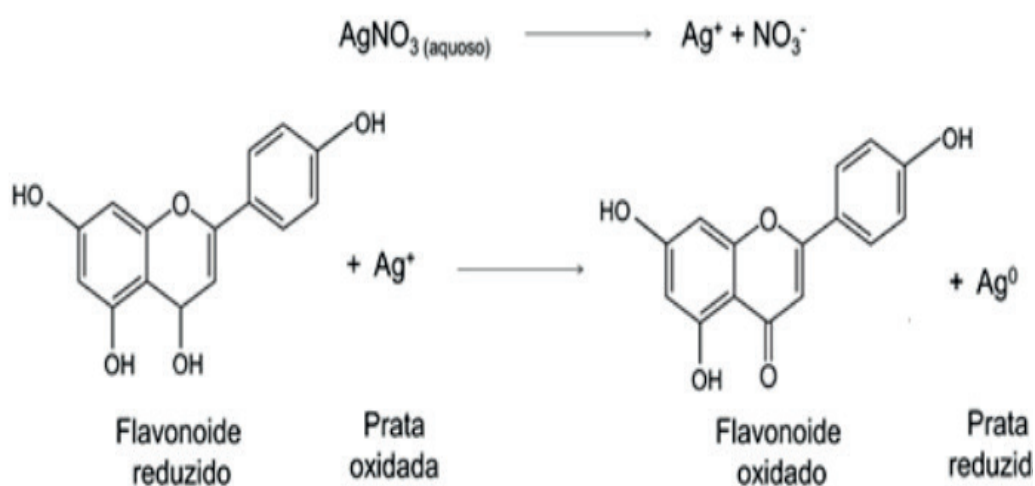


Figura 3: Mecanismo global para a síntese de AgNPs a partir de nitrato de prata e flavonoide.

Fonte: do autor

Além disso, os extratos vegetais atuam reduzindo os sais da prata, formando átomos neutros, por meio dos processos de nucleação e crescimento. Inicialmente o extrato da planta reduz os íons de prata, e estes átomos ficam neutro, com carga zero. Em seguida, no processo de nucleação, os átomos sem carga elétrica colidem entre si e formam um núcleo estável. Logo após este processo, os átomos colidem novamente e formam partículas maiores (processo de crescimento). Finalmente haverá o esgotamento dos íons

metálicos e o recobrimento das partículas por compostos presentes no extrato vegetal com a estabilização do sistema. Desta forma, grande parte dos compostos antioxidantes presente no extrato vegetal irá aderir na superfície das nanopartículas, conferindo assim características peculiares e únicas, como atividade antioxidante, antibacteriana e antifúngica.

A utilização de cepas do fungo *Fusarium oxysporum*, exibiram a capacidade de produção de AgNPs no seu metabolismo. No entanto, a formação de Ag⁰ está diretamente relacionada à presença da enzima redutase e das relações de transporte de elétrons no organismo do fungo (DURÁN et al., 2005).

Além da síntese por organismos autotróficos, Yin et al. (2019) avaliaram a formação de AgNPs pelo intestino humano, dentro de células microbianas. Neste estudo, a hipótese do mecanismo proposto pelos autores é a redução da prata por enzimas presentes na membrana citoplasmática, resultando em AgNPs com uma distribuição de tamanho bem definida e dispensabilidade tolerável. No entanto, as nanopartículas produzidas pela microbiota intestinal, seus efeitos biológicos e potenciais aplicações no corpo humano são passíveis de uma investigação mais aprofundada, visto que o papel das nanopartículas na saúde humana é relativamente desconhecido.

4.2 Condições para a síntese verde de AgNPs

Para sintetizar as AgNPs são necessários alguns agentes: i) fonte de íons prata, podendo ser utilizada uma solução de nitrato de prata; ii) composto doador de elétrons, podendo ser utilizado um extrato concentrado de plantas ou óleo essencial. Diante desses agentes formadores nas AgNPs, muitos estudos realizaram a síntese utilizando diferentes técnicas de redução e proporções de reagentes para a redução dos íons de prata.

O Quadro 1 apresenta os diversos estudos realizados utilizando extratos de plantas para a síntese verde de AgNPs, bem como as condições utilizadas para o preparo dos extratos e a síntese verde das AgNPs. Já o Quadro 2 apresenta os parâmetros físico-químicos das nanopartículas sintetizadas pelo método verde, com extratos antioxidantes oriundos de vegetais.

Espécie vegetal	Preparo do extrato				Síntese das AgNPs			Referência
	Massa de planta	Volume do extrato	Tempo de aquecimento	Temperatura	Concentração de AgNO ₃	Proporção de extrato e AgNO ₃ (mL/mL)	Tempo de incubação	
<i>Fritillaria</i> (flor)	1 g	10 mL	15 min	100 °C	0,01 M	10:100	24h	Hemmati et al., (2019)
<i>Rubus glaucus</i> (fruto)	5 g	50 mL	60 min	62 – 65 °C	1 mM	1:10	48 h	Kumar et al. (2017)
<i>Cestrum nocturnum</i> (folhas)	8 g	100 mL	2 h	70 °C	1 mM	20: 180	1 semana	Keshari et al. (2018)
<i>S. tricobatum</i> , <i>S. cumini</i> , <i>C. asiatica</i> (folhas) e <i>C. sinensis</i> (casca)	1,5 g	100 mL	--	100 °C	1 mM	10:1	24 – 48 h.	Logeswari et al., (2013)
<i>Musa paradisiaca</i> (casca)	100 g	100 mL	30 min	90 °C	1 mM	1:50	1 h	Ibrahim (2015)
<i>Calliandra haematocephala</i> (folhas)	10 g	100 mL	10 min	100°C	1 mM	10:90	10 min (80 °C)	Raja et al. (2017)

<i>Melissa officinalis</i> (folha)	5 g	50 mL	10 min	100°C	5 mM	50:10	1 h	Ruíz-Baltazar et al. (2017)
<i>Camellia Sinensis</i> (chá verde)	2 g	100 mL	--	60 °C	0,1 M	75:75	15 min	Rolim et al. (2019)
<i>Ficus benghalensis</i> (folha)	25g	100 mL	5 min	100°C	1 mM	5:45	2 h (50-60 °C)	Saxena et al. (2012)
<i>Turmeric powders</i>	6.8 g	100 mL	12 min	100°C	1 mM	2:8	24 h	Alsammarraie et al. (2018)

Quadro 1: Condições para o preparo dos extratos e a síntese verde de AgNPs.

Fonte: do autor

Espécie vegetal	Mudança de coloração	Tamanho médio das partículas	DRX (Pico em 2teta)	Estrutura cristalina	DLS, PDI, zeta	Atividade antimicrobiana	Referência
<i>Fritillaria</i> (flor)	Vermelho a marrom escuro	10 nm	38.2, 44.22, 64.35 e 77.61° correspondente a 111, 200, 220 e 311.	CFC	Não avaliado.	<i>Staphylococcus aureus</i> , <i>Enterococcus faecal</i> , <i>Escherichia coli</i> , <i>Pseudomonas aeruginosa</i> , <i>Klebsiella pneumoniae</i> , <i>Listeria monocytogenes</i> , <i>Salmonella typhimurium</i> , <i>Shigella flexneri</i> .	Hemmati et al., (2019)
<i>Rubus glaucus</i> (fruto)	Laranja-amarelado	12 – 50 nm	38.04, 44.06, 64.34 e 77.17° correspondente a 111, 200, 220 e 311.	CFC	DLS = 146.3 ± 76.5 nm; PDI = 0.27	Não avaliado.	Kumar et al. (2017)
<i>Cestrum nocturnum</i> (folhas)	Amarelo claro a marrom escuro	15 – 28 nm	38.06, 44.23 e 67.43° correspondente a 111, 200, 220	CFC	Não avaliado.	<i>Citrobacter</i> , <i>Salmonella typhi</i> , <i>Enterococcus faecalis</i> , <i>Escherichia coli</i> , <i>Proteus vulgaris</i> and <i>Vibrio cholerae</i>	Keshari et al. (2018)
<i>Musa paradisiaca</i> (casca)	Marrom amarelado a marrom avermelhado	20 – 40 nm	38.15, 44.30, 64.53 e 76.96 ° correspondente a 111, 200, 220 e 311.	CFC	DLS = 23.7 nm	Bactérias gram negativa (<i>E. coli</i> e <i>P. aeruginosa</i>) mostraram maiores zonas de inibição comparados a bactérias gram positivas (<i>B. subtilis</i> and <i>S. aureus</i>).	Ibrahim (2015)
<i>Calliandra haematocephala</i> (folhas)	Amarelo a marrom	70 nm	38.78 e 65.14° correspondente 111 e 220.	CFC	DLS: 15.69 nm, ZETA: 17.2 mV	<i>Escherichia coli</i>	Raja et al. (2017)
<i>Melissa officinalis</i> (folhas)	Verde claro a marrom escuro	12 nm	111, 200, 220 and 311	CFC	Não avaliado.	<i>Staphylococcus aureus</i> ; <i>Escherichia coli</i>	Ruíz-Baltazar et al. (2017)
<i>Camellia Sinensis</i> (chá verde)	Prateado claro a preto acastanhado	3.9 ± 1.6 nm	111, 200, 220, 311 e 222.	CFC	DLS = 34.68 nm; PDI = 0.28 Zeta = -35.5 mV	<i>Staphylococcus aureus</i> ; <i>Pseudomonas aeruginosa</i> ; <i>Klebsiella pneumoniae</i> ; <i>Escherichia coli</i> ; and <i>Salmonella enteric</i> .	Rolim et al. (2019)
<i>Ficus benghalensis</i> (folha)	Esbranquiçado a marrom amarelado	16 nm	222	CFC	Não avaliado	<i>Escherichia coli</i>	Saxena et al. (2012)
açafraão	Amarelo claro a marrom-avermelhado escuro	18 nm	Não avaliado	Não avaliado	Não avaliado	<i>Escherichia coli</i> ; <i>Listeria monocytogenes</i>	Alsammarraie et al. (2018)

Quadro 2: Parâmetros de nanopartículas sintetizadas pelo método verde, com extratos antioxidantes oriundos de vegetais.

Fonte: do autor

4.3 Características das AgNPs

4.3.1 Mudança de coloração

A mudança de coloração é um dos fatores primordiais para a verificação inicial da síntese das AgNPs. Quando os íons prata são misturados sob agitação com um extrato vegetal, a coloração da solução tende a mudar, conforme relata muitos estudos (SAXENA et al., 2012; LOGESWARI et al., 2013; IBRAHIM, 2015; KUMAR et al., 2017; RAJA et al., 2017; RUÍZ-BALTAZAR et al., 2017; ALSAMMARRAIE et al., 2018; KESHARI et al., 2018; HEMMATI et al., 2019; ROLIM et al., 2019).

4.3.2 Atividade antimicrobiana

As AgNPs apresentam excelentes propriedades antimicrobianas, contra uma ampla variedade de microrganismos, como *B. subtilis*, *E. faecalis*, *V. cholerae*, *E.coli*, *P. aeruginosa*, *S. aureus*, *S. typhus*, entre outros. As AgNPs vêm sendo utilizadas como tratamento alternativo contra bactérias e vírus resistentes a antibióticos (LU et al., 2016). Estudos realizados por Holla et al. (2012) demonstram que a concentração inibitória mínima das AgNPs é de aproximadamente 0,003 mg/mL para *Fusobacterium nucleatum*, 0,04 mg/mL para *Streptococcus mutans* e 0,5 mg/mL para *Actinomyces oris*. As propriedades antibacterianas das AgNPs dependem de seu tamanho, sendo que na faixa de 1 a 10 nm, possuem interação direta com a membrana celular dos microrganismos, alterando sua permeabilidade e causando o dano celular.

Atualmente, estão disponíveis na literatura diversos estudos utilizando sais de prata e nanopartículas metálicas como agentes antimicrobianos (CHÁVEZ-ANDRADE et al., 2017; DHIVYA; AJITA; SELVAMURUGAN, 2015; LU et al., 2016). No entanto, o mecanismo de ação das AgNPs não é completamente esclarecido. Dentre as suposições de suas ações antimicrobianas destacam-se: a atração eletrostática; a adsorção e a penetração na membrana celular da bactéria (DE MELO et al., 2020; SGANZERLA et al., 2020). As AgNPs se anexam à superfície celular carregada negativamente, alterando as propriedades físicas e químicas da membrana e parede celular, perturbando importantes funções celulares, como permeabilidade, transporte de elétrons e respiração. Posteriormente as AgNPs permeiam nas células bacterianas e interagem com o DNA, proteínas e outros constituintes celulares que contém fósforo e enxofre; e por último liberam os íons de prata gerando um efeito bactericida, e conseqüentemente a morte celular (IBRAHIM, 2015). Além disso, a ação das nanopartículas também depende da composição, modificação da superfície, propriedades intrínsecas e tipos de microrganismos (NUNES, et al., 2018; SHRESTHA; KISHEN, 2016).

As AgNPs por apresentarem tamanho em escala nanométrica possuem uma grande superfície de contato, sendo capazes de penetrar na membrana celular da bactéria ou aderir na superfície bacteriana. Nunes et al. (2018), obtiveram AgNPs pelo método de bio-redução utilizando extrato de *Lippia alba*, sendo a atividade antibacteriana das nanopartículas atribuída a infiltração das nanopartículas através da parede celular das bactérias, formando falhas na mesma. O estudo apontou que em consequência a parede celular se rompe levando a desnaturação proteica e morte do microrganismo.

Desse modo, as AgNPs são capazes de se fixar na superfície da membrana celular por

atração eletrostática não permitindo sua permeação e a respiração celular (SHRESTHA; KISHEN, 2016). A camada externa de bactérias gram-negativas é composta de uma camada de lipopolissacarídeos e a interna por uma cadeia polissacarídica linear formando uma rede tridimensional com peptídeos (NELSON, COX, 2014). Ainda, as AgNPs se acumulam devido à atração entre a carga negativa dos polissacarídeos e a carga positiva fraca nas AgNPs. A ação das AgNPs frente as bactérias pode ser desencadeada também pela formação de radicais livres de oxigênio, chamados de ROS. Quando os ROS são produzidos, podem causar ruptura da membrana e afetar a sua permeabilidade (YUSUF et al. 2018).

4.3.3 Toxicidade

Inúmeras pesquisas recentes têm provado que a utilização das AgNPs sintetizadas pelo método verde não apresentam risco à saúde humana, pois sua toxicidade é considerada baixa. A aplicação das AgNPs (20 µg/mL) resultou na melhora de parâmetros clínicos e na redução da infecção microbiana, com ação semelhante a filme de tetraciclina, sendo efetivas na prevenção de doenças periodontais (SHAWKY et al., 2015), demonstrando assim, aplicação na área odontológica (NISKA et al., 2016). Além disso, as AgNPs sintetizadas pelo método de biorredução demonstram atividade citotóxica contra células tumorais, em diferentes linhas celulares (SHI; SUN; HE, 2018; KHORRAMI et al., 2018), sendo indicadas para o tratamento de tumores (SUKIRTHA et al., 2012; YU-GUO et al., 2018). Senthil et al. (2017) demonstram que as AgNPs podem ser usadas como materiais antibacterianos eficazes sem afetar as células epiteliais, provando assim sua não-toxicidade. Desse modo, ao avaliar a toxicidade no modelo da *Artêmia salina*, Shrinivas e Subhash (2017) concluíram que as AgNPs apresentam LD50 de 514.50 µg/mL, sendo considerada como não tóxicas. Além disso, em estudos pré-clínicos, aplicando as AgNPs em filmes de quitosana, Oryan et al. (2018) evidenciaram que o sistema promoveu a epitelização completa na cicatrização de feridas por queimaduras, pois aceleram significativamente o processo de cura, reduzindo as células inflamatórias, aumentando a proliferação, migração e proliferação de fibroblastos e melhorando a maturação do tecido de granulação.

Rolim et al. (2019) demonstrou que nanopartículas biossintetizadas com extrato de *Camellia Sinensis* não causou toxicidade significativa em células humana HaCaT. Parveen (2018) afirma que AgNPs exibiram atividade terapêutica em modelos celulares, comprovado por estudos da epitelialização do colágeno. Além disso, em ratos albinos os resultados de um creme com adição de AgNPs biossintetizadas foram efetivos na cicatrização de feridas, e podem ser utilizados como emulsões dermatológicas. Além disso, Ye, Cheng, Yu (2019) realizou estudos de citotoxicidade em experimentos animais e indicou que polímeros contendo AgNPs são biocompatíveis e podem efetivamente encurtar o tempo de cicatrização de feridas.

5 | CONCLUSÃO

As AgNPs produzidas por meio de uma biorredução com extratos vegetais demonstram uma alternativa viável e sustentável, com a diminuição de reagentes químicos usados na síntese, diminuição nos resíduos gerados e diminuição nos gastos energéticos nas reações de síntese. Nanopartículas obtidas por processos de biorredução apresentam enorme potencial para diversas aplicações, especialmente para fins biológicos, devido a elevada atividade antimicrobiana contra diversos microrganismos. Além disso, estudos recentes demonstram que este material não apresenta toxicidade, o que permite conduzir novos experimentos *in vivo*.

6 | AGRADECIMENTO

Os autores agradecem ao Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq pelo apoio concedido para a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, V. L. **Síntese verde de nanopartículas de prata com extrato aquoso de folhas de *Brosimum gaudichaudii*, caracterização físico-química, morfológica e suas aplicações no desenvolvimento de um nanobiossensor eletroquímico**. Dissertação (Mestrado em Nanociência e Nanobiotecnologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ALKAHTANI, R. N. The implications and applications of nanotechnology in dentistry: A review. **The Saudi Dental Journal**, v. 30, n. 2, p.107-116, 2018.

ALSAMMARRAIE, F.K., WANG, W., ZHOU, P., MUSTAPHA, A., LIN, M. Green Synthesis of Silver Nanoparticles Using Turmeric Extracts and Investigation of Their Antibacterial Activities. **Colloids and Surfaces B: Biointerfaces**, v. 171, p. 398-405, 2018.

ANASTAS, P. T.; WARNER, J.; **Green Chemistry: Theory and Practice**, Oxford University Press: Oxford, 1998.

CHÁVEZ-ANDRADE, G. M.; TANOMARU-FILHO, M.; RODRIGUES, E. M.; GOMES-CORNÉLIO, A. L.; FARIA, G.; BERNARDI, M. I. B.; GUERREIRO-TANOMARU, J. M. Cytotoxicity, genotoxicity and antibacterial activity of poly(vinyl alcohol)-coated silver nanoparticles and farnesol as irrigating solutions. **Archives of Oral Biology**, v. 84, p. 89-93, 2017.

COPPO, J.A. Nanotecnología, medicina veterinaria y producción agropecuaria. **Revista Veterinaria**, v. 20, n. 1, p. 61-71, 2009.

DE MELO, A. P. Z.; MACIEL, M. V. O. B.; SGANZERLA, W. G.; ALMENIDA, A. R.; ARMAS, R. D.; MACHADO, M. H.; DA ROSA, C. G.; NUNES, M. R.; BERTOLDI, F. C.; BARRETO, P. L. M. Antibacterial activity, morphology, and physicochemical stability of biosynthesized silver nanoparticles using thyme (*Thymus vulgaris*) essential oil. **Materials Research Express**, v. 7, p. e015087, 2020.

DHIVYA, S.; AJITA, J.; SELVAMURUGAN, N. Metallic nanomaterials for bone tissue engineering. **Journal of Biomedical Nanotechnology**, v. 11, p. 1675-1700, 2015.

- DURÁN, N., MARCATO, P. D., ALVES, O. L., SOUZA, G. I., & ESPOSITO, E. Mechanistic aspects of biosynthesis of silver nanoparticles by several *Fusarium oxysporum* strains. **Journal of nanobiotechnology**, v. 3, 8, 2005.
- FERREIRA, H. S.; RANGEL, M. C. Nanotecnologia: aspectos gerais e potencial de aplicação em catálise, **Química Nova**, v. 32, n. 7, 2009.
- GOMES, R. C., PASTORE, V.A.A., MARTINS, O.A., BIONDI, G.F. Aplicações da nanotecnologia na indústria de alimentos. Uma Revisão. **Revista Brasileira de Higiene e Sanidade Animal**. v.9, p. 1-8, 2015.
- HEMMATI, S., RASHTIANI, A., ZANGENEH, M. M., MOHAMMADI, P., ZANGENEH, A., VEISI, H. Green synthesis and characterization of silver nanoparticles using *Fritillaria* flower extract and their antibacterial activity against some human pathogens. **Polyhedron**, v. 158, p. 8-14, 2019.
- HOLLA, G., YELURI, R., MUNSHI, A.K. Evaluation of minimum inhibitory and minimum bactericidal concentration of nano-silver base inorganic anti-microbial agent (Novaron®) against streptococcus mutans, **Contemporary clinical dentistry**., v. 3, p. 288-293, 2012.
- IBRAHIM, H. M. M. Green synthesis and characterization of silver nanoparticles using banana peel extract and their antimicrobial activity against representative microorganisms. **Journal of Radiation Research and Applied Sciences**, v. 8, p. 265-275, 2015.
- INBARAJ, B.S., CHEN, B.H. Nanomaterial-based sensors for detection of foodborne bacterial pathogens and toxins as well as pork adulteration in meat products. **J Food Drug Anal**. v. 24, p.15-28, 2016.
- IRAVANI, S., KORBKANDI, H., MIRMOHAMMADI, S. V., ZOLFAGHARI, B. Synthesis of silver nanoparticles: chemical, physical and biological methods. **Research in pharmaceutical sciences**, v. 9, n. 6, p. 385-406, 2014.
- KESHARI, A. K., SRIVASTAVA, R., SINGH, P., YADAV, V. B., NATH, G. Antioxidant and antibacterial activity of silver nanoparticles synthesized by *Cestrum nocturnum*. **Journal of Ayurveda and Integrative Medicine**, p. 1-8, 2018.
- KHORRAMI, S., ZARRABI, A., KHALEGHI, M., DANAEI, M., & MOZAFARI, M. Selective cytotoxicity of green synthesized silver nanoparticles against the MCF-7 tumor cell line and their enhanced antioxidant and antimicrobial properties. **International Journal of Nanomedicine**, v. 3, p. 8013-8024, 2018.
- KONG, M., CHEN, X. G., KWEON, D. K., PARK, H. J. Investigations on skin permeation of hyaluronic acid based nanoemulsion as transdermal carrier. **Carbohydr. Polym.** v.86, p. 837–843, 2011.
- KUMAR, B., SMITA, K., CUMBAL, L., DEBUT, A. Green synthesis of silver nanoparticles using Andean blackberry fruit extract. **Saudi Journal of Biological Sciences**, v. 24, P. 45-50, 2017.
- LENARDÃO, E. J., FREITAG, R. A., DABDOUB, M. J., BATISTA, A. C. F., SILVEIRA, C. C. “Green chemistry”: os 12 princípios da química verde e sua inserção nas atividades de ensino e pesquisa. **Química Nova**, v. 26, n. 1, p. 123-129, 2003.
- LOGESWARI, P., SILAMBARASAN, S., ABRAHA, J. Ecofriendly synthesis of silver nanoparticles from commercially available plant powders and their antibacterial properties. **Scientia Iranica, Transactions F: Nanotechnology**, v. 20, n. 3, p. 1049–1054, 2013.
- LU, H.; LIU, Y.; GUO, J.; WU, H.; WANG, J.; WU, G. Biomaterials with antibacterial and osteoinductive properties to repair infected bone defects. **International Journal of Molecular Sciences**, v. 17, p. 334, 2016.
- MADURAIVEERAN, G., SASIDHARAN, M., GANESAN, V. Electrochemical sensor and biosensor platforms based on advanced nanomaterials for biological and biomedical applications, **Biosensors and Bioelectronics**, v. 103, p. 113-129, 2018.

- MANAHAN, S.E. **Green chemistry and the ten commandments of sustainability**, 2nd ed., ChemChar Research, Inc Publishers Columbia, Missouri U.S.A., 2006.
- MATHEW, J., JOY, J., GEORGE, S. C. Potential applications of nanotechnology in transportation: A review. **Journal of King Saud University - Science**, p.11-12, 2018.
- NASROLLAHZADEH, M., SAJADI, S. M., SAJJADI, M., ISSAABADI, Z. **Interface Science and Technology: Chapter 4 - Applications of Nanotechnology in Daily Life**, v. 28, p. 113-143, 2019.
- NELSON, D. L., COX, M. **Princípios de Bioquímica de Lehninger** - 6ª Ed. 2014.'
- NISKA, K., KNAP, N., KĘDZIA, A., JASKIEWICZ, M., KAMYSZ, W., & INKIELEWICZ-STEPNIAK, I. Capping Agent-Dependent Toxicity and Antimicrobial Activity of Silver Nanoparticles: An In Vitro Study. Concerns about Potential Application in Dental Practice. **International Journal of Medical Sciences**, v. 13, n. 10, 772–782, 2016.
- NUNES, M. R.; CASTILHO, M. S. M.; VEECK, A. P. L.; DA ROSA, C. G.; NORONHA, C. M.; MACIEL, M. V. O. B.; BARRETO, P. M. Antioxidant and antimicrobial methylcellulose films containing Lippia alba extract and silver nanoparticles. **Carbohydrate Polymers**, v. 192, p. 37-43, 2018.
- NUNES, M.R. **Desenvolvimento de materiais híbridos a base de sílica contendo o grupo orgânico iônico 1,4-diazoniabicyclo [2.2.2]octano e nanopartículas de ouro e paládio**. 2012. 135 f. Tese (Doutorado) – Curso de Química, Programa de Pós-Graduação em Química, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- ORYAN, A., ALEMZADEH, E., TASHKHOURIAN, J., & NAMI ANA, S. F. Topical delivery of chitosan-capped silver nanoparticles speeds up healing in burn wounds: A preclinical study. **Carbohydrate Polymers**, v. 200, p. 82–92, 2018.
- PARVEEN, A., KULKARNI, N., YALAGATTI, M., ABBARAJU, V., & DESHPANDE, R. In vivo efficacy of biocompatible silver nanoparticles cream for empirical wound healing. **Journal of Tissue Viability**, v. 27, n. 4, p. 257-261, 2018.
- PIRES, N. R. **Síntese verde e parcialmente verde de nanopartículas de prata estabilizadas por galactomanana da fava danta**. Dissertação (Mestrado em Química), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- RAJ, S., MALI, S. C., TRIVEDI, R. Green synthesis and characterization of silver nanoparticles using *Enicostemma axillare* (Lam.) leaf extract. **Biochemical and Biophysical Research Communications**, v. 503, p. 4, 2814-2819, 2018.
- RAJA, S., RAMESH, V., THIVAHARAN, V. Green biosynthesis of silver nanoparticles using *Calliandra haematocephala* leaf extract, their antibacterial activity and hydrogen peroxide sensing capability. **Arabian Journal of Chemistry**, v. 10, p. 253-261, 2017.
- RAKESH, M., DIVYA, T.N., VISHAL, T., SHALINI, K. Applications of Nanotechnology. **Journal of Nanomedicine & Biotherapeutic Discovery**, v. 5, p. 131-135, 2015.
- ROLIM, W. R., PELEGRINO, M. T., DE ARAÚJO LIMA, B., FERRAZ, L. S., COSTA, F. N., BERNARDES, J. S., ... SEABRA, A. B. Green tea extract mediated biogenic synthesis of silver nanoparticles: Characterization, cytotoxicity evaluation and antibacterial activity. **Applied Surface Science**, v. 463, p. 66-74, 2019.
- RUÍZ-BALTAZAR, Á. J., REYES-LÓPEZ, S. Y., LARRAÑAGA, D., ESTÉVEZ, M., PÉREZ, R. Green synthesis of silver nanoparticles using a *Melissa officinalis* leaf extract with antibacterial properties. **Results in Physics**, v. 7, p. 2639–2643, 2017.

- SANA, S. S., DOGIPARTHI, L. K. Green synthesis of silver nanoparticles using *Givotia moluccana* leaf extract and evaluation of their antimicrobial activity. **Materials Letters**, v. 226, p. 47–51, 2018.
- SAXENA, A., TRIPATHI, R. M., ZAFAR, F., SINGH, P. Green synthesis of silver nanoparticles using aqueous solution of *Ficus benghalensis* leaf extract and characterization of their antibacterial activity. **Materials Letters**, v. 67, p. 91-94, 2012.
- SCOTT, N. R. Nanotechnology and animal health. **Revue scientifique et technique: Office international des épizooties**, v. 24, p. 425-432, 2005.
- SCOTT, N. R. Nanoscience in Veterinary Medicine. **Veterinary Research Communications**, v. 31, p. 139-144, 2007.
- SENTHIL, B., DEVASENA, T., PRAKASH, B., & RAJASEKAR, A. Non-cytotoxic effect of green synthesized silver nanoparticles and its antibacterial activity. **Journal of Photochemistry and Photobiology B: Biology**, v. 177, p. 1–7, 2017.
- SGANZERLA, W. G., LONGO, M., OLIVEIRA, J. L., DA ROSA, C. G., VEECK, A. P. L., DE AQUINO, R. S., MASIERO, A. V., BERTOLDI, F. C., BARRETO, P. L. M., NUNES, M. R. Nanocomposite poly (ethylene oxide) films functionalized with silver nanoparticles synthesized with *Acca sellowiana* extracts. **Colloids and Surfaces A: Physicochemical and Engineering Aspects**, 125125, 2020.
- SHAWKY, H. A., SOHA, M. B., GIHAN, A. E. L. B., et al. Evaluation of Clinical and Antimicrobial Efficacy of Silver Nanoparticles and Tetracycline Films in the Treatment of Periodontal Pockets. **IOSR Journal of Dental and Medical Sciences**, v. 14, p. 113-123, 2015.
- SHI T., SUN X., HE Q. Cytotoxicity of Silver Nanoparticles Against Bacteria and Tumor Cells. **Current Protein & Peptide Science**, v. 19, n. 6, 525-536, 2018.
- SHRINIWAS P.P., SUBHASH T.K. Antioxidant, antibacterial and cytotoxic potential of silver nanoparticles synthesized using terpenes rich extract of *Lantana camara* L. leaves. **Biochemistry and Biophysics Reports**, v. 10, p. 76–81, 2017.
- SHRESTHA, A.; KISHEN, A. Antibacterial nanoparticles in endodontics: A Review. **Journal of Endodontics**, v. 42, p.1417–1426, 2016.
- SINGH, T., SHUKLA, S., KUMAR, P., WAHLA, V., BAJPAI, V.K. Application of Nanotechnology in Food Science: Perception and Overview. **Front Microbiol.** v. 8, p.1501, 2017.
- SMITH, D. M., SIMON, J. K., BAKER JUNIOR, J. R. Applications of nanotechnology for immunology. **Nature Reviews Immunology**, v. 13, n. 8, p.592-605, 2013.
- SUKIRTHA, R., PRIYANKA, K. M., ANTONY, J. J., et al. Cytotoxic effect of Green synthesized silver nanoparticles using *Melia azedarach* against in vitro HeLa cell lines and lymphoma mice model. **Process Biochemistry**, v. 47, n. 2, 273–279, 2012.
- UBBINK, J.; KRÜGER, J. Physical approaches for the delivery of active ingredients in foods. **Trends in Food Science & Technology**, v. 17, n. 5, p. 244-254, 2006.
- YE, H., CHENG, J., YU, K. In situ reduction of silver nanoparticles by gelatin to obtain porous silver nanoparticle/chitosan composites with enhanced antimicrobial and wound-healing activity. **International Journal of Biological Macromolecules**, v. 121, p. 633-642, 2019.
- YIN, N., GAO, R., KNOWLES, B., WANG, J., WANG, P., SUN, G., CUI, Y. Formation of silver nanoparticles by human gut microbiota. **Science of The Total Environment**, v. 651, p. 1489–1494, 2019.

YU-GUO, Y., SHIMIN, Z., JI-YOON, H., IL-KEUN, K. Silver Nanoparticles Potentiates Cytotoxicity and Apoptotic Potential of Camptothecin in Human Cervical Cancer Cells. **Oxidative Medicine and Cellular Longevity**, vol. 2018, Article ID 6121328, 2018.

YUSUF, A.; BROPHY, A.; GOREY, B.; CASEY, A. Liposomal encapsulation of silver nanoparticles enhances cytotoxicity and causes induction of reactive oxygen species-independent apoptosis. **Journal of Applied Toxicology**, v. 38, p. 616-627, 2018.

ZHANG, T., LV, C., CHEN, L., BAI, G., ZHAO, G., XU, C. Encapsulation of anthocyanin molecules within a ferritin nanocage increases their stability and cell uptake efficiency. **Food Research International**. v. 62, p. 183–192, 2014.

ENTRE REPETIÇÕES, CONSENSOS E CONTRASENSO: UMA POSSÍVEL TRAJETÓRIA DE JOSÉ MARIA ATRAVÉS DA HISTORIOGRAFIA SOBRE A GUERRA DO CONTESTADO (? – 1912)

Gabriel Carvalho Kunrath
(UFPel/Pelotas)

RESUMO: José Maria se tornou o líder messiânico do conflito que ocorreu entre os anos de 1912 e 1916, no interior do atual Estado de Santa Catarina. Contudo, passados mais de cem anos de sua morte seu passado segue sendo um “mistério”. Por isso, o presente trabalho tem como objetivo analisar como a vida do monge José Maria foi abordada pela historiografia sobre a Guerra do Contestado. Desta forma, para traçar as possíveis faces do monge buscou-se sistematizar as hipóteses já aventadas sobre a trajetória do monge José Maria na historiografia do Contestado, revelando as repetições e destacando as possíveis origens das informações contidas nas obras sobre a Guerra do Contestado. Para através dela traçar uma possível trajetória do monge através dos consensos e das repetições presentes nas obras acerca do Contestado.

PALAVRAS-CHAVE: Monge José Maria; Trajetória; Historiografia; Guerra do Contestado.

1 | INTRODUÇÃO

De maneira intencional ou não, em 1912 a vida de José Maria tomou grandes proporções. Ao participar, em agosto daquele ano, da festa de Bom Jesus na localidade de Taquaruçu, interior de Santa Catarina, teve algumas

desavenças com o coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, que naquela ocasião ocupava o cargo de superintendente de Curitiba. O desentendimento entre ambos se deu, pois, a presença do monge em Taquaruçu, somado os festejos de Bom Jesus, causou um grande ajuntamento na localidade que mesmo ao término da festa seguia crescendo. Diante disso, e por José Maria não se subjugar aos seus mandos, o Coronel Albuquerque passou a ver naquela situação uma ameaça ao seu domínio na região. Com isso, com a desculpa de que os sertanejos haviam proclamado a monarquia e ameaçavam atacar a vila de Curitiba, solicitou ao governador catarinense, Vidal Ramos, que fossem enviadas tropas do regimento de Santa Catarina para a região visando prender o monge.

José Maria ao tomar conhecimento do envio de tropas catarinenses para a região, fugiu em direção ao para o Paraná. Quando transpôs o Rio do Peixe e adentrou o território paranaense tornou-se alvo também das forças policiais deste Estado. A elite política paranaense, principalmente a residente em Curitiba, e a imprensa passaram a ver na fuga de José Maria uma tentativa de invasão catarinense do território sob jurisdição do Paraná, em virtude da antiga velha questão de limites entre os dois Estados. Em razão disso, tropas paranaenses foram mandadas ao seu encontro. Em 22 de outubro de 1912, as

tropas do regimento de segurança do Paraná, comandadas pelo Coronel João Gualberto entram em confronto com José Maria e uma parcela de seus seguidores, episódio que ficou conhecido como “A Batalha do Irani”. Foi nesse confronto que o monge José Maria veio a falecer.

Ressalta-se que a morte do monge José Maria desencadeou um intenso processo de reelaboração mística, analisado por Duglas Teixeira Monteiro (1974), por parte de muitos moradores da região do Contestado. Com isso, difundiu-se na região a crença de que José Maria iria ressuscitar e no final de 1913 diversos sertanejos voltaram a se reunir. Dando, assim, sequência nos episódios envolveriam a Guerra do Contestado. É importante destacar que devido aos acontecimentos envolvendo a morte de José Maria, em outubro de 1912, os últimos dois meses de sua vida são relativamente bem conhecidos, sobretudo, na produção sobre a Guerra do Contestado (1912 – 1916). Afinal de conta, o episódio envolvendo sua morte ficou conhecido na historiografia do Contestado como a Batalha do Irani, tornando-se o marco inicial do conflito.

Foi justamente, em virtude do impacto que sua morte causou entre a população local, bem como todo o envolvimento místico que desenvolveu entre alguns habitantes durante sua passagem pela região e o desencadeamento da Guerra depois de sua morte, que José Maria foi considerado o líder messiânico do conflito do Contestado. Em razão disso, sua figura é comumente mencionada, das mais diversas maneiras, nas obras que abordam a Guerra do Contestado (1912 – 1916). Contudo, passados mais de cem anos da morte desse personagem do Contestado, sua trajetória anterior aos episódios aqui brevemente comentados, segue sendo um “mistério”. Muito desse desconhecimento sobre a trajetória anterior a 1912 de José Maria é fruto da ausência de pesquisas que se propunham a investigar profundamente essa temática e possivelmente pela escassez de fontes sobre seu passado. Mas, não se engane, a ausência de tais pesquisas não reflete a ausência de especulações e suposições de quem teria sido José Maria na produção sobre a Guerra do Contestado.

Por isso, o presente trabalho tem como objetivo analisar como a trajetória de José Maria foi abordada na historiografia do Contestado, sobretudo anterior ao segundo semestre de 1912, quando esteve envolvido nos episódios referente a Batalha do Irani. O conceito de trajetória “[...] não tem por obrigatoriedade abordar a vida do sujeito; antes, procura centrar as análises num período determinado” (KARSBURG, 2015, p. 34). Desta forma, foram escolhidas algumas obras que abordam a Guerra do Contestado das mais diferentes formas. Para a partir delas sistematizar algumas das hipóteses já aventadas sobre o passado de José Maria, possibilitando a percepção das repetições e as origens das informações contidas nas obras sobre o Contestado, através de uma análise contrapomos os argumentos de cada autor. Em vista disso, suas obras foram dispostas de forma cronológica para assim facilitar a percepção da origem das informações e como elas se perpetuaram ao longo do tempo.

2 | A HISTORIOGRAFIA DO CONTESTADO E O “SEU” JOSÉ MARIA

Em vista dessa intenção, de buscar estabelecer uma cronologia das informações sobre o passado de José Maria, começamos nossas análises através da obra de Dermeval Peixoto (1995). Com o término do conflito, que se estendeu entre os anos de 1912 e 1916, começaram a surgir as primeiras tentativas de construir uma história sobre a Guerra do Contestado. Possivelmente, o primeiro a se propor a tal tarefa tenha sido Dermeval Peixoto, ainda sob o pseudônimo de Clivelar Marcial, publicou sua primeira obra sobre o conflito em 1916 e relançada novamente em 1995, edição que utilizamos no presente trabalho. Assim como ele, Herculano Teixeira d’Assumpção, lançou seu livro em 1917, abrindo, desta maneira, uma série de escritos produzidos por militares, o que Rodrigues (2008) classifica como “historiadores de farda”.

Através dessa denominação, Rodrigues (2008) enquadra as obras escritas pelos militares que estiveram no front de batalha durante a guerra. Por mais que algumas dessas obras tenham sido iniciadas no decorrer do conflito e as lembranças dos acontecimentos vividos pelos autores as terem influenciado, suas propostas são de construir uma história da Guerra do Contestado. Desta forma, na mesma medida em que apresentam um tom memorialístico, é possível perceber a utilização de referenciais teórico-metodológicos em suas produções, ligado às antigas concepções paradigmáticas da história militar, características do tempo em que regiram seus livros. Talvez o grande mérito desses militares tenha sido a preocupação em utilizar nos seus textos fontes que teriam coletado durante suas atuações no conflito, almejando a “imparcialidade” e visando uma “verdade” de suas informações (RODRIGUES, 2008, p. 105 – 109).

Segundo Dermeval Peixoto (1995), aproveitando-se da forte tradição em monges no Contestado, em 1912, um ex-membro do Exército e das forças de segurança do Estado do Paraná, cujo o nome era Miguel Lucena Boaventura, “[...] à imitação daquele asceta [João Maria] e cognominando-se José Maria de Santo Agostinho” (PEIXOTO, 1995, p.55), arregimentou os devotos do monge que havia desaparecido anos antes. Ainda, para esse autor, José Maria não passava de um farsante em busca do dinheiro alheio sob a justificativa de estar angariando fundos para a criação de uma farmácia do povo, entretanto ou invés de remédios dava orações.

Ao analisarmos como José Maria é abordado por Herculano Teixeira d’Assumpção (1917), percebemos a influência da obra de Peixoto (1995) sobre esse. Para d’Assumpção (1917), em 1912 o Contestado viu surgir um novo monge, diferente do antigo João Maria, esse instruía o povo a rebelar-se através de uma pregação pró monárquica. “Ele dizia-se chamar José Maria de Santo Agostinho e ser irmão de João (D’ASSUMPÇÃO, 1917, p. 217). Para esse autor, José Maria era um farsante, seu nome verdadeiro seria Miguel Lucena, um ex-membro do Exército e na polícia do Paraná da qual teria desertado. Sua atuação teria feito surgir um fanatismo destruidor na região (D’ASSUMPÇÃO, 1917, p. 218), sendo em Campos Novos o início de sua jornada para recrutar apoio para restaurar a monarquia, uma vez que já tinha conseguido fazer fama através de “milagres” e “curas”.

Desta forma, teria incutido a bandeira da guerra dos sertanejos e juntamente de inúmeros seguidores, dirigiu-se para Taquaruçu e instruiu seus homens para luta, pois havia resolvido invadir a vila de Curitibaanos.

Ezequiel Antunes (1918), médico que atuou ao lado das forças de repressão sertaneja durante a guerra, ao abordar as “origens da rebelião” em sua obra afirma que, em setembro de 1911 José Maria teria aparecido em localidade de Campos Novos. Ainda, comenta que José Maria teria um “[...] rosto bexigoso, nariz chato, boca colossal, escancarando dentes sujos pelo uso do tabaco” (ANTUNES, 1918, p.34) e utilizava um gorro de jaguatirica. Trazia, nessa ocasião, um “[...] cumprido rosário que acariciava entre os dedos e subia enrolado ao [...] seu antebraço [e] nas vestes de pobretão que mascarava sua astúcia” (ANTUNES, 1918, p.35). Ainda, estaria portando um cajado, na ótica desse autor “[...] tudo que armava o disfarce caviloso numa misteriosa e perversa criatura” (ANTUNES, 1918, p.35). É importante destacar que Antunes não deixa claro em sua obra de onde teria tirado essas informações, sua referência é de que teriam sido coletadas durante o tempo em que esteve front de batalha.

Ainda, para esse autor, José Maria havia tido um primeiro contato com dois empregados de um fazendeiro de Campos Novos. Estes, assustados com a figura do monge, teriam ido avisar Francisco de Almeida, dono da fazenda, do que haviam encontrado na sua propriedade. Desta forma, o próprio Francisco teria ido conferir a veracidade das informações que tinha recebido. Quando chegou ao local onde seus empregados haviam lhe dito que o monge estaria, Francisco deparou-se com o monge, afirmando-lhe logo que era irmão de João Maria e que estava dando continuidade à sua obra. Ainda, questionando se o fazendeiro ainda se lembrava do santo monge, também afirmou se entendedor da cura de moléstias e afirmava se chamar José Maria Cortes de Agostinho. O fazendeiro, mesmo duvidando da palavra de José Maria, levou o monge para sua casa, pois sua esposa encontrava-se doente e, na ótica de Antunes, a farta bagagem de superstição faz com que o fazendeiro aceitasse aquela situação “[...] como um favor divino, o aparecimento do novo monge” (ANTUNES, 1918, p. 36 – 37). Para Antunes, teria sido justamente a cura da esposa que deu início a fama do novo monge.

Ezequiel Antunes (1918), ao buscar desvendar as origens de José Maria, afirma que o monge nasceu no Rio Grande do Sul e que seu nome verdadeiro seria José Boaventura Cortes. Teria vivido em Palmas, onde foi preso. Também especula que José Maria teria sido cabo de saúde quando foi praça do 14º de cavalaria. Entre as hipóteses levantadas por ele, consta também que José Maria teria participado do combate da Lapa ao lado de Gumercindo Saraiva na Revolução Federalista. E que teria sido enfermeiro da Marinha, lá é que aprendeu tantas técnicas médicas, “[...] seu andar claudicante, hábito de tombadilho, ganhando vulto a suspeita de ter sido um dos marinheiros expulsos na baderna de João Cândido” (ANTUNES, 1918, p. 39 – 037), assim se referindo a Revolta da Chibata. É importante mencionar que diferente de Peixoto e Herculano, Ezequiel Antunes não menciona qual teria sido o crime de José Maria em Palmas. Mas, como pode se perceber, sua obra traz possibilidades até então não aventadas.

Soares (1920), também atuou junto às forças do Exército durante a Guerra, e segue em sua obra a mesma perspectiva de Peixoto (1995) e D'Assumpção (1917). O escritor militar afirma que José Maria de Santo Agostinho, aproveitando-se da tradição já estabelecida a partir das peregrinações de João Maria, apareceu em 1910, em Campos Novos. Seu nome era Miguel Lucena de Boaventura, desertor do Regimento de Segurança do Paraná, intitulava-se irmão do antigo monge que desaparecera. Em sua obra, Soares, retoma uma entrevista de Cyrino Chato, sertanejo que acompanhou José Maria no segundo semestre de 1912. Nessa, Cyrino comenta que considerava José Maria “[...] um homem bom, dava bons conselhos, não queria que o povo andasse armado, que brigasse, que falasse da vida alheia e que roubasse. Era muito caridoso e entendido em remédios [...] não tinha mulher e não consentia patifarias” (SOARES, 1920, p. 88).

As contribuições trazidas por esses “historiadores de farda” adentraram em uma historiografia acadêmica e consolidaram, de certo modo, um José Maria muito aceito pelos pesquisadores posteriores. Osvaldo Cabral, que começou a escrever sobre a história de Santa Catarina ainda na década de 1930, em sua obra “A campanha do contestado” de 1960 também lança suas hipóteses. Segundo esse pesquisador, mesmo diante dos “avisos” do velho João Maria (de que impostores tomariam o seu nome) um novo monge emergiu no contestado, fazendo-se “[...] passar por irmão do que até pouco vivera e tomou o nome de José Maria de Santo Agostinho”. Para este autor, assim como os já mencionados, em meados de 1911, em Campos Novos, o novo taumaturgo teria surgido. Seu nome seria Miguel Lucena de Boaventura, apareceu para continuar a pregação e a obra de João Maria. Anterior ao seu surgimento, esse autor retoma as hipóteses de que José Maria era um “ex-soldado do Exército, dele desertor, ou da Força Policial do Paraná” (CABRAL, 1979, p. 180).

Para Pereira de Queiroz (1957), José Maria seria um ex-membro do Exército, do qual supostamente desertou. Sua aparição no Contestado teria ocorrido entre o fim de 1911 e início de 1912, aproveitando-se da fama deixada pelos monges que carregaram alcunha de João Maria conquistou a confiança dos sertanejos através de suas práticas de cura. Entretanto, para essa autora, o passado do Monge seguia sendo um mistério, aventando a hipótese de que anteriormente ao ano de 1911 tinha sido preso na localidade de Palmas “[...] por delito não se sabe de que ordem (sexual? homicídio?), conseguira escapar da cadeia graças à benevolência do prefeito local, e afundou nos sertões do Contestado, retomando todas as atividades” (PEREIRA DE QUEIROZ, 1957, p. 263). Diante de sua nova liberdade, rodou a zona Contestada realizando missas, procissões, distribuindo remédio, sendo acompanhado por inúmeros fiéis passava de fazenda em fazenda, de cidade a cidade.

Vinhas de Queiroz (1966), dedica um subcapítulo de sua obra para investigar quais teriam sido as origens de José Maria, destacando que “Ninguém sabe onde ele nasceu, nem mesmo de que Estado era natural, e – fato curioso – ninguém nunca se preocupou com este problema, nem sequer se tentou inventar uma lenda qualquer a respeito” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 81). Quando sua vida ganhou magnitude, já teria mais de quarenta

anos.

Vários autores referem que pertencera às fileiras do Regimento de Segurança do Paraná, onde havia chegado ao posto de cabo, antes de desertar. No entanto, pelo menos não consta dos arquivos da milícia estadual que nela tenha figurado em algum momento Miguel Lucena Boaventura, uma vez que este era o verdadeiro nome de batismo de José Maria. Parece que foi, isto sim, soldado do Exército, e andou alistado num batalhão rodoviário, encarregado de construir a estrada Guarapuava – Foz do Iguaçu. Daí é que teria desertado (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 81).

Antes de 1912, para Vinhas de Queiroz (1966), José Maria teria sido curandeiro em Lages, onde supostamente ficou conhecido como o “doutor de tamancos”, entretanto tal atividade não gerava tanta rentabilidade e José Maria via-se obrigado a se dedicar ao trabalho braçal na lavoura e na construção (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 81 - 82). Esse pesquisador, também, aborda a passagem de José Maria por Palmas dando destaque ao caso de sua suposta prisão em 1911 e quais os motivos que teriam o levado a tal circunstância. Validando sua argumentação de que havia vivido durante algum tempo naquela localidade “[...] quando, mais tarde, os fatos vieram a complicar-se em Curitiba, ele decidira partir para o Irani, afirmando aos amigos: “Vou para junto da minha gente” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 82).

Entre as publicações sobre o Contestado produzidas na década de 1980, destacamos a de Marli Auras, em sua obra *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla* e Paulo Ramos Derengoski, *Os rebeldes do Contestado*. Marli Auras (1995), retoma a argumentação de Vinhas de Queiroz (1966) explanada anteriormente neste trabalho e também acrescenta que José Maria provinha da região de Irani (hoje município do oeste catarinense), área ao sul de Palmas (PR), cuja a posse era reivindicada pelo governo paranaense na já referida questão dos limites. “[...] Ali estabelecido, José Maria, graças ao seu trabalho de curandeiro, passou a ser bastante admirado e procurado” (AURAS, 1995, p. 59). Segundo Derengoski (1987), “barbudo, atarracado, cabeçudo, indiático, José Maria havia sido soldado raso da polícia militar do Paraná e não era um despreparado embora trouxesse estampado [...] os traços característicos da paranoia” e teria sido ele “[...] quem acendeu o pavio da guerra” (DEREMGOSKI, 1987, p. 08) no coração do Contestado. Assim como outros autores, afirma “Depois de muito perambular pelo sertão, ele se estabeleceu nos campos do Irani e resolver “proclamar a monarquia” nos sertões de Taquaruçu” (DEREMGOSKI, 1987, p. 08).

Segundo Paulo Pinheiro Machado (2004), José Maria andou, antes de 1912, “[...] pelo interior do Paraná, pelos campos de Palmas e por Lages, até se estabelecer por algum tempo na casa de um agregado de Francisco de Almeida, nos campos do Espinilho, em Campos Novos” (MACHADO, 2004, p. 178) no segundo semestre de 1912.

Sobre a figura deste monge, a sociedade sertaneja divide-se: muitos afirmam que são João Maria já havia previsto que surgiriam falsos profetas para explorar a boa-fé do povo, e era o caso de José Maria, cujo nome consta ser Miguel Lucena Boaventura, homem que se apresentou na região informando ser irmão de João Maria [...]. Outros habitantes informam que o monge José Maria era um homem penitente e dado a ações de cura e caridade; nunca se apresentou como irmão do primeiro monge, afirmava que admirava a missão de João Maria, a quem considerava “nosso irmão”, no sentido de concordar com seus pontos de vista e sua prática (MACHADO, 2004, p. 175).

Seus opositores, com o objetivo de desacreditar sua imagem, fizeram acusações que “[...] vão desde o charlatanismo até rapto de menores e abusos sexual de meninas” (MACHADO, 2004, p. 175). Desta forma, apelavam aos “[...] pontos mais sensíveis aos costumes caboclos. Alguns estudiosos posteriores deram prosseguimento a estas versões” (MACHADO, 2004, p. 175).

Em um outro trabalho, no qual busquei analisar o papel da imprensa de Santa Catarina e do Paraná, através dos jornais O Dia e A República, na Batalha do Irani, pude perceber que os periódicos vão construir uma representação de José Maria, o contrapondo com João Maria. Em determinados momentos, as notícias fazem uma comparação direta entre ambos. Em outros são mais sutis. Isto ocorre quando as notícias citam o nome dos monges. José Maria, na grande parte das vezes, será considerado o “suposto/intitulado monge”. Já João Maria é sempre considerado o “monge verdadeiro, o profeta” (KUNRATH, 2018).

As comparações diretas são estabelecidas, também, para diferenciar e tentar acabar com a confusão que a imprensa, de uma forma geral, realiza em relação à qual seria o monge que estaria causando transtornos. Desta maneira, o jornal O Dia, em sua edição de 29 de setembro de 1912, afirmava que “[...] José Maria, sucessor do velho peregrino João Maria, que aliás não demonstrou jamais qualidades belicosas, aparece agora, como aquele dizendo-se médico, santo, profeta ou enviado divino, e provocando ajuntamentos francamente sediciosos”. Como percebido, João Maria teria qualidades pacíficas, enquanto José Maria seria o provocador de um ajuntamento de sediciosos.

Realizada essa breve análise historiográfica pode se perceber, desde a primeira obra que se propôs a abordar o Contestado, no longínquo 1916 até as obras mais recentes, as origens de José Maria não conseguiram ser desvendadas. Em alguns casos, José Maria, assim como nos jornais de 1912, foi abordado a partir de comparações com João Maria. Os distanciamentos e aproximações foram uma estratégia utilizada por alguns pesquisadores para abordar suas práticas e tentar explicar os motivos que o fizeram ganhar fama no segundo semestre de 1912. Ressalta-se que as hipóteses que mais tiveram repetições foram as iniciadas por Dermeval Peixoto (1995), as levantadas por Ezequiel Antunes (1918) de teria sido membro da marinha e ou lutado na Revolução Federalista (1983) não tiveram destaque posteriormente nas produções da temática, ou seja, ficaram relegadas a um relativo esquecimento. Entretanto, seria possível traçarmos uma trajetória desse personagem da Guerra do Contestado partindo das repetições que abordamos até esse momento? Vejamos.

Tendo como base, justamente, as versões mais aceitas sobre a vida de José Maria para tentar esboçar uma possível trajetória deste podemos apontar que seu nome de batismo teria sido Miguel Lucena de Boaventura. Para alguns autores teria sido membro do Exército, para outros teria desertado do Regimento de Segurança do Paraná, informação refutada por alguns pesquisadores, entre eles Vinhas de Queiroz (1966), ainda alguns pesquisadores apontam que José Maria teria trabalhado na construção de uma estrada de ferro na região do Contestado. Suas peregrinações já vinham ocorrendo desde 1911, teria passado pela região de Palmas, pertencente ao Estado do Paraná, onde foi acusado por um crime, especula-se, ainda, de que José Maria teria passado pela cidade de Lages e Campos Novos, no Estado de Santa Catarina.

Para grande parte dos autores, foi em Campos Novos, José Maria conseguiu ganhar grande fama. Ao curar a esposa de um fazendeiro da cidade. Com isso, o fazendeiro com o objetivo de agradecer os serviços prestados pelo Monge o ofereceu terras na região e dinheiro, o que foi recusado. Esse fato o fez ganhar ainda mais popularidade entre os sertanejos e rendido o convite para participar da Festa de Bom Jesus, em Taquaruçu, em meados de agosto, conforme comentado no início do presente texto. Todavia, a ausência de quais teriam sido os caminhos percorridos por José Maria anteriormente aos acontecimentos anteriores a 1911 na historiografia não pode ser considerada fruto do desinteresse de pesquisadores. A ausência de fontes sobre tal período pode ser considerada o principal entrave para que seja possível apontar as origens de José Maria.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se perceber que a trajetória de José Maria na historiografia é breve e não é possível somente através dela traçar uma trajetória convincente desse indivíduo. Os pesquisadores não conseguiram apontar os caminhos percorridos por ele antes de chegar em Campos Novos. Quando apontam, como o caso Vinhas de Queiroz (1966) de que teria passado por Lages e ficado conhecido como “doutor de tamancos”, se refuta em investigar quais teriam sido os motivos de não conseguir tantos seguidores como conseguiu anos depois Curitibanos e até mesmo em que época de sua vida residiu nesta localidade.

Circunstância semelhante ocorre em relação a sua passagem por Palmas, apenas se menciona o caso de ter sido preso por crime de defloração, entretanto quais teriam sido as outras atividades que realizou na região? De forma proposital ou não, nenhum pesquisador buscou desvendar. As hipóteses de Ezequiel Antunes (1918), de José Maria teria sido membro da Marinha durante a Revolta da Chibata (1910) e ou de que teria lutado ao lado de Gumercindo Saraiva na Federalista (1983) não foram investigadas posteriormente por pesquisadores e ficaram restringidas à sua própria obra.

Destaca-se que alguns autores afirmam que José Maria teria grandes conhecimentos sobre ervas medicinais, que receitava remédios e dava conselhos sobre a vida cotidiana.

Outros autores, ligados ao que podemos chamar de uma “historiografia mais conservadora”, apontam que ele não passava de um charlatão, que se aproveita da ingenuidade dos sertanejos para ganhar sua confiança e instigar esses a uma revolta. Acrescenta-se que, talvez, a informação mais repetida sobre esse indivíduo seja seu nome e seu suposto passado militar. Entretanto, questiona-se o quanto tal afirmação não corrobora para a construção de uma ideia de que José Maria tinha intuítos subversivos, organizou os sertanejos para a luta e devido a isso justifica-se a necessidade de uma intervenção das forças armadas por parte do Estado. Ou ainda, qual o peso dessa hipótese para justificar as primeiras vitórias dos sertanejos rebeldes entre 1912 e 1914? Estes são questionamentos que não se consegue responder até o presente.

Frente ao exposto neste trabalho, pode-se apontar a necessidade para que ainda seja realizado um estudo sobre a trajetória de José Maria. Uma vez que, consta-se que atualmente a impossibilidade de apontar qual teria sido a sua trajetória anterior a 1911. Um estudo com este foco pode permitir apontarmos quais eram as práticas adotadas por José Maria durante os anos que esteve em território Contestado. Assim, possibilitando compreender, ainda mais, as ações deste indivíduo, entendendo melhor as relações estabelecidas entre Monge e seguidor também em 1912. Até mesmo compreender ainda mais a Guerra do Contestado. Salienta-se que essa investigação não é tarefa fácil. A ausência de fontes conhecidas sobre o passado de José Maria pode ter desencorajado muitos pesquisadores a realizarem tais pesquisas. Entretanto, somente sua realização permitirá que inúmeros chavões repetidos ao longo dos últimos 103 anos sejam esclarecidos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ezequiel. **O Contestado entre Paraná e Santa Catarina**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 2a ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A campanha do Contestado**. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

DALFRÈ, Liz Andréa. **Outras narrativas da nacionalidade**: o movimento do Contestado. Curitiba: SAMP, 2014.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DALLANORA, Cristina. **Conflitos no ex-Contestado**: coronelismo e bandoleirismo numa região de fronteira. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. **O desmoronamento do mundo jagunço**. Florianópolis : FCC, 1986.

D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. **A Campanha do Contestado**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1917.

ESPIG, Márcia. **Personagens do Contestado**: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande

(1908 – 1915). Pelotas, Editora Universitária/UFPel, 2011.

FACHEL, José Fraga. **Monge João Maria**: recusa dos excluídos. Porto Alegre; Florianópolis: Editora da UFRGS/UFSC, 1995.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto. (Org.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. 1ª ed. São Leopoldo: OIKOS, 2015, v. 1, p. 32-52

KUNRATH, Gabriel. **Vozes da Imprensa**: A Batalha do Irani pelas páginas dos jornais O Dia (SC) e A República (PR). Trabalho de Conclusão de Curso. Pelotas: UFPel, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-história. In: MOREIRA, Paulo; VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (org.). **Ensaio de Micro-história**: trajetória e migração. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 18-31.

LIMA FILHO, Henrique E. **A micro-história**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA FILHO, Henrique E. Micro-história. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 207-223.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

MONTEIRO, Douglas T. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas cidades, 1974.

PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado**: As raízes da rebeldia. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. 1v.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **La “Guerre Sainte” au Brésil**: Le mouvement Messianique du “Contestado”. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1957.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Os sertões catarinenses**: embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

_____. **Veredas de um grande sertão**: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro na Primeira República. Tese de doutorado em história social, UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

SOARES, J. O. Pinto. **Apontamentos para a história**: O Contestado. Porto Alegre: Oficinas Gráficas do Instituto de Eletrotécnica da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1920.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. **Messianismo e Conflito Social**. São Paulo: Editora Ática, 1966.

NAS ENTRELINHAS DO PROCESSO JUDICIAL: O ASSALTO AO TREM PAGADOR

João Felipe Alves de Morais
(UFSC/Florianópolis)

PALAVRAS-CHAVE: trem pagador; guerra do contestado; processo crime; Zeca Vacariano.

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo avaliar um processo criminal sobre uma experiência social ocorrida em Campos Novos no ano de 1909. Trata-se do Processo Crime de José Antonio de Oliveira depositado no arquivo da Casa da Cultura de Campos Novos. O episódio ficou conhecido como assalto ao trem pagador e ganhou notoriedade por meio de notícias de jornais e um filme recente com o mesmo título. Por meio da análise do processo será possível identificar personagens com vínculos direto ao movimento do Contestado e acompanhar trajetórias, alianças políticas e conflitos que antecederam a rebelião sertaneja. Em termos metodológicos, esse trabalho se ampara nas abordagens propostas pela micro-história e pela história pública. No primeiro caso, porque busca compreender seu objeto de estudo como fruto de um conjunto de relações móveis, forjadas nas experiências coletivas dos sujeitos. No que tange à história pública, por firmar-se em uma narrativa voltada para público não exclusivamente acadêmico. O processo crime do assalto ao trem pagador contribui para os debates sobre a dinâmica social da região do Contestado no início do século XX, pois dá espaço para que muitos daqueles que participaram do assalto, possam fazer uma narrativa sobre o fato, com seus olhares e objetivos.

1 | INTRODUÇÃO

As histórias vindas dos sertões do Vale do Rio do Peixe dão frutos para a imaginação dos que por lá passam, entre elas estão histórias sobre a vida rural, as crenças religiosas, além das batalhas e personagens da Guerra do Contestado. Uma história recorrente na memória daquela população foi a façanha de Zeca Vacariano no assalto ao trem pagador. Este texto tem como objetivo analisar o processo judicial instaurado para averiguar esse crime ocorrido na zona rural da Vila de Campos Novos, tratando esse episódio como uma experiência social. O acontecimento ficou conhecido como “assalto ao trem pagador” e ganhou popularidade por meio de notícias constantes em jornais da época, continuando na memória da população até os dias atuais; sendo, inclusive, tema de um filme recente com o mesmo nome. Por meio de um estudo do processo judicial foi possível identificar personagens com vínculos diretos ao movimento do Contestado e acompanhar trajetórias, alianças políticas e conflitos que antecederam a rebelião sertaneja.

2 | A FAÇANHA DE ZECA VACARIANO

Em 1908 a responsabilidade pelas obras na construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande ficou atribuída ao engenheiro Achilles Stengel, contratado pela Brazil Railway Company para prontamente finalizar o trecho da ferrovia, que passaria pelas terras entre os rios Iguaçu e Uruguai, sendo esta zona contestada pelo Paraná e Santa Catarina. Em dois anos sob direção de obras de Stengel esta etapa da ferrovia foi concluída, empregando mais de 8 mil trabalhadores (QUEIROZ, 1966, p. 71).

Esse grande contingente de trabalhadores não era gerido exatamente pela companhia ferroviária; a organização da construção proposta por Stengel foi baseada em um sistema de concessão de tarefas. A companhia contratou diversos taifeiros, funcionários incumbidos de reunir e gerir turmas de trabalhadores, e a eles eram responsabilizadas tarefas referentes à construção da ferrovia, das quais algumas eram o desmatamento do caminho, a terraplanagem, e o assentamento de trilhos. Como o trabalho era feito em etapas, o taifeiro recebia pela tarefa à qual estivesse designado a cumprir, e era, também, responsável pelo repasse do pagamento aos seus funcionários (QUEIROZ, 1966, p. 72).

Neste contexto é que se encontrou o personagem principal do “assalto ao trem pagador”. José Antonio de Oliveira, vulgarmente conhecido por Zeca Vacariano, foi um taifeiro contratado pela companhia para executar tarefas na sexta e sétima divisão da ferrovia. Vacariano residia próximo à estação de Rio das Pedras (hoje Videira), localidade na qual possuía um pequeno armazém. Com os avanços da obra, ele e seus trabalhadores se mudavam cada vez mais ao sul, se instalando por fim no quilômetro 152 do trecho em construção — buscando estar mais próximo do trabalho a ser executado (SCAPIN, 1996, p. 36).

No final do dia 23 de outubro de 1909, o funcionário responsável pelo pagamento dos trabalhadores da Companhia, Henrique Baroni, chegou à estação de Rio das Pedras com o intuito de seguir viagem ao sul, passando pelas divisões e realizando o pagamento dos taifeiros. Boa parte do trajeto do pagador foi feito de trem, mas para além desta estação a estrada de ferro ainda não estava concluída. Baroni vinha de Ponta Grossa – PR, com apenas três acompanhantes: Lino Ferreira, Menezes e Guilherme, que eram responsáveis por sua escolta. O pequeno contingente era acompanhado pelos camaradas do engenheiro da residência em que passavam até a seguinte residência da ferrovia. Ao chegar na terceira residência, próxima a estação de Rio das Pedras, foram recebidos na casa do engenheiro alemão Frederico Ernesto Kayser, lugar onde pernoitaram (Fonte: Apelação crime nº 1521, 1918, Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos).

Na manhã seguinte, por volta das 8 horas, o senhor Pedro Teixeira de Castro, auxiliar de escritório de Kayser, tentou telefonar para o engenheiro Buethner, que era responsável pela quarta residência em Limeira (hoje Joaçaba), para avisar que o pagador seguiria pela linha até a sua residência — contato este que não foi possível, pois a linha telefônica estava muda. Mesmo sem conseguir passar o aviso ao engenheiro Buethner, o pagador Baroni colocou as canastras de dinheiro no cargueiro, e acompanhado de seus três

camaradas e do engenheiro Kayser, saíram em direção à quarta residência. Era comum que o contingente de segurança do pagador fosse de numeração maior, sempre reforçado pelos homens de confiança do engenheiro residente; mas, no dia 24 de outubro, Kayser não conseguiu reunir homens para acompanhá-los.

No trajeto à quarta residência, ao passar pela casa de Zeca Vacariano, o comboio do pagador foi surpreendido pelo proprietário da casa, que estava sozinho encostado na porta de entrada, interessado em conversar com eles. O engenheiro Kayser comunicou ao pagador que este poderia seguir viagem, e que logo ele o alcançaria. Apeando seu cavalo, Kayser informou a Vacariano que não haveria pagamento para ele naquele dia, pois os vales (ver ESPIG, 2008, p. 279) respectivos de sua última empreitada já haviam sido pagos.

No momento em que o comboio do pagador ficou fora da visão de Kayser, dois capangas de Vacariano o prenderam dentro da casa, retirando inclusive sua arma. À portas fechadas, o engenheiro não pôde ver nada que acontecia lá fora; somente lhe foi possível ouvir um primeiro tiro, disparado por Zeca Vacariano, na frente de sua própria casa. Preocupado, Kayser percebeu que este tiro foi apenas um sinal dado pelo orquestrador do crime que viria a acontecer; pois, logo depois, uma sequência de tiros distantes foi ouvida.

Em um arroio próximo, enquanto lavava suas mãos, um trabalhador da ferrovia chamado Miguel Schemud observou o que aconteceu. Com o tiro dado ao alto por Vacariano, e um grito de “fogo rapaziada”, um grupo de mais de vinte homens armados surpreendeu o comboio do pagador efetuando diversos disparos. Menezes e Guilherme, atingidos por muitos tiros, jazeram pelo chão, enquanto Baroni e Lino Ferreira tentavam fugir com o cargueiro. A morte de seus camaradas trouxe medo por sua vida e, portanto, o pagador fugiu, com seu cavalo, para uma proteção por detrás de umas pedras na barranca do rio. Lino Ferreira, que tocava o cargueiro na esperança de fugir, acabou sendo impedido por dois dos camaradas de Zeca Vacariano, que seguiram atirando em sua perseguição. Lino fugiu, ferido, e deixou para trás o cargueiro que não pode mais salvar.

Enquanto os capangas de Zeca Vacariano furtavam os corpos dos mortos, retirando suas armas, os dois assaltantes que perseguiram Lino voltavam com o cargueiro para a casa do seu líder. Finalmente, Vacariano tinha posse das canastras de dinheiro; mas este não possuía as chaves para abri-las, pois elas estavam com Baroni. Vacariano foi às margens do rio do Peixe em busca de Baroni, próximo onde jaziam mortos Menezes e Guilherme. Mesmo com os incontáveis chamados, o pagador não respondia a Vacariano que, desesperado para encontrá-lo, voltou até sua casa; e obrigou ao engenheiro Kayser que fosse até Baroni e o convencesse a voltar com ele — e, se não o fizessem, seriam ambos mortos. Chamado por Kayser, Baroni saiu de seu esconderijo e voltou para a casa de Vacariano. Com controle sobre as chaves, Vacariano retirou todo o dinheiro das canastras, e o armazenou em alforjes que permaneceram em sua posse.

Apossando-se de todo o dinheiro do pagador — aproximadamente 358 contos de réis — Zeca Vacariano, com grande parte do seu bando, seguiu o caminho da mata, enquanto alguns seguiram linha acima em direção a Rio das Pedras. Antes de partir, Vacariano

relutou em matar Kayser e Baroni, mesmo sendo este o interesse de seus camaradas, dizendo que “não era com eles que tinham” (Fonte: Apelação crime nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos, p. 8). Os dois sobreviventes capturados foram obrigados pelo líder do grupo a seguir em direção a Limeira, só podendo regressar no dia seguinte.

Ao ser informado sobre o ocorrido por alguns trabalhadores da ferrovia, Pedro Teixeira de Castro, assistente de Kayser que havia ficado em Rio das Pedras, armou o apontador de nome Diógenes da Silva Paraná, para que este fosse socorrer Baroni. Chegando próximo ao local do assalto, Diógenes foi surpreendido por cinco capangas de Vacariano, que não o deixaram socorrer o pagador, dizendo que se fosse, seria morto pelo camarada Rufino de Almeida. Após o retorno de Diógenes, os cinco capangas passaram pela residência da ferrovia em Rio das Pedras, possibilitando ao assistente Pedro Teixeira reconhecer que aqueles eram trabalhadores que estavam a serviço de Vacariano na ferrovia. Esses homens, a uma distância de mais um menos um quilômetro, cortaram a linha telefônica, impedindo qualquer contato da residência com as estações ao norte.

Montado em seu cavalo, Pedro Teixeira seguiu até o local do crime, encontrando Menezes e Guilherme mortos ao chão, não só perfurados por bala, mas também golpeados a facão — ferimentos provavelmente feitos após a morte dos dois. Seguindo pela linha em construção, chegou até o túnel escavado para a passagem da estrada de ferro, e lá encontrou, escondidos, o engenheiro Kayser, o pagador Baroni e Lino Ferreira; este último em graves mazelas. Voltando à estação de Rio das Pedras, ouviram dizer que Vacariano e seu bando haviam fugido para Gramado, uma comunidade ao norte daquela estação, enquanto os que haviam ficado para cortar a linha telefônica fugiram pelo Rio Tigre.

3 | O PROCESSO JUDICIAL DE VACARIANO E O CORONELISMO LOCAL

A façanha de Vacariano nos deixa com a imaginação aflorada, além de nos propor diversas perguntas e reflexões sobre o acontecimento e sobre os personagens que participaram daquela epopeia sertaneja. Teria sido este um crime — como tantos outros — em que a busca de riquezas é a motivação? O que faria com que trabalhadores seguissem seu “chefe” em um atrevimento tão grande quanto esse? O que podemos refletir sobre este acontecimento, quando observado ao lado do conflito armado que aconteceu poucos anos depois nessa mesma região? Essas reflexões são possíveis ao passo que analisamos alguns apontamentos, presentes no processo judicial instaurado para investigar o crime praticado por Vacariano e seu bando. A metodologia proposta pela micro-história, que se baseia na descrição densa dos fatos, foi utilizada para refletir sobre esse caso, pensando-o para além do seu próprio acontecimento; este relacionado com o contexto, de modo a demonstrar que os fatos fazem parte de cadeias de relações dos indivíduos (LEVI, 2011, p. 144).

Vacariano requeria da Companhia um pagamento pelo serviço de sua turma, pagamento este que não aconteceu, dando sequência aos eventos do crime. No processo criminal, principal fonte de pesquisa para esta abordagem, a testemunha de defesa de Zeca Vacariano, Irineu Cheis, alega que o assalto foi feito para honrar o compromisso de pagar os homens que estavam sob sua responsabilidade (Fonte: Apelação crime nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos, p. 73). Assim como Vacariano, os taifeiros eram comumente fazendeiros, negociantes e políticos locais; e recrutavam, para os trabalhos sertanejos da própria região, que seriam de sua confiança (MACHADO, 2004, p. 147). A desavença e as incoerências em relação ao pagamento podem ter sido ocasionadas pelo pagamento dos funcionários em vales, proposto pela Brazil Railway Company, que acabava por diminuir o poder que os taifeiros tinham sobre seus funcionários (ESPIG, 2008, p. 279).

Dias antes do referido crime, o taifeiro havia ido até Calmon para negociar as diferenças em relação ao pagamento de seus serviços, pois ele não recebeu dinheiro suficiente para pagar todos os seus funcionários. Baroni explicou-lhe que não haveria mais pagamento, pois todo o valor já havia sido acertado. Inconformado, o taifeiro avisou que “o Dr. Achilles havia de pagar isto mais cedo ou mais tarde” (Fonte: Apelação crime nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos, p. 46).

Vacariano não foi o único taifeiro a ter problemas com a ferrovia. O coronel Maximino de Moraes, futuro figurante entre os vaqueanos a serviço do exército na Guerra do Contestado, também esteve entre os queixosos à administração de Achilles Stengel. Com o intuito de receber seis contos de réis como pagamento por sua empreitada, Maximino enviou seu sobrinho Leandro a Limeira para negociar com o engenheiro responsável daquela divisão. Controvérsias em relação ao trabalho executado e o que estava disposto no contrato fizeram com que a Companhia se recusasse a pagar, irritando o taifeiro. Em conversa com o lavrador Isac dos Santos, Leandro, irritado com a decisão do engenheiro de não pagar seu tio pela empreitada, afirma “Não tem nada, o Zeca e Maximino hão de cobrar-se” (Fonte: Apelação crime nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos, p. 18). Essa narrativa de Isac dos Santos incluiu o próprio Vacariano, o qual tinha problemas por outra empreitada, e que alguns dias após cometera o assalto.

O assalto ao pagador talvez não fosse suficiente para vingar os descontentes com a ferrovia, e o principal responsável pelo descontentamento era o Dr. Achilles Stengel. Testemunhas do processo relatam que Vacariano havia enviado um de seus camaradas para assassiná-lo em Porto União. Esse capanga, de nome Rufino, ficou observando quem desembarcava nas locomotivas que chegavam naquela estação, na esperança de encontrar Stengel; o que não aconteceu (Fonte: Apelação crime nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos, p. 41).

As relações de trabalho empregadas na construção da ferrovia podem ser objetos de análise para o entendimento das dinâmicas sociais do universo sertanejo do período. Essa nova experiência de trabalho, vinda com a empresa internacional, não rompia de

momento com o compadrio e o coronelismo, bases das relações sociais dos indivíduos do sertão contestado. O vínculo entre Vacariano e seus homens era muito mais estreito do que apenas patrão e empregado, e alguns destes eram até mesmo compadres seus, como o caso de João Pinheiro (Fonte: Apelação crime nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos, p. 10).

Os laços de compadrio se baseavam em uma relação de parentesco muito forte, que garantia relações de dominação e subordinação. Os estudos sobre compadrio mostram que ele esteve muito presente, não só no Contestado, mas em todo o Brasil. Duglas Teixeira Monteiro (1974, p. 58) reflete que as práticas de batismo criavam laços religiosos, que refletiam no econômico e social. Os sertanejos convidavam para padrinho de seus filhos os fazendeiros proprietários das terras às quais eram agregados. Para eles, era uma garantia de proteção e serviço, enquanto para o fazendeiro era uma garantia de lealdade. Com a grande quantidade de apadrinhamentos, uma rede de sociabilidade era criada, onde famílias, de posições políticas e econômicas diversas, assumiam um compromisso.

A presença de João Pinheiro entre os assaltantes do pagador dá indícios da participação de coronéis na organização do crime. Além de compadre de Vacariano, Pinheiro era capataz do coronel Fabrício Vieira, fazendeiro de Porto União — e que durante o conflito armado do Contestado tornou-se um importante vaqueano a serviço dos militares. Noites antes do assalto, João Pinheiro e mais um camarada foram vistos vindo de Porto União; uma das testemunhas do processo judicial, João Keche, relatou que ouviu dizer que eles estavam indo para o Rio Grande do Sul, com o objetivo de buscar trabalhadores para a colheita de erva mate, e que viajavam apenas a noite para não serem vistos. Após o crime, os dois camaradas do coronel Fabrício foram vistos retornando para Porto União com Vacariano.

Tanto antes quanto depois do crime, o taifeiro responsável pelo assalto esteve em Porto União, vila em que residia o coronel Fabrício Vieira. Semanas antes de executar seu plano, Vacariano levou sua família para aquela vila, deixando seu auxiliar José Calábria responsável pelo negócio. Voltando para a casa sem seus familiares, mas acompanhado de homens de confiança, tempos depois, cometeu o assalto, para por fim retornar a Porto União.

Algumas testemunhas do processo dão indícios de um forte companheirismo do mandante do crime com outro coronel local, Henrique Rupp. As alegações de uma possível relação de amizade e auxílio de José Antonio de Oliveira com o referido coronel foram indicadas pelo lavrador Afonso Inácio Cruz, que esteve na casa de Vacariano resolvendo negócios particulares um dia antes do ocorrido. Em uma conversa com João Pinheiro, Vacariano teria afirmado que não haveria perigo, pois ele tinha o auxílio do Coronel Fabricio Vieira, que lhe valeria também no Rio Grande do Sul; e do coronel Henrique Rupp, que reunira gente e armamento (Fonte: Apelação crime nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos, p. 11). Nenhuma testemunha afirmou ter reconhecido camaradas do coronel Henrique Rupp entre os mais de quinze envolvidos no assalto, mas o tipógrafo Vicente Menezes avistou na vila de Campos Novos o coronel Rupp próximo a um armazém, no qual estavam depositadas oito carabinas *comblain*, adquiridas

por Vacariano (Fonte: Apelação crime nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos, p. 15).

Em nenhum momento os coronéis Maximino de Moraes, Fabricio Vieira ou Henrique Rupp foram inquiridos a depor, mesmo havendo indícios da participação de ambos. Esse fato abre uma reflexão sobre o funcionamento do judiciário na Primeira República, mesmo judiciário que anos após viria incriminar sumariamente por sedição, assassinatos e incêndios dezenas de sertanejos na Guerra do Contestado. Não é possível afirmar que nesse período a justiça aplicada no sertão catarinense era imparcial, pois muitas vezes os interesses dos próprios coronéis estavam em jogo.

A constituição de 1891 só garantia o direito de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos para os bacharéis em direito da justiça federal. Os poucos juízes de direito que atuavam nas esferas estaduais, que eram bacharéis, estavam à mercê do coronelismo, tendo que esperar de leis estaduais os benefícios dados a seus colegas da esfera federal (LEAL, 1997, p. 102). A escolha de juízes de direito para preencher cargos vagos nas comarcas era feita por lista tripla enviada ao governador do Estado (Fonte: O Dia, Florianópolis, 12 de outubro de 1917, p. 1) e, de toda maneira, o coronelismo acabava por favorecer ou intimidar os juízes de direito.

Em 1918, ano em que Vacariano foi encontrado e levado a julgamento, Lucas Bhering assumiu o posto de juiz de direito em Campos Novos (Fonte: O Dia, Florianópolis, 12 de outubro de 1917, p. 2). Bhering, depois de passagens pelas comarcas de Joinville e de São Francisco do Sul na qualidade de promotor público, havia sido escolhido pelo governador Felipe Schmidt em 1917 para exercer as funções de juiz de direito em Chapecó. No ano seguinte, foi movido para uma das cadeiras vagas nas comarcas da região que havia estado em litígio recentemente.

A prisão preventiva de Zeca Vacariano agradava a promotoria pública, que há alguns anos tentava garantir a prisão de um dos responsáveis pelo assalto ao pagador. Em 1910, José Calábria, assistente de negócios de Vacariano havia sido preso em Vacaria e remetido a julgamento em Campos Novos, mas com os relatos das testemunhas não foi possível traçar seu envolvimento no crime. Outro dos envolvidos e listados entre os vinte e sete suspeitos no processo judicial foi encontrado meses antes de Vacariano; era João Mariano. Diversas testemunhas que viram o crime garantiram que ele havia tomado parte no assalto. Preso no distrito de Herval, em Campos Novos, João Mariano havia seguido sua vida normalmente na zona rural da vila em que participou do crime. As testemunhas que o haviam citado em 1909 não foram novamente chamadas para depor, apenas testemunhas de defesa, que alegaram o não envolvimento do rapaz, argumentando que ele tinha entre onze e doze anos na época do crime. Sendo remetido ao júri, o réu foi absolvido por unanimidade. O caso deste garoto, filho de pais incógnitos, nos leva a reflexão sobre a infância diminuta no início do século XX, em que crianças desde muito jovens já estavam inseridas nos mundos do trabalho e do crime.

Finalmente, foi agendado o julgamento de Vacariano, designando-o a um júri. O fato curioso é que o réu havia concordado em partes com a acusação, afirmando que algumas

partes eram verdades e outras não. A única testemunha de defesa convocada foi o fazendeiro Irineu Cheis. O testemunho se baseia na argumentação de que os funcionários de Vacariano realizaram o assalto para receber o pagamento, e de que nada que ele fizesse ou falasse impediria seus camaradas. Outra informação do depoimento foi de que o réu não teve enriquecimento, o que provaria que o dinheiro não foi roubado para uso próprio. Essa argumentação ia de acordo a outros testemunhos feitos em 1910, de que após o assalto, o acusado havia passado pela casa de negócios de Horácio Lopes e efetuado o pagamento de seus credores (Fonte: Apelação crime nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos, p. 25). Vacariano foi levado a júri e absolvido em todos os quesitos por unanimidade.

A designação ao Tribunal do Júri foi decisiva para a absolvição de Zeca Vacariano, sendo esta forma de julgamento polêmica entre os juristas da Primeira República. O júri era o setor do judiciário que mais recebia influências da política local. Além de utilizarem seu poder político e econômico nas manobras feitas pelos advogados, os coronéis influenciavam a organização das listas de jurados, que eram “sorteados” para julgar os casos de seus interesses. “Não era, pois, somente a “lógica do sentimento” que informava as decisões do júri, senão ainda a “lógica partidária”, que nem sempre funcionava para absolver, mas também para condenar” (LEAL, 1997, p. 106).

O promotor adjunto da comarca, capitão Amantino Luiz de Andrade, inconformado com a decisão tomada pelo júri campos-novense, resolveu apelar por anulação da sentença ao Superior Tribunal do Estado. As razões para a apelação apontadas pelo promotor relatam um certo descontentamento deste com os jurados da região, que corriqueiramente inocentavam grandes criminosos.

“E deveras lamentável o propósito, sem escrúpulo no mundo, firmado por todos os homens que compõem o tribunal do júri desta comarca, para absolver indistintamente todos os criminosos. [...] Infelizmente, devido as circunstancias especiais em que tem se encontrado esta comarca ou seja toda a zona limítrofe do território ex-contestado o réu apelado, digo, zombando da ação da justiça viveu por muitos anos, no próprio território desta comarca cercado de numeroso grupo de capangas e cometendo toda a sorte de crimes que os pobres habitantes sertanejos ocultavam e ocultam receosos da vingança do terrível e caudilho, que de fato, achasse presentemente em plena liberdade e apoiado na confiança dos mesmo amigos (capangas) que sempre o auxiliaram.” (Fonte: Apelação crime nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos, p. 78-79).

O reconhecimento do pouco zelo do júri percebido pelo promotor adjunto reforça a tese de que esses criminosos estavam com respaldo de autoridades locais. Esse júri de Vacariano, quando aproximado com outros júris que aconteceram no mesmo período, para julgar sertanejos presos no conflito armado do Contestado, revelam que o que aconteceu não foi um indiferentismo, como afirmou o promotor adjunto — mas uma intencionalidade. Vacariano era antigo aliado de coronéis locais; participara da Revolução Federalista de 1893; e, em 1917, enquanto ainda estava foragido pelo assalto ao trem pagador, se reuniu

aos homens de Lucio Cleto como uma liderança de briga pela demarcação do Estado das Missões, provocando a desordem e saqueando municípios (Fonte: O Dia, Florianópolis, 17 de agosto de 1917). Por outro lado, sertanejos que lutaram contra o poder dos coronéis no Contestado foram julgados e condenados pelos júris locais sem provas suficientes de suas ações, como é o caso de Firmino Alves Cardoso (Fonte: Processo crime, Curitibaanos, 1915. Réu: Firmino Alves Cardoso. Acervo do Museu do Judiciário Catarinense).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um caso como o do assalto ao trem pagador permite ao leitor se indagar sobre a dinâmica social construída na região, a qual deu base para que aquele sertanejo organizasse um grande grupo de camaradas para realizar um crime. Por meio do processo criminal elaborado para julgar o assalto ao pagador, foi possível perceber motivações, estratégias e táticas dos sujeitos, bem como as dinâmicas sociais e políticas daquele período. Em especial, a forma de organização e exploração do trabalho em uma empresa de dimensão transnacional, como a Brazil Railway Company, e a relação do coronelismo com a atuação do judiciário.

REFERÊNCIAS

Apelação crime nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos.

ESPIG, Marcia Janete. **Personagens do Contestado**: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915). 2008. 343 f. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEVI, Giovani. “Sobre a micro-história” In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

O Dia, Florianópolis, 17 de agosto de 1917.

O Dia, Florianópolis, 12 outubro de 1917.

O Dia, Florianópolis, 14 de março de 1918.

Processo crime, Curitibaanos, 1915. Réu: Firmino Alves Cardoso. Acervo do Museu do Judiciário Catarinense.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social** (a guerra sertaneja do Contestado - 1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SCAPIN, Alzira. **Videira nos caminhos de sua história**. S.l.: Hipograf, 1996.

TABULEIRO DA ORTOGRAFIA: ESTRATÉGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM POR MEIO DE JOGO EDUCATIVO PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

David Ferreira Severo
(IFPR/Palmas)

Bianca Gonçalves Sousa de Moraes
(IFSC/Caçador)

Diogo Moreno Pereira Carvalho
(IFSC/Caçador)

Marta Ferreira da Silva Severo
(IFPR/Palmas)

Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento
(IFSC/Caçador)

RESUMO: O foco deste texto reside na valorização do lúdico, por meio da utilização de jogo didático, no processo de ensino-aprendizagem. Especificamente, dedica-se a apresentar a produção e utilização de um jogo para aprendizagem de ortografia, refletindo sobre a viabilidade do mesmo. O respaldo teórico em diversos autores (MORAN, 2000; MORATONI, 2011; PRESNKY, 2012; ALMEIDA e FREITAS, 2015; ALVES e COUTINHO, 2016) explicita a importância da utilização de jogos no processo educativo. Em termos metodológicos, a elaboração do jogo se deu de forma interdisciplinar, uma vez que articulou conhecimentos de Língua portuguesa com outros da área da Informática. Isso porque, a produção do jogo ocorreu no contexto institucional do IFSC, no qual existem um curso técnico integrado em informática e uma graduação de Sistemas de informação. Foi possível constatar que os estudantes se

engajam mais no estudo da ortografia quando o fazem por meio da utilização do jogo. Por meio desse trabalho é reforçada a compreensão de que os jogos contribuem para o desenvolvimento da criatividade, senso crítico, participação, competição sadia e do resgate do prazer em aprender.

PALAVRAS-CHAVE: Jogo educativo. Ensino lúdico. Ortografia. Ensino de Língua Portuguesa.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Focalizando nos benefícios proporcionados pela utilização de estratégias de aprendizagem lúdicas, o texto se volta a apresentar um jogo didático que foi produzido no contexto institucional do IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina). Tal jogo é resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido dentro da instituição intitulado “Produção de jogo educativo para aprendizagem de língua portuguesa”. Sua produção se deu de forma interdisciplinar, uma vez que articulou conhecimentos da linguagem com outros relativos à área de informática para, por exemplo, estruturar o design gráfico do jogo.

O jogo confeccionado representa um material educativo dedicado à facilitação de aprendizagem de conteúdos gramaticais e ortográficos. A partir disso, esse trabalho produz reflexões e resultados que reforçam a importância da utilização desse tipo de

ferramenta didática para facilitar o processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa, com possibilidade de inspirar trabalhos semelhantes para outros componentes curriculares do ensino básico.

Inicialmente, apresentamos respaldos teóricos que contribuem para a compreensão e defesa da utilização de jogos didáticos no processo educativo. Também dedicamos espaço nesse texto para ressaltar a importância da aprendizagem de conhecimentos gramaticais e ortográficos para a formação integral dos estudantes, bem como dificuldades inerentes ao ensino desses conhecimentos. Seguimos, apresentando aspectos metodológicos relativos à produção do jogo. Por fim, trazemos resultados dessa produção didática e de sua utilização, somando esforços na defesa de um ensino que valorize a participação ativa dos estudantes, a qual pode ser grandemente favorecida pela utilização de materiais didáticos lúdicos, como os jogos educativos.

2 | A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE ORTOGRAFIA NA ESCOLA

O pleno domínio da língua, em sua modalidade oral e escrita, é fundamental, pois é, por meio da linguagem, que nos comunicamos, recebemos e emitimos informações, nos expressamos, defendemos pontos de vista, compartilhamos visões de mundo e produzimos conhecimentos. Isso pressupõe, naturalmente, que falar, ler, contextualizar e escrever são competências básicas para o exercício da cidadania e para a participação social efetiva, por proporcionar que as pessoas resolvam inúmeras situações, em diferentes circunstâncias sociais. Deste modo, a escola se apresenta como um ambiente específico e de natureza laboratorial, para o desenvolvimento dessas habilidades.

Nos últimos anos temos visto os desdobramentos dos estudos linguísticos, notadamente, com o advento da Linguística Textual (FÁVERO e KOCH, 1983; MARCUSCHI, 1983), que têm direcionado o ensino de linguagem nas escolas, colocando o texto como eixo de aprendizagem por meio da leitura, escrita, oralidade e análise linguística. É por meio de textos que nos comunicamos e, por essa razão, não fazia muito sentido o mero estudo tradicional da sílaba, da palavra e da frase, isoladas de seu contexto de uso da língua.

É, por esta razão, que o Parâmetro Curricular Nacional de língua portuguesa explicita o compromisso de a escola garantir a todos os estudantes o acesso a esses saberes imprescindíveis para o exercício da cidadania (BRASIL, 1997). Contudo, conforme Geisa Veloso, “para usar adequadamente a língua oral e escrita, ajustando os discursos aos diferentes interlocutores e às diferentes situações de interlocução, é importante que se aprendam as convenções da norma culta de língua” (2013, p. 69). Nessa mesma perspectiva, Possenti (1997) defende a responsabilidade da escola ensinar a língua formal, porque a aprendizagem de conteúdos gramaticais possibilita ao aluno alcançar maior qualidade ao uso da linguagem tanto dentro, quanto fora do ambiente escolar.

Apesar das críticas que o ensino de nomenclatura gramatical tem recebido nos últimos anos (GERALDI, 1984; ANTUNES, 2003; 2007), concordamos com Veloso (2013),

Possenti (1996) e o PCN (BRASIL, 1997) por compreender o papel dos conhecimentos gramaticais no processo de interlocução dos sujeitos, entendendo a gramática no estudo da estrutura dos textos. Nesse contexto, a ortografia deve se constituir como objeto de ensino na escola, já que é elemento importante que serve para organizar as ideias e facilitar o manejo com a leitura e a escrita nas diversas esferas sociais.

Como usuário da língua, talvez o leitor já tenha pensado que seria mais fácil desconsiderar as normas da ortografia e escrever do jeito como pronunciamos as palavras. Esse tipo de observação é perceptível no uso da língua em ambientes virtuais, como nas redes sociais pela internet. Contudo se assim fosse feito, viveríamos na verdade um caos linguístico e provavelmente não conseguiríamos nos entender por meio da leitura e da escrita de textos nessa perspectiva. Isso porque o sistema ortográfico da nossa língua é, por um lado, essencialmente etimológico, mas, por outro lado, é também fonético, por isso apresenta as regulares e irregulares inerentes ao processo de grafar os vocábulos.

Vamos a um exemplo prático, imagine-se que um determinado usuário da língua precise destacar em sua comunicação que está em processo de crescimento em sua carreira e devido a isso, deseja escrever a palavra: A??EN??ÃO. Como grafá-la corretamente? Hipoteticamente temos várias possibilidades: a) ascensão; b) ascenção; c) ascenssão; d) acensão; e) acensção; f) acenssão; g) assensão; h) assenção, e tantas outras variáveis quantas a criatividade puder imaginar. Mas se o leitor fizer um esforço mental e lembrar que a palavra sugerida deriva para “ascensorista” que, segundo o dicionário Aurélio é a “pessoa encarregada de manobrar um ascensor ou elevador; ascensorista de elevador” (FERREIRA, 1999, p. 65), logo perceberá que está correta apenas a opção a: ascensão.

Sabemos muito bem que o som pode ser representado de várias maneiras, e é por isso que surgem as dúvidas. A natureza fonética desse problema leva-nos, por exemplo, a escrever “atenção” e “ascensão”, com grafemas finais diferentes. Diante disso há três soluções possíveis para diluir lapsos ortográficos: uma é conhecer algumas regras regulares que funcionam e eliminam dúvidas; outra é a memorização dos casos que não seguem determinado padrão, seguem a origem etimológica, por isso é preciso se habituar a ler, uma vez que a leitura ajuda na memória virtual para escrever a palavra corretamente; há ainda a opção de consulta ao dicionário nos casos mais específicos. Nesta perspectiva, em se tratando do ambiente escolar, justifica-se a importância de estudar sistematicamente a ortografia, no nível da palavra.

2.1 A Ortografia como objeto de ensino na educação básica

A palavra ortografia remonta o prefixo grego “ortho” (direito, reto, exato) e “graphos” (designa a ação de escrever), portanto, ortografia seria escrever correto, direito, ou seja, grafar corretamente as palavras (MORAIS, 1998). Está claro que escrever corretamente as palavras não é tarefa fácil e perdura por toda a vida escolar e, até mesmo fora dela, pois inclusive pessoas acostumadas ao ofício da escrita, por vezes, têm alguma dúvida na maneira como se escreve aquela ou esta palavra. Para Morais (1998, p. 26):

No dia a dia, os erros de ortografia funcionam como uma fonte de censura e de discriminação, tanto na escola como fora dela. No interior da escola, a questão se torna extremamente grave, porque a competência textual do aluno é confundida com seu rendimento ortográfico: deixando-se impressionar pelos erros que o aprendiz comete, muitos professores ignoram avanços que ele apresenta em sua capacidade de compor textos. Essa lamentável distorção tem suas consequências. Todos conhecemos pessoas que, mesmo depois de muitos anos de escolaridade, se sentem constrangidas quando têm de escrever, quando precisam redigir seus próprios textos, porque têm 'medo de errar'.

Já vimos, anteriormente, que escrever as palavras da forma como pronunciamos seria muito difícil, porque cada sujeito incorreria na necessidade de grafar os vocábulos a seu bel-prazer. Além disso, conforme Morais escreveu em outro trabalho, “se insistíssemos em ‘varrer’ a história para simplificar a ortografia do português, tendo por meta um ideal fonográfico, nos depararíamos com um grande problema: qual forma de pronunciar tomaríamos como modelo?” (MORAIS, 2000, p. 12). Com isso, ocorreria o equívoco da palavra perder a sua identidade, em virtude da variedade linguística dos falantes, ou a impossibilidade de se conseguir escolher um modelo de sistematização ortográfica.

No caso da língua portuguesa, segundo Morais (2000), temos o problema do estudo da ortografia, resultado da regularidade e da irregularidade que essa instrução nos oferece. Já foi visto, por exemplo, a dificuldade em escrever a palavra “ascensão”, pois não há uma lógica interna à língua que sustente a regra de uso desse vocábulo. Apesar disso, segundo o autor, muitas palavras podem ser agrupadas conforme uma regularidade contextual ou gramatical. Em palavras como “campo” e “também”, é possível definir que o M será sempre usado diante de P/B, enquanto que diante de outra consoante se usa o N (consumo, tenda, tentar etc). Essa compreensão é de natureza contextual. Já a natureza gramatical pode ser exemplificada por meio das palavras “história” e “ciências”, as quais são acentuadas por serem paroxítonas terminadas em ditongo. Isso significa dizer que a percepção do contexto ou da natureza gramatical produz princípios classificatórios capazes de serem aplicados a outras palavras da língua portuguesa. Com isso,

para aprender a ortografia, o aluno deve apropriar-se de formas de escrita regulares e irregulares e gerar a escrita correta das palavras. E cabe ao professor acompanhar esse processo, realizando atividades que auxiliem a criança na compreensão das convenções gráficas. É tarefa da escola levar o aluno a perceber as regularidades (em que o conhecimento de uma regra permite antecipar como a palavra deve ser escrita, até mesmo sem conhecê-la) e as irregularidades (casos em que a escrita não segue qualquer princípio explicativo) (VELOSO, 2013, p. 76).

Nesse ínterim, há a preocupação constante dos professores na tentativa de colaborar com a aprendizagem da ortografia, seja pelo treinamento constante na escrita correta das palavras ou na leitura de variados gêneros textuais, na certeza de que quanto mais se lê, mais se aprende. Essas práticas, segundo Leal e Roazzi (2000), sugerem falsas crenças de que o exercício de repetir é a melhor maneira para memorização ou a de que a simples

exposição do estudante ao texto escrito, garante-lhe a assimilação das regras. Somam-se a essas, outras possíveis práticas equivocadas expostas no PCN de língua portuguesa: “Infelizmente, a ortografia ainda vem sendo tratada, na maioria das escolas do ensino fundamental, por meio de atividades de identificação, correção de palavra errada, seguidas de cópia e de enfadonhos exercícios de preenchimento de lacunas” (BRASIL, 1997, p. 85), seguindo um certo rito popularizado no ensino tradicional, em que se diz: “aprende-se pelos dedos”, referindo-se ao ato de copiar e repetir a fim de propiciar memorização, e talvez, aprendizado do conteúdo.

Sem polemizar as críticas feitas por Leal e Roazzi (2000) e pelo PCN (1997), acreditamos que todas as sugestões didáticas são válidas e, juntas, concorrem para o aprendizado do estudante da educação básica. Contudo, não dá para esconder que os problemas ortográficos perseguem os estudantes do ensino básico ao nível superior e que as estratégias tradicionais de ensino pouco resultado tem feito ao longo da vida escolar, pois, na maioria das vezes, toma o sujeito da aprendizagem como mero reproduzidor do conhecimento, um indivíduo passivo que não interage com os conteúdos. Eles seriam, na visão de Paulo Freire, objeto da educação bancária. Desse modo, o ensino

se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem (FREIRE, 1968, p. 82).

Não se trata apenas de uma crítica ao currículo formal, mas a uma tendência de ensino inflexível focado na figura do professor e no conteúdo transmitido, como se os conceitos escolares tivessem um fim em si mesmo. Por isso, acreditamos que a melhor estratégia que favoreça ao ensino e à aprendizagem seja aquela em que o estudante tenha uma atitude ativa diante do objeto do conhecimento.

Nesta perspectiva, acreditamos que a aproximação entre ensino e jogos possibilita a aprendizagem significativa, uma vez que esses recursos mais tecnológicos e interativos já fazem parte do cotidiano escolar dos jovens (SEVERO *et al*, 2019). Muitas vezes, em sala de aula, o estudante considera mais interessante ficar conectado ao celular a prestar atenção à aula. Muitos estudantes ficam horas a fio no intervalo das aulas, ou mesmo em sala, se divertindo com jogos de cartas (o truco, só para ficar em um exemplo). Mas, então, por que o professor não se apropria desses objetos lúdicos que os alunos gostam tanto de usar para explorar o seu potencial pedagógico?

3 | PROPOSTA METODOLÓGICA: OS JOGOS EDUCATIVOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Na seção anterior, discutimos a importância do ensino de gramática na escola, exemplificando isso por meio do estudo da ortografia. Reconhecemos as dificuldades encontradas em aprender a ortografia com exercícios e técnicas tradicionais que são usadas na maioria das vezes, por isso sugerimos que uma prática eficiente pode ser aquela em que o estudante se posicione ativamente diante do objeto do conhecimento por meio de jogos de aprendizagem.

Realmente esse ponto de vista é defendido por vários especialistas que têm destacado a importância de inserir jogos no processo de ensino-aprendizagem, já que esses recursos estão cada vez mais vinculados aos diversos contextos de vida dos jovens (MORAN, 2000; MORATONI, 2011; ALMEIDA e FREITAS, 2015). É movido pelo interesse crescente da relação entre a tecnologia de jogo educativo e o ensino, que apresentaremos uma proposta de jogo analógico de tabuleiro, uma vez que os jogos podem motivar e promover uma aprendizagem mais significativa (ALVES e COUTINHO, 2016; PRESNKY, 2012; SEVERO e ANTÔNIO PAULO, 2019).

Metodologicamente, um trabalho que envolva a criação/produção de um jogo educativo envolve, naturalmente, a confluência de vários procedimentos e métodos. Pela própria natureza da pesquisa científica, ela é bibliográfica porque se desenvolve tentando explicar um problema a partir das teorias publicadas em diversos tipos de fontes: livros, artigos, manuais, enciclopédias, anais, meios eletrônicos, etc. A realização da pesquisa bibliográfica é fundamental para que se conheça e analise as principais contribuições teóricas sobre um determinado tema ou assunto (LAKATOS, 2014).

No nosso caso, é preciso aprofundar tanto a natureza da complexidade da ortografia de língua portuguesa, quanto do próprio desenvolvimento técnico de engenharia de informática e design de jogo. Por essa razão, o trabalho também é de natureza exploratória porque pressupõe a construção de um suporte de jogo, por isso a interdisciplinaridade com a área de informática se faz necessária.

Seguimos então a sugestão metodológica proposta por Amante e Morgado (2001), as quais definem a construção de um Objeto Virtual de Aprendizagem (OVA) a partir de quatro etapas, sendo elas, (1) a concepção do projeto, ou seja, definição, delimitação do conteúdo que será elaborado; (2) o planejamento, momento no qual buscam-se os aportes teóricos, além de sua estruturação; (3) a implementação, com a construção do objeto em si; e, (4) a validação, com a aplicação do OVA em cursos de extensão, aulas da graduação, entre outros.

Na prática, o desenvolvimento do projeto ocorreu em três etapas distintas, que se complementaram no momento da configuração do tabuleiro com a participação de bolsistas de curso técnico de Informática e da graduação de Sistemas de informação. Em um primeiro momento, ocorreu a discussão de planejamento para a criação do programa em si, utilizando um software livre, na estruturação do template desejado; em seguida, foi preciso

alimentar um programa com um banco de dados, contendo a relação das perguntas das cartas do tabuleiro, com suas respectivas regras gramaticais para que o jogo funcionasse da maneira planejada. E, na última etapa, sucedeu a necessidade de cuidar do design gráfico, ou seja, da parte estética e visual do jogo, do desenho, de modo a garantir beleza entre a imagem aliada ao texto.

Concluída essa etapa, testamos o jogo algumas vezes para verificar a sua funcionalidade, tanto em turmas de nível médio, quando de nível superior e o resultado satisfatório é o que apresentaremos a seguir.

4 | O JOGO EDUCATIVO “TABULEIRO DA ORTOGRAFIA”

O interesse em desenvolver um jogo educativo analógico para a aprendizagem de conteúdos escolares nasceu da experiência prática, tanto de sala de aula, na educação básica e na educação superior, quanto em cursos de extensão, na observação da dificuldade dos estudantes em lidar com os desafios da gramática de língua portuguesa, notadamente quanto ao uso da ortografia. Estes estudantes estão inseridos no universo de cursos ministrados pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC, câmpus Caçador), seja com alunos internos, seja nas escolas públicas estaduais do município de Caçador/Santa Catarina, em atividades de extensão desenvolvidas em 2018 e 2019.

Em trabalho publicado recentemente (SEVERO *et al*, 2019), descrevemos os resultados de uma pesquisa em que se investigou a motivação e percepção dos estudantes do Instituto Federal de Santa Catarina, câmpus Caçador, no uso de jogos com o objetivo de aprendizagem. O texto foi fruto de uma pesquisa aplicada no referido câmpus por meio de um questionário aplicado a cerca de 245 respondentes que buscou identificar o interesse dos alunos por jogos digitais ou analógicos, aprofundando para a experiência e crença que os investigados tinham da aplicação daqueles para fins de aprendizagem.

Os resultados obtidos na pesquisa apontaram positivamente para a relação investigada, justificando a inserção de jogos de natureza diversa no ambiente escolar: percebemos que 85,9% dos respondentes afirmaram jogar com frequência. Em outra pergunta, os que responderam positivamente foram questionados se o jogo que praticavam era eletrônico ou não, podendo ser escolhida as duas alternativas, e encontramos que 86,7% dos respondentes citaram os jogos eletrônicos e 53,9% apontaram os não eletrônicos. Afirmaram também sobre o uso de jogos diversos por partes de seus professores, sendo a disciplina de língua portuguesa a que mais utilizava esse expediente em aula.

Outro dado interessante a observar foi que, quando perguntados se foi possível aprender com os jogos aplicados, 98,8% dos respondentes, ou seja, 241 do total, responderam que sim, foi possível aprender com os jogos aplicados em sala de aula (SEVERO *et al*, 2019, p. 7-9). Essa resposta é interessante, pois mostra o potencial que os jogos digitais ou analógicos têm em relação à aprendizagem.

A utilização de jogos na educação é um dos recursos que possibilita a mediação do aluno com o conhecimento. Por meio deles, o aluno tem acesso ao conhecimento de forma mais prazerosa e lúdica. O professor, agente de promoção do ensino e aprendizagem do aluno, deve manter em sua prática a utilização dos jogos como parte do seu trabalho pedagógico na sala de aula. Assim eles desempenham o contato com o mundo da imaginação e no estabelecimento da autonomia e formação de valores dos estudantes (SEVERO *et al*, 2019, p. 5).

Além dessa evidência interna, com estudantes da própria instituição, realizamos em 2018 uma extensão em uma escola pública no município de Caçador/SC, com estudantes do ensino médio. Foram ministradas oficinas de gramática com o conteúdo da ortografia, mediadas por jogos digitais e analógicos. O relato dessa experiência exitosa foi publicado posteriormente (SEVERO e ANTÔNIO PAULO; 2019) e procurou apresentar a necessidade de se inserir nas aulas de língua portuguesa jogos educativos com objetivo de aprendizagem, fundamentando essa prática baseada na evidência da extensão.

Nessa publicação, os recursos de jogos de aprendizagem usados como ferramentas pedagógicas foram o Kahoot!, um aplicativo digital de *quiz*, que pôde ser jogado através do celular de cada estudante ou pelos computadores da escola e o Jogo do Hífen (digital). Tais recursos fizeram a mediação necessária para a aprendizagem do conteúdo de gramática sobre a ortografia. Percebemos que os alunos prestavam mais atenção à exposição do conteúdo, porque sabiam que iriam colocar em prática o assunto, por meio dos jogos, o que acirrava a competitividade sadia entre os participantes.

Mais do que isso, o elemento lúdico que os jogos trouxeram dinamizou ainda mais o interesse dos estudantes pelo conteúdo formal. O resultado apontou, então, que a aprendizagem realmente foi significativa, o que demonstra o potencial dos jogos, tanto digital quanto analógico, quando utilizados como ferramentas pedagógicas. Arriscamos mesmo a dizer que os jogos podem ser utilizados em qualquer componente curricular, desde que sejam adequados à realidade de cada público e assunto a ser trabalhado (SEVERO e ANTÔNIO PAULO; 2019, p. 2263).

A apresentação desses trabalhos anteriores balizam a importância de se aperfeiçoar os mecanismos de jogo e o entendimento deste como elemento educativo. Revela a necessidade de diversificar as estratégias didáticas de aprendizagem de conteúdos gramaticais para além da transmissão tradicional por meio de exercícios, preenchimento de fichas, provas e outras formas de avaliação escolar.

Além disso, amadureceu a ideia sempre presente de produzir um jogo próprio que contemplasse as necessidades encontradas no cotidiano da sala de aula. Desse modo, o resultado é o que apresentaremos a seguir: um jogo analógico, o qual denominamos de Tabuleiro da ortografia que contempla variados conteúdos, desde o emprego de palavras e expressões, à acentuação gráfica e o uso do hífen. Esses conteúdos da gramática normativa, na verdade, servem para todas as modalidades de ensino, da educação básica ao nível superior, embora indicamos o jogo de tabuleiro para estudantes a partir do 6º ano do ensino fundamental, os quais têm certa maturidade cognitiva para acompanhar os

conceitos de acentuação das palavras e do uso do hífen, por exemplo.

Contudo fica a critério do professor ou de outra pessoa que deseje interagir com o jogo e adequá-lo à sua realidade, pois é preciso conhecer os conceitos ortográficos para poder participar dele de maneira reflexiva.



Figura 1: As regras do jogo e o Tabuleiro da ortografia

Fonte: material dos autores (2020). Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1Kv7WnmdU4okUfWfYmzNU_RZSqUqn2ulm?usp=sharing>

O jogo acompanha um tabuleiro físico, contendo 60 “casas” que vão da linha de partida até a linha de chegada, cujas cartas do jogo podem ser dispostas no próprio tabuleiro em espaço destinado para tanto. O layout do tabuleiro foi produzido para ser impresso no tamanho de 550X410MM em papel-fotográfico, com baixo custo, ou de placa em PVC, que é um pouco mais caro, porém mais duradouro. Para jogar o tabuleiro, é preciso adquirir dados e peões, já que esses objetos não acompanham a produção do mesmo.

Acompanhando o tabuleiro, temos um manual de regras que indica as informações básicas de jogabilidade. São instruções do objetivo do jogo, da preparação de como jogar, do valor de cada carta (do bônus de cada acerto e do ônus de cada erro), da sugestão de tempo estimado para cada jogador (ou equipe) responder às questões e, por último, uma orientação de como se consagra o vencedor do jogo, a depender da situação em que o jogo ocorrer, se em casa ou em sala de aula. Isso porque, uma equipe ganha a partida quando entra na linha de chegada primeiro ou se estiver mais à frente no tabuleiro, no momento em que acabar o tempo, em uma partida que foi imposta um tempo limite de duração.

Antes de passarmos para a descrição das cartas do jogo, é preciso dizer que há de se construir também algum suporte (tipo uma caixa) para depositar os objetos do jogo, como dado, peões, cartas, manual de regras, pois o nosso objetivo foi o de produzir o jogo em si e disponibilizá-lo para o público em geral, sem custos, por meio do link já indicado na nota de rodapé.



Figura 2: Algumas cartas do jogo de Tabuleiro da ortografia

Fonte: material dos autores (2020). Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1Kv7WnmdU4okUfWfYmzNU_RZSqUqn2ulm?usp=sharing>

As cartas do jogo versam sobre conteúdos variados da ortografia, mas que, por orientação didática, é preciso explicá-las. As cartas azuis referem-se ao conteúdo da acentuação gráfica, por isso, para dar conta de respondê-las corretamente, o estudante precisa estudar as regras de acentuação de palavras oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas; as cartas vermelhas exigem o conhecimento do uso do hífen (esses tópicos estão de acordo com a nova ortografia); já as cartas amarelas (excluída da figura 2 por questão de delimitação de espaço apenas) abordam assuntos relacionados ao emprego de palavras e expressões sobre as dúvidas frequentes que acompanham todo usuário da língua durante a sua vida, por exemplo, o uso dos “porquês”, do “mal/mau”, do “onde/aonde”, “há/a”, dos homônimos e parônimos (descrição/discrissão etc), dentre outras questões do conteúdo de ortografia da gramática normativa.

Há ainda outros dois tipos de cartas, chamadas de cartas “bônus”, as cartas com a figura da boca aberta, nas quais é preciso soletrar e têm um nível médio e difícil de palavras da língua portuguesa (por exemplo: exceção, suscitar, dissentir, canalizar, fusível, dentre outras). O último tipo de cartas é a do símbolo com interrogações, às quais denominamos de “charada” e foram inspiradas e adaptadas de perguntas quadro o Jogo das 3 pistas do Programa do Sílvio Santos. Essas cartas de charada não têm a ver com a ortografia, mas foram inseridas no jogo porque desautomatizam a expectativa enfadonha de só conter questões gramaticais e, por isso mesmo, proporcionam mais dinamismo ao jogo. O tamanho de todas as cartas são de 4cm x 6cm, conforme a diagramação que consta no tabuleiro.

A experiência de teste que foi realizada após a conclusão do jogo nos mostra alguns limites e possibilidades. A orientação é a de que o jogo não seja o objeto de aprendizagem em si mesmo, mas a mediação necessária para o estudo da ortografia, que é o mais importante, por isso o professor precisa apresentar o conteúdo paulatinamente, em sala de aula, e acompanhar a aprendizagem dos estudantes. Ao todo são cerca de 180 cartas que compõem o tabuleiro da ortografia, divididas igualmente entre as tipologias descritas

nos parágrafos anteriores, o que dá, em média, a possibilidade de jogar três a quatro vezes com a mesma turma, em partidas que demoram cerca de 40 minutos de tempo de jogo. Desse modo, é preciso compreender que o jogo não é de entretenimento (no sentido comercial do termo) e provavelmente não atrairá a atenção dos alunos por muito tempo, por isso reforçamos a tese de que o mais importante é o ensino da ortografia, que pode ser feito por meio de diversas estratégias, sendo o tabuleiro apenas mais uma delas.

À medida que as dinâmicas de utilização do tabuleiro foram se realizando, foi possível constatar diversos benefícios à aprendizagem. Em consonância com o pensamento de Moratori (2003), consideramos importante utilizar jogos didáticos no ensino, porque eles auxiliam em vários aspectos: na fixação de conceitos já aprendidos de uma forma motivadora para o estudante; na introdução e desenvolvimento de conceitos de difícil compreensão; no desenvolvimento de estratégias de resolução de problemas (desafio dos jogos); no aprender a tomar decisões e saber avaliá-las; propicia o relacionamento de diferentes disciplinas (interdisciplinaridade); participação ativa do estudante na construção do seu próprio conhecimento e socialização entre estudantes e a conscientização do trabalho em equipe. Além disso, os jogos ainda podem contribuir para o desenvolvimento da criatividade, de senso crítico, da participação, da competição sadia, da observação, das várias formas de uso da linguagem e do resgate do prazer em aprender.

A utilização do jogo “Tabuleiro da ortografia” tem possibilitado a percepção de que os estudantes se engajam mais no estudo da ortografia quando eles sabem previamente que a interação educativa envolverá o trabalho com o jogo. É comum eles consultarem o assunto da gramática com antecedência para assimilarem as regras a fim de participar do jogo, provavelmente por causa da atmosfera de competição que o momento provoca.

Com Freire (1996) entendemos que um educador progressista deve se preocupar com uma prática educativa na qual o educando seja desafiado, sendo essa uma das condições que colabora para formação de sua autonomia discente. Assim, por meio da produção e uso do jogo é reforçada a importância de práticas educativas que invistam em alternativas lúdicas para aprendizagem, instigando maior interesse, participação e postura ativa dos discentes, os quais se sentem desafiados nesse processo de construção de conhecimento.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jogos educativos com objetivo de ensino-aprendizagem vem se tornando ferramentas lúdicas importantes enquanto estratégias de motivação e engajamento dos estudantes frente a conteúdos complexos. Como foi demonstrado, a ortografia pertence ao universo dos conteúdos complexos gramaticais de língua portuguesa, pois há muitas regras tanto regulares, mas principalmente, irregulares que dificultam a assimilação do assunto.

Há várias formas de planificar atividades que contemplem ensinar a ortografia na escola e a maioria delas lançam mão da exposição do conteúdo por parte do professor, com posterior aplicação prática de exercício de fixação ou com o auxílio do livro didático,

dentre outras estratégias. Poucas vezes, contudo, o professor dispõe de uma metodologia que tome o jogo como objeto mediador da aprendizagem. Nessa perspectiva, o presente trabalho procurou oferecer outra possibilidade, preenchendo essa lacuna existente no cotidiano escolar.

Ao longo desta pesquisa foi possível observar o quanto essa estratégia promove uma postura ativa do alunado no qual os elementos constitutivos do jogo propiciam prazer, entretenimento, autonomia de decisão, conexões pessoais/interação, desafios e por fim, um ambiente facilitador do conteúdo, possibilitando um aprendizado significativo.

Podemos afirmar que a criação do Tabuleiro da ortografia visa atender a uma demanda educativa na qual formas criativas de apresentação do conteúdo possam engajar o estudante na aprendizagem deste conteúdo. Desta forma, através da disponibilização gratuita no drive citado anteriormente, visamos trazer ao cenário educacional brasileiro novas contribuições aos estudos de métodos de aprendizagem em língua portuguesa.

6 | AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem especialmente aos bolsistas Keven Santos de Carvalho, Vinicius Bortolini, Sandra Maria das Neves, Carolina Martins Gonçalves e Kevelin Martins Gonçalves.

REFERÊNCIAS

ALVEZ, L.; COUTINHO, I. de J. (Org.) **Jogos digitais e aprendizagem**. São Paulo: Papyrus, 2016.

AMANTE, L.; MORGADO, L. Metodologia de Concepção e Desenvolvimento de Aplicações Educativas: o caso dos materiais hipermedia. In: Revista Discursos: **língua, cultura e sociedade**. Portugal, v. 3, n. especial, p. 27-44.

ANTUNES, I. **Aula de português** - encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BRASIL/MEC. **Parâmetros curriculares nacionais** - língua portuguesa. Brasília: Mec/Secretaria de Ensino Fundamental, 1997.

FÁVERO, L. L. & I. G. V. KOCH. **Linguística textual**: Introdução. São Paulo: Cortez, 1983.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3 ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz & Terra, 1968.

_____. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

GERALDI, João W. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1984.

LEAL, T. F. e Roazzi, A. A criança pensa... e aprende ortografia. In: MORAIS, Artur Gomes de (org). **O aprendizado da ortografia**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 99-120.

MARCUSCHI, Luiz. A. **Linguística de Texto**: o que é e como se faz. Recife: UFPE, 1983.

MORAIS, A. G. **Ortografia**: ensinar e aprender. São Paulo: Ática, 1998.

_____. de. Ortografia: esse peculiar objeto de conhecimento. In: MORAIS, Artur Gomes de (org). **O aprendizado da ortografia**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-20.

MORAN, J. M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo: Papyrus, 2000.

MORATORI, P. B. **Por Que Utilizar Jogos Educativos no Processo de Ensino**

Aprendizagem? Disponível em: <<http://www.nce.ufrj.br/ginape/publicacoes/trabalhos/PatrickMaterial/TrabfinalPatrick2003.pdf>>. Acesso em 01 de novembro de 2018.

PRESNKY, M. **Aprendizagem baseada em jogos digitais**. São Paulo: SENAC, 2012.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas-SP: ALB, Mercado das Letras, 2001.

SEVERO, D. et al. Desafios e possibilidades com jogos de aprendizagem na educação profissional. **Revista Tecnologias na Educação**, Araranguá/SC, Ano 11 - Número/Vol. 19, Agosto/2019. p. 2-10. Disponível em: <<https://tecedu.pro.br/wp-content/uploads/2019/08/Art2-Ano-11-vol29-Agosto-2019.pdf>>. Acesso em: 06/11/2019.

SEVERO, D., ANTÔNIO PAULO, M. Oficinas de gramática sobre a nova ortografia por meio de jogos educativos. in: II Congresso Internacional de Ensino - CONIEN, UENP, 2019, Cornélio Procópio. **Anais eletrônicos...** II Congresso internacional de ensino, UENP, 2019, Cornélio Procópio, 08 a 10 de maio de 2019. Disponível em: <http://eventos.uenp.edu.br/conien/wp-content/uploads/2017/04/10.-TecnologiasMidiaEnsino.pdf>. Acesso em: 11 junho de 2020.

VELOSO, G. M. **Fundamentos e metodologia de língua portuguesa I**. Belo Horizonte: Editora Unimontes, 2015.

GUERRA, FOME E GENOCÍDIO: A SECA DA TAQUARA E O EXÉRCITO NO ENCALÇO DOS CABOCLOS DA REGIÃO DO CONTESTADO (1910-1923)

Delmir José Valentini
(UFFS/Chapecó)

1 | INTRODUÇÃO

A Guerra na Região do Contestado foi antecedida por mudanças abruptas, principalmente no campo econômico. A inauguração da Ferrovia São Paulo-Rio Grande, em dezembro de 1910, consolidou a chegada do capital internacional na Região e, ainda, o início das atividades madeiras e colonizadoras pela *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*. No ano seguinte, um edital publicado pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, no jornal “O Palmense”, alertava os moradores:

Este faz saber que é expressamente proibido invadir ou ocupar os terrenos pertencentes à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, situados em ambas as margens do Rio do Peixe e em outras localidades onde, por concessão estatal, a Companhia da Estrada de Ferro possui terras que já foram ou estão sendo medidas e demarcadas por ela. (...) Fazendo ciente aos que nela trabalharem ou se estabelecerem, que procederá judicialmente contra os invasores, tornando-os responsáveis por perdas e danos. E para que ninguém alegue ignorância, mandou fazer o presente que será fixado nos lugares mais públicos e publicado pela imprensa. Para informações concernentes a terras para venda pela companhia da Estrada de Ferro, dirija-se a (...) Coronel Henrique Rupp – Inspetor, Campos Novos, Santa Catarina. Francis E. Cole – Comissário de Terras, Curitiba – Paraná (O PALMENSE *apud* BERNARDET, 1979, p. 51-52).

Muitos moradores já estavam estabelecidos nas terras próximas ao Rio do Peixe, de longa data, e viviam na condição de posseiros. Para o historiador Oswaldo Rodrigues Cabral, a concessão feita à Ferrovia São Paulo-Rio Grande foi a causa do desalojamento dos moradores das terras devolutas: “O Caboclo da região, valente, embora humilde, foi ainda vítima de mais uma injustiça. Sobre o Vale do Rio do Peixe, em terras devolutas, instalara, aqui e além, o seu rancho, a sua pequena roça. Vivia rudimentarmente, esquecido no meio do mato. Lembraram-se dele, entretanto, para expulsá-lo das terras que ocupara” (CABRAL, 1960).

Num relatório da Companhia Lumber, estava evidenciado que o projeto de extração madeira e de colonização na Região do Contestado enfrentaria dificuldades, mesmo depois do acerto dos limites interestaduais: “Esta propriedade sempre teve intrusos na mesma (...). Muitos destes intrusos foram nascidos e criados na propriedade assim como seus pais, e para fazê-los se retirar agora encontraríamos grandes dificuldades”. (Relatório da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* ao presidente da *Brazil Railway Company* de abril de 1917).

Mesmo antes da chegada da ferrovia na Região do Contestado, não se pode afirmar que a situação era tranquila. Segundo Duglas Teixeira Monteiro (1974, p. 43-49), no mundo

rústico do sertanejo, existia a “violência costumeira” era componente das duras condições de vida impostas por “obra do destino”, pelas questões de honra, pelas questões políticas e pela violência relacionada a questões de terra. Própria do mundo rústico, a inexistência de escolas, de igrejas, de hospitais ou de delegacias relegava a resolução dos conflitos à constituição dos grupos protegidos e a serviço dos coronéis. Com o capital internacional, chegou a “violência inovadora” que provocou mudança nos costumes e nos modos de encarar a vida e de se resolver as pendengas.

Monteiro apontou traços dessa violência inovadora nas atividades da construção da ferrovia, exemplificando a chegada de levas de homens de diversas capitais brasileiras, “recrutados mais ou menos à força”. Novas relações de trabalho foram estabelecidas e os conflitos passaram a ser resolvidos pelo “corpo de segurança particular” das empresas que aqui se estabeleceram. A Região, já carregada de tensões, contou com novos e diferentes componentes:

O estabelecimento da *Brazil Railway*, como também, da *Southern Lumber* na área faz com que surjam modalidades novas de controle, de violência e de repressão. Se ambas dispunham de polícia própria, distinguia-se esta dos bandos tradicionais de capangas por estar a serviço de interesses econômicos anônimos e não à disposição dos interesses pessoais de determinados “coronéis” (MONTEIRO, 1974, p. 44).

Nas áreas de concessão das empresas advindas com a ferrovia, posseiros foram expulsos pelos grupos particulares de segurança e muitos transformados em “intrusos”, dando “origem a uma numerosa massa marginalizada, criando um clima de incerteza, inclusive entre pequenos proprietários e fazendeiros médios”. (*Ibid.*, p. 45).

Os primeiros despejos, segundo Vinhas de Queiroz, ocorreram no ano de 1911: “Contra os posseiros que se recusavam a retirar-se dessas extensões, Achilles Stengel enviava o Corpo de Segurança da empresa, composto então de 200 homens” (VINHAS DE QUEIROZ, 1981, p.73).

Além dos primeiros despejos, o ano de 1911 também ficou marcado pela seca da taquara, um flagelo natural que piorou o quadro de carestia e que agravou a crise. Tais fatos reforçam a afirmação de Donald Schüller de que a Guerra do Contestado “foi um massacre do poder econômico contra camponeses espoliados e desassistidos”. (SCHÜLLER, 1996, *Jornal o Contestado*).

Com a seca da taquara a miséria foi aguda. A falta do milho, devorado pelos ratos, dos pinhões, pela derrubada dos pinheiros e pelos despejos das terras onde viviam, o quadro dos “errantes do novo século” foi perambular pelos sertões e buscar em José Maria a esperança de um tempo de Justiça e de felicidade na imaginação e na criação das cidades santas, ambiente místico, esse que confortava os atribulados sertanejos da Região do Contestado.

Deste modo, o início da Guerra do Contestado ocorre a partir da aglomeração em torno de José Maria, que acolheu um grupo de moradores no interior do Município de

Curitibanos, acabou envolvido nas disputas políticas entre os coronéis de Curitibanos e Campos Novos e depois de ameaçado pelas forças de Segurança do Estado de Santa Catarina, acompanhado de um grupo de seguidores, atravessou o Rio do Peixe e foi para o Irani, onde foi atacado pelo Regimento de Segurança do Estado do Paraná. Após a morte de José Maria neste primeiro combate, restaram aos sertanejos o desgosto pela tragédia, as armas abandonadas pelos soldados e a crença de que José Maria iria ressuscitar.

Os moradores da Região do Contestado, iniciaram em 1910 uma década atribulada, um quadro de “complexas variantes”, assim denominado por Celso Martins (2007), referindo-se ao cenário após o Combate do Irani. Os sobreviventes enterraram seus mortos e principiaram a dispersar-se pela Região. Os que ainda tinham onde morar, voltaram para os ranchos: “Empregados da estrada de ferro à margem do Rio do Peixe, informaram que diversos sobreviventes do combate do Irani passaram para Santa Catarina, conduzindo amigos e parentes feridos, alguns em estado grave” (VINHAS DE QUEIROZ, 1981, p. 105).

Quase um ano após este primeiro combate houve um reencontro dos sertanejos nos redutos ou nas cidades santas. Tudo reiniciou quando Eusébio Ferreira dos Santos, lavrador de Perdizes Grandes, que esteve com José Maria antes da partida para o Irani, convocou os vizinhos para o retorno à cidade santa de Taquaruçu. As notícias do combate, da morte e do presságio da ressurreição de José Maria chegaram até ali e foram acolhidas com veneração. Não apenas Eusébio, mas também Manoel Alves de Assunção Rocha cultivavam obstinada devoção a José Maria.

Teodora, uma neta de Eusébio, menina órfã de mãe, teve as suas primeiras visões: afirmou que José Maria conversou com ela. A notícia espalhou-se logo e muitos acorreram até a casa de Eusébio, buscando remédios e novidades. Sobre as visões de Teodora, ninguém duvidou: as ordens que a menina transmitia passaram a ser cegamente obedecidas.

No segundo semestre de 1913, chegou Eusébio com a família, e alguns gêneros de primeira necessidade, a Taquaruçu. Acampou em um galpão de Francisco Paes de Farias, onde aguardariam a ressurreição de José Maria. Em poucos dias, o arranchamento feito próximo à casa de Francisco ganhou ares de vilarejo, aumentando, dia após dia, o número de habitantes. Uma semana depois da chegada, segundo Vinhas de Queiroz, encontravam-se no local mais de 300 pessoas. Estava ressurgindo a “*cidade santa de Taquaruçu*” (VINHAS DE QUEIROZ, 1981, p. 125).

Taquaruçu tornou-se a cidade santa, sendo instituída ali uma série de normas que iriam reger a vida dos sertanejos nos redutos: normas que se modificaram com o passar do tempo, entre outras, a que identificava como irmão quem raspasse a cabeça e andasse com fita branca no chapéu.

Foram instituídas as “Formas e o Quadro Santo”, a partilha dos bens entre os irmãos e a obediência ao representante de José Maria. Com quatro cruzeiras erigidas nos cantos, as procissões percorriam todo o terreiro e paravam na frente de cada cruz para recitar orações e dar vivas aos santos e a “São João Maria”. As formas eram os momentos de orações matutinas, vespertinas e noturnas. Recriaram-se os “Pares de França” (denominação

inspirada nas leituras das histórias fantásticas do Rei Carlos Magno) para prestarem auxílio nas solenidades das *formas*. As atribuições dos *Pares de França* se modificariam a partir de Caraguatá, a princípio, intermediários entre videntes e os demais. Cumpriam, de início, um papel religioso. Nas *formas*, além do encontro místico, era o momento de repassar as ordens que vinham de José Maria.

A cidade santa de Taquaruçu ganhou adeptos de todos os lados, desde posseiros, lavradores, ex-trabalhadores das empresas que haviam se instalado na região e até pequenos e médios proprietários. Segundo Duglas Teixeira Monteiro, o território conflagrado abrangeu uma área entre 25 e 28.000 km² e mais de 20.000 sertanejos que viviam na região. Os sertanejos que estiveram nas cidades santas conviveram em grupos estimados de 300 até 5.000 habitantes (MONTEIRO, 1974).

Foi no Reduto de Taquaruçu que começaram os confrontos entre os sertanejos e as forças oficiais. Em dezembro de 1913, ocorreu o primeiro choque entre a Força Pública catarinense e os sertanejos, entretanto, no dia 08 de fevereiro de 1913, o Exército brasileiro, com um efetivo de aproximadamente 700 soldados, bombardeou e arrasou a cidade santa de Taquaruçu. O médico do Exército assim descreveu a cena:

O estrago da artilharia sobre o povoado de Taquaruçu era tremendo: grande número de cadáveres, calculados por uns em 40 e por outros em 90 e tantos; pernas, braços, cabeças, animais mortos, bois, cavalos, juncavam o chão; casas queimadas ruíam por toda a parte. Fazia pavor e pena o espetáculo que então se desdobrava aos olhos do espectador: pavor dos destroços humanos; pena das mulheres e crianças que jaziam inertes por todos os cantos do reduto (CERQUEIRA, 1936, p. 20-21).

Antes da destruição do Reduto de Taquaruçu, os sertanejos já haviam erigido Caraguatá. Não cabe aqui descrever todas as cidades santas por onde estiveram os sertanejos entre 1912 e 1915. Entre aqueles que a História destacou os maiores registros estão em Taquaruçu, Caraguatá, Bom Sossego, Caçador, Santa Maria, São Miguel e São Pedro. Por vezes, com denominações diferentes para o mesmo local, alguns menores, chegaram a ser apenas guardas avançadas.

Observa-se que os líderes do movimento sertanejo passaram por mudanças no decorrer dos acontecimentos. No início, habilidades religiosas garantiam a ascensão sobre os demais; porém, na etapa final, características belicosas garantiam o comando e os rumos do movimento. A organização dos Pares de França também sofreu modificações com o passar do tempo, principalmente no que diz respeito à tarefa que competia aos seus integrantes. Nos primeiros tempos, desempenhavam atividades ligadas mais à organização religiosa das *formas*. Quando Venuto Baiano se tornou Comandante de Briga, substituiu os Pares de França existentes por exímios esgrimistas. Os Pares de França passaram a ser 24 sertanejos, escolhidos entre os mais ágeis no manejo do facão, e mais um tamboreiro que rufava o seu instrumento, para encorajar os combatentes. Em depoimento de João Maria de Góis, um dos remanescentes da Guerra do Contestado que foi tamboreiro dos pares de França, “os Pares de França eram homens escolhidos, de talento, de frente, bem

armados iam avançando”.

Para se protegerem das armas inimigas, carregavam sempre consigo, nas “gibeiras”, orações que acreditavam ser poderosas para fechar o corpo. A princípio, estavam a serviço da virgem, compondo a guarda de honra e auxiliando nas *formas*. De Caraguatá em diante, estavam a serviço do comandante geral. Além de participarem efetivamente nos momentos decisivos dos combates, obedeciam às ordens, aterrorizando os vacilantes e os inimigos do comandante. Assim o sonho da convivência fraterna, com o passar do tempo, transformou-se em pesadelo. Os ataques das forças oficiais espalharam o constante medo e a morte nos redutos, que eram destruídos e queimados, após serem tomados. O aumento do número de pessoas nos redutos escasseava os alimentos; seguiam-se a fome, a miséria e as doenças. Não bastasse, nos últimos redutos, sob o comando de Adeodato, foi proibida a saída dos sertanejos. A pena capital passou a ser fato corriqueiro no cotidiano dos redutos, até lamentações e choros foram proibidos.

O auge do conflito ocorreu com a destruição do Reduto de Santa Maria, onde o Exército brasileiro encerrou a sua “campanha” e a etapa final foi marcada pela participação decisiva dos vaqueanos, muitos dos quais antigos moradores das cidades santas. Santa Maria chegou a reunir, de uma só vez, aproximadamente 5.000 habitantes. Na transferência do reduto-mor de Caçador para Santa Maria, o primeiro não foi abandonado: “Dali até Santa Maria estendiam-se nove quilômetros de estrada que aos poucos foi sendo ladeada de casas, formando um casario quase ininterrupto” (VINHAS DE QUEIROZ, 1981, p. 240). Desta forma, Caçador transformou-se em uma guarda que protegia a entrada do Vale de Santa Maria. Além dos famosos piquetes que partiam em busca de comida, de armamento e até de pessoas para engrossar as fileiras de participante das cidades santas, existiam as guardas que protegiam dos ataques oficiais ou, na pior hipótese, protelavam o avanço e davam o tempo suficiente para as pessoas se dispersarem pelas matas até a formação de uma nova cidade santa.

Em 08 de fevereiro de 1915, marcharam três batalhões reforçados por duas seções de metralhadoras sobre o Reduto de Santa Maria. A guarda que o defendia, liderada por Adeodato e Olegário Ramos, com 100 homens entrincheirados em um desfiladeiro, conseguiu segurar todo o efetivo oficial: “O combate durou o dia inteiro, sem que a guarda tivesse sido tomada” (*Ibid.*, p. 255).

O pesadelo também bateu nas tropas oficiais, e os comandantes são unânimes em narrar as dificuldades da luta contra os sertanejos que usavam de “artimanhas” na luta, estratégias que o próprio Exército desconhecia e que de nada adiantava a superioridade bélica. O Tenente Assumpção declara que “a facilidade com que os jagunços manejavam o facão superava em muito a dificuldade com que a carga da baioneta era dada dentro da mata, onde o manejo da carabina é dificultado pelo seu comprimento” (D’ASSUMPÇÃO, 1917, v. 1).

Para o General Setembrino, as táticas de luta dos sertanejos não ensinavam as forças oficiais preparadas para a “Campanha Clássica” ou para a “Grande Guerra”, no entanto advertia, ao apontar as falhas, “mostrando-nos com sinceridade nua dos fatos, que precisamos melhorar intelectualmente, moralmente, praticamente”. O General segue

detalhando que os sertanejos tiravam vantagem das emboscadas, visto que se escondiam em posições “inteligentemente escolhidas nas estradas que conduzem aos redutos, e procuram mantê-las com o máximo vigor”: “estavam trepados em árvores, ocultos pelas folhagem, caçando à vontade” e no chão são bons esgrimistas de facão, exímios no aproveitarem, como defesa, os acidentes do solo” (CARVALHO, 1916).

E neste cenário de lutas, onde cada cidade santa desbaratada custava muitas vidas de lado a lado que, em abril de 1915, aconteceram os maiores confrontos da Guerra do Contestado entre o Exército brasileiro e os sertanejos protegidos pelas matas, pelas serras e pelos vales acidentados do Reduto de Santa Maria.

Após renhidos combates, as artimanhas e as táticas de luta dos sertanejos foram vencidas pelas armas do fogo. Desbaratada a resistência cabocla, o reduto de Santa Maria virou cinzas. Os militares venceram a campanha e assim ficou registrada a queda da maior cidade santa da Guerra do Contestado:

O número de jagunços mortos que foi possível contar se eleva a 600... Relata que as mulheres também foram mortas e não fala nas crianças. Garante que os redutos de Caçador e Santa Maria estão extintos e conclui que: “não posso garantir que todos os bandidos que infestam o Contestado tenham desaparecido, mas a missão confiada ao Exército, cujo desempenho dependia do assalto ao Reduto de Santa Maria, está cumprida (CARVALHO, 1916).

Os soldados do Exército rumaram para a Estação do Rio Caçador e retornaram aos quartéis. Os sertanejos, liderados por Adeodato, ainda erigiram os Redutos de São Miguel e São Pedro. Ambos foram destruídos, bastando a participação das forças estaduais e dos vaqueanos, muitos dos quais eram antigos moradores das cidades santas.

Manoel Martins, antigo morador da cidade santa de São Pedro, contou que nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 1915, as Forças Públicas e os vaqueanos atacaram o Reduto, estabelecido no exato local onde hoje é a cidade de Timbó Grande, Santa Catarina, no momento das orações da *forma* no quadro santo. De surpresa, destruíram o Reduto, matando os que não conseguiram fugir nem se entregar.

Após cair a última cidade santa da Guerra do Contestado, para evitar novos ajuntamentos, a Força Pública catarinense permaneceu na Região, comandada pelo Capitão Vieira da Rosa, que tratava de prender os antigos moradores dos redutos que perambulavam a esmo, desnorteados e famintos. O Capitão, informado de que os sertanejos haviam sido dispersados, “mandou os piquetes trazer aquele povo que estava extraviado pelos matos. (...) Foram reunidos grupos de miseráveis que mal podiam caminhar” (LEMOS, 1989, p.73).

Traumatizados e com medo das execuções, os sobreviventes que se entregavam, culpavam Adeodato por estarem nos redutos. O historiador Pinheiro Machado descreveu a “demonização” que ocorreu ao último líder sertanejo:

Os sertanejos que tinham o azar de encontrar pela frente os piquetes vaqueanos de Pedro Ruivo, em Canoinhas, ou Colette, em Santa Cecília do Rio Correntes, sabiam que seriam massacrados sem piedade. Estes procedimentos acentuaram o discurso de vitimização dos que se apresentavam, semelhante a uma ladainha. Afirmavam que estavam vivendo à força nos redutos, sob a ameaça violenta e onipresente de Adeodato (MACHADO, 2004, p. 326).

O número de mortos da Guerra do Contestado é estimado entre três a oito mil pessoas, com grande dificuldade de cálculos já que a grande maioria dos caboclos sequer tinham documentos, e as causas vão desde os que tombaram em combates, pela fome, pelas doenças ou pelas execuções sumárias. O número de combatentes efetivos das tropas oficiais chegou a seis mil soldados segundo Monteiro, um terço do Exército Republicano brasileiro, apoiado por aproximadamente mil vaqueanos da região e pelas Forças Públicas do Paraná e de Santa Catarina (MONTEIRO, 1974).

2 | O CAPITÃO JOÃO TEIXEIRA MATTOS DA COSTA

A participação do Exército brasileiro na Campanha do Contestado ficou registrada em diversos livros elaborados pela geração de militares da República Velha. Muitos haviam lutado contra os movimentos monarquistas do período e enfrentado o pesadelo de Canudos, o que pareceu se repetir na Região do Contestado. Dos últimos comandantes militares que atuaram no Contestado, dois se destacaram: João Teixeira Mattos da Costa e Setembrino de Carvalho.

João Teixeira Mattos da Costa nasceu em 1875 no Estado do Rio de Janeiro. Em maio de 1889, foi admitido na Escola de Aprendizes e Artilheiros. Em 1891, foi transferido para o Quinto Regimento de Artilheiros, passou pelo 16º Batalhão de Infantaria e esteve à disposição da Escola Militar na então Capital Federal (DA COSTA, 1946).

Durante a carreira militar, Mattos da Costa recebeu diversas promoções e passou por vários regimentos antes de iniciar as viagens de campanha. Em 1894, ocupou o posto de Segundo Sargento, embarcou para São Paulo (Itararé), marchando em uma coluna expedicionária para o Paraná. Passou, ainda, para Primeiro Sargento e depois Alferes. Durante este tempo, também chegou a ser preso durante 15 dias “por ter respondido de modo inconveniente ao seu comandante de companhia”. No mesmo ano, foi louvado pela lealdade, pelo patriotismo e pela alta compreensão de seus deveres militares, “durante o tempo em que fez parte do Batalhão da divisão, no intuito de sufocar a revolta contra o Governo legalmente constituído” (DA COSTA, 1946, p. 2).

Esteve no Rio Grande do Sul em 1896, no Batalhão de Infantaria, onde recebeu elogios do General Comandante do Sexto Distrito Militar em nome do Presidente da República “pelos bons serviços prestados, conservando-se observador da disciplina e do cumprimento dos seus deveres e pela irrepreensível conduta que soube manter de modo a concorrer eficazmente para o glorioso feito da pacificação do Rio Grande do Sul e sua consolidação” (DA COSTA, 1946, p. 3).

Depois de voltar para o Rio de Janeiro em 1897, empreendeu com o Exército a fastidiosa marcha e luta contra os sertanejos seguidores de Antônio Conselheiro. Após destacada participação militar no combate aos sertanejos de Canudos, “sendo louvado pela boa vontade que revelou, atividade e zelo no serviço, sendo declarado que o Batalhão jamais esquecerá a conduta distinta que teve no assalto de outubro de 1897 em Canudos” (DA COSTA, 1946, p. 5) Retornou à Capital Federal, onde, após outras proezas, foi louvado pelo General - Chefe do Estado Maior do Exército, Senhor Hermes Rodrigues da Fonseca “pela exemplar conduta, inteligência e acentuado zelo de que deu exuberantes provas durante a Administração do mesmo Senhor General e agradeceu-lhe o carinho afetuoso com que o distinguia e que o deixava inteiramente à vontade no batalhão” (*Ibid.*, p. 8).

Mattos da Costa esteve ainda à disposição do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas para servir na Comissão de Linhas Telegráficas no Mato Grosso, Acre e Amazônia: “Louvado pelo zelo, interesse, inteligência e lealdade com que se houve no comando interino da companhia, demonstrando ainda mais uma vez ser um oficial brioso e distinto” (*Ibid.*, p. 11).

Em 1914, Mattos da Costa foi promovido a posto de Capitão e iniciou a sua participação na Campanha do Contestado. No dia 06 de junho, “assumi o comando do Batalhão na Cidade de Curitiba, embarcando na mesma data com o referido corpo; desembarcando no dia 07 em Porto União da Vitória, onde aquartelou” (DA COSTA, 1946, p. 13). Começou a sua curta e interessante atuação no combate aos sertanejos da Região do Contestado.

Mattos da Costa substituiu o General Mesquita no comando das operações militares no Contestado. Mesquita, em breve atuação malograda, citou que “explorações políticas” e “explorações econômicas” são as causas da revolta dos sertanejos. Em seu relatório, depois de exonerar-se, o General Mesquita escreveu que não queria andar com forças federais “à cata de bandidos como capitão do mato do tempo da escravatura”. Culpou os governos de Santa Catarina e Paraná pela infestação de “elementos perniciosos”, pois ambos “descuram da instrução, deixando a ignorância campear livremente, chegando o fanatismo a constituir grupos” (SOARES, 1931, p. 72).

A simpatia pelos sertanejos, na condição de explorados, não era apenas do General Mesquita. Mattos da Costa também simpatizou com a visão de um movimento de sertanejos que não sabiam defender os seus direitos de outra forma e recebeu na História o mérito de procurar entender os caboclos. Paulo Pinheiro Machado relatou que, em maio de 1914, Mattos da Costa enviou emissários ao Reduto Bom Sossego para negociações no sentido de estancar o movimento rebelde. O próprio Mattos da Costa teria visitado Maria Rosa para as negociações de paz (MACHADO, 2004, p. 49).

Em junho de 1914, Mattos da Costa estava em Curitiba e fez declarações à imprensa, tentando evidenciar a exploração dos sertanejos feita pelos coronéis. A nota dizia:

Os jagunços queixam-se de que o coronel Arthur de Paula e outros chefes políticos tomaram as terras que habitavam e agora lhes impedem de recorrer às terras devolutas do Governo, por se terem apossado delas pessoas conhecidas e que têm facilidade de obter dos governos, grandes territórios nos dois Estados (PEIXOTO, 1916, p. 229-230).

Na biografia militar do Capitão, consta que ele solicitou permissão para ir até a Capital e obteve autorização do Ministro da Guerra. Sensibilizado com a luta dos sertanejos, o Comandante viajou para o Rio de Janeiro para conferenciar, para mostrar documentos ao Ministro da Guerra e para explicar o que ocorria no Contestado. A frase célebre que expressa o entendimento do Capitão, que comandou as Forças Oficiais no Contestado, entre maio e setembro de 1914, foi assim relatada por Peixoto:

A revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança. A questão do Contestado se desfaz com um pouco de instrução e o suficiente de justiça, como um duplo produto que ela é da violência que revolta e da ignorância que não sabe outro meio de defender o seu direito (PEIXOTO, 1916, p. 94).

Enquanto o Capitão tentava uma solução pacífica, os ânimos exaltados e a violência desenfreada faziam parte do cotidiano dos sertanejos, que revidavam os ataques sofridos em Taquaruçu e Caraguatá, atacando e incendiando estações e madeireiras da *Brazil Railway Company*.

Entre os dias 5 e 6 de setembro de 1914, um grupo de mais de duzentos sertanejos atacou e incendiou as estações ferroviárias de Calmon e São João dos Pobres, atual cidade de Matos Costa. Em Calmon, além da estação, queimaram a madeireira Lumber, que fazia parte da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, estabelecida ao lado dos trilhos:

A grande serraria da Companhia Lumber ardeu totalmente. Os grandes empilhamentos de pinho já beneficiados, abrangendo uma área enorme, em poucas horas se transformaram em cinzeiros esparsos. Os galpões dos maquinismos, no dia imediato, eram esteios carbonizados em meios de vasta praça onde as engrenagens, contorcidas pelo calor do fogaréu, se destacavam como esqueletos dos engenhos mecânicos. Em meio de tanta ignomínia, os corpos inertes das vítimas ficaram expostos aos porcos famintos, cujos donos haviam fugido ou tombado indefesos (*Ibid.*, p. 232-233).

Em telegrama enviado ao Governo Federal, Shermann Bishop, diretor americano da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, protestou e ameaçou cobrar os prejuízos se as Forças Federais não berrassem o avanço dos piquetes sertanejos:

Está em abandono a zona infestada pelos fanáticos, havendo falta de garantias individuais e para as propriedades. Por isso vimos perante o chefe da Nação protestar contra a retirada das forças responsabilizando a União pelos prejuízos que possamos sofrer naquela zona procurando assim salvaguardar os interesses nossos, que possam ser lesado, em consequência daquele ato, pois é sabido que as povoações estão ameaçadas por uma horda de fanáticos, conforme protesto que lavramos hoje perante os representantes da justiça federal, para a todo tempo fazermos valer os nossos direitos (SOARES, 1931, p. 91).

Na noite do dia 05 de setembro de 1914, o agente da Estação de São João telegrafou

para União da Vitória, avisando que “para as bandas de Calmon, um grande clarão se levanta ao céu, parecendo-lhe um incêndio a lavrar nos depósitos da *Lumber Company*” (VINHAS DE QUEIROZ, 1981, p.170).

Por outro lado, os caboclos também protestavam, não com telegramas, mas com bilhetes deixados nos locais onde passavam, com rastros de destruição. A União também tinha responsabilidades, por ter espoliado os “filhos brasileiros” das terras e atacado quando estes sonhavam com a convivência fraterna nas cidades santas. Quando o grande piquete comandado por Francisco Alonso de Souza ocupou a Estação de São João, ficou na porta de uma venda, escrito à lápis, a seguinte inscrição, transcrita por Peixoto:

Nós estava em Taquaruçu tratando da nossa devoção e não matava nem roubava, o Hermes mandou suas forças covardemente nos bombardear onde mataram mulheres e crianças portanto o causante de tudo isto é o bandido do Hermes e portanto nós queremos a lei de Deus que é a monarquia. O governo da República toca os Filhos Brasileiros dos terrenos que pertence à nação e vende para o estrangeiro, nós agora estemo disposto a fazer prevalecer os nossos direitos (PEIXOTO, 1916, p. 74).

Mais tarde, no dia 29 de setembro, os sertanejos atacaram a grande serraria da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, de Três Barras, porém lá foram repelidos pelo grupo particular de segurança da própria companhia.

Responsabilizado em guarnecer Canoinhas, União da Vitória e a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, Mattos da Costa manteve a sede do 16º Batalhão em Vila Nova do Timbó. Em 06 de setembro, o Capitão, comandando 60 homens, chegou em União da Vitória, pois as notícias eram alarmantes e davam conta de que as instalações da estrada de ferro, das casas comerciais e da serraria da *Lumber* de Calmon foram queimadas e houve grande número de pessoas assassinadas.

Mattos da Costa, comandando 60 praças, partiu de trem, rumo ao epicentro dos acontecimentos. Na Estação de Nova Galícia, foi alertado do perigo e solicitou o desembarque de parte da tropa que seguiu pela via férrea, enquanto o trem acompanhou na retaguarda, em marcha lenta. “De repente saem do mato os fanáticos, aos magotes. Trava-se tiroteio. O trem recua, a toda velocidade, e só vai parar em Porto União, deixando sozinho Mattos da Costa e seus soldados” (VINHAS DE QUEIROZ, 1981, p. 193). Os soldados que conseguiram escapar da refrega só chegaram em Porto União, famintos e maltrapilhos, dias mais tarde. Os demais tombaram no local, da mesma forma que o Capitão que procurou compreender as causas da revolta dos sertanejos.

Na biografia militar de João Teixeira Mattos da Costa, está registrado que, no dia 06 de setembro, o Capitão seguiu comandando uma força com 63 praças e 3 inferiores, a fim de fazer um reconhecimento na Linha do Sul. No dia 08, foi mandado considerar extraviado. Era o fim do Capitão que tentou pacificar o Contestado. No dia 13 de setembro, o Tenente Benedito de Assis Corrêa registrou a sua exclusão, expressando-se com as seguintes palavras: “É com profundo pesar que dou conhecimento a forma do meu comando, que excluo o estado efetivo do Batalhão, o denodado Sr. João Teixeira Mattos Costa, morto

heroicamente no reconhecimento que efetuou no lugar denominado São João” (DA COSTA, 1946, p. 13).

Em Porto União da Vitória, no comando das forças em operações de guerra, foi aberto um inquérito policial militar que apurou as circunstâncias do recuo do trem em que o Major João Teixeira Mattos da Costa marchava, comandando o 16º Batalhão de Infantaria, investigando se o procedimento foi delituoso por ter ficado aquele saudoso oficial sem munição e sem meios para se retirar.

O principal depoimento é do Tenente Doutor Sylla Teixeira da Silva, médico do batalhão, que tomou parte no combate e que testemunhou todos os acontecimentos. Contou que aproximadamente 8 km antes da Estação São João, um civil, de nome Generoso Xavier, avisou que havia aproximadamente 400 inimigos bem armados e bem próximos; mesmo assim, a ordem foi continuar até a Estação. Chegando próximo a este lugar, o trem parou antes de uma valeta e o Capitão desembarcou com aproximadamente 40 homens e deu ordem para o trem seguir em marcha lenta. Quando a tropa estava há aproximadamente 100 m de distância, caminhando pelos trilhos, na frente do trem, os inimigos irromperam com forte fuzilaria pelos flancos, onde estavam escondidos nos matos e, de frente, entrincheirados na referida valeta.

O pessoal da máquina foi alvejado e o mestre de linha foi ferido, o que fez com que o trem fosse recuado às pressas e o ferido atendido pelo Dr. Sylla longe da pontaria do inimigo. O trem avançou novamente porque sabiam que o Capitão e os homens, que haviam desembarcado, tinham munição apenas para 50 tiros. Ao tentar municia-los, os Cabos Nunes e Mandri não conseguiram sequer se afastar 10 metros do trem, devido à cerrada fuzilaria. O trem recuou sem ordem, vindo parar há aproximadamente 6 km da emboscada.

O depoente, Dr. Sylla, afirmou ter-se dirigido ao chefe do trem que, “visivelmente embriagado”, retrucou, recusando-se a cumprir a ordem de voltar para auxiliar os companheiros. Tendo-se dirigido até a máquina, de revólver erguido, o maquinista respondeu que tinha um homem ferido na máquina e um cilindro furado à bala, e ele e o foguista estavam com medo: “Neste momento, novamente do mato do flanco direito, rompeu forte fuzilaria contra o último carro”. O próprio depoente afirma que foi obrigado a se juntar à Força que guarnecia o trem para revidar o ataque. Neste momento, o trem recuou sem parar, trabalhando a contra-vapor e fugindo em alta velocidade, só parando na Estação de Nova Galícia (Depoimento de Dr. Sylla).

Como a máquina estava perfurada e logo ficaria sem se locomover e a munição estaria diminuta, voltou para Porto União da Vitória, “onde um oficial combatente poderia tomar melhor alvitre e que fez parte da expedição do dia seguinte para recolher os extraviados e seis feridos, os quais tratou mesmo no campo (...). Recolheu soldados mortos, sempre na esperança de ser útil ao seu chefe e amigo Capitão Mattos Costa” (Depoimento de Dr. Sylla).

Um segundo depoente, de nome Fernando Graemel, ajudante permanente da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, concorda com o Dr. Sylla, afirmando que as

circunstâncias da desobediência do maquinista, além do mestre de linha e do foguista, ocorreram porque o tubo injetor estava furado e era urgente chegar até uma caixa d'água para reabastecer: “A máquina, bastante avariada, corria perigo de cair na mão dos fanáticos”. Na retirada, declarou que carregaram muitos moradores que fugiam desesperados: “Homens, mulheres e crianças com bagagem, que estavam na linha pedindo salvação” (Depoimento de Fernando Graemel). Outro depoente afirmou que “se o chefe do trem não recuasse, o desastre seria completo, porque a máquina, a munição e o armamento da guarda da mesma teriam ficado em poder dos bandidos, além do sacrifício de toda a guarda e pessoal do trem” (Depoimento de João Mandri da Silva).

Outro depoente, que esteve no grupo que deixou o trem junto com o Capitão, afirmou que, diante do recuo do trem, foram atacados à arma branca. Deste modo, não era possível mais resistir. O Comandante “batia-se com muita bravura” e teria dito: “agora cada um trate de si” e dirigiram-se ao mato sem dar as costas ao inimigo. Na retirada, foi ferido e conseguiu “milagrosamente escapar” (Depoimento de João Hugo de Oliveira).

Na conclusão do Inquérito, o relator, diante dos depoimentos, afirmou que não houve intenção criminosa da parte do chefe do trem: maquinista e foguista agiram “dominados pelo medo”. Além disso, o Comandante, “o pranteado Major Mattos Costa, se portou com bravura estóica, de modo diferente do que afirmam vários jornais, que não trepidavam em macular a memória do desventurado Comandante da expedição” (José Luiz Pereira de Vasconcellos – oficial encarregado que concluiu o Inquérito Policial Militar e encaminhou ao Sr. Coronel Dr. Eduardo Arthur Sócrates, Comandante Geral).

A morte de Mattos da Costa e os ataques às estações e à madeireira da *Brazil Railway Company* foram afrontas ao Governo brasileiro e ao capital internacional impossíveis de se tolerar. O Governo Federal, na intenção de acabar de vez com a Rebelião do Contestado, nomeou como comandante o General Fernando Setembrino de Carvalho.

3 | O GENERAL SETEMBRINO DE CARVALHO

Quando o General Setembrino de Carvalho, veterano na guerra de Canudos, assumiu o comando das operações de guerra, a situação estava fora do controle das autoridades. O movimento alastrou-se tanto que a área conflagrada abrangia mais de 20.000 km, em todas as direções da vasta Região do Contestado. Das cidades santas, partiam piquetes, que eram grupos de sertanejos armados, para “arrebanhar” alimentos, armas e até pessoas para fazerem parte dos redutos. Não foram poupadas fazendas, casas de comércio e vilas. Os homens que resistiram eram mortos e as casas incendiadas. Os moradores da região, que não fossem para os redutos, ou não fugissem em tempo, poderiam pagar com a vida.

A gravidade da situação era visível pela debandada geral de pessoas que, deixando propriedades e moradias, seguiam para cidades distantes da Região do Contestado. Em São João, local de uma estação ferroviária, a família Carneiro, que lá havia se estabelecido por concessão de terras feitas pelo governo do Paraná, enterrou os pertences que não

conseguiram carregar e partiram para União da Vitória e depois para Ponta Grossa. O diretor da Companhia *Lumber*, Shermann Bishop, pediu ao Governo brasileiro “garantias individuais e para as propriedades” (SOARES, 1931, p. 91).

Nos relatos de um militar, uma tentativa de descrição da situação, aponta para as causas da revolta dos sertanejos:

A politicagem, o banditismo, a rapinagem costumeira, um falado regionalismo, a questão dos limites e uma desequilibrada aspiração restauradora das antigas instituições, embutida na cabeça de alguns matutos, ao final, surgiram quase a um só tempo, abruptamente e, ocultos nas avançadas do fanatismo que infelizmente ainda lá existe, avassalaram a immensidade do campo (PEIXOTO, 1916, p. 66).

Embora comandantes e oficiais do Exército brasileiro, em Campanha na Região do Contestado, destacassem continuamente as causas políticas (questão de limites entre Santa Catarina e Paraná) e, principalmente, o fanatismo e a ignorância dos “incautos” moradores da Região, a questão econômica está presente em vários escritos, como o texto que segue, em que o direito da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande de “desapropriação de quinze quilômetros de terras devolutas para cada lado da margem” e, ato contínuo, a colonização com o desalojamento dos sertanejos provocaram a rebeldia destes.

Os sertanejos tentavam desmobilizar o incipiente processo de colonização iniciado na Região através dos ataques e da rebeldia. Um exemplo disso foi o ataque aos colonos que a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* instalou na Colônia do Rio das Antas.

Um relato importante sobre a atuação e sobre início das atividades colonizadoras da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* vem de um relatório militar. O autor aponta claramente o incipiente processo de espoliação a que foram submetidos os sertanejos:

O direito das desapropriações emana de uma lei, portanto, não se pode contestar. Mas pode-se afirmar e alguns chefes de colonização agiram imprudentemente na execução dessas disposições. O encarregado da colônia de Rio das Antas teve proceder incorrecto na ocupação daquelles terrenos por parte da ‘Colonisation Company’. Ali foram summariamente expoliados de suas propriedades muitos sertanejos que há longos annos eram posseiros das devolutas terras, nas margens do Rio do Peixe. Uma tal concessão influiu no espírito sertanejo e muito mais o extravagante modo de executá-la, a ponto dos jagunços fazerem disso alarde para levantarem novos adeptos à revolução (Ibid., p. 296-297).

A palavra *espoliação* é usada mais de uma vez no relato, quando o referido autor prossegue apontando o contexto do início das atividades colonizadoras e o impacto na população local. Afirma que “houve certamente, assim, a espoliação de muita gente pacífica que vendo-se, de um momento para outro, privada dos bens e de modestas lavouras, preferiu hostilizar o progresso que lhes foi levar a miséria”. Neste sentido, a chegada do progresso, como pano de fundo de todos os discursos oficiais de justificativa

para a implantação do capital internacional na Região, representava o desenvolvimento prometido; todavia, na prática, o referido progresso gerou desapropriações e os moradores revoltados preferiam “tornar-se inimigos do governo que sancionava o acto, expedindo depois fôrças do Exército para combate-la”. Assim, culpar os revoltados sob o rótulo de “fanáticos” significava desconsiderar as circunstâncias daquele momento histórico em que o referido autor aponta, inclusive, o desemprego dos ferroviários, como elemento complicador da situação, desta maneira descrito pelo militar:

Era, pois, mais outra sorte de gente que estava em armas sob a denominação de fanáticos. E, às armas foram também, como meio fácil de viver naquellas paragens, muitos trabalhadores da mesma estrada que se viram inesperadamente despedidos na longínqua região, ao ser concluído o ramal da linha de São Francisco (PEIXOTO, 1916, p. 297).

Atento ao que se passava na Região, Setembrino de Carvalho, que substituiu o Capitão Mattos da Costa, em 11 de setembro de 1914, ainda no mesmo mês, no dia 26, publicou um apelo aos habitantes da zona conflagrada, prometendo terra aos que se entregassem:

Fazendo um apello aos habitantes da zona conflagrada, que se acham em companhia dos fanáticos, eu os convido a que se retirem, mesmo armados, para os pontos onde houver fôrças, a cujos commandantes devem apresentar-se.

Ahi lhes são garantidos meios de subsistência, até que o Governo lhes dê terras, das quaes se passarão títulos de propriedade.

A contar, porém, desta data em diante, os que o não fizerem espontaneamente, e forem encontrados nos limites da acção da tropa, serão considerados inimigos e assim tratados com todos os rigores das leis da guerra.

Quartel General das Forças em Operações, 26 de setembro de 1914 – General Setembrino de Carvalho (CARVALHO, 1950, p. 147).

Com o apelo, o General deixava claro que estava em sintonia com o desenrolar dos acontecimentos e reconhecia que os patrícios, “habitantes da zona conflagrada”, foram espoliados e o acesso à terra poderia significar o impedimento do derramamento de sangue.

Mais tarde, o próprio General considerou a Campanha do Contestado como um “drama sangrento” ou “peleja fratricida” que constituem páginas dolorosas da História pátria, cujos crimes dos sertanejos eram apenas a “inconsciência e ignorância em que se encontravam a par da indiferença com que sempre foram olhados pelos governantes” (CARVALHO, 1950, p. 747).

Ainda aquella vasta serrania das araucárias, onde as lavouras são poucas, mas as criações são extraordinárias e a indústria do pinho e do matte são inexgotáveis, continuará soffrendo os influxos da desordem, debaixo da duplicidade de pretensas administrações, agachadas ao indifferentismo pelo bem da zona e sob as mesmas condições de descaso pela instrução de suas populações (*Ibid.*, p. 752).

Os “influxos da desordem” foram percebidos pelo General que, mesmo após o apelo prometendo terras aos sertanejos como tentativa de pacificação, durante a sua atuação como comandante das operações de guerra da Campanha do Contestado, enfrentou o ataque dos sertanejos aos colonos recém-estabelecidos em Rio das Antas.

Vinhas de Queiroz descreveu o ataque dos sertanejos à colônia de Rio das Antas, pertencente à *Lumber*, denominando o episódio de Combate de Rio das Antas. Ocorreu no dia 02 de novembro de 1914 e foi comandado por Francisco Alonso e por um piquete de aproximadamente 35 homens:

Os jagunços logo mataram quatro colonos que encontraram pelos arredores. Alertados, os outros se recolheram para dentro de duas cercas concêntricas de arame farpado que haviam levantado, entrincheiraram-se em suas casas, tomaram das carabinas, tanto os homens quanto as mulheres, e revidaram ao fogo (VINHAS DE QUEIROZ, 1981, p. 203).

O referido autor apontou a morte de nove caboclos e sete colonos. Após o combate, os corpos dos atacantes foram amontoados e queimados: “Todavia, alarmados com a própria façanha e temendo uma represália, os colonos venderam por qualquer preço às praças os seus pertences e resolveram mudar-se para o Estado de São Paulo” (*Ibid.*, p. 204). Tal episódio que representou, deste modo, um revés para o projeto colonizador das terras de concessão da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

A gravidade da situação e a seqüência de episódios sangrentos fez com que o General Setembrino lançasse outro apelo em dezembro de 1914; desta vez não prometeu terras: pelo contrário, anunciou que a vitória das Forças Oficiais era apenas uma questão de tempo; solicitou, pois, a “volta ao trabalho” e clamou por patriotismo:

População. Aos meus patrícios revoltados – Estou no Contestado em meio da tropa sob o meu commando no desempenho da missão que me foi confiada pelo Governo da República, de restabelecer a ordem nesta bella porção de território pátrio. Com a alma confrangida é que assisto, nesta lueta inglória, derramar o sangue precioso de meus patrícios: soldados do nosso valoroso exercito que tombam no cumprimento do dever, obedientes aos compromissos contrahidos para com a nossa Pátria, cidadãos que, abandonando os lares, despresando o trabalho honesto e divorciando-se da civilização se internaram, errantes pelos sertões desertos, para attentar, de armas na mão, contra as autoridades legalmente constituída.

E como sempre nutri o nobre desejo e a consoladora esperança de vencer esse punhado de brasileiros sem a dolorosa preocupação de exterminá-los, adoptei a defensiva como gênero de guerra, preferindo que fossemos os atacados. Por isso mesmo, ao encetar esta campanha, convidamos os rebelados a depor as armas, espalhando este meu justo apello, em transparência com os nossos sentimentos de humanidade. Atacados, temos sido sempre victoriosos.

Desde o dia 11 de setembro que lutamos, e os nossos soldados cada vez mais se sentem encorajados para a vitória final que não tarda. Mas é preciso parar; é forçoso que se termine essa luta; que o sangue brasileiro não continue a manchar as nossas terras, onde a natureza acumulou tesouros inexgotáveis, para a grandeza da nossa pátria.

Não venho trazer-vos a morte ou o presídio pela vitória das nossas tropas, não concitamos a mais uma vez a que deponha as armas, e aceiteis as garantias que vos ofereço em nome do governo e da lei. Impõe-se, portanto, que volteis novamente ao trabalho, meio único capaz de garantir a felicidade do lar e promover a felicidade da nossa grande pátria, que, na quadra actual, tanto precisa de patriotismo dedicado dos seus filhos.

Rio Negro, 28 de Dezembro de 1914. General Fernando Setembrino de Carvalho, comandante e chefe das forças em operações” (PEIXOTO, 1916, p. 561-562).

Entre os meses de setembro de 1914 e abril de 1915, a Guerra do Contestado teve o seu período de maior derramamento de sangue. A ofensiva dos sertanejos fez-se através dos ataques às estações ferroviárias, às madeireiras da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* e às colônias que estavam sendo estabelecidas na Região do Contestado. Mais do que nunca, os “patrícios revoltados” ameaçavam a reputação do Exército oficial.

O movimento rebelde alcançou a maior expansão, abrangendo uma área de mais de 20.000 km², com assaltos a fazendas, a casas de comércio, a vilas e a cidades. Não existiam garantias de segurança e os moradores, que não haviam aderido às cidades santas, escondiam-se na mata, correndo risco de vida ou debandavam para os centros maiores (SETEMBRINO DE CARVALHO, 1916). Uma das profecias do monge João Maria de Jesus estava cumprida: “Haverá um tempo de muito pasto e pouco rasto”.

Além de ter sob o seu comando mais de um terço do Exército oficial, como ele próprio registrou: “Foi fixado em 8.000 homens, mais ou menos, o efetivo das tropas regulares” e ainda citou os coadjuvantes patriotas civis conhecidos como vaqueanos, (CARVALHO, 1950, p. 144), o General Setembrino experimentou, de forma pioneira na América do Sul, o uso de aeroplanos com finalidades bélicas no combate aos sertanejos.

As táticas de luta dos sertanejos, que sempre procuravam enfrentar os soldados no meio da mata e que tiravam proveito do conhecimento do ambiente e da habilidade no manejo da arma branca, deixavam o Exército em desvantagem, mesmo com a sua superioridade bélica. Os comandantes do Exército registraram que os sertanejos eram “atiradores invisíveis”, que se escondiam na floresta e não adiantava “varrer os arredores a tiros de canhão, ou tirotear a esmo, ou ordenar descargas de fuzil contra a folhagem”. A própria tática singular de mudança constante do local das cidades santas e sempre para lugares desconhecidos e de acesso muito difícil suscitou a idéia da utilização dos aeroplanos para a localização dos redutos em um primeiro momento e, posteriormente, até se cogitou no lançamento de bombas.

Foi no dia 30 de setembro de 1914 que desceram em Porto União o Tenente Ricardo

João Kirk e Ernesto Darioli, experientes pilotos, instrutores de vôo do Aero clube Brasileiro para prestarem serviços às Forças Federais contra os sertanejos. Dos quatro aeroplanos que chegaram, três puderam ser utilizados, pois um ficou inutilizado por ter queimado na viagem. “Kirk e Darioli voaram sobre Porto União e arredores, fazendo experiências nos seus aparelhos” (SILVA, 1933. p. 121).

Em 25 de fevereiro de 1915, outro aeroplano ficou inutilizável, pois o Tenente Kirk, ao aterrissar, sofreu um acidente, porém conseguiu escapar com vida. O aeroplano “Pára-Soldado” sofreu avarias e ficou “fora de combate”. Restaram os dois “Morane-Saunier” Guarany e Yguassu. Este último foi o do vôo da morte do Tenente Kirk em 1º de março de 1915.

Após o fracasso da experiência, o General Setembrino de Carvalho mandou um telegrama para o Ministro da Guerra no Rio de Janeiro, contando sobre o acidente do aeroplano Yguassu: as preocupações enquanto comandante, detalhando o vôo do dia 1º de março, a angústia na espera de informações, a chegada da notícia funesta e os “PEZAMES” pela morte do ilustre aviador. Registrado no crepúsculo do dia 01 de março de 1915, em Porto União.

O aeroplano caiu ao lado da Estrada de Palmas, aproximadamente às 14 horas e o Tenente Kirk morreu instantaneamente. Um morador das proximidades comunicou o fato para as autoridades policiais e transportou em sua carroça o aviador e os destroços do aparelho: “O carroceiro Miguel Chaikoski conduziu o corpo do Tenente Kirk para a Igreja Matriz, dali saiu no dia 03 de março de 1915, para o cemitério público, onde foi sepultado, na mesma fila em que jaziam os infelizes soldados do Capitão Mattos da Costa” (SILVA, 1933, p. 133).

Tal morte representou o custo pelo pioneirismo na utilização de aeroplanos em operações bélicas na América; este malogro levou o General Setembrino de Carvalho a relatar que, após a dolorosa notícia, foi necessário subtrair da Guerra “o concurso da aviação” (CARVALHO, 1916, p. 116).

O General Setembrino de Carvalho descreveu que o sertanejo do Contestado reproduziu a brutalidade da coragem dos caipiras dos sertões nortistas. Depois da vitória, ante as vidas preciosas de oficiais e de soldados do Exército, ceifadas na guerrilha cruenta, rendeu a seguinte homenagem “merecida aos nossos irmãos enlouquecidos das selvas”:

Cruéis na luta os infelizes irmãos das matas, eram dignos de admiração pela ousadia com que enfrentaram as tropas regulares e, ainda mais dignos de piedade pela loucura com que se defendiam excedendo a fúria dos javalis, a agilidade dos tigres e a valentia estóica do rei das feras (PEIXOTO, 1916, p. 739).

Segundo as palavras do General, na luta, os sertanejos excederam a fúria dos javalis. A fúria cabocla dos sertanejos do Contestado se diluiu nas valas comuns dos rebeldes degolados e executados, em covas sem cruz, em sepulturas anônimas, em mortos insepultos e em memórias silenciadas e traumatizadas. Os últimos remanescentes

protagonistas desta Guerra não vivem mais. Seus descendentes, convivem hoje com os descendentes dos colonos que aqui se estabeleceram, com os ex-ferroviários que aqui chegaram com a Ferrovia São Paulo-Rio Grande e com os ex-operários da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*.

4 | ADEODATO E A RESISTÊNCIA CABOCLA

Entre outros comandantes do exército brasileiros que atuaram na Guerra do Contestado, destacamos até aqui o Capitão Mattos da Costa e o General Setembrino de Carvalho, que tiveram atuações nos momentos finais do conflito. Mudando de lado, deixando de olhar para o marcha das tropas e das estratégias do exército, vamos agora seguir os moradores dos redutos na ofensiva liderada por um comandante caboclo. Deste lado, na etapa final do conflito, esta narrativa destaca Leodato, Liodato, Joaquim ou apenas Adeodato, o último líder caboclo da Guerra na Região do Contestado.

O nome Adeodato deriva do latim a *Deo datum* e significa dado por Deus, nome que também foi dado ao filho de Santo Agostinho, filósofo da Idade Média que influenciou fortemente a História da Religião da Humanidade. Na História do Contestado, Adeodato, filho de Telêmaco (seu Teleme), influenciou fortemente o grupo de sertanejos rebelados que fincaram forte resistência ao Exército Nacional e à ordem oficial estabelecida nestas terras contestadas, e deixou marcas indelévels na memória dos protagonistas e dos descendentes de sertanejos que conheceram o líder da acepção do nome “dado por Deus”, mas também denominado “flagelo de Deus”.

As narrativas sobre Adeodato, o tropeiro e domador que só entrou para os redutos quando o movimento estava alastrado, permanecem culpando o mais sanguinário dos líderes, aquele capaz de lançar uma criança para o alto e espetá-la com uma espada, de acordo com muitos depoimentos, até mesmo de pessoas que estiveram nos redutos. A maldade atribuída a Adeodato, de certa forma, é atribuída a todos os caboclos que estiveram nos redutos, como forma de desclassificar e de mostrar que os sertanejos de “crença aberrante” viviam em ignorância absoluta, causada pelas “chagas do analfabetismo” (D’ASSUMPÇÃO, 1917).

Uma versão sobre o ingresso de Adeodato aos redutos está descrita nos autos da sua prisão na Delegacia de Polícia de Canoinhas. Ele próprio afirmou “que estava escondido nos matos de propriedade de José Pereira, próximo a Perdizes, no Município de Curitiba, por causa da perseguição dos fanáticos, quando foi preso por Domingos Crespo e conduzido para a guarda próxima da Serra, ao tempo em que havia o acampamento de Maria Rosa nos Campos do Bom Sossego”. Ainda revelou que assumiu o comando após a morte do Chiquinho Alonso no ataque à colônia de imigrantes do Rio das Antas, do qual fez parte e saiu ileso. (Auto de prisão e perguntas – Réu Adeodato, Canoinhas, 02/08/1916)

A liderança de Adeodato ocorreu durante os últimos 13 meses do conflito desde o auge da “fúria cabocla” à decadência total. O historiador Paulo Pinheiro Machado descreve a

importância de se caracterizar o contexto dos impasses e dos problemas que os sertanejos vivenciaram neste período: “Coube a Adeodato a difícil missão de lutar contra a fome, as deserções e a degeneração das práticas comunitárias nos redutos. Para seus adversários, tratava-se do ‘chefe jagunço mais cruel’, ‘assassino frio e degenerado’, responsável pelo período do ‘terror’ nos redutos do Contestado” (MACHADO, 2004).

É possível que, no momento de maior deserção, forçadas pela fome, pelas epidemias e pela violência de todo tipo contra os moradores das cidades santas, as pessoas fraquejassem e tendessem a se entregar para as autoridades. Depois de vencidos pelo cerco militar, pelos fatores recém-citados, pelos constantes ataques bélicos e pelos horrores do cotidiano funesto, os que tencionavam se entregar, primeiramente, deveriam escapar da fúria de Adeodato; mesmo assim, “os que tinham o azar de encontrar pela frente os piquetes vaqueanos de Pedro Ruivo em Canoinhas, ou Coletti, em Santa Cecília do Rio Correntes, sabiam que seriam massacrados sem piedade” (MACHADO, 2004, p. 126). Assim, este foi o modo como o tropeiro e campeador Adeodato encontrou para impor autoridade e para preservar a disciplina interna (*Ibid.*, p. 307).

A mortandade de pessoas durante o cerco do Exército ao Reduto de Santa Maria é descrito por Adeodato durante interrogatório, quando foi preso: “morreram inúmeras pessoas, homens, mulheres e crianças, por moléstia e por fome, não podendo calcular o número porque é muito grande”; além disso, indicou para conferirem no “cemitério que lá existe”. Negou as acusações de que executava friamente outros moradores das cidades santas (Auto de prisão e perguntas – Réu Adeodato, Canoinhas, 02/08/1916).

Adeodato foi responsabilizado pelo fracasso do movimento. Muitos revelaram estar neste forçados pelo líder, e culpá-lo sozinho foi a forma mais conveniente de implorar absolvição. No entanto, o próprio “flagelo”, quando foi preso, impressionou os jornalistas que, esperando o pior de todos os bandidos, viram apenas um caboclo trovador e comandante a seu modo:

Nós, que esperávamos ver nesse instante o semblante perverso e hediondo de um bandido, cujos traços fisionômicos estivessem a denotar a sua filiação entre os degenerados e os desclassificados do crime, víamos, pelo contrário, diante de nós, um mancebo em todo o vigor da juventude, de uma compleição física admirável, esbelto, fronte larga, lábios finos, o superior vestido de um buço pouco denso, cabelos negros, olhos de azeviche pequenos e brilhantes, dentes claros, perfeitos e regulares, ombros largos, estatura mediana, tez acabocada e rosto levemente alongado (*O ESTADO*, 1916).

Adeodato foi levado para Florianópolis para o interrogatório com o chefe de polícia. Admitiu a sua qualidade de Comandante e procurou justificar as mortes que lhe atribuíam, sobretudo de antigos companheiros, dizendo que “êles pretendiam fugir, contrariando assim a sua ordem, que não permitia a retirada de pessoa alguma do reduto” (VINHAS DE QUEIROZ, 1981, p. 282).

O episódio da prisão de Adeodato, segundo seu próprio depoimento, ocorreu depois da tomada da última cidade santa. O líder contou que se limitou a fugir quando foram atacados.

Ficou algum tempo “vagando pelos matos com vinte companheiros” (...). Aconselhou os companheiros a se apresentarem para as forças. Tempos depois de permanecer sozinho no mato, “cansado desta vida, resolveu não mais continuar assim, de modo que, há coisa de 15 dias se desfez de duas espadas”. Contou ainda que, além das duas espadas, vendeu também o seu revólver, “trocando as armas por moranga, milho e farinha” (Auto de prisão e perguntas – Réu Adeodato, Canoinhas, 02/08/1916).

Adeodato foi julgado e condenado à pena máxima permitida pelas leis brasileiras, isto é, 30 anos de cadeia. Um sertanejo, entrevistado por Vinhas de Queiroz, disse em seu depoimento que Adeodato, ao sair da sala do júri, depois de jogar o chapéu para o alto, disse: - “Trinta anos de cadeia, eu vou cantar!” (Depoimento de Guilherme *apud* VINHAS DE QUEIROZ, 1981, p. 282-283).

A pena deveria ser cumprida em Curitiba, porém, por questões de segurança, ele foi remetido a Lages. Em uma noite de ventania e de trovoada, Adeodato, juntamente com outros dois presos, fugiu. A fuga durou pouco: uma escolta de oito soldados da Polícia Militar, comandados por um sargento, seguiu em seu encaço rumo ao Cerrito, local onde Adeodato nasceu. Foi encontrado completamente embriagado e, sem oferecer resistência, foi recapturado.

Foi enviado para Florianópolis para cumprir o resto da pena na Penitenciária do Estado. Adeodato comportava-se normalmente, salvo as suas cantorias, as improvisações de versos e as décimas que impressionavam os carcereiros. A derradeira tentativa de fuga ocorreu sete anos após sua primeira prisão, e foi assim descrita por Euclides J. Felipe (1995, p. 200):

No dia 03 de fevereiro de 1923, durante a faxina conseguiu ludibriar a guarda. Conta-se que investiu contra a sentinela das armas e apoderou-se de um fuzil, que por sorte havia sido descarregado para limpeza. Retirava-se de costas rumo ao pátio, apontando a arma em direção ao oficial de Dia mantendo-o imobilizado, bem no momento em que ia entrando o capitão Trujilo de Melo. Este, alvejando-o, prostou-o com dois tiros de revólver. Conduzido ao quarto da enfermaria, veio a falecer alguns minutos após. Assim encerrou-se a história da Campanha do Contestado com a morte do ÚLTIMO JAGUNÇO.

No ano de 1923 a Região do Contestado já estava recebendo milhares de colonos migrantes, advindos principalmente do Rio Grande do Sul, restava ao caboclo sobrevivente da guerra se adaptar e conviver em terras que agora precisavam serem pagas para o seu uso e nem precisa escrever da completa inexistência de recursos para este fim, basta conferir uma troca de telegramas entre o General Setembrino e o então governandor catarinense nos momentos finais da guerra. O Comandante do exército solicitava instruções de onde assentar os “ex-fanáticos” que se renderam ou que viraram prisioneiros e a resposta da autoridade máxima do Estado foi categórica, afirmando que a Inspetoria Federal de Povoamento do Solo, ligado ao Ministério da Agricultura, descartava esta possibilidade, pois as colônias existentes estavam organizadas para a recepção de imigrantes europeus (MACHADO, 2004, p. 234).

Quando a fúria cabocla foi completamente controlada, com os líderes presos e com grande número de sobreviventes das “cidades santas” se entregando, a justificativa para tentar escapar da prisão e mesmo da execução sumária, era o discurso da “demonização”, como afirmou Pinheiro Machado. Entre dezembro de 1915 e janeiro de 1916, de 4.000 a 6.000 sertanejos se entregaram em Canoinhas e Curitiba. “Depois de longo período de fome e todos os tipos de privação, muitos morriam pelos caminhos. O discurso às autoridades era quase único: todos estavam vivendo nos redutos por ordem dele e por temor ao chefe, Adeodato” (MACHADO, 2004, p. 321), justificando que estiveram nos redutos forçados e reprimidos pelo líder. Tal demonização, principalmente por parte da imprensa diária, contribuiu para formar a imagem do sertanejo como o grande vilão dos fatos, desconsiderando-se a conjuntura vivenciada anteriormente e também durante o tempo dos redutos. A imagem do grande mal que era e representava o sertanejo pode ser sintetizada nas atribuições que eram feitas ao líder, produtos da sociedade daquele tempo, condenados e execrados pela mesma sociedade. E essa imagem foi interiorizada pelo homem do Contestado.

Um relato interessante registrado nos autos da prisão de Adeodato em Canoinhas afirma que as ordens que dava aos demais eram a pedido “de um velho, cujo nome ignorava, mas do qual tinha um retrato”. O retrato acompanhou o processo de Adeodato e, pelas descrições, tratava-se de uma foto de João Maria. Tudo o que Adeodato fez ou mandou fazer era por “ordem” de João Maria, desde sair nos piquetes arrebanhando, revidar aos ataques das forças, matar Aleixo Gonçalves, matar a mulher “de nome Maria, filha de Matheus Colaço, que morava na barra do Butiá Verde”. (Auto de prisão e perguntas – Réu Adeodato, Canoinhas, 02/08/1916). Enquanto os seus liderados culpavam Adeodato por estarem nos redutos, o último líder atribuiu o seu comando às “ordens” do velho João Maria.

No jornal *O Imparcial* de Canoinhas, Santa Catarina, edição de 06 de agosto de 1916, circulou a seguinte notícia: “O demônio está encarcerado; é ele mesmo em carne e osso”. Adeodato estava preso e nunca mais foi solto, o último comandante sertanejo foi o personagem representado como resumo da maldade do caboclo. A cristalização desta imagem se fez de forma tão consistente, que até hoje a memória deste último líder suscita relatos de sofrimentos e de tristezas no crepúsculo do movimento. No fundo, o que se disse de Adeodato também é atribuído a todos os que estiveram nas cidades santas.

Basta conferir nos primeiros relatos da “Campanha do Contestado” e a intenção de eliminar o elemento pernicioso que perturbava a ordem, o assassino, o fanático, o jagunço, o incauto, o desordeiro, e outros adjetivos para desclassificar o caboclo e justificar a morte de milhares de brasileiros pobres que viviam dos pequenos roçados de subsistência em condições peculiares na floresta ombrófila mista da Região do Contestado.

Uma versão distinta, sobre Adeodato e sobre os sertanejos que se rebelaram no Contestado vem de um combatente dos caboclos. No documentário *Contestado: a guerra desconhecida*, um soldado, que havia participado da Campanha como franco-atirador, ao ser entrevistado, revelou que por muito tempo nem sequer comentava sobre o episódio,

pois tinha ficado traumatizado. A insistência na pergunta, sobre o que o traumatizou, revelou o seguinte depoimento:

Quem nós estávamos matando lá era um lavrador, uma pessoa boa, falta de escola, um caboclo do sertão. Eram todos irmãos, acreditavam que morriam e ressuscitavam... Colocavam aí pra governar esses CORONÉIS que só queriam saber de dinheiro e grandeza e deixavam de cuidar das pessoas. Eu fiquei com ódio, carreguei isso comigo por muito tempo (Depoimento Benjamin Scoz *apud* Documentário Contestado: A Guerra Desconhecida).

Ao lembrar do conflito, a memória do ex-soldado reporta-se ao trauma dos que participaram da Guerra, mesmo considerados vencedores e tendo a seu favor ideias e relatos de que estavam com a verdade. Logo, se mesmo os que venceram, ficaram traumatizados é possível imaginar o outro lado envolvido nesta Guerra. Para muitos sobreviventes caboclos restou um silêncio absoluto, nunca mais sequer falaram sobre as experiências do “tempo dos redute”. Neste sentido, assimilar silenciosamente o trauma foi a resposta também dos seus descendentes, resignados com o sofrimento e a falta daquilo que já apontaram os comandantes oficiais do exército ainda no tempo da Guerra. Hoje, ao buscar o IDH dos municípios que fazem parte dos antigos palcos desta guerra, as cenas ainda apontam um silêncio intrigante para a maioria dos descendentes dos caboclos que lutaram na Guerra do Contestado. A seca da taquara já não assusta, mas as condições de vida e o sofrimento da população não fazem parte apenas do tempo passado da guerra.

REFERÊNCIAS

Arquivo Histórico Municipal de Canoinhas (AHMC), Canoinhas, Santa Catarina. **Auto de prisão e perguntas**. Delegacia de Polícia de Canoinhas. Réu Deodato Manoel de Ramos. 02/08/1916.

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC). **Relatórios Mensais da Southern Brazil Lumber & Colonization Company, de 1916 até 1941 (35 Volumes)**.

Associação Cultural Pe. Tomás Pieters, Matos Costa, Santa Catarina. **Inquérito Policial Militar da morte de João Teixeira Mattos da Costa**. União da Vitória, PR, 28/09/1914.

BERNARDET, Jean Claude. **Guerra Camponesa no Contestado**. São Paulo: Global, 1979.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **João Maria: interpretação da Campanha do Contestado**. São Paulo: Nacional, 1960.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. **A pacificação do Contestado**. Rio de Janeiro: 1916.

_____. **Memórias** - dados para a História do Brasil. Rio de Janeiro, 1950.

_____. **Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra - 1915**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.

CERQUEIRA, Alves. **A Jornada de Taquarussu**. Rio de Janeiro: Nova Edição, 1936.

DA COSTA, Fernando Lopes. Biografia de Ofício do Capitão João Teixeira Mattos da Costa, Inf. 2199. **Arquivo do Exército**, Rio de Janeiro, 18/10/1946.

D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. **A Campanha do Contestado**. v. 1, Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917.

_____. **A Campanha do Contestado**. v. 2, Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918.

Documentário **CONTESTADO: a Guerra desconhecida**. Roteiro/direção: Enio Staub. Prod. Executivo: Sergio A. Rubim. Florianópolis-SC: UFSC, 1984. 1 fita de vídeo (54min), VHS, son., color.

FELIPPE, Euclides José. **O último jagunço**. Curitiba: Universidade do Contestado, 1995.

Jornal **O ESTADO DO PARANÁ**. Biblioteca Pública do Estado do Paraná, Curitiba

Jornal **O CONTESTADO**. Biblioteca Pública do Estado do Paraná, Caçador, SC. Ano V. n. 11, dezembro 1996.

Jornal **O IMPARCIAL**. Biblioteca Pública do Estado do Paraná, Canoinhas SC, 1916.

Jornal **O ESTADO**. Biblioteca Pública do Estado do Paraná, Florianópolis SC, 1916.

LEMOS, Alfredo de Oliveira; LEMOS, Zélia A. **A História dos Fanáticos em Santa Catarina e parte da minha vida naqueles tempos: 1913-1916**. Passo Fundo: Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1989.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

MARTINS, Celso. **O mato do tigre e o campo do gato – José Fabrício das Neves e o Combate do Irani**. Florianópolis: Insular, 2007.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os errantes do Novo Século**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, Caçador, Santa Catarina. **Telegrama do General Setembrino de Carvalho para o Ministro da Guerra no Rio de Janeiro, comunicando a queda do aeroplano e a morte do aviador Tenente Ricardo Kirk**. Porto União, SC, 01/03/1915.

PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado - episódios e impressões**. Rio de Janeiro: 1916.

SCHULLER, Donaldo. **Império caboclo**. Porto Alegre: Movimento, 1994.

SETEMBRINO DE CARVALHO, Fernando. **Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra - 1915**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.

SILVA, Cleto da. **Apontamento históricos de União da Vitória (1768-1933)**. Curitiba: Max Roesner e Filhos Ltda, 1933.

SOARES, J. O. Pinto. **Guerra em sertões brasileiros: do fanatismo à solução do secular litígio entre o Paraná e Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931.

VALENTINI, Delmir José. **Da cidade santa à corte celeste: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado**. 4. ed. Chapecó SC: Argos, 2016.

_____. **Memórias da *Lumber* e da Guerra do Contestado**. Porto Alegre/Chapecó. Letra & Vida/ UFFS, 2015.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. **Messianismo e conflito social** (a Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

A CARTOGRAFIA NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL: RIO BRANCO E OS LIMITES ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1889-1895)

Michel Felipe Moraes Mesalira
(UFSC/Florianópolis)

RESUMO: Pouco útil para nós, historiadores e historiadoras, a representação do gênio e ardente patriota em personagens como o barão do Rio Branco diz mais sobre a necessidade de construção de entidades nacionais do que propriamente explicar fenômenos históricos. A conquista do território de fronteira de Palmas no final do século XIX pode ser interpretada como uma mobilização de recursos para a construção do estado nacional. Frente a uma sociedade pouco homogênea, o Brasil se erigia como espaço. Países vizinhos viam um Brasil imperialista na América do Sul. Vivia-se na eminência de ganhar fundos de fronteira. O leitor encontrará fartamente nomes de cartógrafos, geógrafos, militares, bibliotecários, tratados e rios. Seguindo a palmilha do barão do Rio Branco através do arquivo do Ministério das Relações Exteriores, conservado no Itamaraty, observamos não somente a mobilização de recursos humanos, como também uma política do espaço e o atinar cartográfico que produziu um Brasil próximo ao que conhecemos hoje. Chegando a quase desistir da Missão Especial montada nos anos 1890, o barão deu mostras que a correlação de forças na disputa pela fronteira se sobrepunha a qualquer vontade ou expertise.

PALAVRAS-CHAVE: Barão do Rio Branco; Cartografia; Fundos de fronteira; Política do

espaço.

1 | BARÃO E DIPLOMATA, MAS TAMBÉM GEÓGRAFO E HISTORIADOR: A VOZ INSUSPEITA DE UM CONSTRUTOR PRÁTICO DE FUNDOS DE FRONTEIRA

José Maria da Silva Paranhos foi laureado como o responsável pela defesa da fronteira de Palmas. Não é verdade. As fontes encontradas no arquivo do Ministério das Relações Exteriores, conservado no Itamaraty, atestam não apenas a mobilização de homens para os interesses nacionais, advindos, sobretudo, de comissões científicas e da carreira diplomática, como também a mobilização de cartografias produzidas noutros contextos e que envolveram a história das Américas Portuguesa e Espanhola. Frente a isso, chamamos mobilização de recursos este conjunto de práticas que buscaram, no final do século XIX, apagar as marcas da produção de antigas cartografias, de modo que os novos sentidos atribuídos a estas velhas cartografias, ao lado, principalmente, das novas cartografias, feitas a partir dos trabalhos de comissões de limites, puderam articular-se para a “defesa” da fronteira.

A definição que daremos para cartografia é essencial para qualquer explicitação teórico-metodológica, a saber: “um conjunto de

imagens, com textualidade que revela uma retórica que confere autoridade sobre o espaço (...) instrumento de comunicação que espacializa as relações sociais”, fazendo com que circulem informações e interesses, inclusive de “vozes insuspeitas” (OLIVEIRA, 2014, p. 166). O atinar cartográfico cujo Rio Branco é ponta de lança nos anos de 1893 e 1894 revela sua capacidade de orquestrar, junto de outros nomes que orbitavam o mundo cartográfico, ilustrado e político, mapas definidos em tratados como de Madrid (1750) e Santo Idelfonso (1777), além de outros menos conhecidos e os que ainda seriam descobertos durante o momento de instalação da comissão brasileira (1893-1894), somado aos trabalhos de memórias anteriores e os da comissão mista de 1887-1888.

A cartografia levantada acompanhou outros textos escritos pelo próprio Rio Branco. Junto do geógrafo francês Émile Levasseur, escreveu para a *Grand Encyclopédie* um verbete sobre o Brasil, com publicação posterior, sob forma de livro, *Lé Brésil*, em 1889. No mesmo ano, escreveu o quinto capítulo intitulado Esboço da História do Brasil para o livro *Le Brésil* em 1889, organizado por Frederico José de Santa-Anna. Nele, Rio Branco descreve a formação territorial do Brasil desde o século XVI, trazendo à luz farta documentação como crônicas coloniais, cartas de padres jesuítas, memórias de viajantes e até corrigindo passagens do grande historiador da sua época, Francisco Vernhagen (MORAES, 2015, p. 03-09). Por tudo isso, para o geógrafo Robert Moraes, Rio Branco merece receber predicados como de “definidor das fronteiras estatais da América do Sul” e “construtor prático de territórios” (*Ibidem*, p. 02). Se nossa posição não atribui responsabilidade total a Rio Branco na Missão Especial montada no final do século XIX, no entanto não deixa que esqueçamos o atinar de políticos, diplomatas, cartógrafos, geógrafos, empresas particulares e, principalmente, de estados nacionais para a conquista de fundos territoriais, ou, como chamamos, fundos de fronteira. Robert Moraes nos oferece a definição destes fundos como “áreas ainda não devassadas(...) de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinaladas na cartografia da época”, tratando-se, portanto, das “fronteiras” ou dos “sertões compositores de espaços capazes de agudizar ainda mais a expansão do poder do estado nacional (MORAES, 2002, p. 88).

Voltando a nossa atenção para o contexto da defesa brasileira cujo Rio Branco é um dos protagonistas, o fato novo recente na política da época foi 1889 soerguer o Brasil como República. De modo que, restringindo para o que nos interessa, era também necessária a “republicanização” da diplomacia brasileira (BUENO; CERVO, s/d, p. 172). Chegando ao poder do estado, os militares ocuparam muitas posições, inclusive a estratégica pasta das Relações Exteriores, explicando também a sua notável presença em comissões científicas e em assuntos relacionados à fronteira. Os militares compunham esse grupo que historicamente esteve presente nas distantes fronteiras, construindo fortes e colônias. Na região de Palmas, por exemplo, desde 1839, ano da fundação da vila de Palmas por moradores de Guarapuava e União da Vitória, os militares estiveram presentes, estendendo a ocupação ao criarem nos idos de 1859 as duas colônias de Chopim e Chapecó (MACHADO, 2009, p. 285). Se a “republicanização” causou ou não mudanças profundas na política externa, não podemos precisar aqui, porém a política do espaço continuou uma

preocupação do estado. E se Rio Branco foi escolhido como Ministro Plenipotenciário, isso após o primeiro nome preferido e nomeado pelos militares, o barão Aguiar de Andrada, falecer no decurso da causa por Palmas, foi porque gozava de prestígio e reunia os conhecimentos necessários (ver SANTOS, 2011). Rio Branco talvez seguisse a orientação dada em 1845 por Von Martius: “A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente” (VON MARTIUS, 1845, p. 401).

Esta e outras valiosas lições formaram homens como Rio Branco (ver ROBERTO, 2008). Nossa teimosa e renitente crítica à figura do barão do Rio Branco enquanto símbolo-nacional coloca-o, ao invés, dentro do processo onde são erigidos os estados nacionais. Para que o estado ganhe unidade nacional são necessários pelo menos três elementos: uma base militar, legitimidade e convencimento (MORAES, 2002, p. 96). Se Rio Branco nunca esteve no front de batalha, certamente atuou via gabinetes, bibliotecas e tribunas, procurando defender os seus interesses que também eram os interesses desse estado-nação que estava em curso, sendo inventado durante o estado imperial e, desde cedo, no republicano. Seguir a palmilha de Rio Branco, portanto, quer dizer acompanhar um autodidata, um voraz leitor de bibliotecas, um compilador e atento observador da geomorfologia e da hidrografia que pode nos dar importantes pistas sobre a interface entre cartografia e estado nacional, sobre como produzir novos discursos a partir de outras cartografias que, se colocadas em seu contexto original, mostrarão distintas motivações para que fossem produzidas. A “voz insuspeita” de um “construtor prático” de fundos de fronteira é a nossa contribuição para a série de predicados atribuídos ao barão do Rio Branco.

2 | CARTOGRAFIA E FUNDOS DE FRONTEIRA: PALMAS

Sob reclamações de abundantes chuvas no verão de 1887-1888, a primeira seção da primeira turma da Comissão Mista de Limites finaliza no dia 18 de janeiro o levantamento minucioso do rio *Uruguay*, desde a foz do *Yaboty* ou *Pepiry-Mini*, abaixo do Salto Grande (ou Salto de Mocoña), até a foz do *Pepiry-Guaçû*; depois do Santo Antônio até sua confluência no *Iguaçû*. Durante quatro meses e cinco dias, os brasileiros barão de Capanema (presidente da Comissão brasileira), o capitão de fragata Guillobel (mais tarde contra-almirante), o tenente coronel de engenheiros Dionysio Castro Cerqueira (que passaria a general de brigada e membro da Câmara dos Deputados), e os argentinos coronel Garmendia (presidente da Comissão argentina), o engenheiro A. Leelstrang e o Dr. Valentin Virasoro, que viria a ser Ministro das Relações Exteriores (Fonte: AHI. Minuta das “Memórias” – Documentação de mapas com comentário dos mapas apresentados nas memórias, folha 99), lançaram os olhares mais atentos, ao modo de viajantes e naturalistas dos séculos passados e coevos, deixando-se guiar pelos saberes e pela memória de moradores locais conhecedores da geografia física da região, e produzindo, assim, valiosos diários de campo. Fruto do trabalho bruto e coletivo destes homens, estes diários carregariam muita da poeira encontrada para os gabinetes que traçariam a cartografia da

área contestada (ver GOMES, 2017). Depois desta primeira viagem a Palmas, outras duas seções descreveriam a hidrografia da região.

A seção seguinte partiu da foz do *Pepiry-Guaçú* até a foz do rio Chapecó (ou *Pequiri-Guazú*); e deste rio até a sua nascente principal, passando pelas suas cabeceiras – de onde outros rios nascem. Nessa empreitada, verificaram que as nascentes do rio San Antonio Guazú, descoberto por Oyárvide em 1791 e inexplorado, não pertenciam ao rio Chopim, mas, sim, ao rio chamado Capivaras, conforme consta em cartas portuguesas do século XVIII, e que desde 1836 era conhecido como Jangada.

A terceira seção, contando com o auxílio do major José Jardim (brasileiro) e do tenente de fragata Domecq Garcia (argentino), definiu o rio Chopim (após a segunda seção perceber a confusão feita!), desde o Passo da Balsa, no caminho de Guarapuava, até a sua foz, descendo em seguida pelo *Iguaçu*. (Fonte: AHI. Minuta das “Memórias” – Documentação de mapas com comentário dos mapas apresentados nas memórias, folhas 168-171) Estas comissões de limites foram ao longo dos séculos XVI ao XIX altamente hierarquizadas, muito porque eram também militarizadas. Era comum, durante as demarcações, misturar engenheiros, geógrafos, cartógrafos e astrônomos representantes de seus estados, como é o caso da Comissão Mista de Brasil e Argentina em 1887-1888. Essa é uma área em aberto para pesquisas, uma vez que “o estudo da formação profissional dos cartógrafos é um (...) ponto que requer atenção, tanto a de origem militar, como a de origem civil.” (GARCIA, 2007, p. 05). Outra prática era dividir as comissões por zonas para que pudessem posteriormente contrastar os territórios demarcados nos diários de campo, como foi o caso, por exemplo, do tratado de Santo Idelfonso em 1777 (MARTÍN-MÉRAS, 2012, pp. 04-08).

A Comissão Mista de Limites de 1887-1888 surgiu a partir do tratado entre Brasil e Argentina de 28 de Setembro de 1885. Essa negociação ocorreu no ano anterior, quando o Ministro das Relações Exteriores da República Argentina, respondendo ao *Memorandum* brasileiro de 30 de Dezembro, deferiu a proposta de formação de uma Comissão Mista (Fonte: AHI. Minuta das “Memórias” – Documentação de mapas com comentário dos mapas apresentados nas memórias, folha 99). Aceitar determinadas condições ou planos para solucionar a fronteira fez parte das relações entre Brasil e Argentina. A diplomacia entre os dois países no final do século XIX pode ser caracterizada como uma “paz armada” (BUENO, CERVO, s/d, p. 182) cuja “instabilidade conjuntural” surge logo após um longo período de “instabilidade estrutural” (1810-1880), marcada, sobretudo, pela Guerra do Paraguai (CANDEAS, 2017, *passim*).

Estes trabalhos exploratórios das três seções foram insuficientes para a deliberação de um acordo mútuo entre Brasil e Argentina, o que explica a necessidade do Tratado de Arbitramento de 7 de Setembro de 1889. Por seu turno, serão fundamentais para a Missão Especial brasileira nos anos 1893 e 1894, quando os Plenipotenciários barão de Aguiar de Andrada e seu sucedâneo, barão do Rio Branco, assumiram a responsabilidade de juntar mapas e documentos para a defesa da fronteira do país diante da arbitragem do presidente dos Estados Unidos da América, Grover Cleveland (Fonte: AHI. Carta “Situação do Brasil e da República Argentina em relação ao arbitramento da questão das Missões”).

Antes da chegada do barão do Rio Branco à Missão Especial no outono de 1893, o livreiro e antiquário Karl W. Hiersemann, em Leipzig, remeteu no dia 10 de Abril de 1893 uma relação com 74 mapas, além de livros e manuscritos. O Ministro do Brasil em Washington, Salvador de Mendonça, teria mostrado a “Collecção Ischudi”, catálogo nº 119, deste livreiro para o Plenipotenciário Aguiar de Andrada e o general Cerqueira, que a partir de suas escolhas, encarregar-se-ia da compra (Fonte: AHI. Anexo Nº 2 do Relatório de 14 de Abril de 1899 reportando ao Relatório de 8 de Março de 1895, escrito pelo barão do Rio Branco, folhas 114-126) Ao todo, foram fotografados onze mapas sob ordem de Aguiar de Andrada, falecido em 25 de janeiro de 1883, e depois no período interino coberto pelo general Cerqueira. Na lista de desejos constava os dois primeiros mapas organizados pelos jesuítas do *Paraguay*, ainda no século XVII, um gravado em Amsterdam por Gerard Coeck e outro em Roma por Petroschi; uma edição alemã do mapa gravado por Petroschi, feita por Matheus Seutter em Augsburg; o mapa “America Meridional” de Olmedilla de 1775; e o “Nuevo Mapa de las Provincias que Forman la Confederacion Argentina” de 1863. Estes cinco mapas fizeram parte da exposição brasileira de 1894 em Washington. Os demais seis não foram utilizados por Rio Branco (Fonte: AHI. Anexo Nº 3 do Relatório de 14 de Abril de 1899 reportando ao Relatório de 8 de Março de 1895, escrito pelo barão do Rio Branco, folhas 134-144). Houve, no período de um ano (1893-1894), constantes alterações nas escolhas e decisões da cartografia.

Anos mais tarde, o barão teria dito: “A coleção de mappas adquiridos em Leipzig nada tinha (...) de preciosa” (Fonte: AHI. Relatório de 14 de Abril de 1899 reportando ao Relatório de 8 de Março de 1895, escrito pelo barão do Rio Branco, folha 11). Tal indiferença se deve em alguma medida pelo que ele chamou de “pouca fidelidade” dos jornais do Rio Janeiro, referindo-se ao artigo publicado na capital pela Gazeta de Noticias (Fonte: Gazeta de Noticias, n. 275, Rio de Janeiro, 1898). O artigo desbancava a influência do barão na questão de Palmas e deflagrava a monumentalidade do “Mappa das Côrtes”, encontrado em Paris pelo general Cerqueira. A revolta do barão se dava pelo fato do general Cerqueira ser genro de Domingos Olympio, um dos editores do referido jornal e secretário da Missão Especial em Washington, que, além do artigo póstumo à arbitragem, publicou “papeis reservados e confidenciais” do barão entre Maio e Agosto de 1893. Para além das desavenças políticas, Rio Branco compreendeu que o “Mapa das Côrtes” não dava ganho de causa para o Brasil, e que a estratégia de persuadir o árbitro Grover Cleveland, “querendo fazer de dois rios visivelmente distintos um só rio verdadeiro” – neste caso o *Pepiry Guaçû* –, incorria em grave erro (Fonte: AHI. Relatório de 14 de Abril de 1899 reportando ao Relatório de 8 de Março de 1895, escrito pelo barão do Rio Branco, folha 47-54). Para o general Cerqueira, os demarcadores espanhóis causaram dúvidas sobre o rio *Pepiry Guaçû*, ora chamando-o “*Pepiry*”, “*Pequiry-guassú*” e até de “*Pepiry-mirim*”. Para ele, a solução da fronteira nacional seria de cunho gramatical: os brasileiros chamavam o mesmo rio de “*Pepiry-guassú*” enquanto que os argentinos de “*Pequiry-guassú*” ou “*Chapecó*” (Fonte: AHI. Notas do general Dionysio Cerqueira, escritas em 1893, para o advogado Ivins).

Em fins de Agosto, Rio Branco usou a descrição do Alto *Uruguay*, feita pelo padre jesuíta Lozano. Nela, os rios *Pepiry* e *Uruguay-Pitã* desembocam abaixo do Salto Grande, evidenciando posições mais ocidentais que aquelas reconhecidas em 1759 pelos comissários espanhóis e portugueses. A seguir, passou a medir a longitude do “Mappa das Côrtes”. Escreve, então, em 1º de Setembro, para o general Cerqueira. Na carta, conta que o único uso vantajoso deste mapa para o Brasil era medir a distância entre o litoral de Santa Catarina e a foz do *Pequiry*. No dia seguinte, o general Cerqueira visita-o e leva estes estudos iniciais para melhorar sua precisão. Dias depois, ao receber em mãos os novos traçados, encaminhou-os para seu “mestre e amigo”, Emile Sevafseur, em Nova York. No final, o barão recebeu permissão para citar o nome de Emile Sevafseur como autor desta obra, ainda que saibamos que Sevafseur encaminhou o desenho deste mapa para M. Sejeaux (Fonte: AHI. Relatório de 14 de Abril de 1899 reportando ao Relatório de 8 de Março de 1895, escrito pelo barão do Rio Branco, folha 97-105).

O segundo semestre de 1893 continuou intenso para a Comissão Especial. Para Rio Branco, “a variação do plano” neste período tornou a defesa mais forte. Nos arquivos espanhóis foram encontrados o verdadeiro “Mappa das Côrtes”, a “Instrução” de 1758, além do Tratado de 1777 e todos os documentos da primeira demarcação, os quais constituíam toda a fundamentação argentina e que era, agora, a um só golpe, desmantelada (Fonte: AHI. Relatório de 14 de Abril de 1899 reportando ao Relatório de 8 de Março de 1895, escrito pelo barão do Rio Branco, folha 107-110). Além do ministro em Lisboa, Vianna de Lima, os arquivos portugueses e espanhóis foram pesquisados por Cerqueira. Procurando o Mapa Lopez, encontrou valiosos mapas de Requena, Azara e Millau, sendo este último fundamental, pois apresentava os nomes oficiais dos rios *Pepiry*, *Pequiry* e *Pepiri-guaçu* (Fonte: AHI. Telegrama do general Cerqueira para o barão do Rio Branco, Madrid, 26 de Novembro de 1893). A ida do general Cerqueira à Lisboa e Madrid, aliás, assumiu caráter de urgência, fazendo com que o governo brasileiro não fosse previamente notificado, conforme ele mesmo lamentou (Fonte: AHI. Ofício expedido pelo general Cerqueira, em Nova York, para o secretário Gresham, 10 de Novembro de 1893). As duas semanas nos arquivos renderam, certamente, bons frutos para os interesses brasileiros, mesmo que as observações do barão, há pouco comentadas aqui, melhorassem a compreensão do “Mappa das Côrtes”.

A chamada “variação do plano”, no final do ano de 1893, não foi, porém, tranquila. Rio Branco conta que o seu predecessor, barão de Aguiar de Andrada, havia incumbido o advogado Ivins para o preparo de um Memorandum, e que depois de “revisto e retocado”, seria remetido para o governo. Em 17 de Junho, já nomeado Ministro Plenipotenciário, Rio Branco comunicou o advogado Ivins que o documento de defesa seria compromisso da Missão Especial. Assumindo responsabilidade total por suas ideias sobre a causa nacional, lembrava casos semelhantes envolvendo tanto o Visconde do Uruguay, nas conferências de Paris, quanto o barão de Cotegipe, no tratado de limites com o Paraguai. De modo que a tradição brasileira nas questões diplomáticas, pelo menos desde 1872, foi investir de plenos poderes um Ministro Plenipotenciário. Junto a isso, era preciso conhecer e manter um bom

relacionamento com o juiz arbitral, e, claro, conhecer a questão. Naquele momento, isto é, em Junho de 1893, Rio Branco tratava de convencer as demais autoridades nacionais, notadamente militares, da necessidade da “variação do plano”, pois, naquela altura, estava, como ele mesmo disse, “com as mãos presas”. A dramaticidade aumenta ainda mais ao revelar que o general Cerqueira prometia se demitir do cargo. E, igualmente descontente, o barão pedia licença para fazer a mesma declaração. Rio Branco achava o Memorandum de 1884 mais elaborado se comparado ao que o país possuía até então. Considerando a evidente retórica utilizada nas suas comunicações oficiais, sabia o barão que precisava apelar para o presidente Marechal Floriano Peixoto (1891-1894) se quisesse mudar os rumos da defesa do Brasil. É certo que a documentação juntada até Junho não era desprezível como fazia crer. Não podemos assumir as declarações do barão descoladas do contexto em que interesses de força maior estavam em disputa. Apenas a título de exemplo, o barão afirmou que os argentinos tinham o original “Mappa das Côrtes”, quando na verdade só viria a ser encontrado meses mais tarde pela delegação brasileira, como vimos anteriormente (Fonte: AHI. Ofício expedido pelo barão do Rio Branco para o Ministro Felisbello Freire. Nova York, 5 de Agosto de 1893).

3 | AS CARTOGRAFIAS DE BRASIL VS. ARGENTINA

O primeiro mapa da Missão Especial brasileira foi o “Mappa do Paraguay”, conseguido através do livreiro e antiquário Karl W. Hiersemann, em Leipzig, como comentamos a pouco. No seu contexto original de produção, foi oferecido ao Vicente Carrafa, então Geral da Companhia de Jesus (1645-1649), gravado em Amsterdã e publicado no atlas de J. Blaeu. Considerando seu contexto de produção, serviu aos comissários brasileiros para mostrar: a) a posição das missões jesuíticas da província do *Paraguay* e das duas cidades espanholas na região do *Guayra e Iguazú*, destruídas pelos bandeirantes dirigidos por Antonio Raposo Tavares (1630-1632); b) a posição das missões fundadas (1626-1630) ao sul e oriente do *Uruguay*, e também destruídas pelos bandeirantes paulistas (1635-1638); c) que a nova posição estabelecida pelos remanescentes das missões atacadas após a dispersão ficou entre os rios *Uruguay* e *Paraná*; d) e, finalmente, fica provada a ausência de qualquer missão jesuítica no território sob litígio, chamado Ibituruna.

Além deste, os dois outros mapas do Padre Vicente Carrafa são idênticos na representação física do território, possuem o título comum “Paraquaria cum adjacentibus” e compartilham o mesmo contexto de produção. Para o barão, a posição repetida do rio *Guanumbaca* nos três mapas é fundamental para a arguição. Percebe que o rio *Pepiry* já era conhecido no início do século XVII e, tomando dois mapas do século XVIII, também construídos pelos jesuítas, um gravado em Roma por Petroschi, em 1726, e outro em Augsburg por Leuttero, em 1730, revela o progresso feito por geógrafos da Companhia de Jesus no conhecimento do curso superior do rio *Uruguay*. Neles, o rio *Pepiri* desemboca no *Uruguay* acima do rio *Guanumbaca*; da foz do *Pepiri* para cima notabiliza-se certa

diferença no curso do *Uruguay*, inclusive com detalhes geográficos inexistentes nos mapas do século XVII. Descobriu-se que acima do rio Pepiri desaguavam dois rios no *Uruguay*: o *Uruguay-Pitá* e o *Uruguay-mini*; e que entre estes dois existia outro rio sem nome e que em relação ao *Uruguay-mini* se afastava 20 milhas.

Este rio sem nome sequer consta no famoso “Mappa das Côrtes”. Os argentinos defendem, portanto, que o rio *Pepiry* ou *Pequiri* do Tratado de 1750 não é o mesmo demarcado em 1759 por Alpoym e Arguedas, e o encontram acima do *Uruguay-Pitá*. Diferente do comportamento argentino, o barão acreditava nos trabalhos feitos pelo geógrafo espanhol Francisco Millau, responsável pelo curso superior do *Pepiry*. Aliás, a reação negativa da Argentina aos mapas da América Meridional feitos por espanhóis como Millau ou Olmedilla é identificada pelo barão, que, buscando desfazer a imagem ruim destes cartógrafos transmitida pelos argentinos, procurou mostrar como eram conhecedores do território em disputa, recorrendo às suas biografias em estantes de bibliotecas militares. Francisco Millau depois de mapear todo o curso do Santo Antonio, só não fez o mesmo com o curso superior do *Pepiry* porque lhe faltaram recursos (Fonte: AHI. Minuta das “Memórias” – Documentação de mapas com comentário dos mapas apresentados nas memórias).

A Missão Especial optou, quando possível, pelo estudo comparativo dos mapas, sobrepondo-os para efeito de evidenciar as distinções cartográficas do espaço representado. Rio Branco compara, por exemplo, o mapa manuscrito espanhol, provavelmente produzido no Rio da Prata e retocado em 1760, com o mapa manuscrito português de Pacheco de Christo e que também foi feito em 1760. Dessa comparação, extrai a informação de que o afluente da margem esquerda do *Uruguay* corre para a foz do *Uruguay-Pitã*, entre as do rio Ipané e *Guanumbaca*. Esse trecho ficou chamado, no século XVIII, *Paricay* (conhecido na época do litígio por Turvo). Descobre, então, que antes de ser chamado *Paricay era Uruguay-Pitã*, e que depois da demarcação de 1759, *Uruguay-Pitã* passou a estar um rio acima do Salto Grande.

Há outros seis mapas sobrepostos a fim de visualizar o contraste facilitado pelo uso das cores azul e vermelho. Rio Branco encaminhou estes trabalhos para os cartógrafos da empresa Julius Bien, uma vez que o escritório da *American Bank Note* não dispunha de pessoal especializado para trabalhos cartográficos. Estes seis mapas sobrepostos comporiam a parte dos anexos da defesa em 1894. Como resultado das atividades da Comissão Mista de 1887-1888, foram feitos três mapas: o primeiro com a foz do *Pepiry Guaçû*; o segundo com a seção do rio Uruguay entre a foz do Guarita (*Uruguay-Pitã* de 1759) e a do *Pepiry-Guaçû*; e o terceiro com a seção do Iguaçû desde o Salto Grande até a foz do Santo Antonio. Estes três mapas foram essenciais para a inteligência das Instruções Espanholas de 1779 (Fonte: AHI. Minuta das “Memórias” – Documentação de mapas com comentário dos mapas apresentados nas memórias).

A partir de duas cópias ruins traduzidas por alguns cubanos e um venezuelano para o inglês da exposição argentina, contendo cada exemplar 334 páginas, 20 mapas e 762 páginas de documentos, e remetidas à Secretaria de Estado do Brasil em 1895, o

barão acessou as alegações da causa argentina. O Ministro Plenipotenciário argentino, Estanislao Zeballos, também apresentou um volume com artigos em que responde ao Ministro Capanema, e outros dois volumes, onde se encontram 52 mapas apresentados ao árbitro. No folheto intitulado “Misiones”, em resposta ao Ministro Capanema, Zeballos modifica o itinerário percorrido por Cabeza de Vaca, fazendo-o passar por Chapecó. Rio Branco confrontou-o com dois mapas da expedição de Cabeza de Vaca, datados de 1541 e 1542. Feito isso, chamou de “expediente infantil” as falsas localizações de Posadas, San Javier, Concepción, Santo Tomé e outras pertencentes ao território litigioso.

Há um mapa argentino em que Zeballos transfere o rio Acariguá mais a Oriente, levando consigo o Departamento de Monteagudo. Esse mesmo deslocamento cartográfico foi feito para o Departamento do Iguaçú, estendido até o rio Jangada (Fonte: AHI. Minuta do Ofício nº 25, no qual o barão do Rio Branco faz um comentário da Memória Argentina, apresentada por Zeballos, em 4 de Março de 1895). Zeballos utilizou o princípio jurídico do *uti possidetis*, indicando lotes de terra na fronteira que supostamente foram concedidos e medidos pelo governo argentino. No mapa intitulado “Territory of Misiones in Accordance with the Argentine Laws Presents to the Arbitrator”, é mostrado o “Territory in Arbitration”, abrangendo os Departamentos de Posadas, de San Martin, de Pirai, de Iguazú e de Monteagudo. Confundindo-se com essa área, estão as “Land grants made and located by the Argentinement, within the levied in Arbitration”, divididas e numeradas de 1 a 10, sendo a porção sul, acima do rio Uruguay, partilhada entre os proprietários Dolores Caceres, Antonio Caceres, Esquivel Galaraza, J. A. Compura e Olegario Andrade; e a porção norte, abaixo do rio Iguaçú, partilhada entre os proprietários Pizarello, Claudio Rolon, Francisco P. Rolon, Pablo M. Yansi e E. J. Montenegro (Fonte: AHI. Mapas). O Plenipotenciário argentino ainda fez questão de localizar o engenho de Kasten na propriedade conferida a J. A. Campora, repetindo esta informação em outros mapas produzidos pela Comissão argentina, evidenciando não apenas a ocupação de fronteira, mas também alguma atividade econômica. Para legitimação jurídica de terras havia respaldo da moradia habitual e cultura efetiva, e certamente Zeballos sabia disso.

Diante da argumentação argentina, Rio Branco chamou a atenção para o fato de que, considerando esta suposta ocupação, a colônia militar de Chopim estaria dentro da administração argentina, e, estranhamente, nunca teria sido motivo para tensões entre os dois países. Além de que Zeballos não apresenta as datas, nem leis ou documentos que confirmem as tais concessões. Já nos “Maps of the discoveries” quase todas as datas de fundações das missões jesuíticas estão ou equivocadas ou nunca chegaram a existir. Zeballos teria colocado uma “imaginária povoação” em Palmas, desde 1612. E para terminar os comentários de Rio Branco à documentação adversária, qualificou a exposição como “série de injúrias a Portugal e ao Brasil”, feitas por homens que ainda vivenciavam a experiência da Guerra do Paraguai e cobravam do Brasil considerações uma vez que, se não fossem eles, os argentinos, o Brasil seria um país “derrotado e desmembrado” (Fonte: AHI. Minuta do Ofício nº 25, no qual o barão do Rio Branco faz um comentário da Memória Argentina, apresentada por Zeballos, em 4 de Março de 1895). O apelo moral caracterizou

os trabalhos da Comissão Argentina naqueles anos de impasse.

Para a exposição brasileira de 8 de Fevereiro de 1894 foram seis tomos: I. a exposição vertida para o inglês, com três mapas; II. o texto original da exposição, em português; III. apêndice de documentos vertido para o inglês; IV. o texto original, em português ou espanhol, dos documentos vertidos para o inglês no tomo III; V. trinta e quatro mapas precedidos de uma notícia; VI. vinte e nove mapas maiores (Fonte: AHI. Minuta das “Memórias” – Advertência). Dedicar dois tomos para mapas (V e VI), além do tomo I apresentar outros três mapas, evidencia não só a relevância da cartografia enquanto instrumento de negociação política, mas que ela, metodologicamente, precisava acompanhar a produção de outros textos escritos. Essa observação reforça nossas primeiras considerações quando identificamos os textos *Le Brésil* e *Esboço da História do Brasil*, ambos de autoria do barão, como essenciais se colocados ao lado de uma ampla cartografia em produção no século XIX.

Podemos, agora, dar um passo além: o domínio territorial e a existência do estado dependem do reconhecimento externo (MORAES, 2002, p. 102). Ora, as duas obras citadas serão publicadas e lidas no exterior. E mesmo após o laudo de arbitramento, em 5 de Fevereiro de 1895, declarando vitória ao Brasil, não apenas jornais estadunidenses como *New York Herald*, *New York Tribune*, *New York Times* e *Democrat de Grand Rapids* (Michigan) repercutiram a notícia, como também será noticiada “em toda a América” sugerindo a “vantagem da Arbitragem” para “settlement of international differences” (Fonte: AHI. Ofício expedido pelo barão do Rio Branco, em Washington, 8 de Fevereiro de 1895). França e Alemanha receberão o comunicado oficial da decisão final, a cópia do conjunto cartográfico e demais documentos juntados para a defesa brasileira (Fonte: AHI. Ofício do barão do Rio Branco para Jules Patenôtre, Embaixador da França, Washington, 5 de Abril de 1895); Ofício do barão do Rio Branco para von Laurena-Jeltsch, Embaixador do Império da Alemanha, Washington, 5 de Abril de 1895).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “voz insuspeita” de um “construtor prático” de fundos de fronteira, ou simplesmente barão do Rio Branco, deixou cartas, correspondências, comentários, memórias, transcrições, relatórios e extensa cartografia. Essa documentação foi por nós analisada considerando o contexto específico do nascente estado republicano. Buscamos compreender os sentidos atribuídos por diplomatas, cartógrafos, geógrafos, militares e bibliotecários às cartografias mais ou menos conhecidas. Certamente a hidrografia da região de Palmas ficou bastante privilegiada pelo olhar destes especialistas, não sendo exagero algum afirmar que o delineamento do curso de rios em boa medida foi responsável pela construção da política do espaço, pela conquista de fundos de fronteira. Uma boa pergunta que deverá ser devidamente enfrentada é: em países periféricos e dependentes do reconhecimento externo, como no caso brasileiro, quais os limites e condições para construir um estado

que avança territorialmente e que passa a administrar novas fronteiras?

REFERÊNCIAS

Arquivo Histórico do Itamaraty, AHI. **Minuta das “Memórias” – Documentação de mapas com comentário dos mapas apresentados nas memórias.** Lata 855, maço 03, pasta 5D.

_____. **Carta “Situação do Brasil e da República Argentina em relação ao arbitramento da questão das Missões”**, de Salvador Mendonça, Washington 19 de Maio de 1892. Lata 855, maço 03, pasta 07.

_____. **Anexo Nº 2 do Relatório de 14 de Abril de 1899 reportando ao Relatório de 8 de Março de 1895, escrito pelo barão do Rio Branco.** Lata 855, maço 01, pasta 02.

_____. **Anexo Nº 3 do Relatório de 14 de Abril de 1899 reportando ao Relatório de 8 de Março de 1895, escrito pelo barão do Rio Branco.** Lata 855, maço 01, pasta 02.

_____. **Relatório de 14 de Abril de 1899 reportando ao Relatório de 8 de Março de 1895, escrito pelo barão do Rio Branco.** Lata 855, maço 01, pasta 01.

_____. **Notas do general Dionysio Cerqueira, escritas em 1893, para o advogado Ivins.** Lata 855, maço 03, pasta 01.

_____. **Telegrama do general Cerqueira para o barão do Rio Branco, Madrid, 26 de Novembro de 1893.** Lata 855, maço 02, pasta 06.

_____. **Ofício expedido pelo general Cerqueira, em Nova York, para o secretário Gresham, 10 de Novembro de 1893.** Lata 855, maço 02, pasta 01.

_____. **Ofício expedido pelo barão do Rio Branco para o Ministro Felisbello Freire. Nova York, 5 de Agosto de 1893.** Lata 855, maço 02, pasta 05.

_____. **Minuta do Ofício nº 25, no qual o barão do Rio Branco faz um comentário da Memória Argentina, apresentada por Zeballos, em 4 de Março de 1895.** Lata 855, maço 03, pasta 04.

_____. **Mapas.** Lata 857, maço 4, pasta 01.

_____. **Minuta das “Memórias” – Advertência.** Lata 855, maço 03, pasta 5A.

_____. **Ofício expedido pelo barão do Rio Branco, em Washington, 8 de Fevereiro de 1895.** Lata 855, Maço 02, Pasta 01.

_____. **Ofício do barão do Rio Branco para Jules Patenôtre, Embaixador da França, Washington, 5 de Abril de 1895); Ofício do barão do Rio Branco para von Laurena-Jeltsch, Embaixador do Império da Alemanha, Washington, 5 de Abril de 1895.** Lata 855, Maço 02, Pasta 05.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. **História da Política Exterior do Brasil.** 4ª ed. Brasília: Ed. UnB, s/d.

BURNS, E. Bradford. Rio Branco e a sua política externa. **Revista de História**, v. 28, n. 58, 1964, pp. 367-381.

CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil – Argentina: história de uma ideia na “visão do outro”.** 2ª ed. Brasília: FUNAG, 2017.

GARCIA, João Carlos; VARGAS, Héctor Mendoza. A história da cartografia nos países ibero- americanos. **Terra Brasilis**, 7-8-9, 2007, pp. 1-15.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. Relatos, esboços e cadernetas de campo. **Terra Brasilis**, 8, 2017, pp. 1-12.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Colonização e conflitos no sul do Brasil: estudos sobre os Campos de Palmas. In: MOTTA, Márcia Menendes; et. al. **História Agrária: propriedade e conflito**. Guarapuava: Unicentro, 2009.

MARTÍN-MERÁS, Luisa. Fondos cartográficos y documentales de la Comisión de Límites de Brasil en el siglo XVIII en el Museo Naval de Madrid. **Terra Brasilis**, v. 7-8-9, 2012.

MORAES, Antonio C. R. O Barão do Rio Branco e a Geografia. **Terra Brasilis**, 5, 2015, pp. 1-20.

_____. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Desconstruindo mapas, revelando especializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial. **Revista Brasileira de História**, v. 34, n. 68, 2014, pp. 151-174.

ROBERTO, Giordano Bruno Soares. **O Direito Civil nas Academias Jurídicas do Império**. 2008. 608 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. O Barão do Rio Branco como historiador. **Revista Brasileira**, n. 69, vol. XVIII, 2011.

VON MARTIUS. **Como se deve escrever a história do Brasil**. IHGB, Tomo VI, n. 24, 1845.

O LEGADO DE UM CONFLITO: A HERANÇA DO CONTESTADO PARA A REGIÃO MEIO OESTE CATARINENSE

Tatiana Bruna Fabian

(UNOESC/Videira)

Tulainy Parisotto

(UNOESC/Videira)

RESUMO: A Região do Contestado ilustra estas questões com maestria. Esta faixa de terra que atualmente compreende o meio oeste catarinense tem gravada em sua história episódios que influenciaram o desenvolvimento de grande parte das cidades que hoje compõem esta região, tanto no aspecto econômico, quanto social e urbano. O presente trabalho possui como objetivo principal avaliar as características deste evento histórico e como o mesmo influenciou a atual configuração da arquitetura e do urbanismo local da região do contestado, ilustrando o surgimento dos núcleos urbanos locais pautados no cenário pós-guerra. Este levantamento evidenciou, por sua vez, como a batalha alterou de forma significativa a paisagem da região, fazendo com que a cultura típica do caboclo fosse substituída de forma enfática pela tradição da linhagem europeia que chegava para colonizar as margens do Rio do Peixe. Para o desenvolvimento da pesquisa, se fez necessário realizar uma análise das bibliografias existentes acerca do assunto, cruzando os dados obtidos, além do levantamento de material fotográfico para ilustrar a condição de vida dos primeiros moradores desta região. Ademais, a metodologia empregada explorou ainda entrevistas com

moradores locais, agregando relatos de quem viveu a décadas atrás no início da formação das cidades do Meio Oeste Catarinense. Tal estudo, baseado no preceito da pesquisa qualitativa exploratória enaltece por fim os principais aspectos que resultaram no atual desmembramento deste território, mostrando que a estrada de ferro EFSPRG e as margens do Rio do Peixe serviram de incubadora para gerar, posteriormente, os núcleos urbanos que hoje constituem o Vale do Contestado, que com sua arquitetura típica, consegue ilustrar de maneira sólida o resultado da campanha de colonização do período pós guerra.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura histórica; Urbanismo; Conflitos territoriais; Colonização;

1 | AS PREMISSAS DE UM CONFLITO

Divergências ideológicas e territoriais vêm marcando a existência humana de forma trágica durante o desenrolar dos séculos. Estas questões serviram como estopim para impulsionar episódios que, posteriormente, resultaram em conflitos e no inevitável derramamento de sangue, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), por exemplo, evidencia de maneira negativa estas questões.

Na história brasileira, conflitos como a revolução farroupilha (1835-1845) e a revolta de canudos (1896-1897), marcaram a narrativa do país. Além destes, a região do meio oeste catarinense, foi palco de um conflito,

hoje conhecido como Guerra do Contestado, evento que evidenciou de forma nítida a insatisfação da população nativa diante da política oligárquica que possuía supremacia no início do período republicano no Brasil.

Essa revolta armada ocorreu entre outubro de 1912 e agosto de 1916, e surgiu diante da contestação de terras que gerou conflitos entre os caboclos que já estavam instalados na região, e os imigrantes europeus que chegavam para colonizar as novas terras. Essa desapropriação compulsória resultou em várias consequências, que se intensificaram após a conclusão da estrada de ferro que liga os estados de São Paulo ao Rio Grande do Sul, onde a Brazil Railway Company, empresa de propriedade do empreendedor norte americano Percival Farquhar, passou a ter posse de 15 km de terra ao longo de toda estrutura ferroviária como forma de remuneração pelos serviços prestados. A ferrovia, facilitou o desenvolvimento da região, uma vez que impulsionou os trâmites comerciais no sul do país, principalmente em relação ao transporte de madeiras nobres, matéria prima que era abundante nesta região.

O território do Contestado já se encontrava instável em relação a suas divisas desde as disputas entre o Brasil e a Argentina por volta dos anos de 1881, quando o país vizinho passou a argumentar que o Tratado de Tordesilhas e as Missões Jesuítas, lhes davam suporte legal para possuir posse de todo território existente até as margens do Rio do Peixe. Somente em 1895 essa disputa terminou, quando o presidente americano Grover Cleveland determinou que toda esta área seria de posse brasileira. Assim, o governo do Brasil tentou ocupar a região o mais rápido possível, criando a proposta de instituição de uma ferrovia, para além de colonizar, tomar a região antes que novas invasões ocorressem.

Porém o que de fato aconteceu, foi que a falta de demarcações precisas da área gerou hostilidades entre as províncias do Paraná e de Santa Catarina, em prol da posse do território que hoje abrange o meio oeste catarinense. Essa indecisão política acabou atrapalhando investimentos na região, uma vez que, ambos os estados tinham medo de perder esse trecho territorial, sendo o mesmo ilustrado na Imagem 1.



Imagem 1. Região do conflito entre os estados do Paraná e Santa Catarina

Fonte: Fundação Catarinense da Cultura, 2013

Com a construção da estrada de ferro vários imigrantes começaram a chegar devido à mão de obra que a mesma demandava. As divergências locais começaram a se intensificar a partir de sua conclusão, uma vez que, a empresa responsável deixou muitas pessoas em más condições de vida em detrimento dos interesses dos coronéis norte-americanos da Brazil Railway Company. A mesma não garantiu o regresso das pessoas e nem lhes disponibilizou terras para recomeçar suas vidas. Esta região, com um número enorme de desempregados empobreceu de maneira drástica, indo contra os princípios originais que o projeto da ferrovia previa.

Em meio a esta situação precária, surgem figuras religiosas para confortar a população sujeita a toda esta injustiça, como foi o caso do monge José Maria, um famoso curandeiro conhecedor de diversas ervas medicinais. Com suas pregações ele começou a adquirir vários seguidores, e com seu discurso antirrepublicano, começou a fundar comunidades conhecidas posteriormente como quadrados santos, para abrigar os oprimidos do coronelismo da região. O Governo Brasileiro, começou a analisar a situação como uma ameaça, e a batalha do Irani serviu como estopim de uma guerra sangrenta em busca de direitos e território. De acordo com a Fundação Catarinense da Cultura (2013, p. 13)

(...) a guerra do contestado envolveu religião, política, posse da terra, exploração econômica, além das questões dos limites territoriais entre Santa Catarina e o Paraná. O Paraná queria que os seus limites fossem os Rios do Peixe e Uruguai, mantendo saliências em União da Vitória, Timbó Grande, Três barras, Itaiópolis e Papanduva. Santa Catarina defendia que suas posses fossem até os Rios Peperi-Guaçu, Santo Antônio, Negro e Iguaçu (FUNDAÇÃO, 2013).

A guerra perdurou por quatro anos, envolvendo questões como o deslocamento forçado de populações, disputas por território, o messianismo, problemas ambientais devido a intensa exploração madeireira e o coronelismo das oligarquias políticas. De acordo com o historiador Rogério Rosa Rodrigues (2014), esse conflito evidenciou a luta contra a europeização do sul do Brasil, seu potencial revolucionário ilustra o sonho da população pobre e rural brasileira de acabar com a política de exploração da época, e o desejo de mudança, onde todos teriam direitos iguais.

A batalha somente encerrou depois de conflitos intensos e mortes, quando de acordo com Filho (2002, p.109) “foi assinado o acordo de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, dando vitória aos colonizadores”. A partir daí, começou efetivamente a colonização no Oeste e meio oeste catarinense. Além da madeira os trilhos da EFSPRG, transportavam a produção agrícola e elementos da pecuária; esta última pautada em suínos e aves, impulsionando nos anos de 1940 o surgimento dos primeiros frigoríficos na região meio oeste, que rapidamente se integraram ao mercado nacional. Esta indústria impulsionou o surgimento de alguns núcleos urbanos, como por exemplo, o município de Videira, a partir da união das antigas vilas denominadas de Perdizes e Vitória, que viram o seu crescimento ocorrer de forma paralela ao setor industrial frigorífico. A diversificação para o setor alimentício manteve a expansão da renda e formou nesta área importantes segmentos do complexo agroindustrial de carne, pautado em grandes frigoríficos e pequenos agricultores (FILHO, 2002).

Isso resultou no surgimento de cidades como Joaçaba, Mafra, Chapecó, Caçador, Porto União, e posteriormente, após diversos desmembramentos, nos demais municípios que hoje compreendem a região do contestado. Diante destes aspectos introdutórios o trabalho em questão visa diagnosticar as premissas básicas que desencadearam com que a guerra do contestado influenciasse a arquitetura e o desenvolvimento urbano da região meio oeste catarinense, elencando a sua real importância histórica, e a necessidade de preservação do patrimônio que se encontra conservado atualmente.

2 | AS CONSEQUÊNCIAS DA BATALHA

Ao longo dos anos, várias mudanças ao nosso entorno edificado acontecem, sejam por questões econômicas, tecnológicas, climáticas ou culturais. As cidades e seu interior edificado, diante de sua evolução, acabam abrigando em si, na sua malha urbana e na arquitetura de suas edificações, evidências de um passado rico de história e determinação de um povo, que do meio da mata, conseguiu abrir clareiras de maneira precária e propiciou o início de comunidades que hoje abrigam um grande contingente populacional que formam cidades importantes do meio oeste catarinense. Conforme relata a Fundação Catarinense da Cultura (2013, p. 49), ao final da guerra do contestado, o panorama da região acabou se organizando da seguinte maneira, os

(...) vaqueanos, a mando dos latifundiários locais, promoveram perseguições, fuzilamentos, degolas, prisões e vinganças entre os revoltosos sobreviventes e rendidos. Bandos de famélicos e maltrapilhos, principalmente velhos, mulheres e crianças, vagavam pelas estradas ou se rendiam as autoridades das cidades. Os juizes locais, em conformidade com os coronéis, determinavam, sem processo, quem seria preso e quem poderia voltar para casa. Consolidou-se um processo de inferiorização e marginalização dos caboclos, de expropriação de suas terras e de ocultação de sua memória. Com o fim da guerra e com o acordo de limites entre Santa Catarina e Paraná começou uma nova onda de ocupação do Vale do Rio do Peixe e do Oeste de Santa Catarina; nas novas cidades predominam os descendentes de imigrantes europeus. O progresso a qualquer preço criou muita riqueza na região, mas também levou a pobreza e a marginalização das populações caboclas e de muitos descendentes de imigrantes. O modelo de desenvolvimento também causou a poluição de muitos rios e a destruição das reservas de araucária e da Mata Atlântica (FUNDAÇÃO, 2014).

Desta forma a arquitetura das edificações de época acabam evidenciando até hoje a realidade que portugueses, italianos e alemães deixaram para trás em busca de uma vida mais próspera, ocultando assim o modo de vida dos caboclos e sertanejos que já habitavam esta região antes de sua intervenção. As primeiras residências datadas dos anos de 1920, no início do período pós-guerra, eram o resultado da cultura destes primeiros colonizadores. Destaca-se, por exemplo, as casas de telhados inclinados e floreiras nas janelas típicas da tradicional arquitetura italiana.

Em relação ao espaço urbano, na região do meio oeste catarinense, o Rio do Peixe foi crucial para o fornecimento de energia, alimento e recursos hídricos. O rio foi responsável por grande parte do desenvolvimento das cidades desta área, que cresceram abrigando seu leito no centro dos pequenos núcleos urbanos que estavam se constituindo. Nas proximidades das estações ferroviárias, o crescimento decorreu mais rapidamente devido a facilidade de transporte que os trilhos propiciavam.

De forma primitiva estes colonos abriram picadas pelo mato fechado para superar as árvores que impediam a passagem das pessoas e das cargas, talharam clareiras e construía sua habitação, de início rústica, erguida com troncos de árvores derrubadas a golpes de machado amarrados com lascas de taquara e cobertas por xaxim e capim (TESSARA; SCAPIN, 1996).

As casas destes primeiros colonizadores com o tempo passaram a ser estruturadas com rachões de pinheiro encaixados em escoras e alicerces de imbuia. A cobertura era feita de tábuas de pinheiro serradas à mão, que com o passar das décadas foram sendo substituídas por telhas de barro, do tipo francesa (FRAGA, 2010). As casas eram rodeadas por taipas de pedra para impedir a fuga do gado e práticas de roubo que eram comuns na época (SCAPIN, 1996). A Imagem 2 abaixo, ilustra uma edificação típica dos caboclos da região do contestado.



Imagem 2. Casa típica do Caboclo situada na vila de Perdizes, atual Videira.

Fonte: Museu do Vinho Mário de Pellegrin, 1930.

Diante disso, em meio a mata de Araucárias centenárias era possível se observar o surgimento de alguns casebres que serviam de moradia às famílias caboclas que sobreviviam da extração da erva mate, formando as primeiras vilas da região, como é o caso, por exemplo, de Perdizes e Vitória, povoados que posteriormente unidos formariam a cidade de Videira (SCAPIN, 1996).

A partir da década de 30, suprimida grande parte da população sertaneja da área no final da guerra do contestado, as edificações passaram a evidenciar, cada vez de maneira mais nítida, as características da arquitetura europeia. As mesmas eram executadas em madeira, muitas vezes de pinheiro, matéria prima abundante na região, até o telhado era idealizado com tábuas de menores dimensões sendo concebido com grande inclinação, devido a experiência que estes imigrantes tinham com a neve nas épocas frias da Europa.

Para proteger a madeira contra a ação das intempéries, era uma característica típica utilizar uma mistura para conferir-lhe maior durabilidade. Era comum utilizar uma pigmentação para pintura, composta por óleo de linhaça, um pó para conferir a cor desejada como pigmento, clara de ovos e água. As paredes internas geralmente eram decoradas com faixas de motivos florais e geométricos (FRAGA, 2010, p. 112).

Observa-se ainda, que o único material empregado que se distingue da madeira eram os alicerces executados em pedra para impedir o apodrecimento precoce da estrutura em contato com o solo e a umidade. Em relação às aberturas constata-se que também eram idealizadas em madeira, geralmente com venezianas e no modelo guilhotina. Com o passar do tempo, essas pessoas se adaptaram e obtiveram um conhecimento aprimorado das condicionantes ambientais da área, que acabou alterando seu modo de edificar.

No ano seguinte ao término da batalha, a paisagem da região começou a se alterar de forma mais evidente. No dia 25 de agosto de 1917 foram assinados os tratados para criação de quatro municípios: Cruzeiro, Chapecó, Mafra e Porto União. Do desmembramento de Cruzeiro (Joaçaba) foram criados 26 municípios, destes, boa parte se localizava às margens

do Rio do Peixe. Esse fenômeno ocorreu, com outros números da mesma maneira, com outros municípios (ZAGO e PAIVA, 2016), como foi o caso da nova vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages que na época era um ponto centralizador da colonização do meio oeste catarinense no sul do país.

Os trabalhos na ferrovia atraíram um grande contingente populacional que impulsionou o surgimento de novas povoações nestas redondezas, como foi o caso de Curitiba e mais tarde, da vila de Campos Novos. Na vila de Campos Novos, em 1908 com a construção da Ferrovia EFSPRG, começou a se fixar um povoado no entorno da estação ferroviária conhecida como estação Rio das Pedras. A partir daí começaram a ser colonizados os territórios que hoje compreendem os municípios de Caçador, Videira (Antigas Vilas de Vitória e Perdizes), Fraiburgo e Tangará.

O território do Vale do Rio do Peixe possuía terras férteis e a própria ferrovia, facilitou a venda de terrenos. Conforme exaltam Zago e Paiva (2016, p. 45)

O Vale do Rio do Peixe abriga em suas cidades no que diz respeito a sua formação histórica particularidades e consonâncias. Entre as consonâncias duas vertentes são verificáveis. Primeiramente, boa parte dos municípios do vale do rio do peixe tem seus núcleos urbanos próximos tanto das margens do Rio quanto das estações ferroviárias, o que se aplica pelo fato de a estrada de ferro acompanhar as curvas do rio; a partir das estações foram surgindo povoados que depois se transformaram em cidades. Posteriormente os municípios foram ocupados por agricultores, em sua maioria de origem europeia, oriundos principalmente das colônias do centro do Rio Grande do Sul, atraídos pela publicidade das companhias de colonização.

Um dos poucos municípios da área do contestado que foi realmente pensado e planejado no pós conflito foi o território que compreende a atual cidade de Iomerê, antigo distrito de Videira. Uma das subsidiárias do grupo Farquhar, a Selback & Kroeff, tomou posse deste território para impulsionar a colonização deste trecho, sobre o comando do engenheiro norte americano Frederico Kroeff. O traçado das ruas, quadras e praças, e posicionamento dos pilares básicos do poder administrativo do município foram planejados e estruturados nesta época, existindo até hoje de tal forma. Iomerê é uma das cidades do contestado que carrega a herança do conhecimento dos colonizadores americanos sobre as práticas do projeto urbanístico em sua malha viária como visto na imagem 3 (PERETTI, ZAGO e ABATI, 2005).

PLANTA DE IOMERE
Perimetro urbano e sub urbano
criado pelo decreto-lei nro 8
Comarca de Cacador em 30.06.1938



Imagem 3. Planta de Iomerê

Fonte: PERETTI, ZAGO e ABATI, 2005.

O desenvolvimento desta região, como um todo, ainda possui em partes, um legado remanescente da guerra da qual esta terra foi protagonista. Um exemplo disso se refere à estrutura rodoviária, uma vez que, conforme exalta Fraga (2010, p. 154) trechos abertos na época do conflito foram melhorados e até mesmo asfaltados, como é o caso da “SC-302, que se constitui como o último grande investimento da infraestrutura viária, financiada por capital estrangeiro devido a necessidade de escoamento melhorado para a plantation de pinus” que atendia as madeireiras da época na região. Fraga (2010, p. 154) ainda ressalta que,

No conjunto de escalas locais/regionais, especialmente envolvendo Paraná e Santa Catarina, percebe-se uma enorme deficiência de vias que una os dois estados. São poucas e precárias as rodovias asfaltadas que venham propiciar uma união interestadual. Não há dúvidas de que tal processo se deveu às políticas históricas, tanto por parte do poder estabelecido em Curitiba quanto de Florianópolis.

Do ponto de vista comercial, de acordo com Filho (p. 113, 2009) a madeireira foi “o elemento integrador da região no mercado nacional. No planalto norte e Alto Vale do Rio do Peixe, tendo Canoinhas e Caçador, respectivamente, como municípios pólos, a madeira ainda é a principal atividade industrial na região”. Além das madeireiras, a indústria frigorífica, por volta do ano de 1955, também começou a impulsionar melhorias na estrutura viária da região do Contestado aproveitando os investimentos para progredir o sistema viário federal patrocinado pelo presidente Juscelino Kubitschek.

Aos poucos, a ferrovia foi perdendo seu protagonismo e sendo substituída de

maneira progressiva pelo transporte rodoviário, conforme a tecnologia dos veículos foi evoluindo, e a malha viária das rodovias estaduais se estruturando com mais consistência, com pavimentação e infraestrutura adequada. Filho (p. 113, 2009) evidencia esta questão afirmando que:

A partir dos anos de 1960, quando o complexo agroindustrial de carne começou a se consolidar no Oeste e meio oeste catarinense, o Brasil já estava na era rodoviária. Para escoar a produção dos frigoríficos aos centros consumidores e aos portos, foram utilizadas mais as rodovias do que as ferrovias. A pavimentação da BR-153, BR-116, BR-280 e BR-470 permitiu acelerar a distribuição da produção agropecuária de toda a região. A ferrovia continuava transportando madeira, cereais, manufaturados e bebidas, mas o volume de carga caía continuamente. O transporte de passageiros, como em boa parte das ferrovias brasileiras, começou a ser desativado a partir da segunda metade dos anos 1960.

Atualmente, a estrutura da ferrovia que fez parte da história do contestado, encontra-se desativada e praticamente em ruínas, principalmente por não ter acompanhado o desenvolvimento tecnológico. Além disso, este conflito armado, deixou consequências que ainda podem ser sentidas pela população, mesmo que indiretamente, uma vez que, a região permaneceu estática, sem investimentos devido a indecisão dos dois estados em relação a posse destas terras.

O reflexo desse confronto gerou um trecho atrasado socioeconomicamente em relação ao restante do estado. O índice de desenvolvimento humano (IDH) das cidades da região, quando comparado a cidades litorâneas de Santa Catarina evidencia esta questão.

Ranking comparativo do IDH dos municípios catarinenses a nível federal		
Cidade	IDH	Posição Nacional
Florianópolis	0,847	3°
Balneário Camboriú	0,845	4°
Joinville	0,809	21°
Irani	0,742	735°
Caçador	0,735	909°
Fraiburgo	0,763	1001°
Curitibanos	0,721	1277°
Lebon Régis	0,649	3136°

Quadro 01. IDH comparativo do meio oeste e litoral catarinense a nível federal.

Fonte: IBGE (2010) adaptado pelas autoras (2019)

Diante do exposto, nota-se que o evento histórico da batalha do Contestado possui grande importância na região do ocorrido, além das questões territoriais e culturais, todo o desenvolvimento urbano e econômico ainda se encontra entrelaçado ao viés histórico do confronto sucedido há pouco mais de dez décadas atrás.

3 | CONCLUSÃO

O conflito em pauta resultou de uma combinação de questões que ocorreram de forma simultânea neste território. Ludka, Foetsch e Fraga (2017, p. 94) enaltecem essa temática ao destacar que a Guerra do Contestado apresentou como principais aspectos “a liderança dos monges, a exuberância da Mata com Araucária, a degradação ambiental e social resultante da exploração estrangeira, a invasão do território caboclo e limpeza étnica pós-conflito”. As edificações com característica europeia muito evidentes atualmente na região, revelam a necessidade de europeização da área que as oligarquias locais pregavam.

Com o avanço da colonização, o povo que já habitava estas terras foi suprimido iniciando o desenvolvimento de povoados ao estilo que portugueses, alemães e italianos difundiam como símbolo de progresso, explorando todas as riquezas que a região do meio oeste possuía. Além deste aspecto D'Ângelis (1991, p.7) ressalta que o Contestado evidenciou a dura luta de um povo oprimido por posse da terra e pela conservação dos costumes, que a estrada de ferro e a indústria madeireira vieram, como símbolos do capitalismo, ameaçar. O mesmo autor ainda afirma que a dimensão social do conflito evidencia o “impasse da reforma agrária em nosso país. O homem do contestado foi basicamente o sem-terra; e o desempregado, que se viu na rua após a conclusão da ferrovia São Paulo - Rio Grande” (D'ÂNGELIS, 1991, p.7).

Além deste ponto, cabe-se destacar que a relação de conflito entre os estados do Paraná e Santa Catarina intensificou desavenças que resultaram no atraso econômico de um trecho territorial, que abriga diversas riquezas naturais. Desta forma, atualmente o trecho vem recuperando o tempo perdido, impulsionando o desenvolvimento de suas cidades. Estas terras, cujo potencial econômico já foi notado no início do século XX por Farquhar, vêm se desenvolvendo através da agricultura, pecuária, da indústria frigorífica e leiteira, e por que não, do turismo voltado a cultura que os imigrantes que aqui vieram, solidificaram.

REFERÊNCIAS

D'ÂNGELIS, Wilmar. **Contestado**: a revolta dos sem-terras. São Paulo: FTD, 1991.

FILHO, Alcides Goularti. **A Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande na formação econômica regional em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2009.

FRAGA, Nilson Cesar. **Vale da Morte**: o Contestado visto e sentido “entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná”. Blumenau: Hemisfério Sul, 2010.

FUNDAÇÃO Catarinense da Cultura. **Contestado**. Florianópolis: IDESC, 2000.

FUNDAÇÃO Catarinense da Cultura. **Contestado**: 100 anos de memórias e narrativas. Florianópolis: Edições FCC, 2013.

LUDKA, Vanessa Maria; FÖESTCH, Alcimara Aparecida; FRAGA, Nilson César. Centenários representativos da guerra do contestado: georafizando e representado por meio de aquarelas da artista plástica

Márcia Elizabete Schuler. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/31770/22383>> Acesso em: 28 mar 2019.

PERETTI, Cloci; ZAGO, Denise; ABATI, Iolanda Canal. Iomerê: da memória de seu povo o registro de uma história. **Iomerê**: Edição do Autor, 2005.

SCAPIN, Alzira. **Videira**: nos caminhos de sua história. Videira: Prefeitura Municipal, 1996.

TESSARA, Helena e SCAPIN, Alzira. **Perdigão uma trajetória para o futuro**. Videira: Empresa das Artes, 1996.

THOMÉ, Nilson. **O Assalto ao trem pagador**: quando Pinheiro Preto entrou para a história do Brasil. Pinheiro Preto: Edição do Autor, 2009.

THOMÉ, Nilson. **Trem de ferro**: a ferrovia no contestado. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1983.

THOMÉ, Nilson. **Uma nova história para o Contestado**. Caçador: Museu do Contestado, 2004.

VALENTINI, Delmir José. **Memória da Lumber e da guerra do contestado**. Porto Alegre: Ed. UFFS, 2015.

ZAGO, Sady; PAIVA, Doralice Pedroso de. **Rio do Peixe**: Atlas da Bacia Hidrográfica. Joaçaba: Editora Unoesc, 2016.

O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO DE SÃO JOÃO MARIA EM SÃO MATEUS DO SUL/PR

Alcimara Aparecida Föetsch
(UNESPAR/União da Vitória)

Mário Sérgio Deina
(IGH/São Mateus do Sul)

RESUMO: Propomos na presente reflexão uma análise do patrimônio cultural associado à figura mítica do Profeta São João Maria no município paranaense de São Mateus do Sul. Andarilho peregrino, pregador de um catolicismo rústico, grafou e sacralizou lugares, sobretudo na região Sul do Brasil, suscitando uma crença popular baseada em suas predições, pregações e curas. Neste sentido, nos propomos a registrar e catalogar parte destes bens patrimoniais em forma de cruzeiros, árvores, águas santas e cemitérios de anjos. Partimos da essência material para também evidenciar o patrimônio intangível dos “lugares de memória” provocando uma discussão acerca da sacralização dos lugares, da manifestação cultural da experiência, das representações das divindades na dimensão espaço-tempo e da relevância de se pensar uma educação patrimonial enquanto alternativa para salvaguardar o direito à memória individual e coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Cartografia Cultural, São João Maria, Patrimônio.

1 | INTRODUÇÃO

Figura mítica e peregrina, personagem

cultural religioso marcante no Sul do Brasil, São João Maria (ÁVILA DA LUZ, 1996; FACHEL, 1995; THOMÉ, 1992) é trama que inspira relatos, contos, poemas, pesquisas, músicas, dramatizações e teorias sobre sua aparição, trajetória e encantamento. Nos credos populares se acumulam predições, memórias, histórias de fé, pregações e devoções; na paisagem cultural, por sua vez, desabrocham cruzeiros, árvores de cedro brotadas, olhos d’água consagrados, altares, lugares de peregrinação e cemitérios de anjinhos. Santo beatificado pelo povo, Mártir e símbolo de resistência na região do Contestado (e seus contornos geográficos), o andarilho viajante trazia e levava visões e interpretações de mundo comungadas com receitas de chás e infusões, conselhos e soluções, tratos à vida cotidiana e à essência espiritual.

Nos espaços mais longínquos e distantes dos sertões do Sul, São João Maria representou “um papel equivalente ao do padre, mas estava a serviço e era a expressão da autonomia do religioso rústico” (MONTEIRO, 1974, p. 81) no período entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Cada porção desse espaço regional coleciona histórias e memórias associadas ao profeta. Em São Mateus do Sul (divisa entre o Paraná e Santa Catarina), na mesma proporção, criou-se naqueles anos e consolidou-se nas décadas seguintes também a crença em seus poderes

de cura e proteção. São tanto marcas edificadas que grafam a paisagem cultural, quanto reminiscências que, contadas de geração em geração, enraízam, transmitem e perpetuam a fé. Ambas, associadas e indissociáveis, dão vida a um patrimônio cultural único, *sui generis*, carregado de simbolismo.

As marcas na paisagem religiosa formam o “patrimônio cultural material” edificado e construído como local físico de devoção, ao passo que as memórias e práticas rituais constituem o “patrimônio cultural imaterial” vivenciado e alimentado para dar suporte espiritual à crença (PELEGRINI e FUNARI, 2008). Acredita-se que a conjunção destes bens, tangível e intangível, é o que dá sentido aos lugares, sacralizando e os tornando espaços de representatividade e significado, ressaltando que “é por meio dos símbolos, dos mitos e dos ritos que o sagrado exerce sua função de mediação entre o homem e a divindade” (ROSENDAHL, 1995a, p. 98). Ao analisar o significado do Sagrado, Tuan (1980, 1983) argumenta que este vai além de imagens, templos, locais de peregrinações e santuários, isso porque são as “experiências emocionais” dos fenômenos sagrados que se destacam da rotina e do lugar comum. Reconhecer, evidenciar e salvaguardar esse patrimônio significa manter viva a memória coletiva (e o direito à memória), pois o que se assiste atualmente é o avanço desmedido da urbanização, da industrialização, da agricultura em favor do capital e dos monocultivos que descaracterizam e homogeneízam espaços, em grande parte das vezes, varrendo espaços sagrados de valor inestimável para as comunidades.

O município paranaense em questão, São Mateus do Sul, localiza-se na borda da chamada região do Contestado (MONTEIRO, 1974; QUEIROZ, 1981; AURAS, 1997; FRAGA, 2006). Sua configuração territorial e constituição demográfica seguiu parâmetros similares aos demais que compõe o Centro-Sul do Paraná e o Planalto-Norte de Santa Catarina, ou seja, um amálgama social formado pela contribuição de indígenas, escravos, caboclos e imigrantes ocupando a região das Matas Mistas da Floresta com Araucárias. Porção do espaço interiorano distante geograficamente dos grandes centros urbanos é marcada por um espaço matizado onde as expressões culturais das comunidades mesclam e, por vezes, entrecruzam, a marcante e conservadora religiosidade eslava (notadamente a polonesa) com o catolicismo rústico (MONTEIRO, 1974) associado à figura do Profeta São João Maria, sem serem, destarte, excludentes entre si.

Neste recorte espacial foi possível perceber uma série de práticas individuais e coletivas que se apresentam em forma de cruces, árvores brotadas, memórias, águas santas e cemitérios de anjos. Apreender a dinâmica simbólica deste emaranhado social é empreitada complexa que exige uma orientação teórica própria e um aparato metodológico diverso. A pesquisa de campo (SUERTEGARAY, 2002; DUARTE, 2002; HARVEY, 2017) iniciou-se em agosto de 2016 e estendeu-se até maio de 2018, onde valendo-nos das contribuições da Cartografia Social (ACSELRAD e COLI, 2008; ACSELRAD, 2010) na catalogação, registro e mapeamento, percorremos e analisamos 57 lugares sagrados no município, 33 reconhecidos pelas comunidades, como associados a São João Maria e, em 13 destes, com a existência dos cemitério de anjos. Não são mencionados os nomes dos

informantes, tendo em vista que se tratam de referências orais sobre lugares, que foram, na sequência, visitados e catalogados (HANDCOCK, e GILE, 2011, p. 367-371). Assim sendo, a proposição deste texto consiste em relatar a experiência de campo na região, registrar e divulgar parte dos resultados destas incursões tão necessárias e válidas no sentido de salvaguardar as paisagens, histórias e memórias de São João Maria.

2 | A SACRALIZAÇÃO DA NATUREZA: MATAS, ÁGUAS E SANTUÁRIOS

Para Eliade (1996) o homem religioso deve situar-se no mundo, num espaço sagrado, ou seja, há uma apropriação de lugares e símbolos cujos pontos fixos na paisagem emanam lembranças e promovem experiências espirituais. Esta conjunção temática abarca o conceito de sagrado, cuja palavra significa “separação e definição, sugere sentido de ordem, totalidade e força. Sagrado, por si só, é um conceito religioso, pois “[...] o sagrado está no centro de um sistema de práticas (positivas e negativas), isto é, funciona como regulador do agir social dos membros e como integrador da sociedade” (MARTINELLI, 1995, p. 162), sendo assim, o sagrado emerge como uma categoria de interpretação e avaliação que existe como tal, apenas no campo religioso. Claval (1992) coloca que para suportar as dificuldades e infortúnios da vida, os homens são assim levados a imaginar realidades mais profundas e mais autênticas do que os seus sentidos podem revelar. Às vezes eles assumem, escondidos nas profundezas das coisas ou dos seres, outro enredo que lhes dá significado - os filósofos falam de imanência. Quando os elementos que iluminam o que está acontecendo na Terra estão situados no mesmo plano fora do real sensível, falamos de transcendência. O sagrado surge quando esses outros mundos se aproximam e investem temporariamente ou permanentemente.

No caso de João Maria, esta materialização do sagrado associada a sacralização da natureza se dá em pequenos lugares que, longe de serem suntuosos santuários, resistem espremidos pelo agronegócio, pelo reflorestamento, pela modernidade e pelo esquecimento. São espaços que evocam a nostalgia de um passado mitificado, geram pertencimento e sedimentam recordações de um tempo histórico onde a cura física e o conforto espiritual provinham da fé nas ofertas da natureza.

Assim sendo, compreendemos que espaços sagrados são espaços qualitativamente fortes, “onde o sagrado se manifestou” (ROSENDAHL, 1995b, p. 63), neste sentido, para o homem religioso, essa manifestação pode se conter em um objeto, pessoa ou lugar. Complementando, o sagrado por implicar uma separação, sugere desprender as experiências não-sagradas, ou seja, as profanas, deriva “do latim *sacratu* – aquele que recebeu a consagração – as coisas divinas” (ROSENDAHL, 1995a, p. 98). Dessa maneira, o homem religioso se exprime sob formas simbólicas que se relacionam com o espaço e as práticas religiosas se realizam em tempos e lugares simbólicos, pois a “manifestação de poder do sagrado em determinados lugares o diferencia dos demais lugares” (ROSENDAHL, 1995b, p. 67). Ressaltando que:

A definição de um lugar como sagrado reflete a percepção do grupo envolvido e uma vez que a percepção varia de grupo para grupo, dificilmente se pode generalizar sobre os princípios de um lugar sagrado. Os povos têm atribuído sacralidade a diferentes objetos como árvores sagradas, pedras, grutas com poderes milagrosos, uma fonte de cura, um túmulo em volta do qual ocorrem milagres, no monte das Oliveiras e inúmeros outros lugares. A fidelidade religiosa demonstrada nos faz acreditar na existência de uma topografia sagrada” (ROSENDAHL, 1995b, p. 68).

O espaço somente torna-se sagrado na medida que é demarcado e diferenciado pelo simbolismo, sendo assim, se configura como um campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele no qual transcorre sua existência. É por meio de símbolos, mitos e ritos que o sagrado exerce sua função de mediação entre o homem e a divindade (ROSENDAHL, 1995a, p. 98).

Essa manifestação é indicada pelo termo “hierofania”, que “etimologicamente significa algo de sagrado que se revela” (ROSENDAHL, 1995a, p. 98), sendo que esta manifestação pode ocorrer em um objeto, árvore, pedra ou pessoa, por exemplo, ressaltando que o entorno “possui elementos necessários que compõem as formas espaciais” (ROSENDAHL, 1995a, p. 98). Ambos, sagrado e profano (ELIADE, 1992), estão sempre vinculados a um espaço que é social. E, assim, percebe-se que os lugares não só se diferenciam por formas e cores, por racionalidades funcionais e econômicas, mas, também, são carregados de sentidos e significam muito mais do que o sentido geográfico de localização.

Para Tuan (1979), sagrado é tudo que se destaca do lugar comum e da rotina, dessa forma, cada comunidade religiosa recorda o espaço à sua maneira, de forma a constituir um ponto fixo em que ela se confina, onde ela reencontra suas lembranças, contribuindo, assim, com o florescimento de sentimentos de apego e afetividade para com o espaço vivido, relações topofílicas (TUAN, 1980). A manifestação do sagrado, por sua vez, multiplica-se em inúmeros espaços sagrados” (ROSENDAHL, 1996, p. 35), são os santuários, onde o espaço se torna sacro e cujo conjunto mitológico é a própria memória da religião, ressaltando que “seria bastante difícil evocar o acontecimento se não houvesse o lugar do ocorrido” (*ibidem*, p. 35-36). São também chamados de “lugares simbólicos” (ROSENDAHL, 2009), ou seja, espaços criados pela ocupação humana “e pelo uso de símbolos para transformar aquele espaço em lugar” (*ibidem*, p. 06), por sua vez, a “geografia define o espaço sagrado como um campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, transportando-o para um lugar distinto daquele no qual transcorre seu cotidiano” (*ibidem*, p. 07). Compreender a essência desses lugares sagrados significa também realizar a leitura da paisagem religiosa estampada no espaço, essa paisagem é produto da “ação humana ao longo do tempo a paisagem apresenta uma dimensão histórica. [...]. Mas a paisagem é portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias tem assim uma dimensão simbólica” (CORRÊA; ROSENDAHL, 1998, p. 08).

Marcados e demarcados espacialmente pelo “plantio” da cruz de cedro por João Maria alguns lugares sagrados do Contestado e seu entorno geográfico foram, assim, fundados religiosamente, o que “possibilita criar uma aura de proteção ao ambiente e às pessoas,

promove uma espécie de sacralização do lugar” (WELTER, 2012, p. 100). Da mesma forma, Thomé (1999) reconhece a cruz como símbolo de uma experiência religiosa. Segundo ele, a cruz “plantada junto a arroios e fontes de ‘águas santas’ por João Maria, virtude que Deus deixou – é ao mesmo tempo o símbolo mais importante da fé rústica e um escudo mágico contra todos os perigos” (*ibidem*, p. 117). A sacralização da natureza efetiva-se na medida em que é a árvore de cedro, plantada em forma de cruz por João Maria, que ao brotar – aptidão natural da espécie – testemunha “o poder extraordinário e sobrenatural do Santo” alimentando uma fé e uma religiosidade que caminham à margem dos preceitos formais da Igreja Católica, cujo único templo é a natureza e que não condiz com a suntuosidade das grandes catedrais.

Este marco de referência espacial se complementa em sua materialidade pelas fontes de água, arroios, pocinhos ou olhos d’água que, também presentes nesta paisagem religiosa, acionam a memória da crença e promovem as peregrinações dos que reconhecem seus poderes de cura. Era por meio da água pura, ou, “quando muito, misturada e fervida com algumas ervas medicinais, que o Cristo sofredor se voltava para o enfermo e o curava” (TOMAZI, 2004, p. 187). Além dos poderes de cura, as águas santas de São João Maria eram e são, ainda hoje, utilizadas para o batismo. Segundo Welter (2012), o rito do “batizado não eclesial entre joaninos é frequentemente realizado em casa ou em fontes de água de João Maria. A água é um dos elementos centrais no ritual do batismo e, para ser usada, deve estar benta, ou seja, tornada sagrada” (*ibidem*, p. 95). É, portanto, elemento da natureza tornado divino, cuja função é batizar, curar doenças, proteger espaços e pessoas, fertilizar a terra, espantar os males e dar proteção divina.

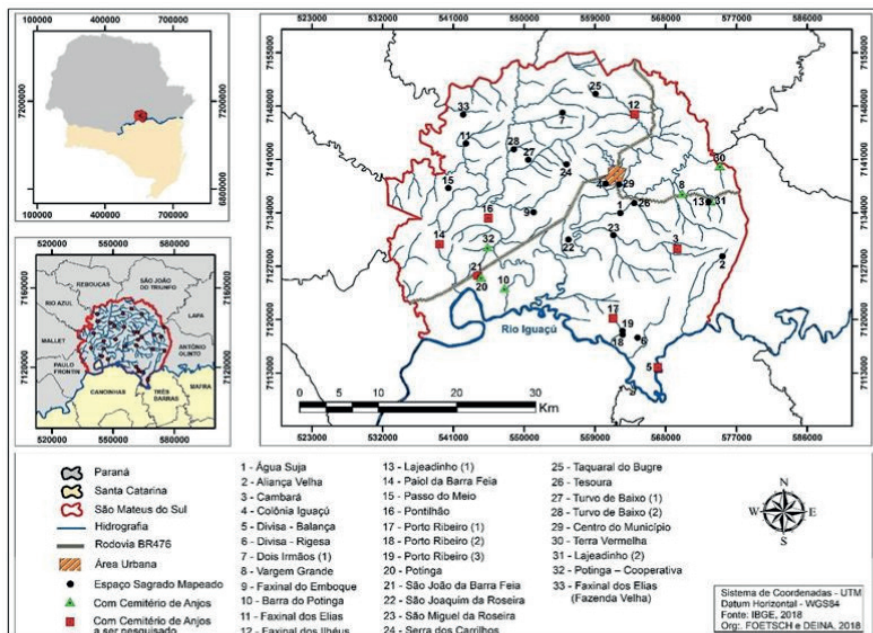
Essas cruces e águas santas são conjunção comum nos espaços sagrados de São João Maria, porém, em São Mateus do Sul, no Paraná, o cemitério de anjos/criancinhas, adiciona um forte elemento identitário agregador, os ressignificando por práticas distintas. Difícil determinar o início de cada cemitério de anjos, sobretudo, porque os primeiros a realizarem essa prática já faleceram, restando apenas os que reproduzem os sepultamentos pela devoção a João Maria e pela consideração aos costumes ancestrais. No recorte espacial analisado ficou evidente que esta prática fúnebre se relaciona diretamente ao Santo popular tendo em vista que muitos relatam que o próprio São João Maria havia “dado ordem” para enterrar os anjinhos em seus lugares de pouso, por serem lugares “valiosos”.

Neste sentido, é necessário pontuar que a expansão de crenças e práticas religiosas populares no início do século XX em São Mateus do Sul/PR se deu por uma série de motivos intimamente relacionados ao contexto social e econômico da época na região do Contestado (FRAGA, 2006), ausência da medicina oficial, distanciamento das instituições eclesiásticas, expropriação de terras, dominação coronelista, choque cultural entre indígenas, caboclos e imigrantes, exploração estrangeira, insegurança em relação ao governo republicano, entre outros. Este cenário era sentido na ausência de escolas, desemprego, abandono por parte do Estado, altas taxas de mortalidade (sobretudo, infantil), falta de estrutura comunitária e, principalmente, “atribuída” ignorância religiosa do povo. Emerge, desta forma, uma estrutura social propícia ao desenvolvimento de crenças messiânicas e,

João Maria, evento fundante, irrompe justamente neste conturbado período e passa a representar resistência, princípio estruturante comum. Vira símbolo, mártir, era padrinho em vida, criou e alimentou laços de compadrio pelo apadrinhamento espiritual que neste contexto social significava proteção, acolhimento, abrigo, amparo e assistência. Os lugares que lhe serviram de abrigo foram santificados, recebendo o status de “espaço sagrado de São João Maria”. São lugares de encontro, de fé, peregrinação e particularização com a santidade, distinto dos lugares de confronto cercados de obrigações institucionalizadas que excluem a maioria. Praticamente todas as comunidades do município possuem um espaço sagrado atribuído à São João Maria. Trata-se de uma região extremamente rica em recursos hídricos e com um recobrimento florístico conhecido como Floresta Ombrófila Mista (IBGE, 2012), condicionantes ambientais significativos quando se tipificam estes espaços, sempre junto à rios, nascentes, olhos d’água e próximo a árvores nativas.

Frente à quantidade dos lugares sagrados encontrados em São Mateus do Sul e considerando as condições destes, percebemos a importância de se valorizar estes bens patrimoniais. Foi por meio de uma cadeia de informantes (snowball) que estes espaços foram sendo identificados, analisados por meio de trabalhos de campo, catalogados e retratados pela Cartografia Social (a fase iniciou-se em agosto de 2016 e estendeu-se até maio de 2018). Esta primeira etapa permitiu a elaboração do Mapa 01 que evidencia o recorte espacial, aponta a localização dos 33 lugares reconhecidos, retrata os 13 que possuem cemitérios de anjos:

Tratam-se de pequenos lugares que foram sendo ressignificados na medida em que a devoção à São João Maria, tradicional em seus lugares de pouso, foi acrescido do culto à vida ancestral por meio dos cemitérios de anjinhos. A paisagem religiosa abriga, então, não só promessas e ex-votos, mas também oferendas que reverenciam os laços de parentesco e amizade com os que tiveram curta passagem por este mundo, nasceram para não viver. Muitos rituais somente podem ser percebidos por meio de uma observação participante junto às comunidades associada à uma intensa Pesquisa Qualitativa (BANKS, 2007; CHIZZOTTI, 2014; DUARTE, 2002; FLICK, 2002; HARVEY, 2017; HEIDRICH, 2016) valendo-se da História Oral (ALBERTI, 2004; BARROS, 2004; CAMARGO, 1984; GAMALHO, 2016; GOUBERT, 1992; MEIHY, 2000; QUEIROZ, 1988; THOMPSON, 1992). Isso porque, a paisagem religiosa somente pode ser decodificada compreendendo também seu aspecto intangível, ou seja, o campo das motivações simbólicas.



Mapa 1. Lugares sagrados de São João Maria, em São Mateus do Sul – Paraná.

Fonte: Föetsch (2019).

3 | CRUZES: SÍMBOLO, SACRALIZAÇÃO E DEVOÇÃO

A cruz é um símbolo universal dos mais antigos e um ícone reconhecido mundialmente, trata-se de uma figura geométrica de traçado simples onde se cruzam duas linhas formando um ângulo de 90°. Associada comumente em nossa região à fé Cristã evoca pensamentos, sentimentos e ações quase sempre relacionados à morte, salvação, penitência, livramento, peregrinação e oração. Claval (2014), ao se referir às identidades coletivas, destaca que estas se exprimem por símbolos, como “a cruz para os cristãos, a flor de lis para a França do Antigo Regime” (*ibidem*, p. 165), onde o “símbolo torna sensíveis os valores compartilhados: a cruz lembra a morte de Cristo” (*ibidem*) e recorda ainda como se deve agir a partir do Cristianismo.

São João Maria conhecedor ímpar do poder visual dessa insígnia também as utilizava em suas pregações, “plantando” cruzes por onde passava com o intuito de identificar seus locais de paragem e pousio, além de usá-las para alimentar o imaginário coletivo acerca de sua figura mística. A cruz é um símbolo imponente na paisagem. O interior do município de São Mateus do Sul no final do século XIX – momento histórico da passagem do Profeta – era pouco povoado e os escassos moradores careciam de espaços sagrados, sobretudo, porque a religião é prática preponderante na vida social. João Maria, personagem emblemático da época, pernoitava e se abrigava em lugares específicos sempre próximos a fontes de água. Era onde fincava uma cruz para especializar sua aparição, rapidamente, estes lugares passavam a ser considerados virtuosos e imaculados, sobretudo, por conta da fé popular que foi se construindo em torno deste peregrino, vidente, assistente físico e espiritual.

Conhecedor único da natureza e suas manifestações, utilizava do cedro (*Cedrela*

fissilis (LORENZI, 1998)) para confeccionar suas cruzes. Trata-se de uma espécie vegetal arbórea regional dotada de uma característica peculiar e adequada a seus propósitos: o fato de brotar facilmente a partir de galhos e troncos, sem necessidade das raízes. Ao fincar estas cruzes que “milagrosamente brotavam” e formavam frondosas árvores, o Santo Popular atestava sua santidade e demarcava seus espaços de fé e devoção. Assim, ao seguir os passos de São João Maria pelo município de São Mateus do Sul, a árvore de cedro é um indício fundamental na identificação dos lugares, uma vez que pelo distanciamento temporal, a cruz original brotada se converteu, em alguns casos, em frondosa árvore. Caso não tenha sobrevivido ao tempo, a comunidade refazia a cruz de cedro ou edificava uma de concreto, entretanto, como a cruz é um símbolo universal de fé e religiosidade, elas existem às centenas em todos os quadrantes do território pesquisado, sem que seja possível explicitar a razão de cada uma delas (daí a importância da seriedade da pesquisa de campo que as qualifica e diferencia). Assim a árvore de cedro nas proximidades de fontes de água são indícios fortes da presença passada do “profeta” naquele local, aliada aos relatos orais de pessoas cujos ancestrais viram ou ouviram falar do “santo peregrino”. A figura 1 mostra 28 fotos que destacam as cruzes atribuídas popularmente ao Profeta João Maria no município de São Mateus do Sul/PR.



Figura 1. Fotos de 01 a 28: Localidades de: Água Suja, Aliança Velha, Cambará, Colônia Iguazu, Divisa-Balança, Divisa-Rigesa, Dois Irmãos (1), Vargem Grande, Faxinal do Emboque, Barra do Potinga, Faxinal dos Elias, Faxinal dos Ilhéus, Lageadinho, Paiol da Barra Feia, Passo do Meio, Pontilhão, Porto Ribeiro (1), Porto Ribeiro (2), Porto Ribeiro (3), Potinga, São João da Barra Feia, São

Como é possível perceber através das imagens, os espaços sagrados marcados com as Cruzes associadas ao Profeta João Maria se localizam, na maior parte das vezes, nos espaços rurais. Acredita-se que somente sobrevivem dada a crença dos moradores e a necessidade que estes têm de preservar os espaços físicos onde a memória é evocada. Supõe-se que muitos desses lugares só resistiram ao tempo por conta, justamente, da presença das cruzes que enquanto marco religioso tornam os espaços únicos e santos. Alguns fiéis, provavelmente, nem conheciam os reais motivos da presença delas na paisagem, porém, por se tratar de um ícone sacro passavam a preservar e cultuar os locais construindo cercas de proteção, cultivando flores e trazendo oferendas.

A “Santa Cruz” de João Maria, por exemplo, é “plantada” em eventos coletivos com forte conotação política em vários lugares do Sul do Brasil, como na Romaria da Terra realizada em Santa Catarina desde 1986, coordenada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). A simbologia do ritual retrata o valor simbólico e sagrado da terra que não é tão somente um meio de produção, mas também o lugar de vivência, onde estão sepultados os ancestrais. Isso para ilustrar que o Santo popular é lembrado e referenciado nos mais diversos tipos de encontros, cursos, romarias, conversas, marchas e celebrações, símbolo de luta dos excluídos, tem sua atribuída santidade manipulada pelo povo, por lideranças políticas e empresariais.

4 | ÁGUAS SANTAS, OLHOS D’ÁGUA: CURA, BATISMO E PURIFICAÇÃO

Ao pernoitar na beira dos caminhos em que passava, o Profeta procurava locais de água boa. Quando peregrinava para outros lugares, a comunidade construía um cercadinho ao redor da fonte que se tornava milagrosa, ou seja, com poderes de cura e para protegê-la da ação de animais selvagens e atestar a santidade do lugar. A água, por si, é um elemento religioso importante, por ela se batiza, dela se hidrata. Entretanto, seu uso vai além de matar a sede e do batismo, ela também pode ser usada para purificar as casas, benzendo-as contra os maus espíritos e as energias ruins. A água milagrosa do Profeta pode ser um pocinho, um olho d’água, uma vertente ou um pequeno riacho. Geralmente ficava próxima de onde ele pernoitava. Em São Mateus do Sul, encontramos as águas santas em vários formatos, porém, não é tão frequente a peregrinação às águas como é nas cruzes.

No município, alguns lugares foram identificados como sendo locais de peregrinação na busca pelas águas santas, são eles, destacados na figura 2.



A) Pocinho do Profeta na comunidade de São João da Barra Feia.
Fonte: Acervo dos autores, 2017.



B) Olho d'água associado ao Profeta na comunidade de Paiol da Barra Feia.
Fonte: Acervo dos autores, 2016.



C) Olho d'água associado ao Profeta na comunidade do Borrachão. Fonte: Acervo dos autores, 2017.



D) Olho d'água associado ao Profeta no centro da cidade de São Mateus do Sul.
Fonte: Acervo dos autores, 2016.

Figura 2. Fontes de água associados a João Maria.

Fonte: Acervo dos autores, 2016/2017.

Nos dias atuais ainda é comum que as crianças tenham o duplo batismo: na igreja com o sacerdote e nas fontes atribuídas ao peregrino. Geralmente o batismo nas Águas Santas de São João Maria precede o batismo formal da Igreja.

5 | CEMITÉRIOS DE ANJINHOS: ACONCHEGO, PROTEÇÃO E APADRINHAMENTO

A cruz, símbolo e signo da experiência religiosa rústica, é escudo mágico contra os perigos, plantada por João Maria, ao brotar do cedro, testemunha o poder extraordinário do divino. A água pura, elemento central no ritual do batismo e da purificação, cura, protege, fertiliza, espanta os males e dá proteção. Dois elementos da natureza, árvore e água, riquezas florísticas e hídricas da região, dividem o espaço com cruzeiros menores em tamanho que testemunham e representam na paisagem os anjinhos falecidos, alguns, até afillhados espirituais de João Maria, sendo os laços de apadrinhamento outra inquietação. Estes lugares, dessa forma, se ressignificam e passam a receber por conta deste elemento agregador de forte auto identificação, outras formas de culto e peregrinação pelo acréscimo de oferendas distintas, orações e cuidados aos que se foram: filhos, irmãos, netos, sobrinhos, conhecidos.

Também presentes na paisagem dos espaços sagrados são-mateuenses, os

cemitérios de anjos (como são conhecidos os cemitérios de recém-nascidos e crianças) próximos à Cruz ou árvore de São João Maria, se constituem prática cultural regional das mais impressionantes. Podem ser verificados na figura 3.

As informações orais coletadas por meio das investigações de campo, das conversas informais, das entrevistas e dos depoimentos tendo por base as proposições teórico-metodológicas (ALBERTI, 2004; LE GOFF, 1996), esclarecem que essa prática popular de sepultar recém-nascidos aos pés das Cruzes e árvores de João Maria se deve, principalmente, à devoção ao Profeta peregrino. Soma-se a isso o fato de que há, aproximadamente, 130 anos atrás, quando a tradição surgiu, não havia sacerdotes católicos em número suficiente para percorrer as localidades do interior, alguns lugares quase “sertão”, e batizar os recém-nascidos; quando natimorto então era impossível acessar um sacerdote para fazer o batizado. Em algumas religiões os não-batizados não poderiam ser sepultados junto aos demais, sendo assim, os túmulos eram erigidos junto aos lugares sagrados já existentes nas comunidades, neste caso, associados às passagens do Profeta João Maria.



Figura 3. Fotos de 01 a 10: Cemitérios de anjos em: Cambará, Divisa-Balança, Faxinal dos Ilhéus, Paiol da Barra Feia, Pontilhão, Porto Ribeiro, Potinga, Barra do Potinga, São João da Barra Feia, Vargem Grande, Terra Vermelha.

Fonte: Acervo dos autores, 2016/2017.

Estes “anjinhos” eram, principalmente, recém-nascidos natimortos, fetos que nasciam antes do tempo e, em casos menores, crianças até sete anos de idade. De início, acreditava-se que eram chamados de anjos por não terem sido batizados, isso procede em alguns

casos, porém, muitos relataram que a própria Igreja, justamente por sua ausência nestes sertões interioranos, não impedia o sepultamento nos cemitérios oficiais. Dessa forma, percebeu-se que o que deu origem aos cemitérios de anjinhos foi, sobretudo, a crença na proteção de João Maria, (lembrando que muitos eram seus afilhados reais ou espirituais) do que o fato de não terem sido oficialmente abençoadas pelo batismo da fé cristã. Portanto, “anjinhos” são os que nasciam mortos (natimortos) por vezes ainda sem identificação clara do sexo, faleciam logo após o nascimento ou crianças que morriam antes dos sete anos de idade. Quando não se sabia ainda o sexo, durante o batismo em casa ou no próprio cemitério, eram atribuídos nomes duplos que mesclavam o feminino e o masculino, como Maria José, ou, muito comum, João Maria. O enterro era feito pela própria família, pela parteira ou por conhecidos próximos, sem documentação oficial de nascimento e óbito. Somam-se a isso, as justificativas acerca das dificuldades encontradas na região durante estes anos finais do século XIX e iniciais do século XX, em especial, a falta de estradas tráfegáveis, a precariedade de transportes e as intempéries do tempo que dificultavam o traslado destas crianças até os campos santos mais distantes. Entretanto, há que se mencionar o fato de que os adultos, independente destas condições, eram levados até os cemitérios oficiais, o que coloca em dúvida a dificuldade de transporte como motivo crucial para o sepultamento junto às cruzeiras de São João Maria, uma vez que transportar um cadáver infantil é, por certo, menos dificultoso do que o de um adulto.

E assim, durante décadas em São Mateus do Sul, foi se construindo a crença e fortalecendo a fé em São João Maria, não mais Profeta peregrino, agora Santo dos altares populares. Um Santo que foi visto, ouvido e tocado por avós, pais, familiares e amigos, uma figura do povo ao alcance de todos. Multiplicam-se as histórias contadas que evidenciam a importância desse personagem no município, apesar de muito ter se perdido com o tempo, as memórias ainda estão na lembrança de quem as reconta com um sentimento de devoção único, singular e marcante. Quase é possível ver através dos olhos de quem conta a imagem nunca por estes vista, mas que é tão sagrada quanto a fé que a alimenta.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desvendar, em campo (sendo o campo instrumento de análise geográfica), a dinâmica destes lugares simbólicos por meio da associação da paisagem como texto e dos lugares de memória exigiu um aparato metodológico diverso que foi se construindo, também, ao longo da pesquisa, lembrando que para Morin (2005) o método só pode emanar e se formular após o conhecimento da recorte espacial e sua especificidade. Dessa forma, percebeu-se que se tratava de um universo que não pode ser quantificável, era preciso lidar com a oralidade para, em seguida, destrinchar os significados e sentidos, desembaraçando os nós e compreendendo as afetividades para com o espaço sagrado, repositório das recordações – e, só assim, harmonizar e fundir os aspectos tangíveis da paisagem à imaterialidade da memória. Desse modo, o discurso, o enredo, as predições e profecias ofereceram o suporte.

Monteiro (1974) tão bem retrata a “impregnação religiosa” na vida cotidiana do povo da região pesquisada nos anos finais do século XIX e na primeira metade do século XX, Gallo (1999) apresenta João Maria como intérprete, ícone desenhado à várias mãos, Welter (2012) descreve a aura de proteção instaurada no ambiente vivido que promoveu a sacralização dos lugares associados ao Santo e Queiroz (1965) legitima a veneração às árvores (cruzes) e as propriedades terapêuticas das águas (santificadas). São João Maria irrompeu enquanto evento fundante, princípio estruturante comum em um contexto histórico e social propício frente ao distanciamento e as ausências do Estado e da Igreja. Na literatura regional são comuns as referências aos espaços sagrados das cruzes e águas, entretanto, em São Mateus do Sul, pequenas cruzes rodeiam essa conjunção e despertaram não só a curiosidade, como também, e principalmente, as inquietações.

Foi, então, o trabalho de campo que permitiu o reconhecimento do objeto de análise e da obtenção de dados de maneira privilegiada. Foram visitados, ao longo de três anos, mais de 57 lugares associados a São João Maria somente em São Mateus do Sul/PR, destes, 33 foram identificados e catalogados como tendo relação direta com o Santo popular, 13 possuindo cemitérios de anjos. Foi possível, dessa maneira, compreender parte da dimensão da devoção à João Maria tão presente e ressignificada nas comunidades, promover associações com o contexto histórico que contribuiu para a consolidação da crença, além de iniciar uma discussão acerca da patrimonialização desses lugares.

São João Maria, intérprete e profeta, é ícone construído à várias mãos. Princípio estruturante comum, hoje congrega, simbolicamente, diferentes expressões de resistência, passando de santo popular legitimado a líder político atualizado, em um processo ressemantizador (WELTER, 2012). Os lugares sagrados a ele associados tradicionalmente conhecidos pela sacralização de elementos da natureza, se ressignificaram e acolheram além de oferendas e ex-votos, os anjinhos, os nascidos para não viver, enterrados sob sua proteção. Esses espaços tidos como valiosos, religiosamente fundados, batizam, curam e também abrigam. São referenciais espaciais de enraizamento territorial em um recorte geográfico conhecido como Contestado, marcado por ausências institucionais, carências eclesiásticas e abandono público. Neste cenário, nos propomos a discutir a paisagem religiosa presente nos lugares sagrados de São João Maria para além das cruzes e águas santas com a inserção dos cemitérios de anjinhos.

Os lugares sagrados são, de fato, espaços únicos de simbolismo e devoção que atestam e qualificam a alma de um povo. Marcas na paisagem cultural ou memórias individuais e coletivas constituem o patrimônio material e imaterial que necessita ser salvaguardado frente aos avanços de uma sociedade cada vez mais homogênea e excludente. São João Maria é figura ímpar no espaço rural são-mateuense, seu legado e seus ensinamentos ainda permeiam o cotidiano de praticamente todas as comunidades do município e, tendo isto considerado, torna-se necessário conhecer estes espaços por meio de uma catalogação que conte justamente com o auxílio dos sujeitos envolvidos e, neste caso, a Cartografia Social se apresentou como uma ferramenta adequada e útil.

Pode-se afirmar que as cruzes ou árvores santas, as águas milagrosas e os

cemitérios de anjos, marcas edificadas na paisagem, constituem um patrimônio material associado ao Profeta João Maria em São Mateus do Sul/PR. São lugares de encontro, de fé, peregrinação e particularização com a santidade, de fato, lugares de memória[18] que lutam constantemente para garantir tanto a sobrevivência material na paisagem quanto o direito às práticas e rituais religiosos historicamente professados. Tratam-se de paisagens marginalizadas por não conterem aspectos estéticos de beleza, proporção e elegância, mas que, no entanto, vivificam lembranças e promovem experiências emocionais/espirituais. São pequenos lugares, distintos dos grandiosos santuários marcados pela opulência, que contrastam espremidos pelo agronegócio, pelo reflorestamento, pela modernidade e pelo esquecimento. Contudo, resistem justamente pela fé e devoção à João Maria, fortificada pelas histórias, memórias, crenças e milagres transmitidos pela oralidade, o que constitui o campo das motivações simbólicas, um verdadeiro sistema de significações.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Mapeamentos, identidades e territórios. *In*: ACSELRAD, H. (Organizador). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010. (p. 09-46).
- ACSELRAD, H.; COLI, L. R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. *In*: ACSELRAD, H. (Organizador). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. (p. 13-44).
- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- AURAS, M. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. 3. Ed. Florianópolis: UFSC, 1997.
- ÁVILA DA LUZ, A. **Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.
- BANKS, M. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- BARROS, J. D'A. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.
- BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- CAMARGO, A. Os Usos da História Oral e da História de Vida: trabalhando com elites políticas. **Revista de Ciências Sociais**. v. 27, n. 1. Rio de Janeiro, 1984. (p.5-28).
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6ed. Rio de Janeiro: Vozes; 2014.
- CLAVAL, P. Le thème de la religion dans les études géographiques. **Géographie et cultures**, Paris, n° 2, 1992. (p. 85-110).
- CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Editora da UFSC: Florianópolis, 2014.
- DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *In*: **Cadernos de Pesquisa**. n° 115,

março de 2002. (p. 139-154).

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Tópicos).

ELIADE. **O Sagrado e o Profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FACHEL, J. F. **Monge João Maria**: recusados excluídos. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

FLICK, U. Entrevista episódica. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. (p. 114-126).

FÖETSCH, A. A. A sacralização da natureza e a simbologia da morte: a resignificação da paisagem religiosa nos cemitérios de anjos de São João Maria. In: **Revista Geografar**. Curitiba, v.14, n.1, jan. a jun./2019. (p.188-202).

FRAGA, N. C. Mudanças e Permanências na Rede Viária do Contestado: uma análise acerca da formação territorial do Sul do Brasil, **Tese** (Tese de doutorado), Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná, UFPR, 2006.

GALLO, I. **O Contestado**: o sonho do milênio igualitário. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

GAMALHO, N. P. Narrativas do espaço nas histórias de vida: os desafios das metodologias qualitativas na Geografia. In: HEIDRICH, A. L.; PIRES, C. L. Z. (Orgs.). **Abordagens práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letral, 2016. (p. 35-48).

GOUBERT, P. História Local. In: **História e Perspectivas**. Uberlândia, nº 6, Jan/Jun, 1992. (p. 45-47).

HANDCOCK, M. S.; GILE, K. J. On the Concept of Snowball Sampling. **Sociological Methodology**, v. 41, n. 1, agosto de 2011. (p. 367-371).

HARVEY, G. Pesquisa de Campo: Observação Participante. In: **Revista Rever**. Ano 17, nº 01, jan./abr. de 2017. (p. 168-206).

HEIDRICH, Á. L. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. In: HEIDRICH, Á. L.; PIRES, C. L. Z. (Orgs.) **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016. (p. 15-33).

IBGE. Manual técnico da vegetação brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. (Manuais Técnicos em Geociências, nº 01).

LE GOFF, J. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LORENZI, H. **Árvores Brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. 2.ed. Nova Odessa: Plantarum, 1998.

MARTINELLI, S. **A religião na sociedade pós-moderna**. São Paulo: Paulinas, 1995.

MEIHY, J. C. S. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2000.

MONTEIRO, D. T. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1974.

MORIN, E. **O método 1**: a natureza da natureza. 2ª ed. Tradução Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina,

2005.

NORA, P. **Entre a Memória e História**: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury, Projeto História, São Paulo: 1993.

PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PELEGRINI, S. C. A.; FUNARI, P. P. A. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção: Primeiros Passos, nº. 331).

QUEIROZ, M. I. P. de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1965.

QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. M. **Experimentos com histórias de vida**: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice; Revistas dos Tribunais, 1988. (p. 14-43).

QUEIROZ, M. V. de. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916. São Paulo: Ática, 1981.

ROSENDAHL, Z. Geografia da Religião. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, 20: 96-99, dez., 1995a.

ROSENDAHL. Geografia e religião: uma proposta. In: **Revista Espaço e Cultura**, Ano 1, outubro de 1995b. (p. 45-74).

ROSENDAHL. **Espaço e Religião**: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996.

ROSENDAHL. A dimensão do lugar sagrado: ratificando o domínio da emoção do ser-no-mundo. In: CARNEIRO, S. de S.; SANT’ANNA, M. J. G. (Orgs.). **Cidades, olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia e Trabalho de Campo. In: _____. **Geografia Física, Geomorfologia**: uma (re)leitura. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2002.

THOMÉ, N. **Sangue suor e lágrimas no chão do Contestado**. Caçador, SC: UnC, 1992.

THOMÉ, N. **Os iluminados**: personagens e manifestações míticas no Contestado. Florianópolis: Ed. Insular, 1999. p. 120.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOMAZI, G. Mística da água e cidadania, uma análise a partir das águas santas de “São” João Maria, no Contestado. **Encontros Teológicos**, Florianópolis, ano 19, n. 37, 2004. (p. 19-35).

TUAN, Y. F. Sacred Space. Exploration of an idea. In: BUTZER, K. **Dimension of Human Geography**. Chicago: Chicago Research Paper, 1979.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

WELTER, T. Discursos e interpretações contemporâneos em torno do profeta São João Maria. In: **Revista Esboços**. v. 19, nº. 28. Florianópolis, dez/2012. (p. 88-111).

A REVOLTA DO CONTESTADO E O PASSADO QUE NÃO PASSA: NACIONALISMO, ABJEÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira
(UFSC - Curitibanos)

RESUMO: A Revolta do Contestado aconteceu entre o período de 1912 e 1916, como uma manifestação da insurreição dos caboclos frente a um complexo projeto político orientado pela instauração da República no Brasil, sob a égide capitalista. Diante deste acontecimento e da história narrada e escrita, e partindo da apreensão psicanalítica e do pensamento crítico, entra em questão: que passado da Revolta do Contestado insiste em não passar? E como esta repetição se revela, na sua forma, na contemporaneidade? Assim, este trabalho objetiva apresentar um recorte sobre a Revolta do Contestado, especificamente em relação aos conflitos entre os grupos dominantes e os caboclos, investigando o quê destes conflitos continua atual. Para isso, como procedimento metodológico, utilizamos a pesquisa bibliográfica, que se trata de buscar responder uma hipótese por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e refletindo sobre as múltiplas produções científicas. Assim, partiremos da investigação das produções sobre a história do Contestado – com o objetivo de verificar como se deram as relações entre os caboclos e os dominantes, no que concerne à produção de identidade de cada grupo –, o que será articulado com o entendimento de Hobsbawm (1990) sobre o nacionalismo e a

sua dinâmica excludente; e conjecturando que uma identidade de um grupo se produz na abjeção de um outro grupo, basearemos nossa investigação com as reflexões de Butler (2000, 2015) e Freud (1930[1929]). E por fim, orientado pelo método dialético de Marx, apreendido por Walter Benjamin, faremos uma reflexão sobre a repetição da barbárie, testemunhada na Revolta do Contestado, que na sua forma, se revela na contemporaneidade. Walter Benjamin, um dos importantes autores do que se convencionou chamar de Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, em seu texto sobre o conceito de história, escreveu: “Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos do que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialismo histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo” (1940/1994, p.225). Podemos depreender

vários ensinamentos desta preciosa reflexão, contudo, para este trabalho, faremos dois apontamentos. Esta tese de Benjamin recusa o pensamento iluminista, o qual tende a dicotomizar a civilização da barbárie, conduzindo a localização da barbárie no outro, no exterior, apontando que, pelo contrário, uma é o avesso da outra, ou seja, a barbárie está sempre à espreita, o que nos adverte sobre a ilusão de pacificação; além disso, através do materialismo dialético proposto por Karl Marx (1865), e da crítica à história contada pelos vencedores que se mantêm na função de reproduzir o seu domínio e o lugar dos dominados, Benjamin nos convida a “escovar a história a contrapelo”, que implica em situar-se ao lado dos vencidos e a desvendar a barbárie que engendra a história e os elementos que a torna possível. Considerável parte da história escrita sobre o Contestado, provindas, sobretudo, dos relatórios militares – os quais mantêm a perspectiva dominante – os caboclos foram tratados, estereotipadamente, como fanáticos, bandidos, jagunços, rebeldes, um atraso ao desenvolvimento (THOMÉ, 1992; TONON, 2000), e esses elementos foram algumas das justificativas para a repressão que ceifou milhares de vida. Para além de um fato político regional e local, o contexto da revolta do Contestado se inseriu no início do Período Republicano no Brasil (TONON, 2002, p.13), com o declínio da monarquia e o começo da chamada República Velha, que teve como arautos a modernização, a ordem, o progresso, o povoamento, a colonização do país, o que se revelou como um movimento nacionalista no qual os privilegiados foram as classes dominantes – como representantes da nação – em detrimento dos caboclos. A idéia de Nação está relacionada à demarcação das fronteiras geográficas e simbólicas onde se definem quem dela participa e quem dela é excluída; o que não pode ser pensada fora da racionalidade capitalista que se institui com o domínio da natureza, e conseqüentemente, com o controle social, a manutenção da hegemonia burguesa – atualmente, neoliberal –, e a própria reprodução do capitalismo. Nesse sentido, além da demarcação das fronteiras, se fez necessária uma identidade nacional, na qual o outro que não reflete a sua imagem é tornado abjeto da sociedade, e quando este outro ainda insiste na sua insurreição, é exterminado, como nos caso dos caboclos. Conforme Butler (2000, 2015), o abjeto faz referências às vidas que a sociedade não assimila e, por isso, as arremessa às margens da vida social. Contudo, o abjeto faz parte desta sociedade, na medida em que a identidade dominante desta sociedade se faz na exclusão do que não pode ser. Nos conflitos do Contestado podemos dizer que a identidade dominante era representada pelos coronéis, oligarcas, colonos estrangeiros e os representantes do Estado, enquanto os caboclos, pondo-se como ameaça à identidade dominante, foram tornados abjetos. Esse processo de abjeção remonta ao entendimento tão atual presente no texto Narcisismo das pequenas diferenças (FREUD, 1930[1929]), em que os indivíduos se unem e se identificam entre si criando uma identidade, de modo a eleger um outro – caboclos – a quem se pode exercer a destrutividade. Para isso, acentuam certas características deste outro de forma que não se reconhece outras características e possibilidades, justificando, assim, subjetivamente e socialmente, a exclusão e o extermínio do outro ameaçador. A abjeção dos caboclos, como uma manifestação presente na ordem nacionalista, pode se colocar como um passado que não passa, na sua forma, e se repete na contemporaneidade, na qual é notável um recrudescimento de posicionamentos nacionalistas no Brasil e em vários países. Desse modo, podemos indicar que os caboclos da Revolta do Contestado continuam como

abjetos e se atualizam nas figuras dos imigrantes, dos negros, das mulheres, dos LGBTQIA+, dos índios, como efeito político da crescente precarização de suas vidas.

PALAVRAS-CHAVE: contestado; nacionalismo; identidade; abjeção; precarização.

A Revolta do Contestado aconteceu entre o período de 1912 e 1916 na região Sul do Brasil, como uma manifestação da insurreição dos caboclos frente a um complexo projeto político orientado pela instauração da República no Brasil a partir de 1889, sob a égide capitalista. Este engendramento social, histórico e econômico do país foi a base pela qual se iniciou a produção de uma identidade nacional em que foi idealizado como o brasileiro deveria ser, e, portanto, como não deveria ser. Com os arautos de ordem por base e progresso por fim, inspirados no positivismo de Auguste Comte, rumo à civilização, os insurgentes, os chamados “rebeldes, ignorantes, fanáticos, bárbaros”, não-brancos, caboclos do Contestado, foram temidos, abjetados e exterminados. Conforme Thomé (1992, p. 19), o caboclo abrangia vários tipos: “o branco (lusitano ou castelhano), o índio (Tupi-Guarani Kaingang e Xokleng), o negro (escravo africano), o mameluco (da mesclagem de branco com o índio), o cafuzo (descendente do cruzamento de negro com índio), o mulato (mestiço, branco e negro), ou o produto final das misturas de todas essas etnias.”

Diante deste acontecimento e das suas narrativas, e partindo da apreensão psicanalítica e do pensamento crítico, entra em questão: que passado da Revolta do Contestado insiste em não passar? E como esta repetição se revela na contemporaneidade? Assim, através da pesquisa bibliográfica, este trabalho objetiva apresentar um recorte sobre a Revolta do Contestado, especificamente em relação aos conflitos entre os grupos dominantes e os caboclos; o que será feito a partir de articulações entre nacionalismo republicano e a sua dinâmica interna de abjeção do outro que não está submetido no seu contorno territorial e simbólico, e suas manifestações no tempo contemporâneo.

Esta reflexão se dá como crítica ao historicismo cronológico, linear e produzido a partir da malograda descontinuidade entre passado, presente e futuro. Frente a isso, Walter Benjamin, em seu texto sobre o conceito de história, nos ensina:

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialismo histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (1940/1994, p.225).

Esta tese de Benjamin recusa o pensamento iluminista, no qual está presente o pressuposto de dicotomia entre civilização e barbárie, que tende a conduzir a localização da barbárie no outro, no estrangeiro, no exterior, apontando que, pelo contrário, uma é o avesso da outra, ou seja, a barbárie está sempre à espreita. Além disso, através do

materialismo dialético proposto por Karl Marx (1865) e da crítica à história contada pelos vencedores que se mantêm na função de reproduzir o seu domínio e o lugar dos dominados, Benjamin nos convida a “escovar a história a contrapelo”, que implica em situar-se ao lado dos vencidos e a desvendar a barbárie subterrânea à história e os elementos que a torna possível.

A revolta do Contestado se deu na particularidade histórica de instauração da República no Brasil com o progressivo declínio da monarquia. A dinâmica política republicana trouxe significativas transformações para a população brasileira, como: a abolição da escravatura no Brasil; o trabalho assalariado e a abertura e o crescimento do mercado de trabalho que se revelou como uma continuidade da mão de obra escrava, já que os libertos não foram integrados no mercado de trabalho; a imigração; a abertura do mercado interno para as empresas estrangeiras; o embranquecimento da população. Esses acontecimentos foram orientados pela ideologia republicana de contínua busca pela modernização, baseada no progresso industrial, na ordem, no controle, visando à exploração da terra, o povoamento do interior do Brasil e a sua colonização.

E esta ideologia republicana, como reprodução e manutenção do domínio, se deu também na correspondência entre civilização e ser homem, branco, europeu, moderno, constituindo um nacionalismo que foi demarcado territorialmente e simbolicamente pelas classes dominantes que, de modo autoritário, se apresentavam como representantes da civilização em detrimento dos caboclos, considerados como bárbaros, portanto, um obstáculo à civilização a ser alcançada através do processo nacionalista.

Conforme Anderson (2006), no seu trabalho: *Imagined Communities*, a nação é produzida imaginariamente, pois é impossível uma representação que corresponda às realidades múltiplas de uma comunidade, resultando, assim, em uma identidade nacional produzida de modo imaginário, e, portanto, como efeito de relações políticas. E por quem ela é produzida e difundida? De acordo com Hobsbawm (1990), as nações vêm do alto, ou seja, é uma produção imaginada que vem das elites que, para se manterem como tais, vão difundir uma identidade nacional, resultando no nacionalismo, que “é hostil para com os reais caminhos do passado, ou emerge de suas ruínas” (p.201), justamente para delimitar uma fronteira que separa o projeto civilizatório dos homens civilizados e vencedores do outro bárbaro a ser eliminado. Assim, institui-se uma nação na qual será difundida uma identidade, e um estado, como uma máquina burocrática que delimitará um território, constituindo um Estado-Nação que fará o controle cultural, político e econômico de um determinado território.

Para Giralda Seyferth (2007), “a nação brasileira ideal deveria ser ocidental: uma civilização latina, de língua portuguesa e população branca plasmada na mestiçagem” (p.37). O apoio do Estado brasileiro para a vinda de imigrantes europeus não se justificava somente como resolução da suposta carência de mão de obra para a agricultura, mas também para promover o branqueamento da população brasileira. E como justificativa para esse fomento imigracionista, a classe dominante propalava o discurso de que os europeus eram superiores aos brasileiros, contrapondo-se com a representação dos negros, como

imprestáveis, incultos e propensos à degeneração. Assim, além do projeto nacionalista de mudança demográfica brasileira através do branqueamento, havia a moralização da população brasileira pela ideologia da inerência da alta consciência moral dos europeus (HOBSBAWM, 2012); o que era justificado também pelos pressupostos positivistas de Comte que estabelecem a aliança entre o cientificismo às leis do mercado e as armas estatais, do darwinismo social e do evolucionismo de Spencer que aplicou a teoria da seleção natural de Darwin à sociedade instituindo a ideologia excludente da “sobrevivência dos mais aptos” (ORTIZ, 1986).

Nesse contexto republicano e nacionalista, o Estado brasileiro vendeu terras aos imigrantes para cultivo e apoiou a expansão dos seus territórios, o que implicou, necessariamente, na expulsão dos antigos posseiros e sertanejos que ocupavam o sertão do oeste catarinense (QUEIROZ, 1996).

Esse processo de expulsão dos caboclos se intensificou com a instalação da estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul, que foi comandada e controlada pela empresa americana *Brazil Railway Company*, em 1906. E sob a proteção e legalização do Estado, esta empresa se apossou de centenas de quilômetros quadrados de terras que antes eram devolutas e habitadas, há muitos anos, por sertanejos, os quais, conseqüentemente, foram expulsos e preteridos em relação aos colonos imigrantes que passaram a ocupar o território próximo à ferrovia. Além disso, a situação se agravou com a violência do desalojamento de milhares de trabalhadores, provenientes de vários lugares do Brasil, que trabalharam para a construção daquela estrada de ferro.

Rememoramos também a fundação da madeireira internacional *Southern Lumber and Colonization Company*, em 1909, que teve o objetivo de desenvolver os serviços para a colonização nas proximidades da estrada de ferro, a partir da exploração de uma extensa área de pinheiros. A instalação da *Lumber*, a crescente exploração, a venda das terras aos imigrantes, intensificou mais ainda a marginalização dos antigos posseiros e caboclos que foram expropriados das terras por pressão e a força.

Soma-se a esses fatos, os conflitos e disputas para o domínio do Território, como a Questão de Palmas, o contencioso entre Brasil e Argentina, no período entre 1881 e 1895; o fortalecimento das oligarquias e coronéis no período de instituição da república, fundamentalmente, por meio do “aumento do número de eleitores” – sob o comando direto dos coronéis – através da Constituição de 1891 e a “apropriação das terras devolutas”, que até então pertenciam à União (TONON, 2002, p.13); a Questão de Limites de terras entre Paraná e Santa Catarina de 1853 a 1917, o que resultou na definição da configuração geográfica das duas unidades federativas; as tentativas de criação do Estado das Missões, entre 1910 e 1917, frente ao descontentamento com os limites dados entre os Estados, buscando invalidar as sentenças desfavoráveis ao estado paranaense (CABRAL, 1979).

A revolta do Contestado foi efeito de múltiplos acontecimentos e mediações, não podendo ficar restrita à relação entre um elemento e outro. E podemos dizer que o elo que une esses elementos que colaboraram para a deflagração da revolta do Contestado foi a exclusão e a eliminação dos caboclos que residiam no tempo anterior àqueles

acontecimentos mencionados.

E frente a esse movimento de exclusão que tinha a complacência do Estado com o seu exército vigilante das fronteiras do Estado-Nação, diante da progressiva precarização das vidas dos caboclos, e do fato de que o domínio nunca é absoluto, ainda mais quando este poder tenta findar as condições para a sobrevivência de vidas, a insurreição emerge, como pulsão de vida e luta por justiça social: eis a revolta dos caboclos do Contestado. E desamparados, precarizados, sem ter a quem recorrer, os caboclos buscaram na religiosidade a possibilidade de sustentação e motor para a vida e a luta. Fundaram a Cidade Santa, com o objetivo de aguardar o retorno do líder espiritual: monge José Maria, “para restabelecer alguns aspectos das relações e das formas de convivência esfaceladas com o início da República e criar uma nova realidade, diferente daquela na qual viviam” (DALFRÉ, 2014, p.167-168).

Freud, em “O futuro de uma ilusão” (1928/2013) indica que a religião, como um “tesouro de representações” (p.18), “nasce da necessidade de tornar o desamparo humano suportável”, e é “edificado sobre o material de recordações do desamparo infantil de cada um e do gênero humano” (p.18). No Contestado, a religiosidade se configurou como messiânica, referida à espera do retorno do redentor, que foi encarnado pelos monges, “conhecidos genericamente por “João Maria”” (THOMÉ, 1992, p.70). Este historiador aponta que em situações de opressão, crises econômicas e políticas, em meio à miséria e à ignorância, os grupos sociais tendem a aderir a uma ideologia messiânica, em torno de um líder carismático, como a Guerra de Canudos no Agreste baiano liderada por Antônio Conselheiro e em Juazeiro do Norte, no Ceará, com Padre Cícero. Assim, o monge João Maria e a memória de suas pregações tornaram-se propulsores messiânicos para a revolta dos caboclos frente ao domínio do qual estavam sendo acometidos.

Partindo da perspectiva de que não há engendramentos políticos sem processos de subjetivação, entra em questão os conflitos que se deram na Revolta do Contestado, especificamente, a produção identitária dos caboclos para justificarem a sua abjeção.

À despeito da concepção filosófica moderna de identidade como coerente, permanente, portanto, previsível e passível de controle, a partir da psicanálise, entendemos a identidade não como isolada e indivisível, mas como dividida, pois, constituída pelo Outro como condição para a sua fundação, no sentido de que se diz: “eu sou”, a partir daquilo que “eu não sou”. Contudo, na pretensão narcísica de manter a coerência identitária, esta pode se colocar como estratégia de dominação do outro, ou seja, à medida que este outro não espelha a imagem dominante representada por: homens, brancos, civilizados, republicanos, coronéis, oligarcas, colonos estrangeiros e os representantes do Estado, o outro, os caboclos, precisam ser excluídos para a manutenção da identidade dominante.

Assim, como foi produzida e transmitida a identidade dos caboclos? A escrita da história do Contestado partiu, inicialmente, dos trabalhos feitos pelos “oficiais memorialistas” ou “historiadores de farda” (RODRIGUES, 2008, 2012), referidos aos militares que participaram da campanha e publicaram suas memórias após o fim do conflito em 1916. Um importante documento é um relatório de guerra apresentado pelo

militar Fernando Setembrino de Carvalho, comandante das forças do Exército contra os redutos dos sertanejos – concernente a locais sagrados onde fundaram as Cidades Santas, construídos pelos sertanejos para aguardarem o retorno do monge José Maria (DALFRÉ, 2014) –, e liderou o que chamou de luta “da civilização contra a barbaria (SIC)” (CARVALHO, 1916, p.254). Os termos utilizados com recorrência para se referir aos caboclos eram “Cangaceiros”, “quadrilheiros” e “bandoleiros” (p.115). E em um Diário da tarde, publicado em Curitiba, o militar Setembrino afirmou que os sertanejos desprezavam o “trabalho honesto”, “divorciando-se da civilização” (SIC) (CARVALHO, 1915, p.1). E que para aquelas “almas endurecidas pelo crime, só restando, contra o banditismo, o argumento único e mais eloquente das balas” (CARVALHO, 1916, p.115).

Conforme Tonon (2002) foi produzido pelos dominantes uma identidade dos caboclos caracterizada por “fanáticos, bandidos, jagunços, rebeldes e, por esse motivo, violentados fisicamente pela repressão” (TONON, 2002, p.16).

“Escovando a história a contrapelo” (1940/1994, p.225), como Benjamin nos ensina, verificamos que as categorias produzidas para classificar os caboclos são abstratas, naturalizadas e destituídas da materialidade constitutiva do movimento de insurreição dos caboclos.

Machado (2012) aponta que foi com as contribuições de Monteiro em “Errantes do novo século...” (1974) que se iniciou o processo de desconstrução das representações dos caboclos como rebeldes, fanáticos, ignorantes, incapazes de promoverem o progresso tão almejado pelo projeto republicano, estabelecidas, estereotipadamente, pelos relatos militares e reproduzidos nos trabalhos seguintes.

Assim, foi produzida uma identidade cabocla de modo a justificar e a institucionalizar a sua abjeção, como efeito da dinâmica social da história e das suas relações de poder. O abjeto se refere aquilo que a sociedade não assimila, e por isso, o expulsa para as margens inóspitas da vida social. Judith Butler (2000) afirma que o abjeto não é externo ao sujeito ou ao grupo que o repudia, mas é constitutivo destes, como “próprio e fundante repúdio” (p.112). Ou seja, ao passo que os grupos dominantes da Campanha do Contestado excluem os caboclos, estes são constitutivos desses grupos dominantes, na medida em que estes se colocam como “não-caboclos”. Assim, o grupo dominante abjeta o que funda a sua identidade, por isso os caboclos passaram a ser tão temidos, conseqüentemente, excluídos, e quando inconformes, foram eliminados. Milhares de corpos foram dilacerados e insepultados na Revolta do Contestado.

Esse processo de abjeção remonta ao entendimento tão atual presente no texto “Narcisismo das pequenas diferenças” (FREUD, 1930[1929]), em que os indivíduos se unem e se identificam entre si criando uma identidade, de modo a eleger um outro – caboclos – a quem se pode exercer a destrutividade. Para isso, acentuam-se certas características deste outro de forma que não se reconhece outras características e possibilidades, justificando, assim, subjetivamente e socialmente, a exclusão e o extermínio do outro ameaçador.

Podemos apreender a abjeção dos caboclos na Revolta do Contestado como uma manifestação presente na ordem excludente do Estado-Nação, como um passado que

não passa, na sua forma, e se repete na contemporaneidade, na qual é notável um recrudescimento de posicionamentos nacionalistas totalitários no Brasil e em vários países. A abjeção dos caboclos se mantém, basta tomarmos como amostra as cidades nas quais aconteceram os conflitos, onde estão os descendentes dos caboclos? Continuam nas margens. E podemos dizer que, na contemporaneidade, o lugar de abjeto dos caboclos se encarna nas vidas dos imigrantes, dos negros, das mulheres, dos LGBTQIA+ (Sigla referida a grupos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais ou transgêneros, queer, intersexo, assexuais e +, o qual abriga todas as manifestações de orientação sexual e identidades de gênero), dos indígenas, como efeito político da crescente precarização de suas vidas.

Para perseguir os arautos positivistas de ordem e progresso propagados pela República, milhares de vidas continuam sendo ceifadas, através de uma contínua precarização das vidas que não importam, que não são passíveis de luto (BUTLER, 2017). E o amor, ainda que seja na concepção burguesa, que segundo o filósofo positivista Comte seria o princípio, foi historicamente e politicamente esquecido como horizonte nacional, o que se revela desde a fundação exploratória e destrutiva do Brasil, se manifestou na sangrenta Revolta do Contestado, e se repete, como um passado não elaborado que não passa, por meio do ódio daquelas vidas que não refletem a imagem narcísica Tupiniquim dominante.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Imagined Communities**. 3a ed. London: Verso, 2006.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. In: **Cad. Pagu**, Campinas, n. 53, e185305, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332018000200405&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 abr. 2019.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Organização: Guacira Lopes Louro; Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 110-125.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** Tradução: Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CABRAL, O. R. **A campanha do Contestado**. Florianópolis. Lunardelli. 1979.

CARVALHO, F.S.. **Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra**. Rio de Janeiro. Imprensa Militar, 1916.

DALFRÉ, L. A. **Outras narrativas da nacionalidade: o movimento do Contestado**. Curitiba: SAMP, 2014.

DELMIR, J.V; EPIG, M. J.; MACHADO, P.P. (Orgs.). **Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-1916)**. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

Diário da Tarde, Curitiba, 4 de janeiro de 1915, nº 4983, p.1. c. 4.

FREUD, S. (1928). El porvenir de una ilusión. In: **Obras completas: El porvenir de una ilusión, El malestar en la cultura y otras obras: 1927-1931**. Buenos Aires: Amorrortu, v. XXI, 2013, p.3-56.

_____. (1930 [1929]). El malestar en la cultura. In: **Obras completas: El porvenir de una ilusión, El malestar en la cultura y otras obras: 1927-1931**. Buenos Aires: Amorrortu, v. XXI, 2013, p.57-140.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Tradução: Maria Celia Paoli; Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **A Era do Capital, 1848-1875**. Tradução: Luciano Costa Neto, 2012.

KARSBURG, A. Caboclos e imigrantes na “Guerra do Pinheirinho”: reflexões sobre um conflito local. In: **Tempos de muito pasto e pouco rastro**. Organização: Alexandre Assis Tomporoski; Marcia Janete Espig. São Paulo: LiberArs, 2018, p.105-119.

MACHADO, P.P. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MARX, K. (1865) **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Tradução: José Carlos Bruni et al; seleção de textos: José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, K. & ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MISKOLCI, R. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Annablume, 2013.(Coleção Queer).

MONTEIRO, D. T. **Errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

ORTIZ, R. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. In: **Cultura brasileira e identidade nacional**. Organização: Renato Ortiz. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.127-128.

QUEIROZ, M. V. **Messianismo e conflito social, a guerra sertaneja. 1912-1916**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RODRIGUES, R. R. **Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro**. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

RODRIGUES, R. R. As trincheiras da palavra: os historiadores de farda e as narrativas históricas sobre o Contestado. In: **nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)**. Organizadores: Delmir José Valentini; Márcia Janete Espig; Paulo Pinheiro Machado. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012, p.237-261.

SEYFERTH, G. Os estudos da imigração no Brasil: notas sobre uma produção multidisciplinar. In: SEYFERTH, Giralda et al. **Mundos em movimento: ensaios sobre imigração**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007. p.15-44.

THOMÉ, N. **Sangue, suor e lágrimas no Chão Contestado**. Caçador: INCON Edições/UNC, 1992.

TONON, E. **Ecossistemas do Contestado: Rebelia Sertaneja**. Palmas: Kaygangue, 2002.

TOMPOROSKI, A.A. & ESPIG, M. J. **Tempos de muito pasto e pouco rastro**. Organização: Alexandre Assis Tomporoski; Marcia Janete Espig. São Paulo: LiberArs, 2018.

SOBRE O ORGANIZADOR

Eduardo do Nascimento é natural de Mafra/SC. É licenciado em Docência para Educação Profissional e Tecnológica na área de Materiais e Processos Industriais, pelo IFSC em 2019, trabalhou em um estágio de pós-doutoramento na UFRG, Porto Alegre/RS em 2016, recebeu o título de doutor em Ciência e Engenharia de Materiais pela UDESC, Joinville/SC em 2015, com período sanduíche na UPV, Valência/ESP em 2013. É professor no IFSC, Caçador/SC e realiza pesquisa e desenvolvimento de materiais nanocompósitos poliméricos, compósitos poliméricos a partir da reciclagem de resíduos industriais e embalagens plásticas multifuncionais. É pesquisador na educação profissional e tecnológica atuando em aspectos da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, em saberes e formação docente e em metodologias de ensino por meio de projetos. Atualmente, é líder do grupo “rede Contestado de divulgação e popularização de ciências” o qual tem foco na identidade popular do Contestado como meio de pertencimento e compartilhamento de valores para estímulo da cidadania para a redução das desigualdades. Participou da produção do documentário “Águas Santas” como coordenador e compositor da trilha sonora.

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 